FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.717 | DOMINGO, 21 DE ABRIL DE 2024 | R$ 9,90

Reservas de petróleo do país têm maior nível desde 2015

Enquanto busca explorar Foz do Amazonas, Brasil registrou 15,9 bilhões de barris

No ano passado, o Brasil registrou 15,9 bilhões de barris de petróleo com viabilidade comprovada, o maior nível desde 2015. O resultado ocorre quando parte do governo Lula (PT) e empresas buscam a exploração da margem equatorial, que inclui a Foz do Amazonas.

O volume, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo), garante a produção nacional pelos próximos 13 anos, fruto de novas descobertas do pré-sal. Em 2023, para cada barril retirado do subsolo, o país encontrou outro 1,8. No ano anterior, a proporção foi de 2,4.

Nos dois anos, as maiores contribuições vieram dos campos com maior produção no Brasil: Tupi e Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos.

Para ambientalistas, o potencial das bacias já conhecidas garante a produção até que a demanda mundial por petróleo comece a cair.

Petroleiras, por sua vez, dizem que o Brasil dependerá de importações se não abrir novas fronteiras. No centro das discussões está a exploração da margem equatorial. Pedido da Petrobras sobre a Foz do Amazonas foi negado, e a estatal aguarda análise de recurso. Ambiente B1

Preocupação com ajuste fiscal aumenta entre os empresários

A dificuldade do país em cumprir a meta fiscal avançou nas preocupações do empresariado brasileiro. Presidentes de grandes companhias veem com cautela os sinais de flexibilização da trajetória das contas públicas. Mercado p.1

Campos Neto diminui reuniões com governo, e Galípolo avança

Mercado p.2

Líderes políticos defendem recuo de Alexandre de Moraes

O acúmulo de atritos envolvendo Alexandre de Moraes ampliou o alcance de questionamentos sobre os limites da atuação do ministro no Supremo Tribunal Federal.

Membros da corte, do governo e do Congresso que antes respaldavam as decisões dele agora defendem ajustes e admitem ressalvas.

O ministro vive momento de maior contestação ao seu trabalho desde que passou a relatar inquéritos que miram Jair Bolsonaro e aliados. Isso ficou ainda mais forte com as recentes críticas às decisões de Moraes envolvendo o bloqueio de páginas da plataforma X (antigo Twitter). Política A4

Revolução dos Cravos, 50

Ruy Castro

Nos primeiros dias pós-levante, Lisboa viveu um Carnaval

Com o fim da ditadura mais longeva da Europa, em 25 de abril de 1974, Portugal deixou de ser o país dos mortos-vivos, sem jovens nas ruas. Mundo A13

João P. Coutinho

Portugal de 2024 é irreconhecível aos olhos de 1974

País hoje tem fraca participação política e taxa elevada de desigualdade. Mas o gosto pela liberdade é um hábito que não se perde. Ilustrada Ilustríssima C10

Filipe Berndt

Gênero, liberdade e igualdade

Filósofa americana Judith Butler diz que discurso identitário faz parte de uma luta que beneficia toda a sociedade C4

MÔNICA BERGAMO

Madonna tem uma criatividade infinita, afirma produtor de shows da cantora C2

Dias Melhores A11

Cantora Sara Bentes, que é cega, grava 30 horas de voz para as urnas eletrônicas

Tostão

Controvérsias do futebol

Onde começa a fritura dos técnicos, nos programas esportivos ou nas redes sociais? Por mais importantes que sejam as estratégias usadas pelos treinadores, existe uma supervalorização das ações deles na tentativa de explicar os resultados. Esporte B9

EDITORIAIS A2

Privatização da Sabesp dá um passo importante

Sobre projeto aprovado pela Câmara paulistana.

Demarcação na prática

A respeito de homologação de terras indígenas.

ISSN 1414-5723

Fotos Danilo Verpa/Folhapress

CAMPOS DE FUTEBOL PARA MULHERES FATURAM R$ 3 MI

Júlia Vergueiro, fundadora da Nossa Arena, na Água Branca, em São Paulo, que tem espaços alugados apenas para jogadoras, além de área de lazer com churrasqueira e bar Mercado p.7

Crise de ebola fez dez anos, e remédio não chega à África

Dez anos depois da pior epidemia de ebola da história, que eclodiu no oeste da África e matou mais de 11,3 mil, os dois medicamentos e as duas vacinas para a doença não estão disponíveis para quem mais precisa. Mundo A16

Fileira de caçambas na rua João Ramalho, em Perdizes, efeito colateral da proliferação de empreendimentos imobiliários

Multas por caçamba irregular disparam na capital paulista

Cotidiano B2

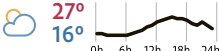
Com encalhe de vinhos, produtores mudam de ramo

Embora a produção mundial de 2023 tenha sido a mais baixa em 60 anos, há um excesso de vinho no mercado, sinal de que a demanda está caindo ainda mais rapidamente. Com isso, produtores estudam deixar o ramo. Mercado p. 6

ATMOSFERA

São Paulo hoje

27° 16°

0h 6h 12h 18h 24h

	Hoje	Amanhã
Rio	17° 30°	17° 31°
Brasília	19° 26°	18° 27°
Ribeirão	18° 31°	19° 32°

Fonte: www.climatempo.com.br

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

Governador, eis a primeira aula criada pelo chatGPT. Veja o tópico sobre o Estado de São Paulo!

GOVERNADOR TARCÍSIO

Uau! Ele é bom!

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Privatização da Sabesp dá um passo importante

Câmara paulistana indica permanência do contrato com a companhia; operação deve ajudar país a superar atraso vergonhoso no saneamento básico

A Câmara Municipal paulistana aprovou em primeiro turno alteração legal que na prática abre caminho para a privatização da estadual Sabesp. Uma segunda votação ocorrerá após audiências públicas, mas o placar, de 36 votos a 18, indica que não deve haver obstáculo para que a estatal de saneamento vá a leilão nos próximos meses.

O projeto garante o contrato de prestação de serviços ao município, que sozinho responde por quase metade do faturamento da empresa. Sem essa adesão, a desestatização seria inviabilizada.

Em contrapartida, os vereadores incluíram no texto a antecipação para a cidade de R$ 1,2 bilhão dos repasses do lucro da Sabesp direcionados a um fundo de saneamento e infraestrutura municipal.

Estão previstos, ainda, a permanência de tarifas sociais e o aumento de 13% para 20% do lucro que deve ser transferido para investimentos em proteção de mananciais e meio ambiente.

De sua parte, o governo paulista divulgou o modelo da privatização, que deve reduzir a participação do estado dos atuais 50,3% para algo entre 15% e 30%, a depender do interesse do setor privado a ser revelado no leilão.

O certame ocorrerá em duas etapas. Primeiro haverá uma competição entre interessados a se tornarem acionistas de referência com a aquisição de 15% do capital, posição que deve ser mantida por pelo menos cinco anos.

Em seguida, as duas melhores ofertas disputarão a preferência dos outros acionistas. Quem obtiver a maior adesão será o vencedor. O poder de voto de qualquer grupo de acionistas será limitado a 30%, e o governo do estado reterá uma ação com direitos especiais.

O conselho de administração terá 9 membros, sendo 3 nomeados pelo Bandeirantes, 3 pelo bloco estratégico e 3 independentes.

Quanto às garantias de serviço, haverá aportes de R$ 56 bilhões para a universalização do fornecimento de água e esgoto até 2029. O modelo prevê que os investimentos serão remunerados apenas depois de ocorridos, não de maneira antecipada na tarifa como hoje.

Em outro ponto positivo, a concessão cobrirá não somente as áreas urbanas formais, mas também as precárias e rurais.

Por fim, foram instituídos aportes de 30% do valor obtido com a venda das ações, mais os dividendos futuros do estado, para o fundo de apoio à universalização dos serviços, que também será usado para subsidiar a cobrança para famílias pobres. Segundo o governo paulista, o modelo permitirá a queda imediata de 10% da tarifa.

Que o plano seja bem-sucedido e sirva de exemplo para que o país supere seu vergonhoso atraso no saneamento básico.

Demarcação na prática

Reconhecimento de terras indígenas aquém do esperado expõe dificuldades do governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito com uma agenda de defesa dos povos indígenas, mas no seu governo a delimitação de territórios para esse estrato da população mostra-se difícil.

Na quinta-feira (18), foram demarcadas as terras Aldeia Velha (BA) e Cacique Fontoura (MT). Aguardavam-se, no entanto, outras quatro: Morro dos Cavalos e Toldo Imbu (SC), Potiguara de Monte-Mor (PB) e Xukuru-Kariri (AL).

É notório que Jair Bolsonaro (PL) desmantelou o setor ambiental, não demarcou terras e esvaziou os quadros da Funai. Contudo, assim como ocorre na área da saúde, o governo petista não pode mais usar descalabros da gestão anterior para justificar frustrações.

Flávio Dino, ex-ministro da Justiça e agora no Supremo Tribunal Federal, passou 13 meses na chefia da pasta sem emitir nenhuma portaria declaratória de terras.

O Congresso segue a apatia do Executivo e é cobrado por lideranças indígenas para que avance em políticas públicas para esses povos.

O atraso nas demarcações se deve a tensões causadas por conflitos fundiários em terras indígenas, que precisam ser resolvidos pela Justiça. Em outros territórios, como o Yanomami, o governo federal ainda não conseguiu aplacar a crise humanitária e de saúde.

Em 2023, 363 mortes foram registradas, ante 343 em 2022 —o Executivo diz que havia subnotificação antes, o que é plausível mas está longe de ser tranquilizador.

Ademais, pouco foi feito para a expulsão do garimpo nas Terras Indígenas Kayapó e Munduruku (PA) e Sararé (MT) —nesta, a área da atividade ilegal saltou de 36 hectares em 2022 para 252,3 hectares até outubro de 2023.

Garantida na Constituição, a demarcação requer um longo processo administrativo, que inclui estudos técnicos, contestação por terceiros e portaria do Ministério da Justiça, até a homologação por decreto da Presidência da República.

A definição de territórios garante maior segurança jurídica e física aos indígenas e permite a eles o acesso a políticas públicas, como as de saúde e educação. Nota-se, porém, que não bastam alegadas boas intenções nessa seara.

Ações e reações

Hélio Schwartsman

"Everyone Who Is Gone Is Here" (todo mundo que se foi está aqui), de Jonathan Blitzer, é um livro muito bem construído, desde já candidato a clássico sobre imigração.

Blitzer combina análise política com histórias humanas. Começa nas primeiras décadas do século 20, quando os EUA escolheram ditaduras amigas para apoiar, e termina nos dias atuais, detalhando disfuncionalidades de governos de El Salvador, Guatemala e Honduras. A lupa do autor recai sobre personagens desses três países que em algum momento rumaram para os EUA e depois voltaram para a terra de origem, por vontade própria ou deportação.

A escala da tortura e da repressão chama a atenção. Se aqui, no cone Sul, a situação já foi trágica, nesses países da América Central ela assumiu proporções genocidas. Povoados inteiros foram dizimados ou deslocados. Perseguições somadas à pobreza endêmica explicam o êxodo de salvadorenhos, guatemaltecos e hondurenhos para os EUA.

Embora os EUA se descrevam como um país de imigrantes, latino-americanos pobres nunca foram recebidos com muita generosidade. As políticas migratórias variaram de um presidente para outro, mas sempre sob limites impostos pelo eleitorado. Mesmo Obama, que sempre fazia discursos progressistas, foi um dos governantes que mais deportaram. Trump é hors-concours. Ele não só deportou industrialmente como também deu início à política de separar filhos de seus pais, a quintessência da crueldade.

Nas várias ocasiões em que os EUA apertaram as deportações, nem se deram ao trabalho de avisar as autoridades centro-americanas de quem estavam mandando de volta. Com isso, exportaram milhares de membros de gangues, forjados na Los Angeles dos anos 80 e 90. Diante de um aparato policial muito mais corrupto e menos preparado, eles praticamente tomaram conta desses países. O combate a essas gangues é o que explica o apelo de governantes extremistas como Nayib Bukele.

helio@uol.com.br

Necessidade e oportunidade

Bruno Boghossian

Num evento recente, Lula reconheceu que o governo enfrentava risco de greves e acrescentou: "A gente pode até não gostar, mas elas são um direito democrático dos trabalhadores". Dias depois, seguiu roteiro parecido. Disse estar empenhado numa reforma agrária "sem muita briga" e fez um reparo: "Isso sem querer pedir para ninguém deixar de brigar".

A ação de movimentos sociais e entidades de classe pode ser descrita como um produto de dois fatores: necessidade e oportunidade. A incidência de manifestações é maior quando há demandas que pressionam esse grupos e quando há abertura para que as reivindicações sejam feitas e levadas em conta.

Essas condições costumam determinar as circunstâncias em que movimentos têm atuação mais ou menos intensa em governos de esquerda ou de direita. Greves nas universidades e ações do MST no governo Lula, após quatro anos de Jair Bolsonaro, oferecem uma ilustração.

De maneira geral, protestos de grupos de esquerda ocorrem com mais frequência durante governos de direita (e vice-versa). Quando a esquerda está na oposição, seu poder de ação nos canais políticos tradicionais é menor. Nessas situações, formas de pressão fora desses meios passam a ter um valor maior.

Exceções são praticamente a regra nestes tempos. Durante o governo Bolsonaro, a mobilização de movimentos de esquerda foi mais política e relativamente menos intensa nas reivindicações de classe. Como o ex-presidente desconsiderava esses atores e tornava muito mais baixa sua chance de sucesso, o grau de oportunidade também era menor.

No governo Lula, a ação tende a ser maior porque esses movimentos estão diante de um risco de repressão baixo e maior chance de sucesso, graças à simpatia do presidente por suas demandas. Protestar também têm mais valor porque, hoje, os grupos de esquerda ainda são minoritários em outros foros, como o Congresso, e o governo tem pouco dinheiro no cofre para implementar políticas que os beneficiam.

A arte abortada no ovo

Ruy Castro

Woody Allen acaba de lançar nos EUA seu 50º filme, "Coup de Chance". E, como acontece há anos, viu-o ser mal distribuído, friamente recebido pela crítica e quase ignorado pelo público. É terrível porque, em seu auge, ninguém foi mais amado e admirado que Woody —produtores e exibidores brigavam por cada metro de filme que ele rodasse. Hoje, ele é um pária. A sórdida campanha de destruição que lhe impuseram, com acusações nunca provadas, deu certo.

Mas ele não se entrega. Numa entrevista sobre "Coup de Chance", disse que, se não quiserem exibi-lo, tanto faz, porque o mais importante já aconteceu: ele fez o filme. A arte está em fazer.

A arte, sim, mas e o business? Se a obra não vai a público, em que ficamos? Nem sempre é por culpa do artista. Em vida, Van Gogh nunca vendeu um quadro, Kafka sequer publicou um livro e Newton Mendonça, parceiro de Tom Jobim em "Desafinado", morreu antes que a bossa nova estourasse. A posteridade os salvou, mas não lhes permitiu gozar o sucesso.

Outros artistas foram até mais longe do que Woody quanto a mostrar —ou esconder— sua obra. O poeta carioca Duque-Costa (1894-1977) aceitava publicar em jornais, mas nunca quis fazer um livro com seus poemas. Não que não devesse. Eis o final de seu soneto "A Tempestade", de 1917: "Ruivo de raiva, o raio risca, ronca/ Rompe, ricocheteia e em relâmpago erra/ E abre brechas e brame e racha a grota bronca.// Lembra campas de bronze, indo aos tombos em pompas/ Roma em ruínas, a arder e rolando por terra/ Num estrondo infernal de petardos e trompas". Ezra Pound, se o conhecesse, adoraria. Mas Duque teve de morrer para que os herdeiros fizessem seu livro.

E ninguém mais radical que outro poeta, o paraense Jayme Ovalle (1894-1955), ídolo de Manuel Bandeira. Quando um poema surgia em sua cabeça, Ovalle não admitia nem que ele se formasse mentalmente. Abortava-o no ovo.

Criminal country

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

Num país cuja república rezou pelo catecismo positivista, apostando no progresso como desenvolvimento da ordem, é tentador invocar o evolucionismo de Augusto Comte para abordar situações sociais. Ainda que a involução dê a tônica. É o caso da segurança pública, que vira questão nacional, decisiva para avaliação do nível de vida, tanto por autoridades como por humildes componentes da cidadania urbana. Talvez seja hoje o único ponto de consenso entre elites e povo.

O problema é do país inteiro, mas o Rio oferece maior espelhamento pela magnitude da promiscuidade entre política e crime: o fato social desaparece num Triângulo das Bermudas da civilidade. Não mais Estado paralelo, mas "infiltração do Estado formal pelo crime", como sustenta o jurista Abel Gomes (em "Crime Organizado e suas Conexões com o Poder Público"). Miliciaiza-se a existência, basta curto percurso de táxi para ouvir uma história de vida abusiva.

Na rotina de um motorista, morador do Complexo do Lins, o dia começa com a dificuldade de tirar o seu táxi da rua, bloqueada por barras de ferro. Paga a garotos para retirar e recolocar a barreira. Ao tráfico, paga taxa semanal, "gatonet" e ambígua garantia de segurança. Ainda assim, avalia estar melhor do que no Complexo de Israel, a quilômetros de sua casa, onde traficantes pentecostais tocam o terror com o "bonde de Jesus". Maior preocupação é o filho, estudante em Seropédica, onde milicianos cobram taxa para festas no espaço universitário ou nos quintais particulares. Detalhe: o cobrador recolhe a cota da milícia e a da polícia.

Na espoliação ultrajante espelhada numa história individual transparece o cotidiano de 60% do território urbano. Atingiu-se patamar catastrófico, não dá mais para encobrir a realidade com a opção da "avestruz" carioca, que recomenda à vítima silenciar a violência sofrida, "é feio".

Evolucionismo é evocação do positivismo para sugerir a passagem do estado de cleptocracia (como Putin e oligarcas russos) ao de criminal country, expressão americana para a disseminação do crime no corpo social, como células cancerosas na metástase: país de criminosos. O estado evolutivo final, o humanismo positivista segundo Comte, regrediu a pulsação teológica, mergulho no atraso.

Já em sobressalto, sabe-se da vexatória leniência do STF com um "capo" da contravenção carioca. Mas a apertada votação da Câmara sobre a prisão de mandante do assassinato de Marielle ratifica o status de criminal country. Falou alto o medo da "famiglia": inconcebível que 129 parlamentares sejam favoráveis à autoria da execução da vereadora em exercício de mandato. De novo se quebrou, por voto metafórico, uma placa com o nome da morta. Só que desta vez a baixeza é federal.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Sobre a estupidez brasileira

Cada período e sociedade devem enfrentar sua cota

Georges Abboud
Advogado, é professor da PUC-SP e do IDP

Robert Musil (1880-1942) talvez seja meu escritor favorito. O autor austríaco escreveu, ao mesmo tempo, obras monumentais como "O Homem Sem Qualidades", e, com o mesmo brilhantismo, ensaios curtos, em especial o intitulado "Sobre a Estupidez". Ele enxergou na estupidez uma força autoritária, que empurrou os homens em direção às ideologias totalitárias e ao esquecimento de si próprios, domesticando os indivíduos e degenerando as recentes democracias da primeira metade do século 20.

Nossa Constituição e as atuais supremas cortes são produtos desse pós-guerra. Elas são os esteios das democracias constitucionais formadas na segunda metade do século 20. Ambas têm por função assegurar a proteção dos direitos fundamentais contra toda degeneração majoritária, seja proveniente do Estado ou de parcelas da sociedade.

Esse introito é fundamental para responder, com toda lhaneza possível, o artigo "Evitando distorções" (8/4), de Ives Gandra da Silva Martins, publicado nesta **Folha**. Não se trata de responder aos argumentos da tese do "poder moderador", porque esta já foi refutada e sepultada pelo Supremo Tribunal Federal, de forma unânime e eloquente.

Ocorre que o professor, além de tardios esclarecimentos sobre "distorções" de sua tese, parece ainda não estar convencido da invalidade dela própria. No artigo, apresenta sua perplexidade, afinal, "se o Poder Judiciário invadir a competência legislativa do Congresso, como deverá o Parlamento proceder, em sua prerrogativa exclusiva de zelar pelo seu poder-dever de elaborar as leis?".

Antes, porém, uma premissa precisa estar clara: a discordância por parte do Legislativo ou da sociedade civil acerca de uma decisão do STF não significa ter havido ilegítima invasão na competência do Legislativo. Pelo contrário, no Brasil, certas decisões da corte têm sido objeto de desinformação e ataque, conforme já apontei antes neste jornal.

Por ora, apenas registro que, sobre temas constitucionais, considero o Supremo a instituição mais legítima e estruturada para realizar sua interpretação e, com certeza, intelectualmente muito mais preparada que influenciadores, professores e jornalistas que já buscaram enxergar no art. 142 alguma espécie de tutela militar em relação à sociedade e às instituições brasileiras.

De todo modo, estou na reta final do texto e o leitor pode estar pensando que o questionamento lançado por Ives Gandra ainda não foi respondido. É porque a isso basta uma linha.

Se o Legislativo considerar que o STF está exorbitando sua atuação, por meio de interpretação judicial, somente uma coisa pode ser feita: legislar. Nada mais. O "marco temporal" é exemplo disso. O STF julgou, o Legislativo discordou e legislou; em seguida, o STF foi provocado a reexaminar a matéria. Tudo dentro das regras constitucionais.

O que o Legislativo não pode fazer é, "exempli gratia" ("por exemplo"), convocar Forças Armadas, interferir nas prerrogativas da Suprema Corte e requerer o impeachment de ministros do STF por discordar de suas decisões.

Foram incontáveis as postagens e declarações de caráter golpista que usaram o nome de Ives Gandra e a "tese" do "poder moderador" na tentativa de conferir o mínimo de credibilidade. Quero crer que, a partir da decisão do Supremo, elas não contarão mais com qualquer espécie de silêncio do professor, mas com seu repúdio.

Hoje, vivenciamos o período democrático mais longevo do Brasil, mas o golpismo que degenera democracias constitucionais continua existente e, não fosse o STF, provavelmente teria logrado algum tipo de êxito.

O texto de Musil é brilhante pela sua atemporalidade: cada período e sociedade devem confrontar sua própria parcela de estupidez.

A contemporânea estupidez brasileira, que se iniciou de forma cômica e caricata com o terraplanismo, culminou numa degenerada e egoísta visão de mundo contra a ciência e imputou falsas acusações à credibilidade do sistema eleitoral brasileiro. Essa estupidez adquiriu força sob um viés autocrático e golpista que passou a vilanizar o STF para a sociedade e pressionar a Suprema Corte fazendo uso da pior ideia já discutida no constitucionalismo democrático brasileiro: o "poder moderador das Forças Armadas".

Contra a estupidez brasileira, o STF tem feito sua parte. Resta saber se a intelectualidade, as redes sociais e a imprensa especializada também estão dispostas a fazer a sua.

Fido Nesti

TV estatal não funciona

Vivemos clássica revolta de um governador paulista

Roberto Muylaert
Escritor e jornalista, foi presidente da Fundação Padre Anchieta (1985-1994), da Fundação Bienal de São Paulo e ministro da Comunicação Social (governo FHC)

Todo governador de São Paulo que encara a existência de uma TV pública funcionando bem, a cumprir a sua finalidade de alternativa à programação (em geral, banal) das outras emissoras, tem dois momentos.

O segundo costuma ser positivo, quando ele consegue entender como as coisas podem funcionar bem entre governo do estado e Fundação Padre Anchieta (FPA), que administra a TV Cultura. Mas o primeiro momento, que estamos vivendo agora, é a clássica revolta do governador, sem compreender como é possível liberar verbas públicas para serem utilizadas por uma emissora independente e de direito privado, dirigida por uma diretoria executiva e um conselho curador, ainda que auditados pelo Tribunal de Contas.

Onde o bicho pega mesmo é no jornalismo. O desejo do governo é que as notícias chapas-brancas sejam veiculadas todas juntas, correndo o risco de perder espectadores. E os editores cuidam é disso mesmo: pautar a hierarquia das notícias, para uma cobertura balanceada. Nem estou me referindo à quinta-coluna, onde podem existir jornalistas tramando para que notícias sutis, contrárias ao governo do estado, sejam contrabandeadas na edição, como jabutis no Congresso.

Os exemplos de tentativas de interferências ainda estão na memória, quando o governador José Maria Marin (1982-83), sucessor e discípulo do célebre Paulo Maluf (1979-82), resolveu estatizar a FPA na marra, por meio de um decreto que tornava a fundação subordinada ao estado. Graças a um trabalho primoroso da equipe do então consultor jurídico da emissora, Fernando Fortes, o governo paulista foi derrotado em última instância, sendo 18 os membros que votaram pela permanência dos estatutos originais da FPA ("18 do Fortes", como foram chamados jocosamente), o que constituiu jurisprudência no assunto.

O governador Orestes Quércia (1987-91), mal informado, voltou ao assunto, no meu mandato, mandando sua secretária da Cultura, Bete Mendes, informar-me que ele já havia escolhido o meu sucessor na presidência (Chico Santa Rita), tendo ficado muito bravo quando soube que o cargo de presidente da diretoria executiva nada tinha a ver com o governo do estado, mas com o Conselho Curador da Fundação.

Voltar a esse assunto com intenções estatizantes e contra a jurisprudência sobre o assunto seria um lamentável retrocesso, até porque quase tudo que é estatal é mal administrado, com honrosas exceções, como a Embraer, uma empresa modelo de que todo o hemisfério Sul se orgulha —e que teve o Estado como fundador, mas foi privatizada na hora certa, permitindo o desenvolvimento de uma indústria de ponta com destaque em todo o mundo.

Não é o caso de uma televisão, a antítese da empresa estatal, onde um gerenciamento esclarecido, criativo e permanente é essencial, já que tudo precisa funcionar direito, senão o defeito aparece na tela, seja da administração, do transporte ou da iluminação. Vamos deixar as estatais com as funções que lhe cabem, como saúde, educação, serviços públicos. TV estatal não funciona.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Dividendos da Petrobras

"Lula dá sinal verde para Petrobras distribuir 50% dos dividendos extras" (Mercado, 20/4). Bom, com tanto lucro poderemos ter então pelo menos um ano sem aumento de combustíveis e até mesmo redução! Ninguém pensa nisso?
Ario Lovato (Porto Alegre, RS)

Cadê a reparação histórica?

A terra, hoje Brasil, era dos povos indígenas e estes foram mortos, espoliados, massacrados ("Só pedido de desculpas não é suficiente, diz Wapichana", Política, 20/4). Têm todos os direitos às terras e à preservação de suas culturas.
Marcos Gandelsman (Recife, PE)

Malafaia

Esse homem é totalmente inconsequente ("Malafaia põe STF sob pressão de religião em investigações contra Bolsonaro", Política, 20/4). O que é isso, pastor?
Carina Mendes (Sorocaba, SP)

Assédio nas Forças Armadas

Vergonhosa essa decisão do Conselho de Justiça ("Justiça Militar absolve coronel após acusação de assédio contra seis oficiais mulheres", Política, 20/4). E as militares que fizeram a denúncia ainda correm o risco de sofrer perseguições de todo tipo.
Rosangela Barbosa (Rio de Janeiro, RJ)

Roubo de celulares

"Governo diz que houve queda." Mentira ("Praça da República e Autódromo de Interlagos lideraram roubos de celular em SP em 2023", Cotidiano, 20/4). E, se houve queda não foi por causa de ação preventiva das polícias, mas, sim, porque as pessoas deixaram de frequentar alguns lugares e até pararam de levar celular quando saem. O (des)governo de Tarcísio de Freitas é uma farsa.
Marcelo de Souza (São Paulo, SP)

Proibição de cigarro eletrônico

Perdi quatro amigos, um irlandês, um francês e dois na Índia, que usavam vape diariamente e morreram todos de câncer no pâncreas em menos de três anos ("Presidente da Anvisa decide manter proibição de cigarros eletrônicos no país", Saúde, 20/4). Pessoas ficam erroneamente comparando com o cigarro normal. O eletrônico é coquetel de substâncias tóxicas, muitas vezes sem controle, que podem ser agressivas.
Vito Neto (São Paulo, SP)

*

Quem defende a proibição do cigarro eletrônico poderia unir-se aos que procuram liberar a maconha. Com fé e trabalho ambos os objetivos poderão ser atingidos.
Caubi Maciel da Nóbrega (Gravataí, RS)

Renda recorte

"Renda bate recorde com emprego aquecido e Bolsa Família ampliado em 2023" (Mercado, 20/4). O governo tem que publicitar esses resultados positivos, principalmente para tirar argumento da oposição golpista, que, em conluio com agentes internacionais, ataca a democracia.
Mario Donizete Pelissaro (Atibaia, SP)

100 anos do Moleque Travesso

Grande Juventus! Vida longa a um dos times mais simpáticos do Brasil ("Aos 100, Juventus se divide entre tradições e SAF", Esporte, 20/4).
Luthero Maynard (São Paulo, SP)

Pizza de pudim

A QT, que arrematou o vice-campeonato como melhor pizza da América Latina, serve pizza de tiramissu e de banoffee ("Pizza de pudim de leite representa o Brasil", Folha Corrida, Cozinha Bruta, 20/4). Eu não ficaria surpresa se a pizza de pudim de leite entrar no menu.
Fernanda Tassinari (São Paulo, SP)

ASSUNTO QUAIS SÃO SUAS LEMBRANÇAS, LEITOR, DA CAMPANHA PELAS ELEIÇÕES DIRETAS?

Participei do comício pelas Diretas Já na Candelária. Tinha 18 anos e estudava na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Atravessamos "de barca" até a praça XV. Reconhecia o momento histórico do 10/4.
Cristina Miranda (Taubaté, SP)

*

Na Candelária, recordo do laser com palavras projetadas nos prédios. De Fafá de Belém cantando em homenagem ao senador Teotônio Vilela. Da grávida em pânico com o pouco espaço. De Christiane Torloni, perguntando "O povo quer o quê?", ao que diziam: "O povo quer você". Tancredo Neves só falou quando bandeiras do PCdoB foram baixadas. Lembro-me da voz de Osmar Santos.
Sérgio Sobral Martins (Bom Jardim, RJ)

*

Participei em Recife e fui às passeatas da Praça da Sé e em Porto Alegre. Nós, da esquerda, éramos unidos por uma causa, e a campanha das Diretas Já trouxe força. Procurava participar de todos os atos, porque era algo mais concreto do que a luta pelas "liberdades democráticas".
Maria Suzeli Alves de Almeida (Recife, PE)

*

Eu era repórter da **Folha** e participei da cobertura. Minha primeira filha, Mariana, nasceu em 25 de janeiro de 1984, durante o comício da Sé. Na hora do parto, às 17h50, discursava o ex-senador Mário Covas.
Marco Antonio Zanfra (Florianópolis, SC)

*

Tinha 15 anos e era do grêmio estudantil. Apoiávamos as Diretas. A tristeza foi a emenda Dante Oliveira ser derrotada no Congresso. Aí apoiamos o Tancredo Neves, que faleceu —uma segunda memória triste.
Pedro Valentim (Bauru, SP)

*

Do comício só me recordo que tinha multidão, discursos e o locutor Osmar Santos. Eu estava drogado. Vinte anos depois eu, após deixar as drogas, me graduei em história. Foi na faculdade que compreendi o momento histórico das Diretas Já.
Marcílio José Vieira Neto (Guidoval, MG)

*

Atuei na campanha pela emenda Dante de Oliveira. Era aluno da Unicamp e estagiário em SP. Em 25 de abril de 84, cheguei cedo à Praça da Sé, onde transmitiram a votação em Brasília. Mais pessoas chegaram, e fomos cercados pela polícia. Com a derrota, saímos em silêncio e ilesos pelo cinturão da PM. Parecia que ela compactuava com a tristeza.
Regis Totti Seben (Jaguariúna, SP)

*

Estive no primeiro comício na capital de SP, que reuniu lideranças como o governador Franco Montoro (MDB). Foi o estopim para as Diretas ganharem apoio, como o da **Folha**.
Geraldo Tadeu Santos Almeida (Itapeva, SP)

*

Participei no que foi possível para garoto de 13 anos à época. Eu queria a democracia. Lembro dos relatos, na TV, da saúde de Tancredo Neves.
Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

*

Foi tenso. Passeatas em Brasília. Polícia agindo com truculência. Newton Cruz batendo e mandando bater. Movimento estudantil mobilizado. Prisão do presidente da UNE. Ocupação do Congresso pelos DCEs de UnB, Ceub e centros acadêmicos.
Rócia Silva Oliveira (Brasília, DF)

*

Desde 1983, como jornalista, eu e colegas criamos o Diretão (tenho um exemplar), panfleto em preto sobre folha amarela, a respeito das Diretas. Fui ao comício na Sé e tenho fotos. E em 8 de abril de 1984 fizemos em Bauru comício com Luís Carlos Prestes. Foi tudo histórico.
Pedro Romualdo (Bauru, SP)

*

Prestava o serviço militar em 84, e nos era proibido a manifestação política. Servindo em Itu, fiz treinamentos de controle de massas, para atuarmos em caso de "desordem". Recentemente, ouvi de minha mãe que ela e meu pai foram aos atos, e me assustei porque, caso fosse enviado a São Paulo, teria participado de ação violenta contra meus pais.
André A. Jacinto Tabanez (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Soma zero

A proposta que turbina os salários de juízes, membros do Ministério Público, delegados da PF, defensores e advogados públicos consumiria todo o recurso que o governo usaria para dar reajustes a servidores e chamar novos concursados em 2025. Os cálculos são de técnicos do Ministério da Gestão, que tratam a PEC do Quinquênio como mais uma bomba fiscal do Congresso. O impacto é estimado em R$ 40 bilhões, justamente o valor separado pela pasta para contemplar funcionários públicos.

PAVIO A PEC tem apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e tratava originalmente de juízes e membros do Ministério Público, antes de ser estendida pelo relator, Eduardo Gomes (PL-TO), às outras categorias. Na semana passada, deu um enorme passo ao ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O PULSO AINDA PULSA O ministro Carlos Lupi (Previdência) negocia com sua colega Nísia Trindade (Saúde) uma forma de integrar as informações das duas pastas para usar os registros do SUS e automatizar a prova de vida no INSS. "Tomou uma vacina, teve uma consulta no SUS, automaticamente esse registro seria encaminhado para a Previdência", diz Lupi.

VOAR, VOAR O movimento de passageiros em viagens internacionais cresceu 23,5% no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 2023, superando 6 milhões, indicam dados da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. A pasta atribui o resultado à queda acumulada de 31% do preço da passagem aérea de janeiro a março, de acordo com dados do IBGE.

OUTDOOR O deputado federal Delegado Éder Mauro (PL-PA) mandou pintar um ônibus com sua foto e a inscrição "Projeto Belém", que circula pela cidade. Ele é pré-candidato a prefeito da capital paraense. Adversários veem na iniciativa campanha antecipada.

INTEMPÉRIES A assessoria do parlamentar afirma que o ônibus é usado desde 2015 em um projeto que atende crianças em áreas pobres e que de tempos em tempos é preciso trocar a pintura pelo desgaste causado por chuva e sol.

TECLA... Em reunião marcada para quarta (24) em Brasília, a cúpula nacional do PSDB deve colocar a discussão sobre a eleição na cidade de São Paulo em "stand-by" até julho, prazo das convenções. Até lá, o objetivo é viabilizar a candidatura de José Luiz Datena. Se isso não for possível, o plano B é coligar-se com Tabata Amaral (PSB).

...PAUSE Já o apoio a Ricardo Nunes (MDB) foi rejeitado pela Executiva do partido na capital. Apesar disso, aliados do prefeito ainda nutrem esperanças de que uma decisão dos caciques nacionais reverta o quadro.

TIRA-TEIMA Vista com desconfiança na Câmara de SP, a promessa do presidente da Casa, Milton Leite (União), de não disputar novo mandato será posta à prova em maio, quando o prefeito Ricardo Nunes (MDB) viaja para o Vaticano. Se assumir interinamente, Leite ficará inelegível. Caso se licencie do cargo no mesmo período para não ocupar a cadeira do prefeito, estará indicando que será candidato em outubro.

CONDUZO A bandeira da cidade de SP venceu um concurso internacional promovido por um perfil no X como a mais bonita do mundo. Na final, venceu a da Nação Tahltan, povo indígena do Canadá. A votação foi feita pelos seguidores da conta Flags That Go Hard (algo como "bandeiras que vão com tudo"). "É muita tradição, slc!", comemorou a prefeitura.

RÁ-TIM-BUM O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) pediu à comissão de Educação e Cultura da Assembleia de SP a convocação de Marilia Marton, secretária de Cultura da gestão de Tarcísio de Freitas. O psolista quer tratar da crise do Executivo estadual com a Fundação Padre Anchieta, que gere a TV Cultura.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco**, com dois projetos seus avançando no Congresso: a emenda contra as drogas e a que dá aumentos a cada 5 anos a juízes.

PERDEDOR DA SEMANA
O **STF**, atropelado na PEC das drogas, pressionado no Congresso e questionado no Brasil e nos EUA por remover conteúdo em redes.

FIQUE DE OLHO
Governo finalmente envia regulamentação da **reforma tributária** ao Congresso; acordo para mudança no **Perse**, para o setor de eventos, deve ser fechado.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Fabio Victor

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

O ministro Alexandre de Moraes na Faculdade de Direito da USP Bruno Santos - 11.abr.24/Folhapress

Moraes vive momento de contestação, e líderes políticos defendem recuo

Acúmulo de atritos ampliou alcance de questionamentos sobre atuação do magistrado, que mantém apoio entre autoridades

Matheus Teixeira e Julia Chaib

BRASÍLIA O acúmulo de atritos envolvendo Alexandre de Moraes ampliou o alcance dos questionamentos sobre os limites da atuação do ministro no STF (Supremo Tribunal Federal).

Integrantes do Congresso, do governo e da corte que costumam oferecer respaldo às ações de Moraes admitem reparos e reconhecem, nos bastidores, a necessidade de ajustes.

Essas autoridades mantêm apoio ao ministro e destacam a relevância de sua atuação na defesa das instituições. Afirmam, no entanto, que uma mudança calculada e gradual de postura seria importante para baixar a temperatura de recentes embates.

A avaliação é feita, em graus diversos, por políticos e magistrados em postos relevantes dos três Poderes. Alguns pregam recuos concretos, enquanto outros somente apontam que Moraes tende a atenuar os focos de tensão no curso natural de seu trabalho.

Essa percepção se acumulou nos últimos meses e ficou mais abrangente depois de embates recentes no Congresso e a partir das críticas às decisões de Moraes envolvendo o bloqueio de páginas na plataforma X (antigo Twitter). Este último caso teve a atuação do empresário Elon Musk e de parlamentares dos EUA.

O ministro vive o momento de maior contestação ao seu trabalho desde que começou a relatar inquéritos no STF que miram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seus aliados e integrantes de uma articulação que, segundo investigações da Polícia Federal, teria como objetivo impedir a posse de Lula (PT).

Mesmo dentro do Supremo há ministros que demonstram ressalvas à atuação de Moraes, em conversas reservadas.

Um deles já fez a avaliação de que críticas antes direcionadas ao ministro passaram a se voltar contra a corte. Isso, segundo integrantes do Judiciário, teve como consequência o avanço de projetos no Senado que miram o STF.

O trabalho do ministro é considerado importante para defender o STF. No entanto, há uma avaliação de que alguns casos acabam por expor o tribunal mais do que blindá-lo.

Por isso, políticos e ministros de tribunais superiores defendem que Moraes conclua inquéritos polêmicos que relata, como o das fake news e o das milícias digitais, abertos há mais de quatro anos.

Um recuo abrupto é considerado não apenas improvável como contraindicado, pois daria a impressão de que o tribunal estaria na defensiva ou derrotado por Musk. A **Folha** ouviu esta avaliação de um ministro do STF alinhado a Moraes e de um integrante da cúpula do Legislativo.

Um cardeal do Senado diz que um gesto prático e imediato para diminuir a tensão com o Congresso poderia ser a rejeição da ação que pede a cassação do mandato do senador Jorge Seif (PL-SC) por suposto abuso de poder econômico na campanha de 2022.

A avaliação de que o Supremo deve enviar sinais aos parlamentares passa por um temor de integrantes do Judiciário de que a próxima legislatura abra pedidos de impeachment contra ministros do STF.

Parlamentares dizem que um sinal de que Moraes enfrenta o cenário mais desfavorável desde a abertura do inquérito das fake news, em 2019, é que o próprio ministro iniciou um movimento para se fortalecer diante das críticas.

Primeiro, articulou um jantar com Lula. Segundo relatos, o tom da conversa foi de avaliação da conjuntura política. Ministros expressaram preocupação com o avanço das reclamações e principalmente com a constatação de que não há base do governo com força para blindar o tribunal.

A percepção de que o clima vem se deteriorando se acentuou após Musk acusar Moraes de censor, ao criticar ordens de bloqueio de contas no X.

No dia seguinte ao jantar com Lula, o ministro se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que é pressionado por bolsonaristas para abrir uma CPI sobre supostos abusos de Moraes.

Ele também esteve com Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, Casa que pode aprovar impeachment de membros do Supremo.

Essas movimentações, porém, ainda não mudaram o clima hostil entre Moraes e parte do Congresso.

A aposta da maioria do STF nos bastidores, por exemplo, é que não haveria risco de a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), ordenada por Moraes sob acusação de ser um dos mandantes da morte de Marielle Franco, ser derrubada pela Câmara em condições normais.

Em um caso de grande comoção pública, nenhum parlamentar toparia se expor apenas para dar um recado à corte, segundo essa avaliação.

O cenário, porém, não foi tão tranquilo. A insatisfação com Moraes chegou ao ponto de a articulação pela derrubada de sua decisão ganhar corpo e quase se tornar realidade.

A insatisfação do Congresso com Moraes começou ainda no governo Bolsonaro. O clima se acirrou na época, principalmente, após Moraes mandar prender o então deputado Daniel Silveira por ter publicado vídeo com xingamentos a membros do STF.

Após a troca de governo, Moraes se aproximou de Lula, teve influência na escolha de Paulo Gonet na PGR (Procuradoria-Geral da República) e de Flávio Dino no Supremo.

A expectativa de integrantes do tribunal era a de que a aproximação com o novo governo pudesse fortalecer o STF e amenizar o clima ruim para a corte no Legislativo, o que não prosperou.

Alguns fatores são listados para ter impedido a melhora na relação entre Moraes e Congresso. A vitória eleitoral de muitos bolsonaristas e a fragilidade da gestão petista na relação com o Parlamento são alguns deles.

A própria atuação de Moraes contribuiu para a deterioração na relação. O alinhamento dele com a PGR, por exemplo, aumentou, mas mesmo após emplacar um aliado no órgão ele teria seguido com os atropelos à instituição.

Desde a posse de Gonet, Moraes já proferiu ao menos quatro decisões importantes com posições contrárias às da Procuradoria.

+ ALGUNS DOS INQUÉRITOS RELATADOS POR MORAES

Fake news
Instaurada de ofício pelo então presidente do STF Dias Toffoli, a investigação completou cinco anos no mês passado. Moraes foi designado relator sem que houvesse sorteio

Milícias digitais
Em um drible à PGR, Moraes arquivou a investigação dos atos antidemocráticos de abril de 2020, como solicitado pelo órgão, mas abriu em sequência uma nova

Atos antidemocráticos de 7.set.2021
Aberto a pedido da PGR mirando personagens como o cantor Sergio Reis e o caminhoneiro Marco Antônio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, hoje deputado federal pelo PL-SC

8 de janeiro
Há quatro inquéritos principais e que apuram os financiadores; partícipes por instigação; executores e autores intelectuais; e autoridades omissas

INDÚSTRIA QUÍMICA QUER INVESTIR R$ 15 BI RUMO À ECONOMIA VERDE

Setor, que está na base de toda a cadeia produtiva e gera 2 milhões de empregos, espera estímulo interno e combate à concorrência desleal de importados

A indústria química brasileira, presente em todas as cadeias produtivas, tem uma proposta de investimento sustentável que ultrapassa os R$ 15 bilhões, insere o Brasil na vanguarda da nova economia verde e pode impulsionar ainda mais o desenvolvimento do país.

Essa ambição, no entanto, sofre ameaça da concorrência desleal de insumos importados, muitos deles produzidos com uma elevada pegada de carbono e que vão no sentido contrário da transição para a bioeconomia.

Sexta mais importante do mundo, a indústria química brasileira responde no país por 12% do PIB (Produto Interno Bruto) industrial, o terceiro maior do setor. Sozinha, gera 2 milhões de empregos diretos e indiretos.

Para André Passos Cordeiro, presidente-executivo da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), não basta que o Brasil seja uma liderança no agronegócio e na produção de commodities primárias para ter um lugar na nova economia verde.

Ele afirma que é imprescindível que o país tenha uma indústria forte, e isso passa pelo desenvolvimento do setor químico, que tem impacto em diversas outras cadeias produtivas, como as de alimentos, têxtil, fármacos, cosméticos, fertilizantes e defensivos agrícolas, computadores, construção, saneamento, entre outras (veja quadro nesta página).

"Não existe país no mundo que tenha dado um salto de desenvolvimento sustentado, com um ciclo de crescimento longo, sem a presença da indústria química. A China domina hoje 44% do mercado químico mundial. Ela deu esse salto em duas décadas, exatamente no período que mais acelerou o crescimento. Não tem coincidência nisso", afirma Passos Cordeiro.

Segundo Passos Cordeiro, a indústria química tem investimentos mapeados que ultrapassam R$ 15 bilhões com as oportunidades que se apresentam para o país nessa nova economia verde sustentável, dependendo apenas da política industrial e de estímulos na forma de incentivo fiscal, crédito e salvaguardas comerciais.

"Toda vez que temos uma possibilidade de estímulo, mesmo que pequeno, isso logo vira investimento. R$ 700 milhões em investimentos em aumento de capacidade instalada estão sendo viabilizados pelo REIQ (Regime Especial da Indústria Química). Além disso, temos projetos de R$ 10 bilhões a R$ 15 bilhões aguardando as linhas gerais do governo e da sociedade de valorizar a importância da indústria química e de fortalecê-la", diz.

Criado em 2013, o REIQ concede redução nas alíquotas de PIS e Cofins sobre a compra de insumos petroquímicos utilizados na indústria. Isso reduz em parte a diferença de custos entre as empresas brasileiras e suas concorrentes internacionais. Esse regime viabilizou os R$ 700 milhões em investimento que, com o efeito em outras cadeias de produção, adicionou R$ 1,2 bilhão ao PIB do país e R$ 635 milhões em arrecadação de tributos e criou 21 mil novos empregos.

"O governo vai ter que apostar em nichos para estimular a economia verde. Não tem muito jeito que não seja utilizar subsídios, crédito e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para esses setores em que o Brasil pode ter, em tese, vantagem competitiva. Se não fizer nada, a situação é muito assimétrica. É o peso pena lutando contra o Mike Tyson. Ou o governo aposta em setores que façam sentido, principalmente os ligados à sustentabilidade, combustíveis e química verde, ou o cenário é catastrófico", afirma Paulo Gala, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), especialista em desenvolvimento industrial.

"A indústria química está no coração industrial da economia. Quando ela está contraindo, é uma notícia muito ruim, pois isso se espraia para a frente e para trás, especialmente para os setores mais complexos e sofisticados. Esse é um drama porque o Brasil cresce numa fronteira menos sofisticada [produtos primários] e contrai numa mais sofisticada", completa Gala.

RETRAÇÃO

Até recentemente, a indústria química brasileira tinha um faturamento da ordem de R$ 1 trilhão, mas, nos últimos dois anos, vem perdendo terreno por conta do que chama de "surto de importados".

O setor teve retração de 10,1% na produção no ano passado, período em que a economia brasileira cresceu 2,9% e a indústria como um todo expandiu 1,6%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No ano passado, a penetração dos importados chegou a 47%, e o uso da capacidade instalada caiu a 64% do total, a menor em 30 anos, de acordo com a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química).

O governo deixou de arrecadar R$ 8 bilhões em impostos federais em 2023 por conta dos importados, segundo a associação.

Na avaliação da Abiquim, um eventual ganho com o preço mais barato dos químicos importados tem impacto "irrisório" na inflação e na competitividade das demais cadeias produtivas.

Enquanto os produtos químicos recuam cerca de 17% em base anual dentro do IPP (Índice de Preços ao Produtor), que mede a inflação no atacado, os preços dos setores impactados caem até 2% e 3% no máximo, sendo que alguns inclusive sobem. A explicação é que os químicos estão no meio das cadeias produtivas e têm seu impacto diluído até chegar ao consumidor.

"A arrecadação de impostos sobre a indústria química caiu R$ 8 bilhões no ano passado por conta da retração pelo aumento de importações. O efeito do combate à inflação é irrisório e à custa de estar tornando inviável economicamente toda uma cadeia produtiva", declara o dirigente da Abiquim.

Para Gala, da FGV, a China tem uma escala de produção em produtos químicos dez vezes maior que a do Brasil, então o custo unitário é muito menor. "E tem dumping, uma vez que não respeitam questões ambientais. Caberia alguma proteção comercial do governo", avalia.

Segundo Rafaela Noman, diretora do Departamento de Defesa Comercial da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o governo tem acompanhado com atenção as denúncias de práticas desleais e atuado firmemente no sentido de combatê-las, aplicando as medidas cabíveis, quando provocada pelos setores que se sentem prejudicados e desde que haja elementos para defesa.

"Em razão dessas práticas desleais, estamos perdendo arrecadação, não há auxílio no combate à inflação e a gente está gerando PIB e renda de alta remuneração na China, na Índia, nos EUA e no México. Não é o caminho correto", completa Passos Cordeiro.

SEMINÁRIO DISCUTE A IMPORTÂNCIA DO SETOR

A Abiquim e o Estúdio Folha, ateliê de conteúdo patrocinado da Folha de S.Paulo, realizam seminário no dia 7/5 em que serão discutidas a importância do setor para o desenvolvimento econômico do país e a transição para a química verde. O seminário será transmitido pelo canal da Folha no Youtube.

INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA
Presente na base de todas as demais cadeias produtivas

Fabrica insumos indispensáveis para produção de:
- Alimentos
- Bebidas
- Combustíveis
- Plásticos
- Fibras sintéticas
- Autopeças
- Defensivos agrícolas
- Fertilizantes
- Cosméticos
- Computadores
- Eletroeletrônicos
- Construção
- Saneamento etc.

12% do PIB industrial brasileiro,

3º maior do setor no país

6ª mais importante do mundo

R$ 835 bilhões de faturamento (era de R$ 1 trilhão antes do aumento das importações)

2 milhões de empregos diretos e indiretos

R$ 33 bilhões em massa salarial, a 2ª maior da indústria, atrás da de alimentos

US$ 180 bilhões em capacidade instalada, na forma de fábricas e equipamentos

R$ 30 bilhões em impostos federais (deixou de recolher R$ 8 bilhões por conta dos importados)

3,1% é o crescimento da demanda média anual (acima da expansão de 2,2% do PIB)

Fontes: Abiquim e Ipea

SETOR APOSTA EM MISSÕES ESTRATÉGICAS

A Abiquim apresentou ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e à sociedade brasileira uma proposta com quatro missões estratégicas que visam ampliar a competitividade do setor químico. Segundo a entidade, Geraldo Alckmin, vice-presidente da República, manifestou forte apoio às propostas.

A primeira missão visa garantir acesso a preço justo e abundante ao gás natural como matéria-prima oriunda do pré-sal, diminuindo a vulnerabilidade do país no agronegócio com a produção local de fertilizantes.

O gás natural também viabiliza a produção de amônia, uréia, metanol, hidrogênio e outros produtos a partir do metano, além de petroquímicos básicos vindos do etano e do propano.

A segunda missão é a de bioprodutos e já está diretamente ligada à economia verde, com insumos produzidos a partir de biomassa vegetal e em substituição a matérias-primas tradicionais de origem fóssil.

São produtos de forte indução à inovação, que serão demandados globalmente na bioeconomia. As principais oportunidades estão na indústria alcoolquímica (etanol, açúcar e álcool) e oleoquímica (óleos vegetais).

A terceira visa ampliar a matriz energética limpa, com baixa pegada de carbono e custo competitivo, como a geração solar, eólica e a partir de biomassa.

Também passa por viabilizar a produção de hidrogênio verde e de soluções que alavancam as cadeias sustentáveis de químicos e favorecem a produção eletrointensiva. Metanol, hidrogênio verde, amônia verde e biogás/biometano são os produtos mais favorecidos.

Finalmente, a indústria química propõe fomentar investimentos e desenvolver um ambiente favorável para oportunidades decorrentes do novo Marco do Saneamento. Os principais produtos desenvolvidos são PVC (policloreto de vinil), cloro-soda e insumos para tratamento de água e efluentes.

Um desafio que ao mesmo tempo representa uma oportunidade para o segmento de químicos é a circularidade de produtos por meio de iniciativas de reciclagem. Além de retirar dejetos indesejáveis e potencialmente perigosos do ambiente, o material reciclado entra como insumo na produção de outros produtos. O processo de reciclagem segue a seguinte hierarquia: reutilização, reciclagem mecânica, reciclagem química e recuperação energética.

As quatro missões colocam a indústria química brasileira em consonância com os preceitos de uma economia moderna e sustentável.

O então presidente Jair Bolsonaro, durante ato em comemoração do Bicentenário da Independência, no 7 de Setembro de 2022, na praia de Copacabana, pelo qual ele foi declarado inelegível por abuso de poder Eduardo Anizelli - 7.set.22/Folhapress

Bolsonaro volta a palco de inelegibilidade e foca Moraes

Ex-presidente participa neste domingo de ato na praia de Copacabana

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) discursa neste domingo (21) a apoiadores na praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, local de realização da manifestação que levou à declaração de inelegibilidade pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), presidido pelo ministro Alexandre de Moraes.

Além da condenação em processo mirando uma reunião com embaixadores em que repetiu uma série de teorias da conspiração sobre as urnas, Bolsonaro também foi condenado por abuso de poder nos atos do 7 de Setembro de 2022 no Rio e em Brasília.

Neste domingo, aliados esperam uma fala sem ataques, mas em uma situação invertida em relação à última grande mobilização do ex-presidente, na avenida Paulista, em fevereiro, quando viam um Bolsonaro sob a mira. Agora, avaliam que a pauta do ex-mandatário é que pressiona o ministro.

A manifestação de fevereiro havia sido convocada dias após o ex-presidente sofrer uma busca e apreensão no âmbito das investigações sobre uma suposta tentativa de organizar um golpe de Estado após a vitória do presidente Lula (PT) nas eleições de 2022.

Minutos após convocá-la, Bolsonaro foi para a embaixada da Hungria, em Brasília, onde passou duas noites. A movimentação levantou questionamentos, refutados por ele, sobre uma eventual tentativa de blindagem em caso de ordem de prisão.

Já no Rio de Janeiro, neste domingo, na busca de inverter os papéis com o ministro, Bolsonaro deve apontar ofícios de Moraes para a retirada de conteúdo de redes sociais, divulgados nesta semana, como uma suposta "ameaça à democracia".

Iniciado pelo bilionário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), o tema ganhou tração com a publicação dos documentos por uma comissão do Congresso dos Estados Unidos comandada por um aliado do ex-presidente Donald Trump.

> "No momento em que o mundo todo toma conhecimento de quanto está ameaçada a nossa liberdade de expressão e de quanto estamos perto de uma ditadura é que faço um apelo a você
>
> **Jair Bolsonaro**
> ex-presidente em vídeo convocando apoiadores

A pauta, inclusive, apareceu no vídeo de convocação para o ato gravado pelo ex-presidente. Ele não cita Musk nominalmente, mas fala sobre liberdade de expressão ameaçada e riscos de ditadura.

"No momento em que o mundo todo toma conhecimento de quanto está ameaçada a nossa liberdade de expressão e de quanto estamos perto de uma ditadura é que faço um apelo a você", diz Bolsonaro no vídeo, antes de chamar apoiadores para o ato em Copacabana.

Assim como fez no ato da avenida Paulista, Bolsonaro pediu para que apoiadores não levassem bandeiras ou faixas. O objetivo é evitar que ataques a Moraes no público sirvam como argumento para uma reação do STF (Supremo Tribunal Federal).

Quase dois meses após o ato na Paulista, o entorno de Bolsonaro vê um ambiente menos tenso, com Moraes sob maior questionamento por suas ordens de suspensões de perfis nas redes.

O pastor Silas Malafaia, responsável pelo discurso mais duro na avenida Paulista, afirmou à colunista Mônica Bergamo que subirá ainda mais o tom em Copacabana. "Em São Paulo meu discurso foi água com açúcar."

Para o ato no Rio, não há expectativa de público no mesmo patamar visto em São Paulo, já que o entorno do ex-presidente avalia haver uma temperatura mais amena do clima político.

O palco escolhido para a manifestação, por sua vez, amplia o componente de confronto entre o ex-presidente e o ministro. O TSE declarou Bolsonaro inelegível por oito anos em razão do ato realizado na praia de Copacabana na comemoração do Bicentenário da Independência.

Na ocasião, houve uma solenidade oficial bancada com recursos públicos com oito horas de programação.

No julgamento do caso, Moraes classificou o comício como de caráter eleitoral e eleitoreiro. Ele disse que o tribunal não poderia fazer "a política do avestruz" e ignorar os atos ilícitos praticados nas comemorações da data. Além disso, afirmou que Bolsonaro instrumentalizou as Forças Armadas para mudar os desfiles e transformá-los num "showmício".

A condenação eleitoral pelo ato em Copacabana em 2022 também atingiu o ex-ministro Braga Netto, candidato a vice na chapa de Bolsonaro naquele ano. A inelegibilidade de oito anos imposta ao general da reserva impediu o avanço de sua pré-candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Não à toa, o novo indicado para a disputa, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL), pode não discursar no evento. Há preocupação entre aliados de que uma fala do ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) possa ser vista como uma forma de propaganda eleitoral antecipada.

Bolsonaro terá ainda a companhia do governador Cláudio Castro (PL), ausente na manifestação na avenida Paulista. O motivo oficial para o não comparecimento do aliado foi uma missão a Portugal, mas a intenção era evitar melindrar ministros do STF, onde ele busca a anulação de investigações contra si.

Agora, Castro encontrou uma justificativa para subir ao palanque ao lado de Bolsonaro. Ele afirmou que vai defender a democracia e o respeito ao resultado nas urnas também no Rio de Janeiro, onde é alvo de pedido de cassação no TRE (Tribunal Regional Eleitoral).

"A gente vai defender que a democracia seja cumprida aqui no Rio de Janeiro, que a decisão de 4.930.288 pessoas seja mantida", disse Castro.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que tem ganhado força como presidenciável da direita para 2026, deve comparecer ao ato no Rio, de acordo com aliados. Na manifestação em São Paulo, ele foi o único governador a discursar e mencionou melhorias que teriam ocorrido no governo do ex-presidente.

Já o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), que esteve presente na Paulista em um aceno ao seu principal apoiador na eleição, terá compromissos na cidade e não vai ao ato. Bolsonaristas consultados pela **Folha**, porém, minimizam sua ausência e afirmam que ele fez sua parte no protesto passado.

Colaborou Carolina Linhares

Ex-presidente espalha desinformação mesmo após condenação no TSE

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Fake news, distorção, ataques à imprensa, apoio a Israel e uma recente preocupação com os yanomamis compõem algumas das publicações feitas por contas oficiais de Jair Bolsonaro (PL) nas redes sociais, mesmo após o ex-presidente ter se tornado inelegível depois de difundir mentiras sobre o sistema eleitoral e ser condenado a indenizar jornalistas por ofensas ditas durante o seu mandato.

Em meio a postagens convidando apoiadores para manifestação a favor do político em Copacabana (RJ) no domingo (21), canais oficiais do ex-presidente repetem ataques à imprensa e se propõem a mostrar uma versão alternativa daquilo que a mídia, segundo a versão de Bolsonaro, não estaria disposta a mostrar.

No último domingo (14), uma das contas oficiais do ex-presidente publicou um vídeo no qual um homem que diz ser ex-integrante do PCC afirma ter sido instruído, assim como outros membros, a votar em Lula (PT) nas últimas eleições.

A estratégia de ligar Lula à facção, comumente utilizada por bolsonaristas, já rendeu a Bolsonaro multa de R$ 15 mil no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por fazer a associação nas eleições de 2022.

Os ministros do tribunal entenderam que foram propagadas mentiras "que buscaram abalar e ofender intencionalmente a imagem de Lula". O tribunal determinou ainda a remoção do conteúdo do publicado.

Também compõe o repertório das redes de Bolsonaro referência à crise humanitária dos yanomamis, usada politicamente para criticar o governo petista. Em vídeo publicado no dia 29 passado, um homem afirma que os yanomami relatam ter vivido "um período muito bom na gestão do Bolsonaro".

Como mostrou o Painel, o ex-presidente também divulgou a aliados, no dia 28, um vídeo com supostas imagens de miséria dos indígenas. Na lista de transmissão do WhatsApp, Bolsonaro escreveu: "Yanomamis condenados. Peço repassar".

A gestão do político foi marcada por uma crise entre os yanomamis que levou o Ministério da Saúde a decretar emergência em saúde pública.

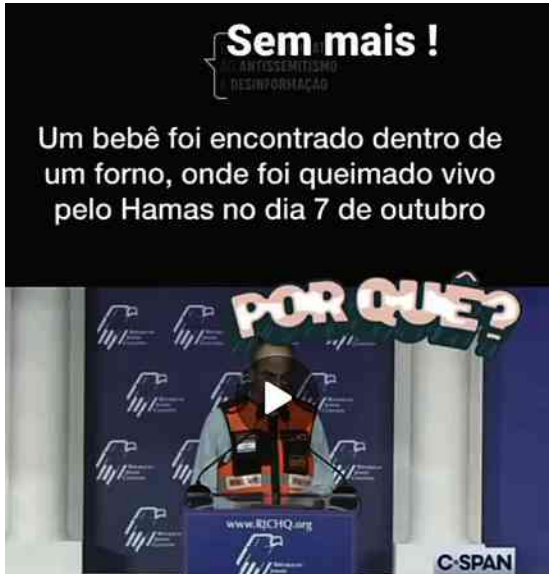
Também politizada, a guerra entre Israel e Hamas tem rendido postagens nas redes de Bolsonaro. Uma publicação contém desinformação ao fazer circular um boato de que a organização terrorista Hamas teria queimado um bebê vivo no forno. Segundo o site boato.org, voltado à checagem de notícias, não há indícios de que isso tenha ocorrido.

A utilização política da guerra foi intensificada nas redes de Bolsonaro depois que Lula a comparou, em fevereiro, a ação de Israel em Gaza à de Hitler contra os judeus. O uso político do conflito também se refletiu nas ruas e fez parte do discurso de aliados de Bolsonaro durante ato na Paulista, em fevereiro.

Em janeiro, outra desinformação circulou em conta oficial do ex-presidente. Dessa vez, a postagem fazia referência a uma acusação falsa de que o presidente Lula teria ganhado um carro zero-quilômetro da empresa chinesa de carros elétricos BYD. Conforme checou a Agência Lupa, a informação é falsa.

Na verdade, a BYD entregou um modelo Tan à Presidência da República em regime de comodato para "testes de uso e conhecimento do produto". O empréstimo sem custo ocorreu no dia 24 de janeiro e tem prazo de um ano.

Além de postagem com conteúdo falso e a repetição de estratégias que já lhe renderam multa, as redes de Bolsonaro divulgam informações distorcidas.

Exemplifica a tendência publicação de janeiro reunindo recortes de vídeos com falas do presidente Lula, por meio dos quais se busca construir a imagem de que haveria um cenário de manipulação para impedir Bolsonaro de retornar ao poder.

Boato divulgado pelo ex-presidente sobre ação do Hamas em ataque contra Israel Jair Bolsonaro no Telegram

Bolsonaro durante fala a embaixadores, que foi central na ação que culminou em sua inelegibilidade Reprodução

No conteúdo distorcido, Lula também aparece dizendo ter "consciência de que jamais a gente poderia chegar ao poder pela via do voto, pela via democrática" e insinuando que os ataques do 8 de janeiro são de responsabilidade do atual governo.

O vídeo termina com a fusão da imagem do presidente com a de uma figura de traços demoníacos, que afirma "aí nós vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar eleição". A publicação tem a marca d'agua das redes sociais da deputada estadual Ana Campagnolo (PL-SC).

Além das postagens, o ex-presidente voltou a fazer críticas infundadas contra o TSE no início de fevereiro, quando disse em entrevista que o tribunal trabalhou para "eleger Lula a qualquer preço".

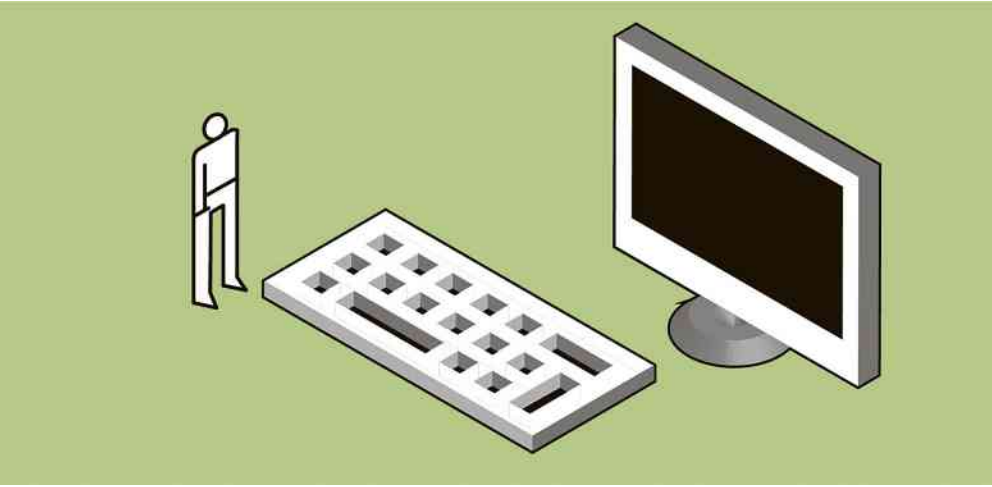
Em convocação para a manifestação de domingo em Copacabana, o ex-presidente também tem afirmado que o Brasil está "perto de uma ditadura" e vê ameaçada a liberdade de expressão.

Atualmente, Bolsonaro é alvo de vários eixos de investigação envolvendo, dentre outros pontos, milícias digitais, que teriam promovido ataques virtuais a opositores e às vacinas contra a Covid-19.

Também é alvo de apuração sobre uma suposta trama golpista após ele ter perdido a eleição de 2022, além do caso envolvendo suspeita de falsificação de cartão de vacina e venda de joias presenteadas por autoridades.

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

O suposto equilíbrio da Folha

Jornal segue sua cartilha e não evita sinais contraditórios aos leitores

José Henrique Mariante

Todo cuidado é pouco na hora de relatar crimes, pelo simples fato de que, passado o devido julgamento, pode ser que eles não tenham acontecido. Quer dizer, a Justiça ou o júri podem concluir que não existiram ou que os acusados não foram os responsáveis. No jornalismo, é complicado desdizer as coisas. Prudência então.

Efeito colateral disso é o uso por vezes exagerado no texto jornalístico de adjetivos como "suposto". A suposta agressão, o suposto desvio, o suposto estuprador. Cada caso é um caso, mas frequentemente a culpa acaba relativizada na prática por uma questão semântica: além de indicar algo admitido a priori, por conjectura ou lógica, suposto também carrega o significado de imaginado, inverídico. A boa edição contorna o julgamento antecipado sem, no entanto, brigar com o óbvio. Em um caso de violência doméstica, por exemplo, seria correto usar suposto agressor, mas as circunstâncias podem tornar a descrição ingênua ou até descabida.

Na cobertura dos entreveros entre Elon Musk e Alexandre de Moraes, na última semana, a **Folha** *escreveu que os inquéritos do STF "apuram disseminação de fake news e suposta tentativa de golpe de Estado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados". "Suposta?", indagou uma atenta leitora.*

Ainda que insistam na discussão, é preciso ser bolsonarista para asseverar que os envolvidos não trabalharam por um golpe no Brasil nos estertores do governo anterior. Na frase, o "apuram" já dispensaria o "suposto", tanto que o adjetivo não aparece antes de "disseminação de fake news". Quem nega o golpe nega tudo.

Padrão, excesso de zelo, ato falho, a opção da **Folha***, segundo a leitora, é o detalhe eloquente de uma intenção deliberada do jornal de fazer "o peso crítico recair todo sobre o Supremo, não sobre os acusadores, representantes bem sabemos do que e de quem".*

A questão não é se obrigar a defender ou contestar Moraes, qualquer predisposição é ruim, mas o desbalanço do criticismo, que faz o jornal escorregar para um dos lados.

Algo parecido ocorre no debate sobre censura e regulação das redes sociais, para ficar em terreno próximo. É muito fácil adotar um discurso de preservação da liberdade de expressão, mas, no atual estado de coisas, é preciso fazer força para mostrar que isso nada tem a ver com o extremismo, interessado apenas em uma via sem obstáculos ou contraditório.

É confortável para a **Folha** *adotar as posições habituais de equilíbrio, ignorando o fato de que podem não dar conta das circunstâncias. Com o perdão do trocadilho, supor que isso será suficiente para os leitores é um equívoco.*

Andar com fé...

A **Folha** *anda pródiga em novidades, lançando quase que semanalmente novas seções, séries e colunas. Um bom sinal. Na última semana, chamou a atenção o advento de um blog "que pretende trazer informações sobre o universo evangélico com o olhar de quem frequenta uma igreja evangélica".*

A descrição está no texto de apresentação de Evangélicos, produto da jornalista Melina Cardoso, que já se ocupou do blog Maternar e é a dona do conhecido tom das narrações de vídeos da TV Folha. Melina quer "furar a bolha e dar voz a um público que cresce vertiginosamente ano após ano". Alguns leitores se incomodaram.

"Entendo que a **Folha** *deveria ser um jornal laico. Se abre um espaço para evangélicos, deveria abrir também para outras religiões. Caso contrário, estará sendo parcial e tendenciosa", escreveu um assinante. "A* **Folha***, que vive sendo acusada de estar virando à direita, é pior, está virando pentecostal", afirmou outro.*

"A **Folha** *vem incrementando a cobertura jornalística do movimento evangélico no país nos últimos anos, e nesse processo é natural que incorpore o tema também nas seções de opinião, em que um blog mais dedicado a esse fenômeno religioso aparece em meio a mais de uma centena de outras colunas e blogs das mais diversas características", diz a Secretaria de Redação, que recusa a ideia de a* **Folha** *estar se submetendo a um só grupo. "Trata-se de cumprir a missão do jornal de refletir em suas publicações a dinâmica da sociedade brasileira contemporânea."*

A **Folha** *já teve cardeais católicos opinando de maneira regular no jornal em tempos bem diferentes, assim como conta com colunistas de crenças variadas. Nenhum, porém, dedicado a uma delas, como agora. É razoável o jornal querer se aproximar de qualquer público, mas há um passo diferente aqui. A ver aonde levará.*

Na cobertura do eclipse solar no hemisfério Norte, o jornal The New York Times fez uma abordagem mística do fenômeno. A repórter responsável pela matéria, segundo seus créditos, escreve sobre "fé e espiritualidade". Sobre o que for, é preciso escrever para todos.

... eu vou

O ombudsman sai de férias. A coluna volta em 19 de maio.

Juliana Freire

A bagunça dos planos de saúde

A Unimed cancelou a cliente de 102 anos

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

A repórter Cláudia Collucci contou o caso de Martha Treco, uma senhora de 102 anos que paga R$ 9.300 por mês à Unimed e recebeu um aviso de que seu plano de saúde foi cancelado. Grotesco, o episódio foi contornado, mas serve para mostrar a bagunça que vigora nesse mercado, prejudicando dezenas de milhares de pessoas. Vale recapitulá-lo:

A senhora é freguesa da Unimed desde 2009 e, no dia 28 de março, recebeu uma carta informando que "apesar de todos os nossos esforços para a manutenção da sua permanência", o plano "será cancelado a partir de 1º de maio de 2024".

Seu filho procurou a empresa e foi informado de que a Unimed estava no direito de cancelar o contrato. Como a Unimed disse numa nota, a empresa cumpre rigorosamente as leis e as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Essa é a verdade, amparada pela ANS. Se uma senhora de 102 anos paga um plano coletivo ou de adesão desde 2009, ela pode ser cancelada, ponto. Não há nada a negociar, nem se oferecem alternativas. Como se chegou às leis e normas que geram situações como essa é outra história.

Quando a família da senhora procurou a imprensa, o jogo virou. As leis e normas da ANS foram às favas e a Unimed telefonou avisando que o plano de saúde da senhora não seria mais cancelado. Se a repórter não tivesse contado o caso, ele iria para baixo do tapete. Lá estão boa parte das 3.848 reclamações contra planos de saúde apresentadas no ano passado à ANS. Num só escritório de advocacia de São Paulo, nos três primeiros meses do ano, os litígios com planos passaram de 42, em 2023, para 119. Pudera, outra operadora, a Hapvida já foi apanhada desrespeitando até mesmo liminares da Justiça.

O mercado de operadoras de saúde privadas está povoado por coitadinhos profissionais. Somando má administração com excesso de confiança, a gigante americana UnitedHealth foi-se embora do Brasil, reclamando. Do mercado, vem a queixa de que de 2021 a setembro do ano passado, o setor teve um prejuízo operacional de R$ 18 bilhões e isso resultará num enxugamento dos serviços. Tudo bem, mas em 2020, as operadoras lucraram R$ 18,7 bilhões. Além disso, a Agência Nacional de Saúde informa que, em 2023, 74% das empresas (705 operadoras) tiveram um lucro líquido de R$ 2,9 bilhões.

Quem ficou no prejuízo deveria pesquisar a gestão da empresa em vez de reclamar, para tungar a clientela. Além disso, todo o setor padece da ausência adequada de controles de custos, confiando em fontes de advocacia auricular na ANS, no Congresso e nos escurinhos de Brasília.

Quando a Unimed informa que cancelou o plano da senhora de 102 anos respeitando as leis, é porque essas leis (e as normas) são escritas para ferrar a freguesia.

A fundação de Curitiba

Seis anos depois de sua exposição, o escalafobético acordo da Petrobras com o Ministério Público em Curitiba voltou para a vitrine, empacotado numa decisão do corregedor Luis Felipe Salomão. Ele ressuscitou a questão, decidindo afastar das funções a juíza Gabriela Hardt, que atuou na Vara Federal de Curitiba que ratificou o acerto. O Conselho Nacional de Justiça, contudo, revogou a decisão.

O passado pode ser incerto, mas é sempre o mesmo. Em setembro de 2018, um primeiro acordo, assinado pela Petrobras com o Departamento de Justiça americano, estabeleceu que o equivalente a R$ 2,5 bilhões seriam passados a "autoridades brasileiras". Essa expressão é usada duas vezes e o texto não especifica que "autoridades" são essas. Os diretores de hospitais e de serviços funerários também são "autoridades".

Poucos meses depois, em janeiro de 2019, 12 procuradores de Curitiba assinaram outro acordo com a Petrobras e transferiram o ervanário para uma conta da Caixa Econômica Federal de Curitiba, em nome do Ministério Público Federal. Ninguém se perguntou por que o dinheiro foi parar lá, e não para a Bolsa da Viúva, no Tesouro Nacional. A juíza Hardt homologou esse acerto e, em depoimento, disse que decidiu depois de uma mensagem "muito eventual", dada a urgência da questão.

Luis Felipe Salomão viu gatos nessa tuba. Além disso, expôs a "gestão caótica" das finanças da todo-poderosa Vara de Curitiba. Caberá ao STF e ao CNJ dizer quanto havia de método naquele caos.

A migração dos R$ 2,5 bilhões tramitou numa papelada protegida pelo mais alto grau de sigilo. A juíza Hardt homologou a migração esquecendo-se de consultar ou mesmo avisar aos outros agentes públicos. Isso num caos onde pelo menos uma ação caducou porque o advogado da parte interessada perdeu um prazo.

O ervanário cairia no cofre de uma fundação que poderia ser dirigida por um procurador aposentado. Exposta, a manobra morreu no Supremo Tribunal Federal. Lá, o ministro Alexandre de Moraes condenou sua moralidade.

A fundação de Curitiba teve outra particularidade. Enquanto tramitou, esteve protegida pelo sigilo. Depois que foi exposta à luz do sol, ficou sem pai, mãe ou defensores.

Para o ministro Luís Roberto Barroso, a criação da fundação foi uma "ideia ruim". Nesse caso, foi a maior "ideia ruim" de todos os tempos, valendo R$ 2,5 bilhões.

A bola foi e voltou, mas continua sem explicação como e por que esse dinheiro foi parar numa conta do Ministério Público em Curitiba.

Censura sigilosa

A divulgação, nos Estados Unidos, de decisões sigilosas do ministro Alexandre de Moraes mandando retirar mensagens das redes sociais criou uma situação embaraçosa para a Justiça brasileira.

Algumas ordens seguiam um texto padronizado e diziam:

"Tendo em conta a natureza confidencial destes processos, devem ser tomadas as medidas necessárias para mantê-los (em sigilo). Sem mais delongas, aproveito a oportunidade para renovar minhas expressões de elevada estima e consideração".

Faltam estima e consideração quando não se diz por que uma mensagem deve ser cancelada.

O gabinete do ministro informou que as decisões são fundamentadas. Se há fundamentação, nada impedia que, junto com a proibição, seu link fosse apensado ao ofício.

Durante a ditadura, os censores eram explícitos. Em 1972, por exemplo, eles determinaram:

"Nenhuma referência, contra ou a favor de Dom Helder Câmara".

O sonho das contas

Desde a semana passada, quem duvidar das previsões do Ministério da Fazenda para o equilíbrio das contas públicas não pode mais ser acusado de bolsonarismo, vendido ao mercado ou desmancha-prazeres.

Quem duvida dessas metas é o Fundo Monetário Internacional.

Em geral, o FMI acredita em lorotas, desde que não se exagere.

Plano previa Porta dos Fundos e memorial nos 60 anos do golpe

Lula barrou atos; ministério avaliou Fernanda Torres ou Bruno Gagliasso em cerimônia

Mateus Vargas e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo Lula (PT) tinha uma programação construída para marcar os 60 anos do golpe militar antes de o presidente vetar menções, eventos e ações sobre a efeméride.

Entre os planos estava a produção de um vídeo no canal de humor Porta dos Fundos, a realização de um evento com celebridades e a transformação em memorial do antigo DOI-Codi, o aparato de repressão e tortura do regime militar em São Paulo.

Toda a campanha relacionada à memória da ditadura (1964-1985) foi vetada pelo presidente, o que foi criticado pela sociedade civil. O motivo foi evitar confrontos com as Forças Armadas diante do avanço das investigações sobre articulação golpista envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e militares que culminou nos ataques de 8 de janeiro de 2023.

O Ministério dos Direitos Humanos chegou a elaborar uma série de documentos de preparação para as agendas em alusão ao golpe, como plano de comunicação e material gráfico da campanha. Já havia minutas de convites a ministros, prefeitos e governadores.

O plano foi discutido desde o fim do ano passado. A ideia era promover eventos e campanhas sobre a ditadura até dezembro de 2024.

No plano de comunicação, por exemplo, havia a sugestão de levar o ministro Silvio Almeida (Direitos Humanos) a programas como o Altas Horas, de Serginho Groisman (TV Globo), e Sem Censura, da Cissa Guimarães (TV Brasil).

A pasta avaliava propor a produção de programa do Porta dos Fundos com o ministro, além de um quadro no "Que história é essa, Porchat?", do GNT, do humorista Fábio Porchat. O objetivo era mobilizar o "público mais jovem".

Os documentos não deixam claro se as ideias já haviam caído antes do veto de Lula ou se o presidente conhecia o que estava planejado. Procurado, o Ministério dos Direitos Humanos não se manifestou.

A pasta planejava transformar dois dos principais locais de tortura da ditadura em memoriais: a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), e o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). O documento, porém, não especificava qual unidade dos centros de tortura seria transformada em ponto de lembrança sobre a ditadura.

O slogan da ação do governo chegou a ser registrado em textos internos da pasta: "60 anos do golpe 1964-2024 — sem memória não há futuro".

Uma das ações, sobre "política de desaparecidos", recebeu um alerta nos planos do ministério. "PONTO DE ATENÇÃO: A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ainda não foi reinstalada por meio de decreto presidencial", afirmava um dos documentos obtidos pela reportagem. Lula ainda se recusa a recriar o órgão.

Em paralelo, o ministério planejava evento no Museu Nacional da República, em Brasília, para cerca de 700 convidados. A cerimônia teria discurso do ministro Silvio Almeida e exaltaria a luta de militantes e perseguidos pelo regime de exceção comandado pelos militares.

O ministério também avaliava convidar apresentadores para o evento dos 60 anos do golpe. Uma lista sugeria para a função os atores Bruno Gagliasso, Fernanda Torres, Taís Araújo e Dira Paes, além do músico Chico César e o deputado federal Henrique Vieira (PSOL-RJ).

Também se planejava uma agenda musical. O documento mostra planos de convidar Gilberto Gil, Mano Brown, Daniela Mercury ou Teresa Cristina como "atrações culturais" de "projeção nacional".

Uma nova versão do documento retira alguns nomes da lista, como Gil e Gagliasso.

Familiares de pessoas desaparecidas também seriam convidados. Um dos nomes avaliados era Leo Alves, porta-voz da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia.

O grupo reúne cerca de 150 entidades e cobrou Lula por declarações minimizando a ditadura, antes mesmo do cancelamento dos atos. No fim de fevereiro, o presidente disse que não queria "remoer o passado" e que estava mais preocupado com as ações golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Dias após a declaração do petista, Alves disse à **Folha** que se sentia traído.

O orçamento federal destinado às ações e políticas públicas relacionadas à promoção da anistia e da memória sobre a ditadura caiu 96% em uma década, como mostrou a **Folha**. Em 2024, ano dos 60 anos do golpe, esta verba alcança cerca de R$ 1,5 milhão e parte é destinada à Comissão de Mortos e Desaparecidos, que segue no papel.

Em 2014, o recurso superava R$ 36,2 milhões, considerando valores corrigidos.

No começo de março, a coluna Painel mostrou que Lula orientou ministérios a não realizar críticas nem atos em memória dos 60 anos do golpe.

Após o veto, o Conselho Nacional de Direitos Humanos adotou medidas relacionadas à ditadura e com recados a Lula. O conselho é vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, mas tem autonomia. É formado por representantes da sociedade civil e do poder público.

Padilha diz que crise entre governo Lula e Congresso está superada

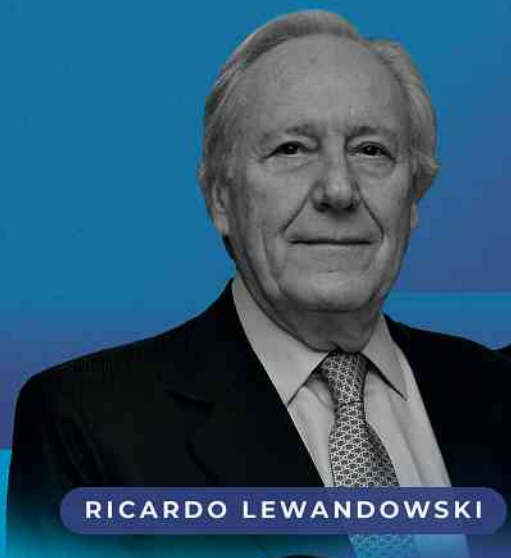
SÃO PAULO Em meio a ataques pessoais e risco de derrotas no Congresso, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, negou a existência de uma crise entre o governo Lula (PT) e o Legislativo.

"Qualquer dificuldade de relação, diálogo, está absolutamente superada", afirmou à GloboNews. Ele disse ainda que "o sucesso da dupla governo federal e Congresso Nacional, que trouxe tantos ganhos para o país" seria mantido neste ano.

"Da minha parte, não tem qualquer rompimento de diálogo", afirmou.

Segundo ele, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), tem mantido diálogo diário com a base e a oposição.

Na sexta-feira (19), Guimarães declarou que é necessário um "consertinho" na relação entre o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Mas nada que atrapalhe a nossa vontade", completou.

Na semana passada, o presidente da Câmara criticou abertamente Padilha, responsável pela articulação política do governo. Disse que o ministro era um desafeto pessoal e "incompetente".

Primeiro comício das Diretas Já na praça da Sé, no centro de São Paulo, que reuniu mais de 300 mil pessoas Gil Passarelli - 25.jan.84/Folhapress

Ditadura tentou reprimir Diretas Já apesar de abertura

Censura, violência policial e até blecaute foram percalços para a campanha

40 ANOS DAS DIRETAS

Matheus Tupina

SÃO PAULO A ditadura militar, que havia prometido abertura política e a realizava de forma "lenta, gradual e segura", tentou reprimir a força das manifestações das Diretas Já, que reunia centenas de milhares de pessoas nas ruas das principais capitais do país e unia a oposição em torno do direito ao voto para presidente.

O general João Figueiredo, último presidente do período autoritário, chamou o movimento de subversivo e baixou decreto com medidas emergenciais, atribuindo ao Exército o controle da segurança pública em Brasília e em municípios ao redor.

Além disso, operações das polícias, a imprensa sob pressão do governo e até um blecaute foram percalços para a campanha, frustrada com a derrota da PEC (proposta de emenda à Constituição) Dante de Oliveira, que convocava o pleito direto para a chefia do Executivo federal, em abril de 1984.

Os militares não queriam perder o controle do processo da abertura política, o que ocasionou resistências, cristalizadas em repressão e atos considerados contraditórios.

Ao mesmo tempo que foi liberada, em 1974 e sob o governo de Ernesto Geisel, a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, houve um aumento dos casos de tortura de opositores. Em seguida, o MDB conquistou uma vitória nacional expressiva no pleito, obtendo 160 cadeiras na Câmara dos Deputados e 22 no Senado.

No ano seguinte, o jornalista Vladimir Herzog morreu torturado em São Paulo, mobilizando protestos pelo mundo.

Em 1976, foi criada a Lei Falcão, derivada do nome do então ministro da Justiça, Armando Falcão. A partir daí, a propaganda eleitoral deveria se restringir à narração do nome, do partido, do número e do currículo de cada candidato, cerceando o debate de ideias e críticas ao regime.

Um ano depois, veio o Pacote de Abril, série de leis outorgadas por Geisel que mantinham as eleições indiretas em todos os níveis da federação, entre outras restrições. Em 1978, o AI-5 (Ato Institucional de número 5) foi revogado em meio ao crescimento da oposição, e em 1979 vieram a Lei da Anistia e a volta do pluripartidarismo.

Passeata pelas Diretas realizada em São Paulo Luiz Carlos Murauskas - 25.abr.84/Folhapress

A linha dura, então, respondeu com uma série de atentados a bomba, incluindo o do Riocentro, em 1981, que marcou a reabertura política visando conferir legitimidade a uma possível nova rodada de repressão pelo governo.

É no meio desse vaivém que surgem as Diretas Já, que desagradaram aos militares, inclusive Figueiredo, pela ampliação dos comícios, fora da tutela da caserna. Inicialmente ignorada pela ala majoritária do agora PMDB, a proposta passou a ganhar força entre a esquerda e teve ajuda dos governadores oposicionistas.

O general-presidente chegou a chamar de subversivo o primeiro protesto das Diretas em São Paulo, ocorrido em novembro de 1983 em frente ao estádio do Pacaembu, com pouco público.

No entanto, dois meses depois, no aniversário da capital paulista, a ditadura se deparou com uma movimentação de cerca de 300 mil pessoas, e em 16 de abril, com 400 mil, segundo o Datafolha, demandando o direito de escolher o mandatário do país.

Figueiredo se deu conta de que era preciso tomar as rédeas do processo de abertura política novamente. Assim, propôs uma PEC alternativa à Dante de Oliveira, que autorizaria a escolha direta do presidente em 1988, ou seja, quatro anos mais tarde.

A proposta, amplamente criticada nos comícios, não vingou. Os parlamentares de oposição apresentaram uma alteração no texto para convocar o pleito imediatamente, o que desagradou ao Planalto e o obrigou a retirar o projeto, contrariando fala do presidente em rede nacional.

A imprensa também foi alvo dos militares. A Band, por exemplo, transmitiu ao vivo imagens do comício da Sé e, como consequência, seu dono, João Saad, foi impedido de abrir outra emissora em Brasília.

Executivos da Globo relataram cobranças do regime para minimizar a importância dos atos. Roberto Marinho, dono da rede, testemunhou um helicóptero militar pairando a poucos metros de sua sala.

Uma semana antes da votação da PEC Dante de Oliveira, o governo baixou medidas de emergência para salvaguardar as instituições, instrumento que, em substituição ao AI-5, daria direito ao Executivo de cercear o direito de reunião, impor censura e delegar ao Exército a segurança pública de Brasília e das cidades no entorno.

Figueiredo já havia utilizado esse instrumento antes, em outubro de 1983, na votação de projetos de arrocho salarial e dos crescentes protestos orquestrados pela recém-criada CUT (Confederação Única dos Trabalhadores). PMs cercaram Brasília, bloquearam estradas e chegaram a invadir a sede regional da Ordem dos Advogados do Brasil).

Com isso, as emissoras de rádio e de televisão foram proibidas de transmitir a sessão de votação da proposta em plenário, em 25 de abril de 1984. Tropas policiais e militares cercaram o prédio do Congresso Nacional, medida que blindou os parlamentares que votariam contra o projeto da proximidade com eleitores.

> "Parte dos grupos políticos da época tinha ligações diretas ou indiretas com a ditadura, e mesmo grupos não vinculados à ditadura tiveram que negociar, em alguma medida, com o regime nos anos que antecederam a abertura
>
> **Rodrigo Gallo**
> professor de relações internacionais

+

Auge do movimento das Diretas completa 40 anos

Em março de 1983, a emenda que propunha a restauração de eleições diretas para a Presidência obteve assinaturas suficientes para ser apresentada no Congresso e, aos poucos, a campanha das Diretas passou a atrair o apoio de políticos da oposição à ditadura e da população. O movimento atingiu seu ápice em abril de 1984, com grandes comícios em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia, tornando-se a maior mobilização popular da história do país. Mesmo derrotada na Câmara, a campanha pelas Diretas impulsionou o processo de redemocratização e de conquistas da Constituição de 1988.

No início da noite, os manifestantes que acompanhavam a sessão no Distrito Federal foram alvo de pancadaria, sendo perseguidos por pelotões armados, munidos de bombas de gás lacrimogêneo.

Para completar, houve um blecaute nas regiões Sul e Sudeste no dia da apreciação da PEC, impedindo a população de acompanhar por quaisquer meios que conseguissem informações. Segundo a Eletrobras, que controlava o sistema elétrico nacional, o apagão havia sido causado por problemas técnicos na rede de transmissão.

Os ingredientes foram suficientes para a receita vista com frustração e choro pelo país no final daquele dia —com 113 ausentes, a emenda das Diretas obteve 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções, sendo rejeitada. O número era insuficiente para passar uma proposta de emendar a Constituição à época, já que eram necessários dois terços dos deputados, um total de 320.

Para Rodrigo Gallo, professor de relações internacionais do Instituto Mauá de Tecnologia, o governo militar não via com bons olhos uma eleição direta naquele momento porque a via indireta serviria para não apartar o regime existente do novo governo e nem dos processos decisórios no Executivo.

Ele cita o caso da eleição de pessoas ligadas à ditadura naquele momento, como Delfim Netto, que se tornou deputado federal em 1986. O pleito indireto permitiu que diversos representantes do período autoritário se mantivessem na vida política a partir de um processo eleitoral.

"Parte dos grupos políticos da época tinha ligações diretas ou indiretas com a ditadura, e mesmo grupos não vinculados à ditadura tiveram que negociar, em alguma medida, com o regime nos anos que antecederam a abertura."

Gallo afirma que as Diretas Já tornaram a abertura política diferente do que desejavam os militares e do que queriam os vários segmentos da sociedade civil. E ressalta a presença de marcas da ditadura no campo político ainda hoje pela falta de uma transição que tivesse lidado com mais rigor com os acontecimentos dos anos anteriores.

"Há pautas ligadas a costumes, questões indígenas, desrespeito a direitos humanos, dentre outros, que ainda são alvos de disputa. É um cenário complexo, que dificilmente deixará de existir tão cedo."

Cantora cega leva voz e acessibilidade para as urnas eletrônicas

Sara Bentes gravou 30 horas e humaniza o software de leitura de tela que será usado na eleição deste ano

VIDA PÚBLICA
DIAS MELHORES

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO A atriz e cantora Sara Bentes, 43, sempre sonhou em dar a voz a uma ferramenta de leitura de tela, recurso que, por ser cega, ela usa desde a adolescência. A partir deste ano, Sara será a nova voz da urna eletrônica e poderá ser ouvida pelos 216 mil eleitores com deficiência visual cadastrados para votar, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

As urnas passarão a usar o software Letícia, batizado em homenagem ao segundo nome de Sara. Ela gravou por 30 horas para viabilizar o sistema de leitura de tela, que foi desenvolvido por programadores cegos.

"Minha expectativa é que mais eleitores com deficiência visual se sintam seguros para votar, com autonomia e motivados por utilizar a urna com muito mais precisão", diz.

Sara gravou narrações de frases curtas e aleatórias, tiradas de jornais e livros, para gerar um banco de dados de sua voz. Com base nele, uma inteligência artificial identificou o padrão de fala da artista, desde a entonação até os momentos de pausa e de pontuação, criando a voz sintetizada.

O software faz parte do projeto de acessibilidade RHVoice e está disponível gratuitamente na internet. A equipe da seção de voto informatizado do TSE fez a integração do recurso à urna.

A mudança para uma voz menos robótica e mais compreensível foi uma demanda da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB).

As máquinas usadas nas duas últimas eleições, em 2020 e 2022, já contavam com um sintetizador de voz. No entanto, a falta de entonação adequada dificultava o entendimento de algumas palavras, como o nome dos candidatos, por exemplo.

"O quanto de erro pode ter causado essa voz que não era muito inteligível?", questiona Sara. "A coisa robótica não tem nada de expressão. É um som grotesco, então vira um ruído e te distrai do conteúdo."

Ainda que não fosse o ideal, segundo Sara, o software daquelas eleições foi um avanço se comparado ao que era usado até 2018, com áudios pré-gravados. Naquela época, a leitura de tela, além de ter uma voz de baixa qualidade, não informava o nome do candidato que estava sendo votado, reduzindo a autonomia do eleitor cego ou com baixa visão.

Trabalhos com voz são a principal atividade profissional de Sara Bentes. Ela diz que descobriu a aptidão para a arte na adolescência, quando começou cantando no coral da escola. Desde então, fez teatro, ganhou competições internacionais de canto e atuou em diferentes projetos com a voz.

Um deles é o espetáculo "Show no Escuro", em que o público escuta performance musical em total escuridão.

Para ela, levar a própria voz à urna é uma maneira de promover a representatividade. "Tudo o que a gente busca é protagonismo. A voz de uma pessoa cega vai estar dando autonomia para várias outras pessoas cegas."

Sara diz que, até as mudanças surgidas a partir de 2020, votar com um acompanhante era indispensável, devido à dificuldade em entender a leitura de tela da máquina, o que pode prejudicar o direito ao voto secreto.

"Às vezes alguém da própria família coagia a pessoa cega, porque estava apoiando um outro candidato. Conheço histórias assim e é muito grave", diz.

Pessoas com deficiência estão incluídas na lista dos que têm direito a votar com um acompanhante. Segundo Alberto Pereira, presidente da ONCB, um dos objetivos dessa mudança na voz da urna é justamente levar mais autonomia para quem é cego ou tem baixa visão, além de incentivar o voto desse grupo.

Dados do TSE sobre o pleito presidencial de 2022 mostram que a taxa de abstenção geral é de quase 21%. O número sobe para 36% entre votantes com deficiência, e é de 35% para pessoas com alguma demanda visual. A falta de inclusão desmotiva esses eleitores, de acordo com Pereira.

A atriz e cantora Sara Bentes Zô Guimarães/Folhapress

> Quando você amplia a acessibilidade, você incentiva que as pessoas se sintam respeitadas e participem desse processo
>
> **Alberto Pereira**
> presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil

"Quando você amplia a acessibilidade, você incentiva que as pessoas se sintam respeitadas e participem desse processo", diz.

A ONCB sempre recebeu reclamações de pessoas com deficiência visual durante as eleições, segundo Pereira. Além da baixa qualidade da voz na urna, havia lugares onde faltavam fones de ouvido para conectar à máquina. Em outras ocasiões, era necessário subir muitos lances de escada para chegar à seção e votar.

Somado a isso, também se aponta a falta de preparo de parte dos mesários, que nem sempre estão aptos para atender a quem é cego ou tem baixa visão.

O TSE diz, em nota, que os mesários aprendem durante o treinamento sobre acessibilidade nos locais de votação e a atender eleitores com deficiência. Alberto diz perceber avanços no investimento em capacitação dessa equipe.

O presidente da ONCB afirma que o TSE esteve desde o início aberto às mudanças propostas pela organização. Para ele, tornar a voz das urnas mais compreensível, sobretudo por ter sido gravada por uma pessoa cega, é um indício da ampliação da acessibilidade.

"Isso mostra também a importância de envolver nos processos as pessoas com deficiência", afirma. "Essa voz se propõe a ser mais agradável, audível e precisa. Não é uma grande inovação o que está sendo feito em 2024, mas é sem dúvida o aprimoramento de um processo histórico de respeito às pessoas cegas e com baixa visão."

Todas as urnas eletrônicas terão a leitura de tela, segundo o TSE. O eleitor deve pedir ao mesário para ativar o recurso e, na hora de votar, receberá fones de ouvido.

Para onde, direita?

Brasil não terá estabilidade sem direita responsável com ambição presidencial

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História".

Poucas coisas fazem mais falta ao Brasil do que uma direita responsável que, como o PT e o falecido PSDB, se especialize em ganhar eleições presidenciais.

Desde os anos 1990, os partidos brasileiros se especializaram em coisas diferentes. O PT e o PSDB, cada um com seus aliados mais tradicionais (PC do B, PFL etc.), disputavam a Presidência. Outros partidos, como o PMDB ou o PP, se especializaram em vender apoio no Congresso a quem elegesse o presidente.

Entre 1994 e 2014, PT e PSDB discordaram sobre quase tudo, mas mantiveram ao menos um interesse comum: a Presidência da República, como instituição, tinha que continuar forte.

Com a crise do PSDB, a liderança da direita passou para os bolsonaristas. Mas o bolsonarismo não se especializou em vencer eleições presidenciais. Especializou-se em golpe de Estado.

Enquanto o golpe não vinha, Jair evitava o impeachment entregando para o Congresso absolutamente tudo que o centrão queria. E quando um Rodrigo Maia da vida aprovava alguma reforma por iniciativa própria, isso até lhe ajudava: dava a impressão de que o Guedes trabalhava.

Desde a crise do PSDB, portanto, o PT não tem um rival com quem compartilhe o interesse em preservar a instituição da Presidência da República. E isso é ruim, porque a esquerda não tem força para fazer isso sozinha. E o Executivo ainda é o único Poder que tem algum incentivo eleitoral para, por exemplo, manter o equilíbrio das contas públicas.

Sim, às vezes o STF pode ajudar a preservar a Presidência, até pela promiscuidade do centrão com o golpismo. Mas isso não é um arranjo estável, e tem potencial de descarrilhamento.

Não vejo cenário de estabilização institucional sem que a direita brasileira volte a ser liderada por um partido ou movimento não golpista com ambições presidenciais.

E isso não está acontecendo.

Para começar, a direita precisa decidir que sistema de governo defende. As propostas de "semiparlamentarismo" deram uma sumida, mas muita gente no centrão parece confortável com a tendência de progressivo enfraquecimento da Presidência da República dos últimos anos.

Afinal, a direita sempre controlou o Congresso, graças à gambiarra de começar nossa democracia com a classe política herdada da ditadura. Já que não dá para ganhar a Presidência, pensam, vamos levar o poder para o lugar onde a gente sempre ganha.

Do outro lado, os principais presidenciáveis de direita até agora são postes do golpe. Até entendo que candidatos conservadores busquem os votos bolsonaristas, ou o apoio das igrejas bolsonaristas. Mas nenhum parece disposto a construir um movimento dentro do qual os bolsonaristas sejam uma minoria disciplinável.

Não me parece óbvio que Tarcísio, Caiado ou Zema sequer tenham interesse em moderar o bolsonarismo. Quando têm, topam terceirizar a tarefa para Alexandre de Moraes.

Em algum momento dos anos 1990, o social-democrata Fernando Henrique Cardoso olhou para a direita brasileira, suspirou de desgosto e disse "OK, dá aqui essa porcaria, vocês não sabem fazer". Quem teria disposição para assumir essa tarefa civilizatória hoje em dia? Por que, com as emendas dando grana e as igrejas dando voto, a direita de hoje se deixaria civilizar?

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG. Deborah Bizarria**, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Ação contra corrupção não pode ser crime, diz chefe de ONG

François Valérian, da Transparência Internacional, afirma que caso Lava Jato no CNJ recicla fake news contra entidade

ENTREVISTA FRANÇOIS VALÉRIAN

Flávio Ferreira

RIO DE JANEIRO Em visita ao Brasil, o presidente do conselho da Transparência Internacional (TI), François Valérian, defendeu a entidade de combate à corrupção das acusações feitas em processo no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que investiga acordo feito pela Petrobras na Lava Jato, no qual a TI atuou como conselheira.

Valérian disse que as alegações configuram uma situação de assédio judicial contra a entidade e não se pode permitir a "perseguição e criminalização do trabalho daqueles que lutam contra a corrupção de indivíduos poderosos".

O chefe global da TI também falou sobre como a corrupção pode prejudicar a transição energética e alertou para o risco de a China estar exportando corrupção.

*

Em relatório para o CNJ, a Polícia Federal afirmou que a relação de proximidade da TI com os procuradores da Lava Jato no tema do acordo com a Petrobras a "beneficiou indiretamente e a beneficiaria diretamente", por meio de uma assessoria que seria dada para a constituição de uma fundação privada, inclusive com indicação de nomes para um comitê. Segundo o relatório, em última instância, os escolhidos teriam o poder de indicar quais projetos e entidades deveriam ser beneficiadas com os repasses. Qual a posição do sr. sobre essa acusação? Primeiro, fomos alvo das notícias falsas de que a TI estava recebendo dinheiro das multas da Lava Jato e havia estabelecido sua presença no Brasil com esse propósito. Quando ficou claro que não havíamos recebido um centavo e as pessoas perceberam que estamos presentes em mais de cem países, as notícias falsas mudaram.

A última é que a TI não recebeu nem gerenciou fundos, mas tinha a intenção de fazê-lo. A desinformação é perenemente adaptativa, enquanto o assédio se torna cada vez mais sério. Isso só pode cessar quando os direitos de expressão e associação no Brasil, previstos pela sua Constituição democrática, forem plenamente garantidos.

No mesmo relatório, a Polícia Federal levanta uma hipótese criminal de que o então procurador da República Deltan Dallagnol revelou à Transparência Internacional Brasil "informações contidas em documento preparatório que deviam permanecer em segredo relativas a minuta do acordo de assunção de compromissos entre a força-tarefa da Lava Jato e a Petrobras". Como o sr. vê essa hipótese criminal? A principal razão da minha visita [ao Brasil] foi expressar o apoio e a confiança do movimento global da TI no trabalho ético e corajoso realizado pelo nosso capítulo brasileiro, que tem sido alvo de campanhas difamatórias e assédio judicial há cinco anos. Além disso, vim em um esforço para envolver diferentes atores para que o Brasil possa recuperar sua liderança global na luta contra a corrupção, assim como tem feito na agenda climática e na luta contra a pobreza.

Como a TI Brasil afirmou muitas vezes, os erros e excessos que inegavelmente ocorreram na Lava Jato devem ser corrigidos, quaisquer responsabilidades devidamente atribuídas e, acima de tudo, melhorias legais e institucionais promovidas para preservar e fortalecer a luta contra a corrupção, evitando que seja cooptada por interesses políticos. O que não pode ser permitido é a perseguição e criminalização do trabalho daqueles que lutam contra a corrupção de indivíduos poderosos.

Como o sr. avalia o voto do corregedor do CNJ, Luis Felipe Salomão, no qual ele afirmou que os acordos da Lava Jato instituíram uma espécie de sistema "cash back" com autoridades estrangeiras? Nunca ouvi falar de um sistema de reembolso em cooperação criminal internacional. O que sei é que, há décadas, o mundo vem discutindo o retorno dos recursos da corrupção aos seus países de origem. Hoje, convenções já determinam isso, assim como leis nacionais, como na França.

Portanto, parece peculiar para mim que um caso de cooperação penal internacional, que resultou na efetiva sanção do maior esquema de suborno transnacional da história e no retorno de recursos significativos ao país onde as vítimas estavam, possa se tornar, ou ser interpretado, como um sistema de "cash back" da corrupção, liderado por agentes da lei.

> Os erros e excessos que inegavelmente ocorreram na Lava Jato devem ser corrigidos. [...] O que não pode ser permitido é a perseguição e criminalização do trabalho daqueles que lutam contra a corrupção de indivíduos poderosos

> Eu não vejo como inadequado grupos anticorrupção trabalharem com promotores ou juízes anticorrupção

A Transparência Internacional assinou um memorando e foi a conselheira da força-tarefa da Lava Jato no acordo com a Petrobras. Isso não indica uma posição a favor de um dos lados nos processos, no caso a favor do Ministério Público Federal, da acusação? Não estamos tomando partido. O que a TI tem defendido é a boa governança e transparência dos acordos, esse foi e tem sido o único propósito.

O vazamento de mensagens de procuradores da Lava Jato mostrou proximidade deles com representantes da TI no Brasil. Em uma das conversas, os procuradores pediram ajuda à TI para receber autoridades venezuelanas. Essa proximidade não foi inadequada? Nosso papel é constantemente apoiar os sistemas judiciários a fazerem o trabalho contra a corrupção. Então, eu não vejo como inadequado grupos anticorrupção trabalharem com promotores ou juízes anticorrupção. Cada um com seu papel, mas sim, deve haver uma cooperação.

A TI realizou um encontro no Brasil para discutir os temas de corrupção e meio ambiente. Em quais situações eles se entrelaçam? Primeiro, o planeta foi levado à beira de uma catástrofe climática por causa da extração de carvão, petróleo e gás ao longo dos últimos dois séculos, e a corrupção dominou essas indústrias na maior parte dos últimos dois séculos. Então, a crise climática é amplamente causada pela corrupção.

Agora, precisamos garantir a transição energética. Mas para fazer isso, precisamos ter políticas que levem a esse objetivo, e não queremos que as políticas sejam capturadas pelos interesses privados que abusam do lobby oculto para capturar políticas.

No índice de percepção de corrupção da TI, a China está em 76º lugar. Este índice pode estar distorcido pelo fato de não haver liberdade de expressão no país? O que sabemos sobre a China é uma visão muito parcial. Vemos que o governo chinês está conduzindo campanhas contra a corrupção internamente, você tem líderes políticos que estão sendo presos. Mas o que a China está fazendo contra a corrupção que está sendo praticada por suas empresas no exterior? O que o governo chinês está fazendo contra a corrupção que o próprio governo está praticando no exterior? Não é suficiente se você age contra a corrupção internamente e não contra a corrupção que está sendo praticada por seus próprios agentes no exterior. Você está simplesmente exportando corrupção.

A Transparência Internacional tem alertado sobre o problema da impunidade. O sr. avalia que esse problema na América Latina está mais relacionado aos agentes de investigação, como a polícia ou o Ministério Público, ou acha que está mais ligado ao Judiciário? O problema da impunidade está relacionado à falta de separação de Poderes e à falta de força do sistema Judiciário. Em muitos países há essa dificuldade em garantir uma aplicação eficiente da justiça. O que observamos em um certo número de países são retrocessos. Observamos no Brasil que evidências foram anuladas no caso Odebrecht e Lava Jato recentemente, que multas estão sendo suspensas. Isso é preocupante porque o Brasil deveria desempenhar um papel importante na luta mundial contra a corrupção, dado o tamanho econômico do Brasil, dada a importância geopolítica do Brasil. Então, o Brasil deveria desempenhar esse papel, e bem, não é exatamente o caso agora.

Os casos de irregularidades no sistema financeiro reveladas pela investigação jornalística conhecida como Panamá Papers de 2016 começaram a ser julgados neste mês. Depois dessas revelações ocorreram melhorias no sistema financeiro internacional? Houve uma melhoria clara no sistema financeiro, mas não é suficiente. E não é apenas o sistema financeiro que está em jogo aqui. Também é a infraestrutura legal, porque os Panama Papers vieram de escritórios de advocacia. E em todos os países, os advogados também têm que lutar contra a lavagem de dinheiro e contra a economia global da corrupção. Portanto, ainda há muito espaço para melhorias no setor legal, e também no setor financeiro, e talvez ainda mais entre os gestores de fundos, as pequenas boutiques de investimento, que estão um pouco abaixo do radar.

O jornalista viajou a convite da Transparência Internacional

François Valérian, presidente do conselho da Transparência Internacional Flávio Ferreira/Folhapress

François Valérian, 59
Na Transparência Internacional há 16 anos, o francês tomou posse como presidente do conselho da entidade em 2023. Desde 2019 é do conselho internacional da TI.
É engenheiro com PhD em história. Antes da Transparência Internacional, trabalhou no serviço público francês e na iniciativa privada (atuou no banco BNP Paribas e na empresa Accenture)

Civis e militares portugueses festejam nas ruas de Lisboa a queda da ditadura salazarista 27.abr.74/AFP

Nos primeiros dias do 25 de Abril, Lisboa viveu o Carnaval da liberdade

Como acabou a ditadura mais longeva da Europa, aos olhos do único repórter brasileiro presente

Ruy Castro
Colunista da **Folha** e escritor. Seus livros mais recentes são "Os perigos do Imperador — Um Romance do Segundo Reinado" e "A Vida por Escrito — ciência e arte da biografia", ambos pela Companhia das Letras

RIO Foi no dia 25 de abril de 1974, há 50 anos, em Lisboa, uma quinta-feira, muito fria para a primavera, e eu estava lá. Um dos maiores dias de quem o viveu e, talvez, o mais inesperado. Na própria véspera, à noite, eu passara casualmente pela porta da Pide, a monstruosa polícia política portuguesa, no Chiado. Ao ver dois ou três daqueles tipos à porta —atarracados, bigode grosso, suéter sob o casaco—, eu dissera à minha mulher: "Eles estão aqui há 48 anos e vão ficar mais 48". Pois nunca me enganei tanto. À primeira hora da madrugada, jovens oficiais do Exército, à frente de tanques e tropas, saíram de seus quartéis, ocuparam as estações de rádio, o aeroporto e os bancos, neutralizaram as forças paramilitares e invadiram os palácios, ministérios e secretarias do governo. Contrariando as ordens que saíam dos megafones, o povo foi para as ruas. Cravos vermelhos tomaram a lapela dos casacos e a boca dos canhões —daí a Revolução dos Cravos, como seria chamada. Estava derrubada a ditadura mais longeva da Europa, instaurada em 1926 e, por 40 de seus 48 anos, comandada por um homem frio e inescrutável, um eunuco triste, de muitas convicções: António de Oliveira Salazar. Salazar morrera em 1970, mas seu fantasma continuava a assombrar o país. O 25 de Abril de 1974, em maiúsculas, como ficou famoso, evaporou-o.

No futuro, muitos diriam que "estavam em Lisboa no 25 de Abril". Não discuto. Mas, entre os jornalistas brasileiros, eu era o único a estar lá —por acaso, mas estava. E não só naquele dia. Assim que as agências de notícias começaram a transmitir a queda da ditadura portuguesa, a imprensa mundial apressou-se em mandar gente para cobri-la. Mas, mesmo que conseguissem passagem para aquela noite, era inútil, porque os capitães e majores fecharam as fronteiras, para impedir que os ricaços ligados ao regime fugissem com o dinheiro. E, como ninguém saiu do país, ninguém também entrou, nem mesmo os líderes mais esperados pela população: o socialista Mario Soares e o comunista Álvaro Cunhal. Os dois, exilados havia anos, só entrariam em Lisboa no dia 28, quando se abriram as fronteiras —Cunhal, de avião, direto de Moscou, onde morava, e Soares, de trem, vindo de Paris, recebido por seus correligionários que foram esperá-lo na fronteira com a Espanha e, aos milhares, entraram em triunfo com ele em Lisboa.

Só naquele dia 28 chegaram os repórteres, alguns, da imprensa internacional, tão famosos quanto seus jornais ou revistas. Mas nenhum tinha mais condições de avaliar aquele momento do que os brasileiros, e não só pelas abjetas ligações de presidentes como Getulio Vargas e Juscelino Kubitschek com o ditador Salazar. Mas também porque o Brasil vivia a pior época de sua própria ditadura, a dos anos Médici. Pois ali estávamos nós, vendo ruir uma ditadura com trilha sonora em português.

A diferença entre as duas ditaduras estava no grau de censura. Tivesse a Revolução dos Cravos acontecido no Brasil, a imprensa portuguesa seria obrigada a escondê-la nas páginas internas e minimizar sua importância. Já a nossa imprensa, amordaçada sobre outros assuntos, pôde celebrar a libertação portuguesa com estardalhaço. A Manchete —de cuja Redação eu saíra em dezembro de 1972 para dirigir uma revista em Lisboa— foi para as bancas com 24 páginas de texto e fotografias, complementadas por um artigo meu, "O dia mais longo de Lisboa", sem crédito. Eu não podia assinar —era editor-executivo da Seleções do Reader's Digest, revista mensal que, por sua receita editorial, não tocaria no assunto. O 25 de Abril, no entanto, era importante demais para que eu me limitasse a segui-lo pela janela, ao lado de um vaso de alecrim. A Manchete tinha em Lisboa um escritório comercial, dirigido por minha amiga Maria do Amparo. Com um telefonema dela para meu ex-chefe Justino Martins no Rio, tornei-me uma espécie de correspondente secreto.

E, sem que ninguém soubesse, com acesso a informações de cocheira. Minha editora-assistente na Seleções, a carioca Margarida Sarda, era casada com um ativista social-democrata português, Jorge Sá Borges, que, a partir do 25 de Abril, foi tragado pelo novo regime e só aparecia em casa para trocar de roupa —passava dia e noite em reuniões com políticos e militares. Com razão: havia um país a ser feito e, mais urgente, uma ditadura a ser desfeita. Jorge não podia contar tudo a Margarida, mas o pouco que deixava escapar chegava magicamente aos meus ouvidos e ajudou a alimentar as matérias que, durante seis meses, passei a escrever toda semana para Manchete, sempre creditadas "Da Sucursal de Lisboa" —que não existia. Uma de que me orgulho foi a primeira na imprensa brasileira sobre o major Otelo Saraiva de Carvalho, o verdadeiro estrategista do movimento, mantido oculto enquanto foi possível.

É incrível como a reconstituição da história joga luz sobre fatos do passado que até então pareciam sem importância. O 25 de Abril foi uma operação estritamente militar e só aconteceu porque, mesmo sentindo algo no ar, nenhum civil sabia quando e se seria deflagrada. Anos depois, ao ler as memórias de Otelo, no livro "Alvorada em Abril", fiquei sabendo que um dos points da conspiração entre os capitães e majores era o snack-bar do centro comercial Apolo 70, nas noites de sábado. O Apolo 70 tinha também um cinema com uma programação de clássicos nos sábados à meia-noite, com um filme por semana, começando por um ciclo com os dez musicais da dupla Fred Astaire-Ginger Rogers. Fui a todos, claro, e, como chegava cedo, ia fazer hora tomando um uísque no snack-bar. Pois só então, ao ler Otelo, me dei conta de que, várias vezes naquelas dez semanas, eu podia estar na mesa vizinha à do grupo de rapazes de cabelo reco, como o de Otelo, que discutiam seus planos para derrubar o regime. Poderia até ter entreouvido o dia e hora da marcha dos tanques! Mas não aconteceu e foi melhor assim —de posse de uma informação, jornalistas não sossegam enquanto não as publicam.

> **[...]**
> Cravos vermelhos tomaram a lapela dos casacos e a boca dos canhões —daí a Revolução dos Cravos, como seria chamada. Estava derrubada a ditadura mais longeva da Europa, instaurada em 1926 e, por 40 de seus 48 anos, comandada por um homem frio e inescrutável, um eunuco triste, de muitas convicções: António de Oliveira Salazar

Os primeiros dias pós-25 de Abril foram o Carnaval da liberdade, com passeatas diárias, bandeiras de Portugal, comícios em palanques improvisados, grupos cantando "Grândola, Vila Morena" (o hino da revolução), faixas estendidas de um prédio ao outro com palavras de ordem, flyers e panfletos atapetando o asfalto e, para meu espanto, milhares de jovens nas ruas —onde eles se escondiam antes? A cidade foi coberta por pichações, com destaque para as do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), grupo de inspiração maoísta e tão antissoviético que se dizia financiado pela CIA. Era também chamado de MR-Pum-Pum, por pregar a luta armada —naquela altura, não se sabia contra quem. O MR-Pum-Pum nunca deu um tiro, mas foi marcante por seus belíssimos murais em vermelho e amarelo cobrindo largas fachadas. Não é possível conter um povo que passou 48 anos sem vida, sem alegria e, de repente, se vê sem peias e meias, aberto ao mundo e aos olhos fascinados do estrangeiro.

Tudo era motivo para euforia. A foto de um agente da Pide rendido, de mãos atrás da cabeça, calças arriadas e cueca à vista, correu a cidade, desmoralizando a instituição. A polícia, antes tão temida, virou piada: "Se denuncias um pide, ganhas 100 escudos [a moeda portuguesa na época]. Se denuncias dois pides, ganhas 200 escudos. Se denuncias três pides, vais preso por conhecer pides demais." Era um desafogo contra o que a Pide representava —dizia-se que tinha 20 mil "colaboradores" informais, nos escritórios, fábricas, cafés e até ao nosso lado no ônibus ou no bonde, espiando com o rabo do olho para saber o que estávamos lendo.

Daí outro grande momento ter sido a vigília na noite do dia 26 à porta dos presídios do Peniche e de Caxias, para assistir à saída das dezenas de presos políticos. Quando os primeiros despontaram das grades das fortalezas, a 1 minuto do dia 27, seus amigos e familiares se convenceram de que eram mesmo novos tempos. Naquela madrugada, com o calor humano fazendo esquecer o frio, ninguém se diria comunista, socialista ou social-democrata —todos eram apenas democratas. Mas a suspeita de que não era bem assim não demorou a surgir, quando os militares confiscaram os arquivos da Pide e os partidos começaram a disputar os fichários, já antevendo usá-los contra seus amigos de véspera e futuros adversários políticos.

Injustiças foram cometidas. Abriu-se a temporada de caça aos "fascistas", arrastando tanto os que nunca esconderam sua ideologia quanto aqueles de quem se discordasse sobre o preço do bacalhau. O fado foi posto fora da lei, por seu caráter derrotista e resignado, como Salazar gostava. E Amalia Rodrigues, sua grande estrela e uma instituição mundial, foi publicamente hostilizada, acusada de relações com o regime deposto.

Continua na pág. A14

PIDE 48 ANOS DE TERROR

Em 4 cada 10 portugueses, um era fichado • Uma simples delação valia 200 escudos (50 cruzeiros) • Mais de 200 mil pessoas prestaram serviços à PIDE • Até os juízes eram vigiados nos tribunais • "Só não podemos prender o presidente e o primeiro-ministro"

EXCLUSIVO

Reportagem de nossa Sucursal em Lisboa ■ Fotos Manchete Press (Via VARIG)

Publicação da extinta Manchete em 1974; à dir., fotografia mostra agente da Pide rendido e com calças arriadas Reprodução/Manchete

Nos primeiros dias do 25 de Abril, Lisboa viveu o Carnaval da liberdade

Continuação da pág. A13
Não se sabia que, enquanto aceitava formalmente as condecorações que o salazarismo lhe espetava, Amália contribuíra em dinheiro com o clandestino Partido Comunista e lutara em segredo pela libertação de amigos presos.

O espírito do 25 de Abril chegou ao apogeu no dia 1º de maio, data até então de comemoração proibida. Seu principal cenário foi o ex-Estádio Nacional, já rebatizado como Estádio 1º de Maio, em Alvalade, tomado por uma multidão. De repente, em meio à massa, ouviram-se grupos falando o português do Brasil. Eram os primeiros exilados brasileiros que chegavam, vindos da Suécia, Alemanha e outros países da Europa, e, claro, do Chile —Salvador Allende caíra sete meses antes, o general Pinochet tocava o terror, e muitos não tinham para onde correr. Em Portugal, eles encontraram um refúgio irmão.

Naquele dia, as faixas desfraldadas no estádio só falavam na liberdade. Era ainda o que importava. As esquerdas, no entanto, não conseguem se entender —daí serem as esquerdas, no plural, enquanto a direita é uma só—, e suas facções logo começaram a brigar. Antigos aliados se juraram de morte. A tão ansiada unidade se dissolveu. As correntes em luta já estavam começando a contar as armas e, com o país às portas de uma guerra civil, militares mais adultos e ponderados intervieram e deram um basta àqueles arroubos juvenis. Era o fim da Revolução dos Cravos, no dia 28 de novembro de 1975. Mas Portugal não voltou a ser o país dos mortos-vivos, dos homens de cinza e mulheres de preto, sem jovens nas ruas, sangrado pelo atraso, pelo analfabetismo e pela guerra colonial, anterior ao 25 de Abril. Instalou-se um civilizado regime de centro que, com eleições livres e alternâncias razoáveis, manteve o poder pelas décadas seguintes, gerando estabilidade, dinamismo e progresso.

Não fiquei para ver o fim da festa. Como decidira desde o começo, eu passaria no máximo três anos em Portugal. Comi o último lombinho com amêijoas no restaurante Ribadouro e voltei para o Rio em agosto de 1975. Mas, no dia 25 de abril de 1999 —os 25 anos do 25 de Abril—, lá estava eu mais uma vez em Lisboa e, como sempre, por acaso. Daquela vez, não havia festa. Para a maioria dos portugueses, os cravos não passavam agora de uma murcha lembrança —a liberdade era dada de barato, o povo habituara-se a votar, o país seguia firme e forte. Mas, até por isso, pensei eu, por que não comemorar?

De súbito, uma tímida passeata despontou na avenida da Liberdade. Juntei-me a ela e marchei ao lado de seus poucos participantes, todos de idade avançada. Eram os que haviam sobrevivido aos rancores políticos dos primeiros anos e sabiam o que aquela data de 1974 significara.

Hoje, nos 50 anos do 25 de Abril, é muito diferente. Os cravos já não pertencem à vida real, mas aos livros de história. Uma geração inteira, ao ouvir falar deles por seus pais ou avós, quer celebrá-los. As livrarias estão abarrotadas de livros a respeito, preveem-se incontáveis debates e haverá manifestações públicas. Nada será suficiente para fazer justiça ao que aconteceu naquele dia.

Pois, espantosamente, em 2024 põe a cabeça de fora o que se julgava expurgado da vida portuguesa: uma extrema direita atuante, hidrófoba, nostálgica de um país que não conheceu e nunca existiu, e movida a fake news e a ódio, à moda de Bolsonaro, Trump e —quem diria— Salazar. Afinal, ele não fora evaporado.

Salazarismo marcou Portugal com repressão e austeridade

Regime durou mais de quatro décadas e deixou legado contestado até hoje

REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, 50

SÃO PAULO Por mais de quatro décadas do século 20, Portugal teve um sistema político autoritário representado pelo ditador António de Oliveira Salazar, que governou em um regime conhecido como salazarismo. Sob sua liderança, a população se viu controlada pelo que ele descrevia como um Estado tão forte que não precisava ser violento.

Também conhecido como Estado Novo, o salazarismo vigorou desde 1933, com a aprovação de uma nova Constituição portuguesa, até 1974, quando foi derrubado pela Revolução dos Cravos. Foi um regime de forte autoritarismo, nacionalismo, conservadorismo social e econômico, e corporativismo.

Apesar da descrição de um governo que não apelava à violência, o regime ficou marcado pela repressão política, censura à imprensa e limitação das liberdades individuais. A polícia política, a Pide (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), era conhecida pela brutalidade na repressão de dissidentes e de seus opositores políticos.

A Pide chegou a ter 20 mil agentes e 200 mil delatores. Ainda assim, o regime se baseava na tentativa de retirar a política das ruas, dos jornais e das preocupações diárias dos portugueses, buscando construir a ilusão de que o país vivia uma vida normal.

Nascido em 1889, Salazar estudou na Universidade de Coimbra e se tornou professor de economia. Segundo o escritor português João Pereira Coutinho, trata-se de "um produto tipicamente português", pois não foi um homem do Exército nem participou de agitação revolucionária das ruas. Era um acadêmico de formação católica "catapultado" ao poder pelo fracasso da Primeira República.

O ditador português António de Oliveira Salazar, que governou com mão de ferro, na década de 1960 AFP

Ele entrou para a política em 1926. Foi nomeado ministro das Finanças em 1932 e, no ano seguinte, tornou-se presidente do Conselho de Ministros, cargo equivalente ao de primeiro-ministro. Sua chegada ao poder se deu como parte de uma reação da direita portuguesa ao período de 17 anos de instabilidade que se seguiu à deposição da monarquia e do rei Manuel 2º. Entre 1910 e 1926 foram 45 governos no país.

Conhecido como "ditador das finanças", Salazar forjou seu poder com base na austeridade fiscal, na retidão moral e na mitologia colonialista do país, implementando uma série de políticas que moldaram Portugal durante várias décadas.

Consolidou seu poder e estabeleceu um regime no qual os sindicatos, as associações empresariais e outras organizações eram controlados pelo Estado. Adotou um modelo econômico baseado no protecionismo, autossuficiência e controle estatal, o que foi marcado por um desenvolvimento lento e uma distribuição desigual da riqueza.

Promoveu também uma forte política colonialista, enfrentando conflitos na tentativa de manter o domínio sobre territórios, especialmente na África. Entre 1960 e 1974, as colônias consumiam 26% do orçamento público, sendo 86% para os militares.

Apesar de ser associado a outros ditadores do século 20, como Francisco Franco, da Espanha e mesmo Benito Mussolini, da Itália, Salazar nutria um perfil mais discreto e voltado a uma pretensa intelectualidade reclusa. Segundo o jornalista italiano Marco Ferrari, biógrafo de Salazar, o português acreditava que outros governantes eram incultos e que não valia a pena perder tempo com eles. Com essa postura, evitou entrar na Segunda Guerra Mundial e não se alinhou nem com os Estados Unidos nem com a União Soviética durante a Guerra Fria.

Em agosto de 1968 Salazar sofreu um AVC e, um mês mais tarde, impossibilitado de reassumir a chefia do governo, foi substituído por Marcelo Caetano, um dos quadros do regime ditatorial.

Salazar morreu em 1970, mas o salazarismo sobreviveria até 25 de abril de 1974, com a chamada Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura. A data é uma das efemérides mais celebradas em Portugal até os dias de hoje.

O legado do salazarismo em Portugal é muito complexo e continua a influenciar diversos aspectos da sociedade portuguesa. De acordo com Coutinho, o ditador ainda é visto por uma parte da sociedade como o responsável pela "longa noite fascista" em Portugal, mas é reconhecido por outros como o homem que resgatou o país da falência econômica e política.

Cronologia da ditadura portuguesa

28.abr.1889 Nascimento de António de Oliveira Salazar

5.out.1910 Portugal torna-se uma república após a queda da monarquia

28.mai.1926 Golpe militar dissolve o Parlamento e instaura uma ditadura em Portugal

1928 Salazar é nomeado ministro das Finanças

1932 Torna-se presidente do Conselho de Ministros, consolidando-se como ditador de Portugal

11.abr.1933 A Constituição de 1933 entra em vigor fundando o Estado Novo, um regime autoritário e corporativista

3.ago.1968 Salazar sofre um AVC e deixa o cargo de presidente do Conselho de Ministros; em seu lugar assume Marcelo Caetano

27.jul.1970 Salazar morre em Lisboa

25.abr.1974 A Revolução dos Cravos derruba o Estado Novo, levando à transição para a democracia em Portugal

11.mar.1975 Tentativa de golpe liderada pelo general António de Spínola para reverter os rumos da Revolução dos Cravos

25.abr.1975 As primeiras eleições livres em Portugal são realizadas

CÂMARA DOS EUA APROVA MEGAPACOTE DE US$ 95 BILHÕES EM AJUDA A UCRÂNIA, ISRAEL E TAIWAN

Nathan Howard/Getty Images via AFP

Depois de um longo e tortuoso caminho, a Câmara dos EUA, controlada pelos republicanos, aprovou neste sábado (20) um pacote de ajuda a aliados americanos. A proposta prevê o envio de US$ 60,8 bilhões à Ucrânia, US$ 26 bilhões a Israel e ajuda humanitária na Faixa de Gaza, além de US$ 8 bilhões para a região do Indo-Pacífico. Agora, o projeto deverá receber o aval no Senado, que tem maioria democrata. Durante meses foi incerto se o Congresso aprovaria mais financiamento a Kiev, mesmo no momento em que a dinâmica da guerra mudou a favor da Rússia. Republicanos linha-dura se opuseram à medida com o argumento de que o país não poderia arcar com o custo de uma nova ajuda externa e ameaçaram destituir Mike Johnson, que se tornou presidente da Casa em outubro. Na foto, apoiadores da causa palestina protestam contra o envio de recursos a Tel Aviv.

Brasil busca parceria da Colômbia

Visita de Lula mira aliança com Petro ante desinteresse de Milei pela região

Sylvia Colombo

Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

Com a Argentina governada pela ultradireita de Javier Milei e indisposta a estabelecer um diálogo de colaboração com o Brasil, a gestão Lula aposta numa nova aliança estratégica com outro vizinho da América do Sul, a Colômbia, governada pelo esquerdista Gustavo Petro.

Terceira maior economia da região, com uma população maior do que a da Argentina e potencial para investimentos na agricultura e no turismo, entre outros, a Colômbia já justificaria a sinalização brasileira antes mesmo da posse de Milei, um presidente nitidamente desinteressado pela integração regional.

Este foi o pano de fundo da visita que Lula fez a Bogotá na última semana. Os gestos e palavras afetuosos predominaram nas duas horas que passaram conversando na Casa de Nariño (sede do governo colombiano).

Também na inauguração da Feira do Livro de Bogotá, que homenageia o Brasil, ambos elogiaram o modo como suas literaturas celebram a natureza e têm pontos de encontro em obras como "Os Sertões", de Euclides da Cunha (1866-1909), e "La Vorágine", de José Eustasio Rivera (1888-1928), que descreve o homem e sua relação com a natureza, no caso, a Amazônia colombiana durante o ciclo da borracha.

"Por que é tão difícil os empresários brasileiros olharem para a Colômbia?", perguntou Lula a empresários dos dois países. Enquanto isso, Petro reforçou que aquilo que antes dividia os dois países, a floresta amazônica, que cobre a fronteira entre ambos, agora deveria ser um elemento para a união com o avanço dos efeitos da mudança climática.

O caminho para uma aproximação efetiva entre Colômbia e Brasil, porém, encontra alguns obstáculos.

Um deles é justamente um dos pontos centrais da nova relação bilateral: a urgente preservação da Amazônia. Apesar de coincidirem em que é necessário salvá-la, os dois têm diferentes abordagens sobre o problema. Com sua retórica quase poética, Petro a trata como essencial ante um provável apocalipse.

Porém, embora sua gestão tenha conseguido reduzir o desmatamento da floresta —a queda passou de 29%, em 2022, para 35% em 2023—, agora a situação não é tão favorável. Existem novos cartéis e facções criminosas instalados na selva que estão usando sua preservação como moeda de troca nas negociações de paz com o Estado para que obtenham algum tipo de anistia.

No caso do Brasil, o presidente Lula vê o tema à luz de problemas particulares do país. A Amazônia, do lado brasileiro, é maior e mais habitada, por isso é difícil tanto demarcar terras como tirar dali uma economia já instalada.

Homem culto e extremamente vaidoso, Petro parece ter certo ressentimento da projeção de Lula. A diferença é notória quando os dois falam.

Na Colômbia, nas declarações de ambos sobre o tema ambiental, Petro fez uso de sua retórica ilustrada e com expressões de impacto, enquanto Lula soou mais pragmático e até repetitivo.

Alguns funcionários mais próximos de Petro dizem que Lula fala muito da Amazônia no exterior, mas que o país que melhor preserva a floresta é a Colômbia. Foi o caso, por exemplo, de sua própria ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, em uma palestra na Universidad de Los Andes, no dia anterior à visita de Lula. Disse ela que o Brasil havia tido "muitas falências em termos de empoderamento político e capacidade prática de resolver os desafios apresentados pelo bioma amazônico".

Outro desafio de ambos é justamente a presença dessas organizações criminosas transnacionais que se movem entre a fronteira comum, criando um território hostil para a criação de um ambiente que traga investimentos sustentáveis.

Descontadas essas travas, os dois países só têm a ganhar com esse intercâmbio.

| DOM. Sylvia Colombo | TER. **Mundo Leu** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Noboa aposta em populismo penal de olho em reeleição

Equatorianos vão às urnas hoje para referendo sobre mudanças na Constituição e no Código Penal

Mayara Paixão

CIDADE DO MÉXICO O jovem e bilionário Daniel Noboa, 36, tomou posse no Equador em meados de novembro passado com um desafio peculiar: provar-se um presidente popular em apenas um ano e meio.

Eleito em uma espécie de eleição tampão após Guillermo Lasso, seu antecessor, convocar um pleito antecipado e às pressas, ele não dispõe dos quatro anos no Palácio de Carondelet, a sede do governo.

Noboa assumiu a carruagem andando e em um sentido desolador, com seu país se tornando um dos mais inseguros da América Latina.

Os exemplos dessa onda de violência não param de se acumular. Durante apenas três dias da última semana, dois prefeitos foram assassinados no sul do país andino.

Já de olho nas eleições de fevereiro de 2025, o líder recorre às ferramentas que tem para se mostrar um homem forte. No último período, essas táticas incluíram a invasão da embaixada do México, um dos mais recentes rebuliços na política regional, e um referendo convocado por ele para este domingo (21).

O presidente chamou a população às urnas para responder "sim" ou "não" a 11 perguntas, as principais delas sobre temas que envolvem uma desburocratização para militarizar o país sul-americano.

Há muito os analistas do país apontam que as forças militares são uma solução paliativa para os altos índices de violência, mas não definitiva.

No país onde o narcotráfico fincou raízes, estabeleceu uma máquina de lavagem de dinheiro e tem expulsado dezenas de milhares de pessoas que todos os meses buscam rotas perigosas de migração, especialistas apontam que é preciso fortalecer a Justiça e o Ministério Público para que investigações fiéis asfixiem a cúpula das principais organizações criminosas (além de seus vínculos com a política).

Noboa, por outro lado, tem defendido uma presença mais facilitada dos militares no patrulhamento que em teoria seria apenas civil. A pergunta 1 do referendo questiona se o cidadão está de acordo com a permissão a um "apoio complementário das Forças Armadas nas funções da Polícia Nacional para combater o crime organizado".

Ao significado prático: hoje a presença militar já é bastante presente e ocorre com decretos de estado de exceção (muito comuns no país) e declarações de conflito armado interno (como a que o Equador vive hoje, contra as gangues). O referendo busca anular essas exigências e fazer com que a decisão para enviar os militares dependa somente de uma decisão do chefe da polícia local e do presidente.

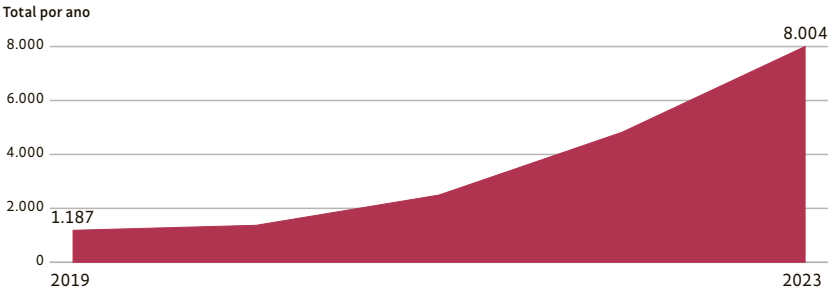
Renato Rivera, que dirige o Observatório Equatoriano sobre o Crime Organizado, aponta duas falhas principais no plano do referendo.

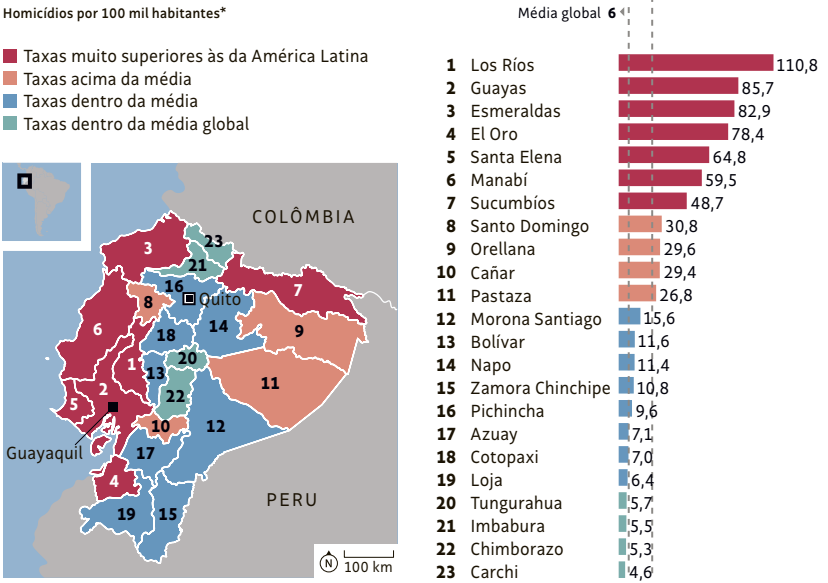
A primeira seria que os próprios militares não estariam tão contentes com a ideia. "Eles manifestam que, neste caso, exigiriam alguma segurança jurídica para que pudessem ir às ruas. Isso antes se justificava com os estados de exceção. Se deixarem de existir, os militares terão de ter mais garantias para poder agir."

> O presidente tem demonstrado que se importa pouco com obrigações internacionais, mas com ações e medidas que possam incrementar a popularidade de seu governo
>
> **Martina Rapido Ragozzino**
> pesquisadora da Human Rights Watch em Quito

O cenário da violência no Equador

Número de homicídios cresce em velocidade preocupante

Total por ano

Taxa desses crimes marca muito acima da América Latina

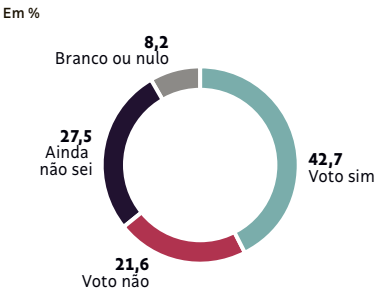
Homicídios por 100 mil habitantes*

* Dados de 2023

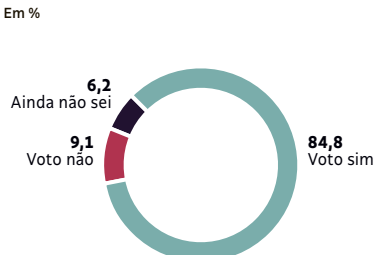
Fonte: Dados do Ministério do Interior e da Polícia Nacional do Equador elaborados pelo Observatório Equatoriano do Crime Organizado

Maioria diz que apoiará o projeto de referendo e consulta popular

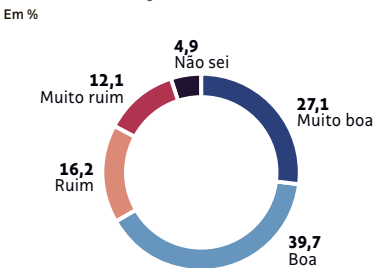
Em %

Apoio que Forças Armadas atuem com a Polícia Civil é majoritário

Em %

Insegurança é a principal preocupação dos moradores

Em %

Presidente Daniel Noboa tem boa avaliação

Em %

Fonte: Pesquisa da Consultoria Comunicaliza com 6.300 equatorianos maiores de 16 anos de 8 a 10 de abril; margem de erro de 1,23 ponto percentual para mais ou para menos

A segunda falha está na projeção das possíveis consequências. "O envio dos militares às ruas pode ter um efeito imediato na redução da violência e incrementar a percepção de segurança. Ainda assim, tem-se observado no Equador que as organizações criminais se adaptam ao contexto de militarização."

Martina Rapido Ragozzino, pesquisadora da Human Rights Watch em Quito, compartilha visão semelhante. "Os militares foram treinados para a guerra, não para questões de segurança dos cidadãos. Quando há equipes não treinadas expostas a certas circunstâncias, o que se cria é um problema de capacidade para manejar a segurança e ter boa relação com a população."

O pacote com outras dez perguntas propõe ainda permitir a extradição de equatorianos (notadamente para os Estados Unidos) e aumentar as penas de prisão para os que cometam crimes como terrorismo, tráfico ilícito e "delinquência organizada". As pesquisas mais recentes indicam que o "sim" deve vencer na maioria.

Mais de 13 milhões de equatorianos estão convocados às urnas para preencher as fichas de papel com suas escolhas. O voto é obrigatório para aqueles maiores de 18 e menores de 64. Para adolescentes de 16 a 17 anos, é facultativo, assim como para os maiores de 65.

O número de homicídios no país cresceu mais de 500% nos últimos cinco anos, de acordo com cifras oficiais.

"Eu defendi inicialmente a militarização como uma etapa de contenção, quando as instituições já não mostram capacidade de responder ao problema da violência", afirma Renato Rivera. "Mas não se pode depender de um Estado de exceção constante."

Para especialistas, Noboa acena à militarização e ao populismo penal para cativar eleitores e aumentar a sensação de segurança pública, na expectativa de que em 2025 isso se traduza em votos.

E a recente invasão da embaixada em Quito para prender o ex-vice-presidente Jorge Glas, acusado de corrupção, se soma aos acenos do presidente rumo às eleições. O próprio Noboa expressou esse desejo durante entrevista à australiana SBS News. Questionado se estava arrependido da decisão, que levou a uma onda de condenações e ao rompimento das relações com o México, ele disse que não.

"O presidente tem demonstrado que se importa pouco com obrigações internacionais, mas com ações e medidas que possam incrementar a popularidade de seu governo", analisa Martina Rapido Ragozzino, da Human Rights Watch. "Na ânsia de demonstrar resultados, ele atua de forma que não deveria."

Epidemia de ebola faz dez anos, e remédios não chegam à África

Libéria, Guiné e Serra Leoa tiveram mais de 11 mil mortos; grande parte dos medicamentos está em estoque nos EUA

Patrícia Campos Mello

OXFORD (REINO UNIDO) Quando a maior epidemia de ebola da história eclodiu no oeste da África, em 2014, não existia remédio nem vacina para o vírus que mata em até 90% dos casos. Foram mais de 11,3 mil mortos na Libéria, Guiné e Serra Leoa ao longo de dois anos, e a doença chegou aos Estados Unidos, à Espanha e à Itália. Dez anos depois, existem dois medicamentos e duas vacinas —mas os remédios não estão disponíveis para quem mais precisa.

Os tratamentos foram desenvolvidos por duas farmacêuticas americanas, e a quase totalidade está em um estoque de segurança nacional dos Estados Unidos. Apenas um terço dos pacientes que contraíram a doença após a aprovação dos fármacos tiveram acesso ao tratamento, segundo o estudo "A evolução das medidas contra o vírus ebola: lições aprendidas e próximos passos", publicado na revista científica Vaccines.

De 158 pacientes contaminados em cinco epidemias na República Democrática do Congo (RDC) e Guiné de 2020 a 2022, apenas 53 receberam os tratamentos, que reduzem significativamente a mortalidade da doença.

O vírus ebola impacta a coagulação do sangue e leva a hemorragias descontroladas — em fases avançadas, muitos doentes sangram pela boca, nariz, olhos e outros orifícios do corpo. Os infectados também podem ter diarreia, vômitos e convulsões. Em média, a mortalidade fica em 50%, mas em epidemias passadas variou de 25% a 90%.

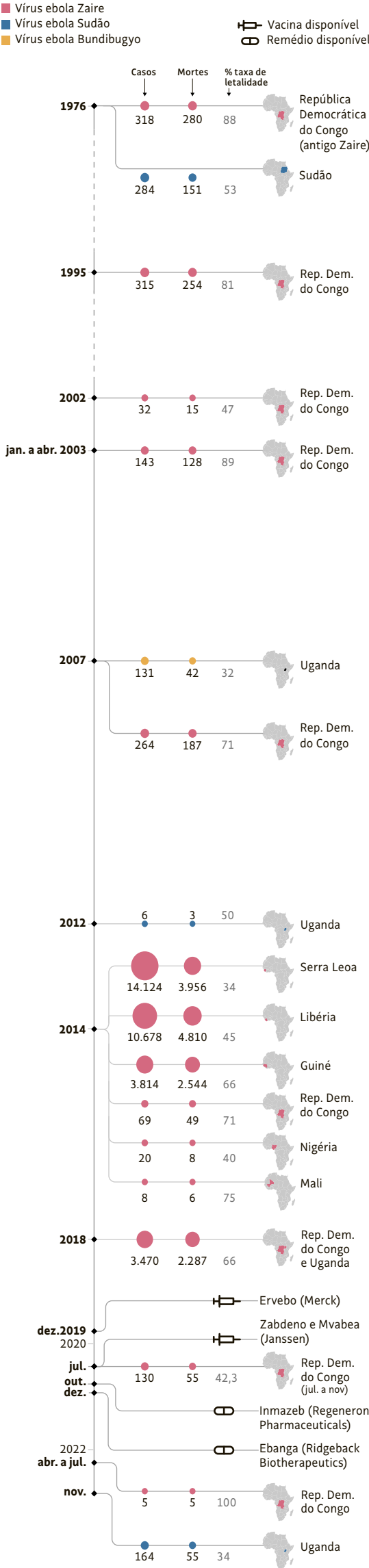
Ebola não é gripe nem Covid. Não se contrai o vírus pelo ar. A contaminação se dá por contato com fluidos do corpo (sangue, suor, vômito e saliva), manuseio de animais infectados e de objetos com fluidos de alguém contaminado. O ebola entra no corpo por microcortes na pele ou ao se tocar os olhos, boca ou nariz. Só os pacientes sintomáticos transmitem a doença, diferentemente da Covid.

O vírus foi identificado pela primeira vez em 1976, em uma epidemia na República Democrática do Congo (antigo Zaire), em vilarejo próximo ao rio Ebola — daí o nome dado ao micro-organismo. Acredita-se que os morcegos sejam um dos reservatórios do antígeno.

O ebola faz parte das chamadas "doenças negligenciadas", que atingem majoritariamente populações muito pobres. Assim, não oferecem incentivos econômicos para as farmacêuticas mundo afora investirem em pesquisa de drogas. Remédios como o Viagra, para impotência, e drogas contra colesterol representam muito mais lucros do que ebola ou malária.

Foi só durante a epidemia de 2014, quando o ebola chegou até os países ricos, que os investimentos em pesquisa de medicamentos contra o vírus cresceram de forma significativa.

Até 2020, o único tratamento disponível aos infectados era paliativo —deixar o paciente confortável e hidratado e torcer para ele se recuperar.

Levou 44 anos para as empresas desenvolverem os dois remédios existentes hoje. Em outubro de 2020 foi aprovado o Inmazeb, da Regeneron Pharmaceuticals, uma combinação de três anticorpos monoclonais. Em dezembro do mesmo ano, o Ansuvimab/Ebanga, da Ridgeback Biotherapeutics, um anticorpo monoclonal que age sobre uma proteína do vírus ebola Zaire. Os medicamentos agem como os anticorpos naturais do corpo humano, impedindo que um vírus se multiplique na pessoa infectada.

Existem duas vacinas —a Ervebo, da Merck, aprovada em dezembro de 2019, e a Zabdeno e Mvabea (Janssen), autorizada em julho de 2020.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) administra o Grupo Internacional de Coordenação (ICG, na sigla em inglês) para fornecimento de vacinas, que distribui imunizantes contra cólera, meningite, ebola e febre amarela. O ICG já forneceu 7.370 doses de vacina contra o ebola para a República Democrática do Congo e tem 500 mil doses disponíveis para serem enviadas nos casos de epidemia.

Ao contrário das vacinas contra o ebola, os remédios não estão disponíveis por meio de um estoque global, que agilizaria o processo de envio.

A distribuição depende da boa vontade do governo americano e das farmacêuticas — que já forneceram as drogas antes, mas são decisões caso a caso, e levam tempo.

"Sabemos quais países têm alto risco para ebola. É essencial ter um estoque estratégico na República Democrática do Congo, por exemplo, onde ocorreu a maioria dos casos nos últimos anos, ou um estoque internacional administrado pela OMS, como é feito com as vacinas", afirma Julien Potet, assessor de políticas para doenças negligenciadas da ONG Médicos Sem Fronteiras.

Segundo ele, é crucial que os medicamentos ou vacinas cheguem aos países no início das epidemias, para quebrar a cadeia de transmissão e salvar os doentes. "É necessário implementar um mecanismo mais sistematizado e algo especial para o país que mais contribuiu para os testes clínicos", afirma Potet.

Esses testes, que possibilitaram a aprovação dos dois remédios, foram realizados de 2018 a 2020 na República Democrática do Congo, onde a população tem dificuldade para acessar as drogas.

Além disso, o custo do tratamento é proibitivo. O preço exato pago pelo governo americano não é divulgado, mas a MSF estima em US$ 6.900 (R$ 36 mil) por pessoa. As empresas receberam milhões em recursos públicos para desenvolver as drogas, principalmente do governo americano.

"É preciso fazer um preço mais baixo para os países africanos", diz Potet. Ele acrescenta que a dificuldade para obter os medicamentos não é a única explicação para a mortalidade ainda muito alta da doença. A situação na República Democrática do Congo é difícil, há conflitos e a população não confia no governo, então muitos não buscam assistência médica, afirma.

Em 2014, as autoridades sanitárias cometeram muitos erros. "Por quase seis meses, o mundo tentou ignorar a epidemia, e ela foi ficando cada vez mais fora de controle. Foi só no meio de 2014 que outros governos finalmente começaram a ajudar. Mas pagamos um preço alto por ter sido tão tarde", declara o epidemiologista Michel Van Herp, especialista em ebola.

Muitas coisas mudaram. Além dos medicamentos e das vacinas, os médicos tentam tornar o tratamento do ebola mais humanizado. Querem cuidar dos pacientes em hospitais tradicionais em vez de centros especializados em ebola, onde não se podiam ver os enfermos nem receber visitas. Isso gerava desconfiança na população, que resistia ainda mais a buscar ajuda médica.

Principais epidemias de ebola no continente africano

Fonte: Centro de Controle de Doenças dos EUA

Infectologista Livia Tampellini em hospital de ebola em Kailahun, Serra Leoa, em 2014 Avener Prado -ago.14/Folhapress

Médica que enfrentou crise em 2014 diz estar 'em paz' com vírus

OXFORD (REINO UNIDO) "Para meningite, nós temos um tratamento e uma vacina. A malária mata muito mais gente, mas existe tratamento. Para pacientes com ebola, só podemos dizer que, se eles chegarem cedo [ao hospital], a família deles não vai morrer [contaminada]."

Foi com resignação que a infectologista italiana Livia Tampellini explicou a dificuldade de ajudar os pacientes com ebola quando recebeu esta repórter da **Folha** no hospital montado pelos Médicos Sem Fronteiras em Kailahun, no interior de Serra Leoa, em agosto de 2014.

Era o pico da epidemia que matou mais de 11,3 mil pessoas na Libéria, Guiné e Serra Leoa. "[Se você vai para o hospital] pelo menos vai ter alguém te limpando, te dando algum conforto. Pelo menos você morre com alguma dignidade. Mas não muda o fato de que você vai morrer de qualquer jeito."

Na época, doentes se escondiam em casa por medo de hospitais. Com a mortalidade chegando a 80% em alguns locais, poucos saíam vivos dos centros de tratamento de ebola. E muitos médicos e enfermeiros, sem a proteção necessária, infectavam-se ao tratar os doentes.

Em Kailahun havia quatro ambulâncias para atender 480 mil pessoas. Cada vez que alguém adoecia, havia grandes chances de a família o levar de transporte público até o hospital, infectando ainda mais gente.

"Muita coisa mudou. Temos remédios, temos vacina e o tratamento dos pacientes melhorou", disse Tampellini, em entrevista na quarta-feira (10) por videoconferência de Paris, onde trabalha atualmente como responsável médica das operações de emergência dos Médicos sem Fronteiras.

Tampellini passou três meses na Guiné, três na Serra Leoa e dois na Libéria em 2014. Quando nos encontramos, tanta gente estava se infectando que eles temiam ter de fechar o centro do MSF. Tampellini também estava com medo. "Quem não tem medo nunca é doido", diz a médica de 47 anos.

Ela trabalhava todos os dias na área de alto risco do hospital para cuidar de pacientes com ebola, altamente contagiosos. Assim como enfermeiros e o pessoal que fazia a limpeza, seguia um protocolo rígido de segurança para evitar contaminação.

Dentro dos macacões, a temperatura chegava a 46º C. Por isso, cada médico ou enfermeiro podia ficar até 45 minutos dentro da área de alto risco. Aí saía, fazia a desinfecção, tirava a roupa e descansava meia hora. Só então podia voltar.

Ao lado do fotojornalista Avener Prado, estive em Serra Leoa cobrindo a epidemia de ebola em agosto de 2014. No hospital de Kailahun, sentia-se um cheiro forte de cloro. Às vezes, o que vinha era um odor de sangue. Muitos pacientes em estágio final da doença sangravam.

Na época, Tampellini contou que tinha dois pesadelos recorrentes. Em um deles, ela estava em um vilarejo e uma pessoa com ebola vinha correndo e vomitava em seus pés. Em outro, ela sonhava que uma de suas luvas se rasgava, ela demorava a perceber e se contaminava com o vírus.

"Não sonho mais com isso. Estou em paz com o ebola", disse Tampellini de Paris.

Ela voltou a Kailahun em 2021, quando eclodiu um surto de ebola na Guiné. A missão era preparar o sistema de saúde para uma possível epidemia. O hospital da cidade estava mais equipado e a estrada até Kailahun, no coração da floresta desse país no oeste da África, foi asfaltada.

"Definitivamente, pode acontecer de novo. E quando tivermos uma nova epidemia de ebola, não teremos os medicamentos disponíveis na primeira semana", disse Lívia. "Mas, mesmo com demora, teremos remédio. Temos como reagir." **PCM**

Quando tivermos uma nova epidemia de ebola, não teremos os medicamentos disponíveis na primeira semana. [...] Mas, mesmo com demora, teremos remédio. Temos como reagir

Livia Tampellini
infectologista italiana

FOLHA DE S.PAULO
DOMINGO, 21 DE ABRIL DE 2024 B1

Reservas de petróleo têm maior nível desde 2015

Em meio a pressão por margem equatorial, Brasil descobriu em 2023 quase 2 novos barris para cada barril produzido

Nicola Pamplona

A plataforma de extração de petróleo P-57 da Petrobras, no Espírito Santo Bruno Santos - 1º.mar.2024/Folhapress

Onde está o petróleo brasileiro

Evolução das reservas provadas
Em bilhões de barris

Distribuição das reservas provadas por ambiente geológico
Em milhões de barris

Pré-sal	Pós-sal
12.563	3.331

Distribuição das reservas provadas por bacia
Em milhões de barris

	Bacia	Reservas
1	Alagoas	29,3
2	Amazonas	1,7
3	Barreirinhas	3,7
4	Campos	3.552,5
5	Espírito Santo	61
6	Paraná	11,5
7	Parnaíba	1,9
8	Potiguar	21,2
9	Recôncavo	106,2
10	Santos	11.810,1
11	Sergipe	78,9
12	Solimões	35,9

Fonte: ANP

Vivemos um um momento de tudo ou nada para a indústria fóssil, que quer correr para encontrar reservas e aumentar o valor de suas ações

Juliano Araújo
diretor do Instituto Arayara

RIO DE JANEIRO Enquanto a área energética do governo e petroleiras lutam para liberar a exploração de petróleo na margem equatorial, o Brasil atingiu em 2023 o maior volume de reservas provadas de petróleo desde 2015, fruto de novas descobertas no pré-sal.

Para ambientalistas, o potencial das bacias petrolíferas já conhecidas garante a produção nacional até que a demanda por petróleo no mundo comece a cair. Petroleiras, por outro lado, alegam que o país passará a depender de importações caso não abra novas fronteiras.

Dados divulgados no começo de abril pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) mostram que as reservas provadas de petróleo no Brasil, aquelas cuja viabilidade é comprovada, chegaram a 15,9 bilhões de barris em 2023.

É menor apenas que os 16,2 bilhões de barris de 2014 e representa um crescimento de 7% em relação ao volume verificado em 2022.

Esse volume, diz a ANP, garante o nível atual de produção nacional pelos próximos 13 anos. Somando as reservas prováveis, com um grau menor de confiança, o volume chega a 22,8 bilhões de barris, ou 18 anos da produção atual.

O volume de reservas provadas adicionadas em 2023 equivale a quase duas vezes a produção brasileira durante o ano. Ou seja, para cada barril de petróleo retirado do subsolo, o país encontrou outro 1,8. Em 2022, o índice de reposição foi ainda maior, de 2,4 barris para cada barril produzido.

Nos dois anos, as maiores contribuições vieram justamente dos campos com maior produção no país: Tupi e Búzios, no pré-sal da bacia de Santos. Em 2023, um novo campo do pré-sal operado pela norueguesa Equinor, chamado Raia Manta, também deu sua contribuição.

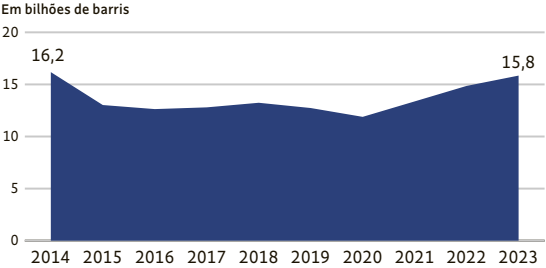
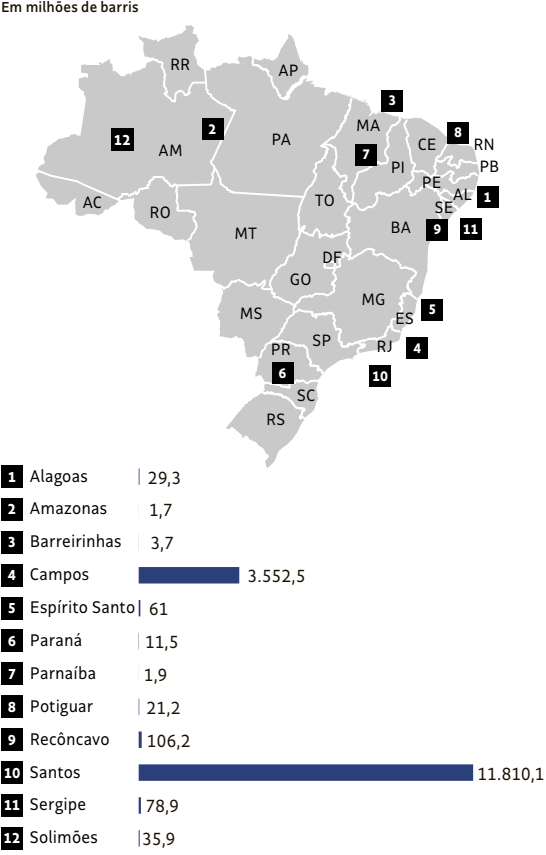
O diretor do Instituto Arayara, Juliano Araújo, alega que o Brasil realizou diversos leilões de áreas exploratórias nos últimos anos, com potencial de descobertas que eliminariam a necessidade de abertura de novas fronteiras na margem equatorial ou na amazônia profunda.

"Vivemos um um momento de tudo ou nada para a indústria fóssil, que quer correr para encontrar reservas e aumentar o valor de suas ações", avalia o diretor da ONG. "Por mais que não consiga explorá-las no futuro, há um ganho econômico agora."

Segundo dados da ANP, há hoje na bacia de Santos 29 contratos de blocos exploratórios ainda sem descobertas comerciais. Em Campos, são 18; na porção marítima da bacia do Espírito Santo, 10. O litoral de Sergipe, que já foi chamado de "novo pré-sal", tem outros 8 blocos exploratórios sob contrato.

O geólogo Pedro Zalán explica que parte das reservas adicionadas nos últimos anos é fruto de reavaliações da Petrobras em campos já conhecidos. De novas descobertas, além de Raia Manta, há duas outras comunicadas pela estatal, mas ainda sem comprovação do volume de reservas.

Ele diz acreditar que ainda haja petróleo a ser encontrado em bacias já conhecidas. "Não há dúvida que a Petrobras já mapeou e descobriu o filé-mignon, mas ainda tem alcatra para descobrir", afirma. Mas compartilha da ideia de que a abertura de novas fronteiras é necessária.

"O Brasil, a partir de 2032, se não repuser reserva, vai virar importador", argumenta. "Nossa produção tem um nível altíssimo, a gente produz quatro milhões de barris de óleo equivalente [somado ao gás] por dia. É muita coisa."

A pressão pela margem equatorial deve se intensificar após anúncio de descoberta de uma acumulação de petróleo no Rio Grande do Norte, feito há duas semanas pela Petrobras. O poço atingiu um tipo de reservatório semelhante ao que gerou as descobertas gigantes da Guiana e do Suriname.

Araújo defende que as projeções do setor de petróleo desconsideram as mudanças no consumo esperadas para os próximos anos, com o aumento do uso de biocombustíveis e da eletrificação da frota de veículos.

A própria AIE (Agência Internacional de Energia), destaca, já prevê que o pico da demanda de petróleo ocorrerá no final da década. "Com o que a gente já tem hoje leiloado, não precisa em hipótese alguma tocar a margem equatorial ou a amazônia profunda. Se acontecer, é fruto de decisão política", afirma.

O Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) ainda não decidiu sobre o recurso da Petrobras à negativa para exploração do bloco 59 da bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá.

O instituto também já negou licença para perfuração de poço na bacia de Barreirinhas, no litoral do Maranhão. A região da margem equatorial tem 37 licenças para exploração de petróleo, 16 delas suspensas por questões ambientais.

Mas, em outra frente, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou em entrevista à **Folha**, no começo deste mês, que, apesar do compromisso de saída gradual do petróleo assinado na COP28 (conferência climática da ONU de 2023), o Brasil continuará produzindo do petróleo até ter nível de país desenvolvido.

"Na minha opinião, [o país vai explorar petróleo e gás] até quando o Brasil conseguir alcançar IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] à altura do que atingiram os países industrializados, que hoje podem contribuir muito pouco com a questão ambiental porque se industrializaram muito antes de nós", disse.

cotidiano

Mulher passa em corredor estreito formado por caçambas de entulho e barreiras de sinalização de trânsito Danilo Verpa/Folhapress

Multas por caçamba irregular disparam na capital paulista

Moradores de bairros que concentram verticalização relatam transtorno

Clayton Castelani

SÃO PAULO Efeito colateral do aumento dos lançamentos de edifícios residenciais, o número de multas aplicadas pelo uso irregular de caçambas de entulho da construção civil disparou na cidade de São Paulo no ano passado.

Foram 36 casos em 2022, contra 134 em 2023 —um crescimento de 272%, segundo dados da prefeitura. O número é também o mais alto desde 2017, quando a legislação que regula o tema foi alterada.

A ocupação de vias públicas para a execução de obras segue a legislação de trânsito, mas também tem normas próprias para garantir a passagem segura de pedestres e fruição do tráfego de veículos. Regras que moradores de áreas com elevada produção imobiliária dizem que nem sempre são cumpridas.

É o caso do bairro de Perdizes, na zona oeste de São Paulo. Com regras de zoneamento que dão incentivos financeiros para a construção de grandes edifícios e infraestrutura de serviços atraente para compradores de imóveis de alto padrão, a região passa por uma onda de verticalização.

Num trecho da estreita rua Bartira com prédios recentemente concluídos e outros em construção, o professor de fotografia Ivan Bismara, 67, contornava pelo asfalto a caçamba de entulho que estava junto à guia no início de abril. A passagem pela calçada havia sido bloqueada por areia de construção. "Agora só tem essa areia, que não é quase nada para quem ficou um ano sem calçada por causa dessa obra", reclama.

No mesmo bairro, na rua Iperoig, a empresa que fazia a reforma da calçada de um condomínio residencial em construção reservou aos pedestres uma faixa do asfalto, sinalizada por cones e fitas, mas quatro caçambas enfileiradas no local dificultavam a passagem e obrigavam pedestres a disputarem espaço com carros.

Quando a execução de uma obra requer o bloqueio da passagem de pedestres, algo comum para a instalação de andaimes ou a própria reforma do calçamento, é responsabilidade do empreendimento obter autorização do órgão de trânsito para a liberação de caminho alternativo aos pedestres, diz Luiz Bueno, coordenador de tecnologia e qualidade do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo).

Cones, cavaletes e fitas de sinalização autorizadas pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) devem ser utilizados para dar segurança a transeuntes deslocados para a faixa dos carros, explica o especialista.

Dados da CET indicam que as requisições de autorização para caçambas caíram 93% de 2022 para 2023 —de 98 para 7. Se comparado com o crescimento das multas no mesmo intervalo, o dado pode indicar que empresas estão deixando de pedir a autorização ao órgão de trânsito. Bueno considera, porém, que há outras explicações para isso.

Ele afirma que as construtoras cada vez mais procuram reservar espaços dentro dos canteiros de obra para evitar a interrupção do trânsito, já que a autorização para esse tipo de intervenção é burocrática e pode causar atrasos na construção. "É uma questão de custo, atrasos deixam a obra mais cara."

A **Folha** informou à prefeitura os dois casos observados pela reportagem. Em resposta, a gestão Ricardo Nunes (MDB) disse que a "Subprefeitura da Lapa vistoriou as ruas Bartira e Iperoig e autuou os responsáveis pelas obras por não manterem o logradouro público devidamente limpo".

As caçambas instaladas na rua também não tinham autorização da CET e a equipe da subprefeitura fará uma nova vistoria no local, acrescentou a prefeitura.

Os dois locais contam com alvará de execução.

A Construtora TF Engenharia, responsável pela obra na rua Iperoig, disse ter todas as licenças da prefeitura e da CET para execução dos trabalhos e utilização de caçambas na via pública. A empresa diz que está construindo a calçada do empreendimento e que a passagem de pedestres é realizada pela rua, com auxílio de cones e fitas de proteção, até a liberação da calçada prevista para esta segunda-feira (22).

Quanto à obra na rua Bartira, a SM3 Engenharia afirmou que a calçada estava em reforma e que o cone posicionado na rua era para dar segurança à passagem dos pedestres.

Posteriormente, segundo a construtora, moradores pediram manutenção da sinalização da rua para alertar motoristas da presença de um buraco no asfalto. "Lamentamos qualquer transtorno", diz a nota da construtora.

A cidade de São Paulo observará uma explosão de novos condomínios residenciais verticais em 2024, segundo projeções do mercado. Serão 790 novos empreendimentos em prédios e 28 em construções horizontais (conjuntos de casas) —totalizando 818— recebendo ocupantes neste ano, aponta pesquisa da administradora condominial Lello com 250 incorporadores imobiliários.

A disparada nas entregas reflete o represamento de lançamentos, atraso nas construções por falta de mão de obra e redução no ritmo de vendas provocados pela pandemia de Covid, segundo a administradora condominial. Em condições normais, o intervalo entre o lançamento e a constituição do condomínio varia de 20 a 30 meses.

Os condomínios constituídos neste ano, portanto, indicam um forte aquecimento da construção civil no município após a pior fase da pandemia.

Situação impulsionada, principalmente, pelo cenário de queda na taxa básica de juros (Selic) entre meados do ano passado e o primeiro trimestre deste ano, cedendo de 11,75% a 10,75% ao ano. Apesar da redução de apenas um ponto percentual, sinais de retração no custo dos financiamentos tendem a ter forte efeito nesse mercado.

Existem outras questões para a expansão imobiliária paulistana, como a retomada pós-pandemia e, possivelmente, efeitos mais contundentes do Plano Diretor de 2014 e da Lei de Zoneamento de 2016, que estimulam prédios próximos a corredores de ônibus e estações de trem e metrô.

O resultado desse adensamento de construções, porém, ainda não resultou no aumento de moradores nessas regiões da capital paulista, conforme mostrou análise da **Folha** com base em dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE.

Multas a caçambas irregulares em SP

Em número de autuações aplicadas por ano na capital paulista

Fontes: Secretaria Municipal das Subprefeituras

790 novos empreendimentos em prédios serão finalizados este ano em São Paulo

28 outras construções horizontais (conjuntos de casas) também serão erguidas em 2024

93% foi a queda do número de requisições de autorização de caçambas de 2022 para 2023

Corpo de idoso atestado morto em banco é sepultado no Rio de Janeiro

CURITIBA E RIO DE JANEIRO O corpo de Paulo Roberto Braga, 68, foi sepultado no final da manhã deste sábado (20) no Cemitério de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro.

O velório durou menos de uma hora. Cerca de 20 pessoas estiveram no local e cantaram louvores evangélicos. O caixão com o corpo foi colocado em uma gaveta do cemitério. A família não quis conceder entrevista à imprensa.

Na última terça-feira (16), Erika de Souza Vieira Nunes, 43, que diz ser sobrinha do idoso (pelos documentos, eles são primos), foi presa em flagrante em um banco ao tentar sacar um empréstimo de R$ 17 mil com Paulo em uma cadeira de rodas.

Um vídeo flagrou o momento em que Erika tentava fazer o idoso, que não tinha reação, assinar o documento. A gravação foi feita por uma gerente do Itaú Unibanco e, Bangu, na zona oeste do Rio.

Nas imagens que viralizaram, a cabeça do idoso pendia para trás, e as mãos caíam sempre que eram soltas por Erika.

Como ele estava sem reação, funcionários do banco desconfiaram da situação e chamaram o Samu, que confirmou que o homem estava morto. O corpo foi levado para o Instituto Médico-Legal.

A defesa de Erika diz que Paulo estava vivo quando chegou ao banco. A advogada dela, Ana Carla Correa, esteve presente no enterro e afirmou que sua cliente foi agredida no presídio de Benfica.

"Erika sofreu represálias dentro da prisão. Ela me relatou que, assim que chegou à Benfica, jogaram água e comida nela." A defesa afirma que, por essa razão, pediu uma cela isolada para que a cliente seja resguardada.

A advogada relatou mais uma vez que a cliente estava medicada e só percebeu que Paulo estava morto quando o Samu chegou.

Em nota, a Seap (Secretaria Estadual de Administração Penitenciária) diz que Erika foi transferida, na noite de sexta-feira (19), para o presídio feminino Instituto Penal Djanira Dolores de Oliveira, em Bangu, zona oeste do Rio. Sobre a suposta agressão, a pasta não se manifestou.

A Polícia Civil investiga como e quando Paulo morreu. Também apura as circunstâncias do empréstimo para saber se ele foi feito quando o idoso ainda estava vivo. Erika foi presa por suspeita de vilipêndio a cadáver e furto mediante fraude.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Flamenguista e fã de Roberto Carlos, dormiu em um show

OLIVIA PINHEIRO SANTANA (1942 - 2024)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Entre as histórias que Olivia gostava de contar para filhos, netos e quem mais quisesse ouvir durante um cafezinho, duas das favoritas envolviam o cantor Roberto Carlos. Uma delas foi um encontro no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, quando trabalhava como faxineira.

Quando viu o cantor, não pensou duas vezes. Correu para abraçá-lo, e o rei correspondeu com toda a simpatia. O segundo encontro, no entanto, foi diferente. Havia ganhado de presente de uma das filhas um ingresso para ver um show no Rio de Janeiro, com direito a roupa e sapatos novos.

Mas a neta Clarissa Amorim, 30, na época uma criança, pregou uma peça. "Sumi com um dos pés do sapato dela." Instaurou-se uma rápida operação entre as filhas da fã do rei para encontrar outro par e fazê-la chegar a tempo do concerto.

Acharam um sapato e com o problema contornado, Olivia chegou acompanhada de uma das filhas ao show, entusiasmada para ver o rei. E ela, que sempre sonhou com aquele momento, caiu no sono. Foi acordada pela amiga de uma das filhas a tempo de assistir ao fim da apresentação.

Olivia Pinheiro Santana nasceu em 1942 em Ipiaú, no interior da Bahia, e brincava com as outras crianças de surrupiar frutas do pomar vizinho. Conservou o espírito jovem dançando, ouvindo Zeca Pagodinho e tomando cerveja por toda a vida.

Antes dos 20 anos já estava casada com Lourival, seu primeiro marido. Moraram em diferentes partes do país, saindo do interior da Bahia e indo para Brasília, e depois para o Rio de Janeiro, enquanto nasciam os filhos. Olivia teve 12 no total, mas perdeu cinco.

Como a vida e o marido eram imprevisíveis, resolveu se separar e foi criar os filhos em São João de Meriti, no Rio de Janeiro. Em 1975, casou-se com José Batista dos Santos, o Valdez, que adotou e foi adotado pela família, tornando-se patriarca de sete filhos "oficiais" e outros quatro agregados.

Daí vieram netos e bisnetos. Assim, qualquer cafezinho ou reunião familiar virava um evento de grande porte. "Os últimos aniversários dela costumavam ter quase cem pessoas, tudo parente", afirma Clarissa.

Além de passar o tempo fazendo caça-palavras, Olivia era flamenguista apaixonada e acompanhava todas as partidas pela televisão. Seu gosto por futebol sobrava até para outros times. "Podia ser segunda divisão ou série D. Se o jogo fosse transmitido, ela estava assistindo", diz a neta.

No fim de 2022, ela descobriu um melanoma avançado a partir de uma pinta na cabeça. Morreu em 30 março, aos 81 anos. Deixa os filhos, 20 netos e 14 bisnetos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Transcap uma empresa de inclusão onde o diferente é normal
O autista vê o mundo de um ângulo diferente.
NÓS DA TRANSCAP APOIAMOS COM AMOR
O autismo nos ensinou que o amor não precisa de palavras.
AUTO VIAÇÃO TRANSCAP
Herbert Júnior

Adams Carvalho

Frida numa janela indiscreta

Se poesia é esconde-esconde, crônica é pega-pega

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

Em "Procura da poesia" o Drummond diz que os poemas se escondem "no reino das palavras", "que esperam ser escritos", "em estado de dicionário". Sou incapaz de escrever um poema. Se tivesse que escolher entre ganhar a vida como poeta ou halterofilista, agarraria os halteres. Melhor derrubar chumbo no chão do que lançar um monte de bobagem no mundo. (Até porque seria bem pouco chumbo que eu conseguiria derrubar).

Tava lendo o poema e pensando nas crônicas. Elas não se escondem "no reino das palavras". Pelo contrário. Elas se revelam por todo canto. Se poesia é —caso eu tenha compreendido Drummond— esconde-esconde, crônica é pega-pega. Basta olhar em volta, tem dúzias de temas correndo por aí, saltitando na nossa frente, é só agarrar o mais próximo, puxar pelo colarinho e pedir, com carinho: o que você tem a me dizer?

De tempos em tempos, em cursos ou entrevistas, me perguntam "de onde vêm as ideias?". Geralmente se espera uma resposta algo mística. Acho que isso vem menos da curiosidade dos leitores do que de um defeito dos escritores. Defeito, não. Falemos a verdade: de uma malandragem.

Talvez por sermos profissionais mal pagos, pouco valorizados num país iletrado, quando nos dão um microfone nas mãos, queremos pagar de abençoados. "São as musas!" "É um transe". "Eu não escrevo, eu telegrafo o que uma voz oculta me dita." Um grande escritor brasileiro disse que escrever era fácil, bastava botar uma folha em branco na máquina (era o século 20) e ficar diante dela até os olhos começarem a sangrar. Os olhos. Começarem. A sangrar. Gente. Menos. Né?

Eu tive a sorte de ser filho de um escritor muito irreverente. "Irreverente" é uma palavra que costuma ser usada de forma boba. Tipo o tio que faz a piada do "é pavê ou pacomê?". Uso em outro sentido. De não ter reverência à palavra escrita. Usar a língua de bermuda e chinelos, não de fraque e cartola —como, num país subdesenvolvido, muitas vezes os escritores se apresentam.

Cresci lendo meu pai escrevendo como falava. Claro que existem outras abordagens. Guimarães Rosa não falava daquele jeito. Mas tentou escrever do jeito que outras pessoas falavam. Ou tentou, como todos os grandes escritores, usar as palavras pra retratar a vida da maneira mais precisa que conseguiu. O gênio Graciliano Ramos (que se escrevesse em inglês ou russo seria considerado um Tchekhov) disse que "a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer".

Existem as coisas. Depois os nomes das coisas. E devemos achar os nomes delas e chamá-las de acordo. O Millôr Fernandes (que se escrevesse em inglês seria um Mark Twain) dizia que se você escreve "coisa" é porque não pensou bem sobre o assunto. Escrever "coisa" é como usar uma faca pra tirar um parafuso. Que "coisa" é a "coisa" de que você tá falando? É um objeto? Qual? É um sentimento? Qual? "Coisa" é coringa. Façamos canastras reais.

Tenho um parceiro de trabalho (e de vida) há 20 anos, o Chico Mattoso. Por umas seis horas por dia, todo dia, ficamos no Zoom. Durante alguns minutos ele sai pra ir ao banheiro ou beber água. Na estante atrás dele há duas fotos. Uma do Truffaut com o Hitchcock, das entrevistas que eles fizeram. E outra foto, nada a ver com eles, da Frida Kahlo. Mas do jeito que as fotos estão na estante, parece que a Frida tá olhando pro Truffaut e o Hitchcock tá olhando pra Frida. Deus do céu: que papo é esse que tá rolando nessa estante? O que a Frida quer falar pro Truffaut e o que o Hitchcock quer falar pra Frida? Seria uma ótima forma de começar uma crônica.

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro**, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Exemplo para SP, Bogotá investe em ônibus elétricos

14% da frota de transporte público da cidade colombiana é movida a bateria

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Carlos Petrocilo

BOGOTÁ Enquanto São Paulo esbarra na falta de infraestrutura para ampliar a sua frota de ônibus elétricos, Bogotá tem conseguido expandir o uso desse tipo de veículo em seu transporte público —e, assim, pode virar um exemplo para cidades brasileiras.

A capital colombiana já tem a segunda maior frota de ônibus elétricos da América Latina, atrás apenas de Santiago.

Enquanto a capital chilena tem cerca de 2.000 veículos desse tipo em seu sistema público, Bogotá conta com 1.486. Assim, 14% da atual frota de 10,6 mil coletivos da cidade são movidos a bateria.

Mas a liderança de Santiago pode não durar muito. A Colômbia já prepara uma licitação para dobrar a frota elétrica de sua capital, que assim ultrapassaria 3.000 veículos.

Em São Paulo, só 0,9% da frota é elétrica. Dados da gestão Ricardo Nunes (MDB) apontam que são 118 veículos desse tipo no sistema público de transporte, que ao todo conta com 13.289.

A responsável por esse processo de eletrificação do sistema público de Bogotá é a TransMilenio, uma empresa pública que faz a gestão do transporte coletivo da cidade, semelhante ao papel desempenhado pela SPTrans em São Paulo. Diretora de planejamento da entidade, Deysi Rodríguez estima que o uso dos 1.486 coletivos elétricos geram uma redução anual de 94 mil toneladas de gás carbônico.

Como a **Folha** mostrou, em março, a gestão Nunes tem encontrado dificuldades para viabilizar sua promessa de encerrar o ano com 2.600 modelos a bateria, o equivalente a 20% da frota. A falta de garagens com infraestrutura para carregar os veículos é o maior entrave para a expansão.

A prefeitura aponta como principal culpada pela demora a concessionária Enel.

A empresa também tem a concessão de energia em Bogotá. Na cidade, porém, o contrato já prevê que ela é responsável tanto pela construção da rede de distribuição para o carregamento dos ônibus quanto pela aquisição dos veículos. Isso não existe em São Paulo.

Segundo especialistas, o poder público brasileiro falhou ao ignorar o processo de implementação da infraestrutura nos contratos com as concessionárias firmados em 2019, e somente em setembro de 2023 houve um aditivo para a subvenção da compra de ônibus em São Paulo.

> “Santiago e Bogotá estão mais avançados porque assumiram a responsabilidade da eletrificação e separaram todas as etapas dos contratos. Em São Paulo, a prefeitura espera que o setor privado resolva o carregamento em vez de ter um projeto próprio
>
> **Rafael Calabria**
> coordenador de mobilidade urbana do Idec

“Não há qualquer compromisso seja das operadoras, seja da prefeitura ou da Enel de como e quando será feita essa implementação. Isso, aliás, está criando uma barreira à entrada de novos veículos no sistema, pois a prefeitura proibiu a incorporação de veículos a diesel”, afirma o planejador urbano Rafael Drummond.

“Santiago e Bogotá estão mais avançados porque assumiram a responsabilidade da eletrificação e separaram todas as etapas dos contratos. Em São Paulo, a prefeitura espera que o setor privado resolva o carregamento em vez de ter um projeto próprio”, diz Rafael Calabria, coordenador de mobilidade urbana do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor).

A TransMilenio oferece dois modelos de concessão para o transporte público. No primeiro, a Enel é a responsável pelo pátio elétrico e poderá arrendá-lo às empresas de ônibus. No segundo, as próprias companhias assumem a construção da garagem.

Bogotá conta com nove garagens com a frota 100% elétrica, além de uma mista, com espaço para abrigar também ônibus movidos a diesel ou GNV (gás natural).

A maior delas, da Green Móvil, tem 40 mil quilômetros quadrados e abriga 406 carros, que transportam por dia 80 mil passageiros.

Inaugurada em abril de 2022, essa garagem custou R$ 100 milhões e tem 119 carregadores com 381 dispensadores de energia (mangueiras de recarga) que podem funcionar simultaneamente.

“Cada ônibus roda, por dia, 210 quilômetros em média, e a bateria tem autonomia para 266 quilômetros”, conta Andres Cerquera, diretor de infraestrutura da Green Móvil.

Para dar conta, a garagem possui duas subestações com capacidade para abastecer uma cidade de 200 mil pessoas.

Outra solução na cidade foi a construção de uma garagem com um sistema de carregamento aéreo, o que possibilitou carregar os 196 ônibus ao mesmo tempo em uma área de 28 mil metros quadrados.

O local, que tem como dono a empresa La Rolita, é rodeado por um morro na divisa de Bogotá com a cidade de Soacha. O pátio tem uma ilha no qual 21 supercarregadores ficam em um mezanino de ferro. Eles são usados para alimentar 183 mangueiras de abastecimento.

O tempo de recarga pode variar de 2 a 6 horas, a depender da quantidade de veículos sendo carregados simultaneamente. Um supercarregador tem energia suficiente para abastecer cinco ônibus ao mesmo tempo.

A garagem levou 18 meses para ficar pronta e permitiu que a La Rolita deixasse de emitir 6.000 toneladas de poluentes por ano, afirma o administrador do local, Sebastian Saenz. A empresa se destaca também por ter 60% de motoristas mulheres.

“Há muitos motoristas que preferem o elétrico porque se tornam mais tranquilo, pelo nível de ruído do motor em comparação com os modelos tradicionais e o câmbio e a embreagem são mais confortáveis”, diz Jimmy Daraz, gerente de operação da Green Móvil, que emprega mil motoristas.

Com tais soluções e resultados, a Colômbia tem atraído as principais montadoras do setor. A chinesa BYD, por exemplo, fabricou 1.473 dos 1.486 ônibus de Bogotá —os outros 13 foram produzidos pela também chinesa Yutong.

Lara Zhang, gerente regional da BYD no país, afirma que Bogotá tem como principais vantagens a segurança jurídica nas licitações e os incentivos fiscais para importações.

O jornalista viajou a Bogotá a convite da BYD

Garagem otimiza espaço com infraestrutura aérea para carregar ônibus elétricos em Bogotá, capital da Colômbia Carlos Petrocilo/Folhapress

Investigado por elo com PCC teve dois contratos com prefeitura

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Apontado como um dos líderes do esquema que atrela licitações fraudulentas a integrantes do PCC (Primeiro Comando da Capital), Vagner Borges Dias assinou dois contratos com a Prefeitura de São Paulo em 2020.

Segundo denúncia do Ministério Público, ao menos sete empresas de prestação de serviços nas áreas de limpeza e controle de acesso, entre as quais a Safe Grupo, de propriedade do investigado, integravam quadrilha que fraudava licitações.

Os acordos eram feitos com prefeituras e câmaras municipais em todo o estado, e os valores eram desviados para o PCC. A investigação aponta que uma delas tem R$ 200 milhões em contratos ainda vigentes.

A Safe Grupo venceu, em 2020, duas licitações para fazer a limpeza de unidades de educação infantil na cidade de São Paulo. Os valores dos contratos foram de R$ 40,1 milhões e de R$ 9,5 milhões. Na época das licitações, o prefeito era o tucano Bruno Covas (1980-2021).

Menos de um ano depois de a contratação ser oficializada, porém, a prefeitura rescindiu os contratos por uma série de irregularidades, desde falta de pagamento de direitos trabalhistas dos funcionários até falhas no fornecimento de materiais de limpeza e de uniformes.

Para comprovar estar apta a prestar o serviço à gestão paulistana, o investigado anexou atestados de prestação de serviços com prefeituras citados na denúncia do Ministério Público, entre as quais das cidades de Buri e Guarujá.

Em fevereiro de 2021, em meio à pandemia de Covid-19, a diretoria de uma das escolas atendidas pela empresa de limpeza enviou ofício à administração municipal para relatar que nenhuma equipe havia aparecido mais de um mês após o início de vigência do contrato.

Em documento com pedido de reconsideração da rescisão do contrato, a empresa argumentou que os trabalhos foram prejudicados por causa da pandemia.

“Destacamos, ainda, que alguns equipamentos e materiais importantes para a execução do trabalho de limpeza, considerado essencial durante a pandemia, encontram-se em falta no mercado nacional”, diz trecho do documento.

A empresa exigiu da prefeitura paulistana indenização de cerca de R$ 2 milhões pela quebra unilateral dos contratos em processo judicial, mas a solicitação foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça, segundo a atual gestão, de Ricardo Nunes (MDB).

O valor foi o mesmo do depósito caução feito pela Safe Grupo para a prefeitura após ter vencido a licitação, uma exigência prevista em contrato como uma espécie de garantia de que os serviços seriam prestados.

Em nota à reportagem, a Secretaria de Educação, responsável pelas contratações, disse que a empresa deve R$ 190 mil referentes a quatro multas aplicadas por não atender às exigências do contrato assinado. O montante ainda não foi pago à administração municipal.

“A pasta não possui contrato vigente com a empresa.”

O dono da empresa está foragido após a Promotoria pedir a prisão dele em operação na última terça-feira (16). Outras 13 pessoas foram presas. Entre elas estão três vereadores, agentes públicos, empresários e um advogado.

Segundo as investigações do Ministério Público, os acusados simulavam concorrência com empresas parceiras ou de um mesmo grupo econômico. Os mesmos funcionários se revezavam entre as várias empresas do esquema e o crime organizado intervinha sobre quem venceria determinadas licitações quando havia qualquer tipo de impasse.

A reportagem procurou o acusado, mas não teve resposta —ninguém atendeu no número da empresa que consta no site oficial e o email também não foi respondido. Como o caso está em segredo de Justiça, a defesa também não foi encontrada.

A defesa do vereador Luiz Carlos Alves Dias disse que não iria se pronunciar. A **Folha** tentou contato com a defesa dos demais presos, mas não recebeu resposta.

R$ 200 mi
em contratos ainda estão vigentes com empresas que fraudavam as licitações, segundo a investigação do Ministério Público

R$ 49,6 mi
estão ligados à empresa Safe Grupo, do acusado Vagner Borges Dias, referentes a contratos de R$ 40,1 milhões e de R$ 9,5 milhões

Como jogador Endrick, casais fazem acordo para regular namoro

Atleta e influenciadora firmaram contrato no qual juram 'exclusividade afetiva' e prometem não dormir brigados

TODAS

Isabella Menon

SÃO PAULO Brigar na rua é proibido. Se terminar, não tem volta. Eu te amo é obrigatório. Deixar o parceiro confortável é essencial. Ir dormir brigado está fora de cogitação. Lavar a louça é tarefa única e exclusivamente dele.

Essas são algumas normas incluídas em acordos firmados por casais para regular o namoro. O assunto ganhou destaque após o jogador Endrick, 17, contar no podcast PodDelas que firmou um contrato com a namorada e influenciadora Gabriely Miranda, 21.

As cláusulas estabelecem que eles são obrigados a dizer "eu te amo" em qualquer situação e andar sempre de mãos dadas. Está vedado sob pena de multa discutir ou brigar na frente dos outros, mudanças drásticas de comportamento e ir dormir ou sair de casa enquanto estiverem brigados. Quem quebrar alguma das regras tem que pagar uma multa no fim do mês.

O acordo não passa, é claro, de uma brincadeira do casal e não tem validade jurídica. A advogada de família Amanda Gimenes afirma que acordos legítimos entre namorados ocorrem em situações diferentes e quando envolvem proteção de patrimônios.

No contrato do namoro oficial, a intenção é firmar um documento que deixe claro que aquela relação é um namoro, não uma união estável. "O namoro tem um compromisso, mas não as mesmas obrigações do casamento, como assistência, fidelidade e coabitação", diz ela.

O documento é recomendado por advogados no Brasil, já que a Justiça não estipula um período para que a união estável seja reconhecida. Segundo a lei, basta comprovar convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Hoje, Gimenes calcula que mais clientes a procuram para fazer um contrato de namoro do que de união estável, sendo a grande maioria mulheres. "Elas não querem confusão patrimonial, já vieram de outros relacionamentos e têm filhos."

O advogado Conrado Paulino da Rosa diz que é comum que pessoas que estão nos primeiros relacionamentos se apaixonem e sintam que não precisam de respaldo jurídico. "Acham que são o alecrim dourado, que com elas vai ser diferente", afirma. Por isso, ele defende a importância dos contratos. "Precisamos ser racionais nestes momentos."

Apesar da orientação de procurar um advogado, a maioria dos casais estabelece tratos na informalidade para manter uma relação mais harmoniosa.

A advogada Jessica de Almeida, 30, e o engenheiro mecânico Renan Oliveira, 28, estão juntos há quatro anos e desde o início estabeleceram acordos para evitar os mesmos problemas que tiveram em relações passadas.

Entre eles, estão a impossibilidade de reatar a relação caso se separem —não existe a possibilidade de dar um tempo no relacionamento. "A gente não fala 'não quero mais' em briga. Se não, acabou. Vai comprometer todo o relacionamento", afirma ela.

Eles podem frequentar qualquer lugar sozinhos com amigos, exceto baladas. "É um local para conhecer pessoas novas. Não é o ambiente que queremos estar", diz Jessica, que cita ainda que eles têm a senha um do outro do celular, mas não vasculham o aparelho.

Para ela, o acordo traz uma segurança para a relação. "Respeitamos o limite um do outro, quando uma briga está muito agitada, o outro já recua. Por isso, quase nunca brigamos."

Jessica classifica os combinados como "acordo livre". "Podemos sair dele, porém cientes que, se tiver a quebra do acordo, a confiança que criamos vai inexistir."

O único acordo da advogada Gabriela Marques, 28, e do programador Edson Buenos, 29, não partiu de traumas passados e nem foi realizado no intuito de solidificar a relação do casal. Partiu de uma aposta.

Quando eles se conheceram, ela afirmou que eles se casariam até setembro do ano seguinte. O então paquera negou. Ela respondeu: "Se estivermos casados, eu nunca mais lavo a louça".

Ela nunca mais lavou nenhuma louça. Em 40 dias, eles estavam noivos e em setembro do ano passado se casaram. "Não é negociável. A louça pode estar transbordando que eu não vou lavar." O acordo marcou tanto o casal que Gabriela lembrou dele nos votos do casamento: "Eu tenho uma certeza na vida é que nunca mais vou lavar louça."

> Podemos sair dele [o contrato], porém cientes que se tiver a quebra do acordo, a confiança que criamos vai inexistir
>
> **Jessica de Almeida**
> que tem um acordo com o namorado sobre a relação

No caso de Marina Rotty e Márcio Wolf, casados há 25 anos, os acordos intensificaram depois que eles decidiram abrir o relacionamento. "Percebemos que os contratos não são claros na monogamia. Você casa, se relaciona e sabe que é o que tem que fazer", diz ela.

O marido afirma que diante deste novo formato regras e acordos foram necessários. "No relacionamento monogâmico tem a fidelidade e não tem o que explorar. No aberto, tem muitas coisas envolvidas. É bom deixar claro os limites."

As regras podem mudar ao longo do tempo, mas mentira não funciona. Por isso, tudo é compartilhado. "A Marina sabe quando estou interessado em alguém e vice-versa." Apesar da liberdade, o casal tem que estar acima de qualquer aventura. "Nosso relacionamento é o mais importante."

Para além da relação aberta, eles afirmam que também travaram combinados em relação à educação dos filhos e famílias. "O que é assunto da família dele, ele resolve. O que é assunto da minha, eu resolvo", diz ela, que mantém junto ao marido o podcast Ponto Z.

Na avaliação do psicólogo Alexander Bez, contratos e acordos podem respaldar um casal com uma espécie de medida protetiva emocional. "Emocionalmente, isso pode ser uma garantia, mas há quem fale em desconfiança".

Mikael Bitencourt (à esq.) e o marido, Jarbas, com a amiga Jéssica Konig, 31, que se ofereceu para ser barriga solidária e agora gesta Antonella, a filha do casal Daniel Marenco/Folhapress

Mulher aceita ser barriga solidária de amigos em Imbé (RS)

SÃO PAULO O fotógrafo Mikael Bitencourt, 35, conheceu a amiga e comerciária Jéssica Konig, 31, há nove anos para uma sessão de fotos. Ali, ele contou que o maior sonho da sua vida era se tornar pai. E ela, em tom de brincadeira, disse que gestaria o bebê para ele e o marido, que vivem em Imbé, cidade localizada a 130 quilômetros de Porto Alegre.

Na época, eles riram e nem imaginaram que ela um dia cederia sua barriga para carregar uma filha para ele e seu marido, Jarbas Bitencourt, 48.

Após uma breve separação e uma festa de casamento, o casal se sentiu pronto para dar início a um processo de adoção. Na época, eles souberam de uma jovem que estava grávida e dizia que não queria criar a criança.

Mikael e o marido buscaram advogados para entender como poderiam ficar com aquele bebê —a adoção consensual, quando a mãe biológica escolhe os pais adotivos para a criança, é autorizada no Brasil, mas o processo deve ser acompanhado pela Vara da Família e não pode envolver recursos financeiros.

Diante da expectativa, o casal passou a levar a gestante para consultas. Também fizeram um chá de bebê com 80 pessoas, montaram um quartinho e escolheram até os padrinhos da criança.

Poucas semanas antes do parto, eles receberam a notícia de que a gestante tinha desistido de entregar o filho. "Desabei. Foi um desespero", lembra Mikael.

Foi nesse momento difícil que Jéssica foi até a casa deles e retomou a conversa da barriga solidária. "Eu tenho o que vocês precisam e empresto minha barriga para vocês", disse.

A cessão temporária de útero —popularmente conhecida como barriga solidária— é regulamentada pelo CFM (Conselho Federal de Medicina), cujas resoluções são seguidas pela Justiça.

A primeira condição é que a mulher pertença à família de um dos parceiros. Em casos excepcionais, pessoas fora dessa lista podem emprestar a barriga mediante autorização do CRM (Conselho Regional de Medicina).

Além disso, o processo não pode ter caráter lucrativo, e a clínica de reprodução não pode intermediar a escolha da cedente.

A mulher que se voluntaria para ser barriga solidária deve ter ao menos um filho e, se for casada, é obrigada a apresentar a autorização do cônjuge.

Advogado da área da saúde e professor de bioética e direito, Paulo André Stein Messetti explica que o CFM autoriza a prática desde 1992.

Em 2013, a alternativa foi ampliada aos casais homoafetivos e ganhou limite de idade de 50 anos para a doadora temporária do útero. Também foi estabelecida a impossibilidade de interrupção da gravidez —com exceção dos casos legais, como risco para a vida da gestante— e inserida obrigatoriedade da garantia de atendimento médico e multidisciplinar para a doadora do útero, até o puerpério, pelos contratantes da reprodução assistida.

Em 2021, pessoas transgênero foram incluídas expressamente na resolução como destinatários possíveis da técnica.

Daiane Pagliarin, médica especialista em reprodução assistida, diz que nos últimos cinco anos tem havido um aumento de homens solteiros e casais formados por dois homens que buscam por esse tipo de tratamento.

Procurado pela reportagem, o CFM não soube informar números.

Adelino Amaral, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida e membro da Câmara Técnica de Reprodução Assistida do CFM, pondera que a barriga solidária ainda é raridade nas clínicas. Ele calcula que, nos últimos três anos, a unidade em que trabalha tratou de apenas dois casos.

> Estou carregando o sonho de duas pessoas que eu amo, o meu sonho eu já tive, que são meus filhos. Quando a Antonella nascer, ela vai compor uma família linda
>
> **Jéssica Konig**
> barriga solidária

A autorização do CRM para o procedimento levou cinco meses e veio em agosto do ano passado. O óvulo escolhido para a gestação foi o da irmã de Mikael, e o espermatozoide foi de Jarbas.

Após a implantação do embrião em Jéssica, levaria mais 15 dias para saber se o procedimento foi bem-sucedido. Ansiosa, ela fez o exame antes do tempo e veio o positivo.

Preparou então uma surpresa para o casal e levou até a casa deles uma caixa com um bilhete escrito: "o positivo mais esperado do ano chegou".

Jéssica afirma que essa gestação é completamente diferente das outras duas que já teve. "Estou carregando o sonho de duas pessoas que eu amo, o meu sonho eu já tive, que são meus filhos", diz.

"Quando a Antonella nascer, ela vai compor uma família linda", afirma, emocionada. **IM**

ciência

Energia é aumentada para chegar à câmara-alvo Damien Jemison/Laboratório Nacional Lawrence Livermore

Fusão nuclear é pop, mas ainda distante como fonte de energia

Cientista de laboratório americano que atingiu ignição 5 vezes diz que há vários obstáculos a serem superados

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Agora que energia limpa é pop, por todo canto você acha declarações de avanços. Mas, entre todas as evoluções —as reais—, uma teve um brilho próprio: a fusão nuclear, forma de obtenção de energia que, sob o domínio humano, é citada como de potencial revolucionário. Afinal, trata-se da reação que mantém o Sol ardendo.

O fato é que a fusão tem saído de um campo quase ficcional para uma realidade, marcando presença em jornais e em revistas científicas. Porém, tudo indica, uma realidade ainda um tanto distante.

A fusão nuclear ocorre quando dois núcleos de hidrogênio se fundem e formam um átomo de hélio. Isso só é possível quando as partículas estão a milhões de graus Celsius sob alta pressão. Quando o hélio se forma, o resultado são enormes quantidades de energia.

O domínio da fusão sempre foi pensado como algo que poderia mudar o mundo, porém algo futuro. Cientistas ouvidos pela **Folha** contam que, de 30 a 40 anos atrás, já se falava em fusão para dali 30 ou 40 anos.

A realidade prática e comercial distante da fusão implica em outro ponto: crise do clima. Não se pode contar com ela para conter a crise neste século. O que continuamos a emitir vai afetar o planeta no longo prazo. Então, pouco adianta termos, com a concretização da fusão, uma fonte enorme de energia limpa em 2040, 2050, 2060, pois o planeta já terá "assinado" um contrato de alguns graus celsius e, consequentemente, de catástrofes ambientais constantes —como já vemos.

Mesmo sem poder ajudar na crise climática que temos em mãos, os últimos anos viram uma importante evolução dessa tecnologia.

Cientistas finalmente conseguiram, a partir da fusão, gerar mais energia em relação à que foi gasta para colocar o processo em andamento.

Mas há um asterisco: o ganho líquido de energia não ocorreu de forma plena. A afirmação leva em conta somente uma parte do processo.

O LLNL (Laboratório Nacional Lawrence Livermore), na Califórnia (EUA), responsável pelo importante feito, disse que a quantidade de energia necessária para disparar os poderosos 192 feixes de laser que dão início à reação de fusão é maior do que a energia que foi gerada.

Essa é uma das formas de obter a fusão, feita a partir do que chamam de confinamento inercial; a outra, com uso de máquinas chamadas tokamaks, faz uso de confinamento magnético.

O site do laboratório dá mais detalhes: "[...] a energia consumida pela instalação de laser NIF [National Ignition Facility], é tipicamente cem vezes maior", em relação à energia que incide sobre o alvo que gerará a fusão.

Mesmo assim, o laboratório realizou a façanha. Conseguiu e repetiu, o que é essencial para achados científicos.

Art Pak, pesquisador do LLNL, afirmou à **Folha** que a ignição —segundo o LLNL, chegar à ignição significa produzir mais energia do que é entregue ao alvo— já foi atingida cinco vezes.

A primeira foi em 12 de dezembro de 2022; outras três, de 30 de julho de 2023 até 30 de outubro do mesmo ano.

A mais recente, em 12 de fevereiro deste ano, chama a atenção pela quantidade de energia gerada em relação aos outros casos. Nela, os cientistas do LLNL jogaram 2.2 MJ (megajoules) sobre o alvo —uma cápsula com combustível— e conseguiram de volta 5.2 MJ, ou seja, mais do que o dobro da energia aplicada, algo consideravelmente superior aos testes anteriores.

"Estamos nos preparando para o próximo experimento. Tentaremos aumentar ainda mais o desempenho modificando o alvo para aumentar a compressão", diz o pesquisador do LLNL. "Cada repetição traz grande satisfação. Em pouco mais de um ano, passamos de demonstrar que a ignição por fusão é possível para mostrar que podemos fazê-lo consistentemente."

Vinícius Njaim Duarte, pesquisador do Laboratório de Física de Plasma da Universidade de Princeton, nos EUA, chama de marco científico e tecnológico o que foi feito no LLNL. "Se você olha para tudo o que vem antes, o laser não é tão eficiente. Não é diminuindo o feito. É incrível", diz.

Isso mostra a distância para a realidade comercial.

"A resposta é desconfortável para quem quer uma resposta otimista. Estamos distantes da factibilidade", afirma Ildo Sauer, vice-diretor do IEE (Instituto de Energia e Ambiente), da USP.

Renato Machado Cotta, membro da ABC (Academia Brasileira de Ciências) e professor da COPPE/UFRJ, enxerga na fusão a possibilidade futura de uma fonte de energia de base, assim como são hoje a energia nuclear, em alguns países, a hidroeletricidade no Brasil, e o gás natural.

Cotta ressalta a importância de o pensamento ser direcionado para mosaicos energéticos, com diversas fontes contribuindo para as matrizes, citando o também limpo "hidrogênio, que se fala tanto; verde, rosa, cor de abóbora", brinca o cientista.

Sauer defende que o problema da humanidade não é tecnológico, falta de fontes de energia ou quantidades.

"A ciência é sólida. Mas as incógnitas superam em muito qualquer rasgo de certeza que se tenha.", afirma Sauer.

Se há cuidado de um lado, há bilhões, grandes nomes envolvidos e animação de outro.

A Helion Energy, empresa que tem como principal investidor e presidente do conselho Sam Altman, CEO da criadora do ChatGPT, prometeu ter pronta, em 2028, a primeira usina de energia à fusão nuclear. A promessa veio com um primeiro cliente: a Microsoft.

Pak, do LLNL, um dos responsáveis pelo feito de ganho quase-líquido de energia, é mais cuidadoso com prazos.

"Ao mesmo tempo em que acredito que a façanha do LLNL tenha evoluído a possibilidade de energia comercial, ainda é um tremendo desafio, com vários obstáculos técnicos", afirma Pak. "Há tantas variáveis que é difícil estimar quanto tempo levará. Mas quanto mais esforço e cooperação mundial colocarmos nisso, mais cedo acontecerá."

Experimento de fusão nuclear com confinamento inercial busca geração de energia limpa

1 Um pulso fraco de laser (cerca de 1 bilionésimo de joule) é criado e dividido em 48. A energia do pulso é, então, amplificada. Cada 1 dos 48 feixes é dividido novamente, chegando aos 192 que vão incidir sobre a câmara-alvo e, em seguida, no hohlraum (um tubinho, dentro do qual há uma cápsula do tamanho de um grão de pimenta que guarda o deutério-trítio que resultará na fusão nuclear)

2 Tudo isso acontece em somente 5 microssegundos, tempo em que os lasers percorrem cerca de 1.500 metros. Inicialmente com 1 bilionésimo de joule, os lasers chegam próximo ao fim do percurso com 4 milhões de joules

3 Pouco antes de entrarem na câmara-alvo, os pulsos de laser são convertidos de 4 milhões de joules infravermelhos para mais de 2 milhões de joules de energia ultravioleta, que é direcionada para o alvo, o hohlraum

Câmara-alvo

Explosão solar
Dentro do hohlraum há uma pequena bolinha que guarda o deutério-trítio, combustível que dará origem à fusão nuclear. O hohlraum, dessa forma, funcionará como uma espécie de forno de raios X

Os lasers aquecem o hohlraum, chegando a temperaturas maiores que 3 milhões de graus Celsius. Os raios X causam a ablação da cápsula-alvo onde está o combustível e ocorre uma espécie de implosão, que comprime e aquece o combustível de deutério-trítio a temperaturas altíssimas até que os átomos de hidrogênio se fundam

Criam-se, assim, núcleos de hélio, com liberação de nêutrons de alta energia. Uma implosão bem-sucedida (o bem-sucedido aqui significa bem mais do que só "acontecer") resultará em uma fusão nuclear autossustentável

Sobre sapos escaldados e corais desbotados

Aquecimento dos oceanos surpreende pesquisadores e prenuncia o pior

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Sabe aquela lorota de sapos ou rãs que morrem na panela porque não percebem a água esquentando aos poucos até ferver? Pois é lorota mesmo, balela, patranha, potoca. O animal vai pular fora rapidinho. Já humanos...

A atmosfera da Terra está se aquecendo desde o século 19 com os gases do efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO2) da queima de combustíveis fósseis e florestas. Na média, subiu 1,2ºC desde então, perto demais do 1,5ºC que a ciência aponta como limite de segurança.

Meio que nos acostumamos com o avanço lento e gradual dos termômetros. Mas o povo xinga dia e noite o calor, a dengue, a Enel, as enchentes, as queimadas, as secas, os deslizamentos de morros, o preço do feijão —sem atentar que muitas dessas pragas têm algo a ver com o aquecimento global.

Se não nos incomodamos com o esquentamento da atmosfera, que vai infernizar de vez a vida de nossos filhos e netos, imagine com os oceanos. Quem tem o privilégio de frequentar praias até gosta de água mais quentinha e está certo de achar que não corre risco de morrer fervido.

Muita vida vai morrer antes de nós. Já estão perecendo os bancos de corais, por exemplo. É uma extinção em massa ocorrendo ao vivo e em cores, melhor dizendo, em branco.

O fenômeno se chama branqueamento ("bleaching", em inglês). Recifes de coral são formados por milhões de pólipos, organismos do reino animal que mantêm algas em seu interior, numa relação simbiótica. Com o choque térmico, perdem as algas, a vida e as cores exuberantes que maravilham mergulhadores e cinegrafistas.

Apenas 1% dos mares da Terra apresentam bancos de corais. Mas eles são responsáveis, como berçários e fonte de alimentos, por sustentar um quarto da vida marinha. Sem mencionar milhões de pessoas que vivem do turismo.

O maior espetáculo fica na Grande Barreira da Austrália, conjunto de cerca de 3.000 recifes que se estendem por 2.300 km e cobrem 344 mil km2. Neste 2024, o portento atravessa seu quinto branqueamento em massa em oito anos.

Coisa de 80% da Grande Barreira esteve sob estresse. É a maior extensão já registrada, superando os 60% medidos em 2017. E não só aí: 54% das áreas marinhas com corais do planeta enfrentam temperaturas capazes de desencadear o branqueamento. Até o fim deste século os corais podem extinguir-se.

Não é para menos: os oceanos nunca estiveram tão quentes, batendo recordes seguidos por mais de um ano. Na média, a temperatura na superfície dos mares alcançou 21,07ºC em março, segundo a agência europeia Copernicus, ligeiramente acima dos 21,06ºC de fevereiro.

Os valores superam os registrados ao longo de 2023, que por sua vez foi o ano mais quente já observado, na atmosfera e no mar. No primeiro caso, o aumento da temperatura do ar está em linha com o que os modelos predizem com base na concentração atmosférica de CO2.

No caso dos mares, climatologistas e oceanógrafos quebram a cabeça para desvendar o que está acontecendo. Só El Niño, que deve acabar em breve, não dá conta de explicar toda a anomalia.

O oceano absorve boa parte do calor adicionado à atmosfera pela humanidade, mas a mudança climática em curso não se mostra suficiente para esclarecer a quentura das águas. Um enigma preocupante, porque o clima como o conhecemos é regulado por correntes marinhas, massas de ar e diferenças de pressão que os mares desencadeiam.

O aquecimento anormal do Atlântico, que tem bagunçado o clima no Brasil, deve ocasionar uma temporada frenética de furacões, prevê-se. Quem viver verá.

DOM. Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite

saúde

Arthur Henrique Santos Calvo, 2, como o psicólogo Vinicius de Moura Barbati no Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, em São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Tratar fissura labiopalatina exige equipe multidisciplinar

Maioria dos centros de tratamento para a condição fica no Sudeste

SAÚDE PÚBLICA

Patrícia Pasquini e Karime Xavier

são paulo A alagoana Vera Acássia de Faria Barros, 39, nasceu com fissura labiopalatina. Natural de Arapiraca, iniciou tratamento em Maceió. Após um erro médico na primeira cirurgia, não conseguiu continuar com os cuidados. "No Norte e no Nordeste, o atendimento é precário e não tem o entendimento e a evolução daqui", lamenta.

Ela se mudou para São Paulo aos 17 anos e, após completar 18, ocupou uma vaga no Hospital das Clínicas. Quando nasceu seu filho Miguel de Faria Lima, 10, descobriu que o menino tinha a mesma condição. Ele é paciente do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus —sob gestão do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês—, na Bela Vista, bairro da região central.

Vera interrompeu seu tratamento para priorizar o do filho. A mãe de Miguel não está sozinha na dificuldade para tratar a fissura. O país tem 33 Centros de Tratamento de Malformação Labiopalatal habilitados pelo Ministério da Saúde. A maior parte fica no Sudeste.

O Hospital Municipal Infantil Menino Jesus não está na lista dos centros, mas é referência para o município de São Paulo. Todo bebê que nasce com fissura labiopalatina em maternidade do SUS (Sistema Único de Saúde) da capital paulista é encaminhado para lá. O local conta com uma linha de cuidados própria. As UBSs (Unidades Básicas de Saúde) também referenciam crianças e adolescentes para o serviço.

Quem precisa do tratamento deve se informar na UBS mais perto de onde mora. A regra vale para todo o país.

Jamile Brasil, coordenadora médica da linha de cuidados da fissura labiopalatina do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, afirma que o paciente passa por cirurgião plástico, pediatria, ortodontista, odontopediatra, psicólogo, fonoaudiólogo, otorrino —sempre que necessário, há consultas com neurologista, pneumologista e nutricionista. No local, o atendimento vai até 18 anos.

De acordo com a ortodontista Érika Tiemi Kurimori, Miguel já fechou o lábio e o palato e iniciará o preparo para a cirurgia de enxerto ósseo.

No hospital, a reportagem também encontrou Arthur Henrique Santos Calvo, 2. A mãe, Jéssica Santos de Siqueira, 33, descobriu no parto que Arthur tinha fissura labial.

Arthur veio ao mundo no Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula, em Itaquera, na zona leste. Com um mês de vida, foi encaminhado ao Hospital Menino Jesus, acolhido e atendido pela equipe multidisciplinar.

> “A partir dos três meses, a criança faz a primeira cirurgia, que é a correção e fechamento do lábio. Com um ano, realizamos o fechamento do céu da boca. Depois, ela entrará num longo acompanhamento com fonoaudiólogo
>
> **Cristiano Tonello**
> cirurgião craniofacial, chefe do Departamento Hospitalar do HRAC-USP e professor de medicina da USP de Bauru

A informação e o apoio psicológico ajudaram Jéssica a combater o medo da não aceitação. "Essa criança vai ter um futuro? Perguntei ao médico. Era a minha preocupação na época. Hoje, estou aliviada. Aqui eles falam que vai dar tudo certo e ele ficará perfeito."

"Em casa não tinha fotos expostas dele. Por medo, insegurança de ele olhar e falar 'nossa que coisa feia! Quem é isso?'. E até explicar que ele nasceu assim e que não é do jeito que ele está pensando, me incomodava, me deixava mal", conta a mãe.

"Depois que eu comecei a passar com o Vinicius [psicólogo], coloquei a primeira foto dele. Já me arrependi por não ter colocado antes, porque ele olhou a foto e ficou encantado. Lembro até hoje da cena, de ele olhar para o porta-retrato e falar 'que lindo!'. Nunca mais tirei o porta-retrato dali", conta.

Para o psicólogo do Hospital Menino Jesus, Vinicius de Moura Barbati, o trabalho de aceitação começa com os pais e responsáveis. No momento em que a criança entende e é capaz de fazer uma leitura, entram em cena os bonecos terapêuticos, todos fissurados, disponíveis no hospital.

"As mães, quando estão gestando o bebê, ficam imaginando como eles vão ser quando nascerem. E essa imaginação é composta de um bebê ideal. A descoberta do diagnóstico gera um impacto. Nosso trabalho é lidar com a mãe nessa aceitação e fazer, de certa maneira, um luto desse filho imaginário para se adaptar e aderir ao tratamento", explica.

"Com os bonecos fissuradinhos a criança pode, a partir da brincadeira, da ludicidade, perceber que aquilo não é um defeito, mas uma característica provisória. Quando há cirurgia, usamos o bonequinho para simular —a criança assume o lugar do médico. Na brincadeira, ela tenta entrar em contato com alguma angústia e pode espelhar suas questões", afirma o psicólogo.

Segundo a literatura médica, no Brasil, 1 a cada 650 bebês nasce com fissura labiopalatina — malformação congênita que envolve lábio, gengiva e o palato (céu da boca), mas não necessariamente juntos. A condição, que está relacionada a uma combinação de fatores genéticos e ambientais, traz desafios como dificuldade para se alimentar, para falar e para respirar.

Cristiano Tonello, cirurgião craniofacial, chefe do Departamento Hospitalar do HRAC (Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais) da USP (Universidade de São Paulo) e professor do curso de medicina da USP de Bauru, afirma que o diagnóstico deve ser feito no pré-natal, para que a família seja orientada. A partir da 12ª semana, com um ultrassom morfológico, já é possível saber se o bebê terá a condição.

No HRAC, que é um dos serviços habilitados pelo Ministério da Saúde, a criança também é acompanhada por uma equipe multidisciplinar.

"A partir dos três meses, a criança faz a primeira cirurgia, que é a correção e fechamento do lábio. Com um ano, realizamos o fechamento do céu da boca. Depois, ela entrará num longo acompanhamento com fonoaudiólogo", explica Tonello.

"Por volta dos 8 aos 10 anos, é feito o enxerto ósseo alveolar. Mais futuramente, já na adolescência, aos 16, 17 ou 18 anos, é feita a cirurgia de avanço da maxila. A rinoplastia é o último procedimento", diz.

O Ministério da Saúde não tem uma linha de cuidados padronizada para a fissura labiopalatina. Há protocolos clínicos e indicações terapêuticas que orientam o atendimento multidisciplinar do paciente e da família.

O Instituto Coalizão pela Saúde, a Operação Sorriso e a Johnson & Johnson MedTech enviaram ao órgão uma proposta. O documento está em avaliação pela equipe técnica.

"Por melhor que sejamos [as organizações sem fins lucrativos que atuam na área], nunca teremos o alcance de um sistema público. Esses centros que já existem têm capacidade de atendimento, mas não não chega ao alcance necessário", diz Cristina Murachco, diretora-executiva da Operação Sorriso Brasil, ONG que oferece cirurgia e tratamentos gratuitos.

"O Ministério tem um papel importante nisso, mas trata-se também de dar visibilidade à questão, para trazer esse paciente para a luz. Muitas vezes, essas pessoas ficam escondidas dentro das suas casas. Nós as encontramos quando abrimos, por exemplo, uma chamada para um programa cirúrgico. As filas manifestam com bastante clareza a necessidade que a sociedade ainda tem de atender esse paciente", afirma Murachco.

Desde 2016, Hospital Municipal Infantil Menino Jesus atendeu 1.308 casos novos de fissura labiopalatina

Novos casos por ano

* Até março

Fontes: Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo

ESPORTE AO VIVO

16h Palmeiras x Flamengo Brasileiro, GLOBO (MENOS PR, RS E BA)

16h Real Madrid x Barcelona Espanhol, STAR+

18h30 Atlético-GO x São Paulo Brasileiro, PREMIERE

Referência do vôlei, Thaisa crê nas chances de tri olímpico

Maior pontuadora da história da Superliga, atleta se recuperou de lesão gravíssima e voltou à seleção

ENTREVISTA
THAISA DAHER

Bruno Lucca

SÃO PAULO Os meses posteriores à derrota para a China nas quartas de final dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, marcaram o fim da geração mais vitoriosa do vôlei feminino do Brasil e o início do maior desafio da carreira de Thaisa Daher, central bicampeã olímpica —em Pequim-2008 e Londres-2012.

Ela sofreu uma grave lesão no joelho esquerdo defendendo o Eczacibasi, endinheirado clube turco. A recuperação foi longa, assim como a lista dos que decretaram ser inevitável sua aposentadoria.

Thaisa voltou às quadras em 2018, acompanhada por um protuberante suporte metálico sustentando sua articulação. Naquele mesmo ano, escreveu uma carta anunciando sua despedida da seleção.

Durante as temporadas seguintes, foi campeã e MVP (jogadora mais valiosa, na sigla em inglês) nacional pelo Minas Tênis Clube, de Belo Horizonte. O desempenho fez muitos sonharem em vê-la vestindo novamente a amarelinha. Isso ocorreu na última temporada, quando aceitou convocação de José Roberto Guimarães.

Hoje, aos 36 anos, "mama Daher", como é chamada pela comunidade do vôlei, prepara sua volta aos Jogos em Paris, onde buscará o tricampeonato nunca alcançado por uma mulher brasileira. Enquanto isso, faz história. Há um mês, ela se tornou a maior pontuadora da Superliga, com 5.000 acertos

À **Folha**, Thaisa falou sobre sua representatividade no esporte e expectativas para a próxima disputa olímpica. A seleção obteve sua vaga com uma vitória sobre o Japão, no torneio pré-olímpico da modalidade, mas não fez uma grande campanha na última Liga das Nações, parando na China, nas quartas de final. Ainda assim, a veterana bota fé no tri.

*

O que significou para você a marca de 5.000 pontos na Superliga? Eu fiquei muito feliz. É um marco da minha trajetória. Com certeza, esse aí fica para a história. Pena que brasileiro tem a memória tão curta, então daqui a pouco ninguém nem lembra mais, mas para mim ficará para sempre.

Acho que é um legado que eu deixo, principalmente como central. É muito comum uma oposto pontuar muito, porque recebe muita bola, joga o jogo inteiro. Central joga menos, quase metade do jogo. Então, para mim, realmente foi um número muito significativo, e eu me sinto honrada.

Como você analisa o nível atual da principal competição do país? Acredito que esteja muito mais equilibrada, comparando a anos passados. Eu gostaria muito que tivesse maior quantidade de grandes jogadoras brasileiras por aqui, que a gente não precisasse sair e jogar outras ligas. Para isso, porém, teria que ter mais patrocínios. Esse é o problema.

O que ainda motiva uma bicampeã olímpica? O atleta de alta performance com mentalidade campeã sempre quer se desafiar. Eu sempre fui assim. Enquanto estiver jogando bem, forte e motivada, continuarei buscando desafios.

Eu sou bicampeã olímpica, mas tudo conquistado fica no passado. Foi lindo, sou grata, mas não sou o tipo de pessoa que fica sentada em cima disso. Quero sempre algo mais, por isso estou na seleção. Vou buscar outro ouro.

Sua última participação nos Jogos foi no Rio, em 2016. Aquela Thaisa é muito diferente da atual? Muito, muito, muito diferente. Eu me vejo hoje muito mais centrada, emocionalmente muito mais estabilizada. Aprendi muita coisa trabalhando a minha parte mental, meu emocional, até por acontecer a lesão também.

Acho que a lesão me mudou completamente como pessoa. Eu sinto que hoje eu sou mais forte e estou mais preparada fisicamente, apesar de ter uma dor aqui e outra ali. Toda essa experiência ruim me fez crescer.

A seleção brasileira chega com chances de título a Paris? Acredito que a gente tenha chances, sim. Se todas chegarem bem, fortes, preparadas fisicamente, sem nenhuma lesão. Temos um time que dá para ser muito homogêneo e equilibrado, com um jogo coletivo muito forte.

Diferentemente de outras seleções, nosso jogo não é apoiado em uma atacante que pontue muito, temos um jogo muito bem distribuído entre todas. É a nossa maior qualidade. Se isso funcionar, estaremos bem e poderemos derrotar qualquer adversário.

Comparado aos anteriores, o que o plantel atual tem de especial? Não gosto de comparar. Ninguém se compara a ninguém. Cada um tem o seu brilho, é especial da sua forma.

Esse grupo tem muito a evoluir, porque é jovem, tem muito a aprender, principalmente em relação à experiência de jogo. Mas eu tenho uma expectativa boa, vejo as meninas treinando e se dedicando, querendo muito. Não é fácil estar ali, e não falta empenho.

Hoje, você se enxerga como a grande referência do vôlei brasileiro? Sim, acredito que eu esteja deixando um legado muito bacana. Ouço muito que sou inspiração das pessoas. Fico muito feliz porque isso faz valer a pena todo o esforço, todos os anos nessa luta, buscando o melhor, querendo evoluir a cada dia.

A vida de atleta é complicada. A gente abdica de muita coisa, muita coisa mesmo. Não temos uma vida normal, de pessoa normal. Eu, por exemplo, venho dedicando a minha vida ao voleibol há 23 anos. Demanda muito, principalmente fora de quadra.

Richard A. Brooks - 24.set.23/AFP

Thaisa Daher de Menezes, 36
Nascida no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1987, a central de 1,96 m é bicampeã olímpica (Pequim-2008 e Londres-2012) e já defendeu os times Tijuca Tênis Clube, Minas, Rio de Janeiro, Osasco, Eczacibasi (TUR) e Barueri.

Eu me vejo hoje muito mais centrada, emocionalmente muito mais estabilizada. Aprendi muita coisa trabalhando a minha parte mental. Acho que a lesão me mudou completamente como pessoa

Thaisa
sobre a transformação por que passou a partir do problema grave que teve no joelho esquerdo, operado em 2017

Os alemães estão de volta

País tetracampeão mundial, de repente, põe três semifinalistas nas ligas europeias

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

"Futebol é algo simples. São 22 homens correndo atrás de uma bola por 90 minutos. No final, os alemães sempre ganham", observou certa vez, durante a década de 1990, o ex-atacante inglês Gary Lineker, hoje comentarista da BBC.

Ele mesmo, sempre irônico, havia revisto sua frase, em 2018, ao mudar a conclusão: "E no final os alemães já não ganham sempre".

A depender do que veremos nos próximos dias, é possível que Lineker retome a frase original, porque três clubes alemães estão nas semifinais da Copa dos Campeões da Europa e da Liga Europa.

O poderoso Bayern de Munique, machucado pelo Bayer Leverkusen ao ver interrompida da sua monótona sequência de 11 títulos seguidos no Campeonato Alemão, superou o Arsenal e está entre os semifinalistas da Champions, ao lado do Borussia Dortmund, que atropelou o Atlético de Madrid.

Os bávaros enfrentarão o predestinado Real Madrid, e o Borussia terá o PSG pela frente.

É fato que, se há favoritos nos dois embates, são os espanhóis e os franceses, os primeiros porque têm um timaço e a camisa detentora de 14 Orelhudas. Os segundos têm Kylian Mbappé, além de Ousmane Dembélé etcétera, como dizem os franceses quando falam francês.

Uma final germânica, porém, não será zebra, por tudo o que os bávaros já conquistaram (seis Champions) e porque o próprio Borussia foi campeão europeu na temporada de 1996/97, algo que o PSG desconhece.

De quebra, o Bayer Leverkusen, há 44 jogos sem derrotas, invicto na atual temporada, enfrentará a Roma na Liga Europa, depois de superar o West Ham nas quartas de final. Com o que bateu o recorde da Juventus obtido em 2011/12.

É beeindruckend! (impressionante!), na língua de Goethe.

No dia 30 deste mês o Bayern recebe o Real e na semana seguinte vai a Madri.

No dia 1º de maio o Borussia recebe o PSG e na outra semana joga em Paris.

O Leverkusen jogará como mandante o jogo de volta, no dia 9 de maio, e em Roma uma semana antes.

Se houve um momento em que a final da Champions poderia reunir dois dos três espanhóis e a fase semifinal ter dois ingleses, os alemães é que tomaram a possibilidade.

Nada mau para quem andava meio esquecido no cenário mundial, embora a Bundesliga deste ano tenha a maior média de público do Planeta Bola, com 39.324 torcedores, ao superar a da Premier League, de 38.538. Só para comparar, a maior média brasileira, no mentirosamente chamado "País do Futebol", é de 26.502 pagantes, obtida no ano passado.

Terá Lineker de voltar à frase original ou Real Madrid, PSG e Roma manterão sua nova versão como verdadeira?

Seja como for, a praga do 7 a 1 parece se diluir quase dez anos depois, embora o Bayern tenha conseguido superá-la em 2020, ao vencer o PSG na finalíssima, e o Eintracht Frankfurt, em 2021/22, tenha vencido a Liga Europa.

Lembre-se que a seleção alemã caiu na fase de grupos pela primeira vez em sua história, na Copa do Mundo de 2018, na Rússia, e voltou a ficar nessa etapa em 2022, no Qatar.

Competição precoce

Precocemente, pelo Brasileiro, Palmeiras e Flamengo se enfrentarão. Como desrespeita as datas Fifa, a CBF antecipou os melhores clássicos do torneio para não coincidirem com a Copa América, que desfalcará os grandes times.

Jogos que deveriam ser marcados para hora agá foram antecipados porque a CBF sabota seu campeonato.

Controvérsias do futebol

Onde começa a fritura, a dispensa dos técnicos, nos programas esportivos ou nas redes sociais?

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Por mais importantes que sejam as estratégias usadas pelos treinadores, existe um exagero, uma supervalorização, das ações deles na tentativa de explicar as atuações e resultados. Essa é a principal razão das frequentes trocas de técnicos no Brasil. Em jogos equilibrados, como no Brasileirão, as vitórias e derrotas ocorrem por inúmeros motivos, previsíveis e imprevisíveis.

Fernando Diniz, após a conquista da Libertadores, passou a ser tratado como um técnico revolucionário, o único que escala dois meio-campistas de zagueiros no mesmo jogo e o único que coloca quase todos os jogadores próximos em um lado de campo, para ter superioridade numérica e envolver o adversário. Neste início ruim de temporada do Fluminense, passou a ser criticado pelas suas convicções, por deixar a defesa desprotegida e por escalar muitos veteranos.

Ele não é um revolucionário, mas é um bom treinador, que precisa flexibilizar suas convicções e utilizar mais as variações táticas de acordo com o momento e o adversário. Assim fazem os principais treinadores do mundo.

Simeone, que há um longo tempo dirige o Atlético de Madrid, era muito elogiado por organizar ótimas defesas e muito criticado por não ser ousado. Agora, tem sido elogiado por atacar com mais jogadores e criticado por deixar espaços na defesa, o que teria ocorrido na derrota por 4 a 2 para o Borussia Dortmund, pela Liga dos Campeões.

Treinadores são elogiados e criticados de acordo com o resultado. A gota d'água para a dispensa do técnico Larcamón do Cruzeiro foi ele ter trocado um meia ofensivo por mais um defensor na tentativa, na metade do segundo tempo, de garantir o resultado e o título estadual contra o Atlético-MG. Muitos outros técnicos fazem o mesmo com variáveis resultados.

Treinadores necessitam ter um comportamento equilibrado e digno durante as partidas e nas entrevistas depois dos jogos. O treinador do Vasco, Ramón Díaz, falou uma grande besteira, machista, ao criticar o fato de uma mulher comandar o VAR.

Alguns treinadores, como Guardiola e Ancelotti, conquistaram tanto prestígio, merecidamente, que passa a ser difícil criticá-los. Eles também erram. Na eliminação do Manchester City para o Real Madrid, Haaland jogava novamente mal e foi substituído na metade do segundo tempo. Teria sido correto, já que ele é um grande artilheiro e o cobrador oficial de pênaltis do City, uma situação que caminhava para acontecer?

Não gostei da substituição de De Bruyne na metade do segundo tempo, uma situação que já ocorreu em outros momentos. De Bruyne não brilhava, mas era o mais eficiente dos jogadores do City do meio para a frente. Craque costuma, de repente, fazer uma grande jogada decisiva. O desgaste físico durante a partida do jogador belga não era maior do que o de outros jogadores.

Se o City tivesse vencido, pois dominou o jogo durante todo o tempo, Ancelotti poderia ser criticado por colocar o time para marcar muito atrás.

Na véspera do jogo entre Flamengo e São Paulo, as manchetes eram de que seria a última chance de o técnico Carpini não ser demitido, em uma partida em que o Flamengo era nitidamente favorito. Carpini foi bastante elogiado no início do trabalho pela conquista da Supercopa e rapidamente dispensado depois de vários resultados ruins.

Onde começa a fritura, a dispensa dos técnicos, nos programas esportivos ou nas redes sociais? Hoje, quem é mais formador de opiniões, os analistas ou as redes sociais? Há controvérsias.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | **SEG. Juca Kfouri** | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SÁB. Marina Izidro

Reprodução

IMAGEM DA SEMANA

Erika Nunes, 43, leva Paulo Roberto Braga, 68, em cadeira de rodas ao banco para fazê-lo assinar empréstimo de R$ 17 mil. Funcionários desconfiaram da aparência do idoso, que não reagia, e chamaram o Samu, que confirmou sua morte. O IML disse que não é possível dizer se ele morreu antes ou depois de entrar na agência. Erika está presa preventivamente por suspeita de vilipêndio a cadáver e furto qualificado mediante fraude.

FRASES DA SEMANA

Tio, tá ouvindo? Se o senhor não assinar, não tem como

Erika Nunes
ao tentar fazer Paulo Roberto Braga, assinar documento de empréstimo em banco, na última terça-feira (16) —o IML disse não ser possível afirmar se o idoso morreu antes ou depois de entrar na agência

[Alexandre de] Moraes supostamente ordenou que as plataformas de mídia social removessem postagens e contas mesmo quando muito do conteúdo não violava as regras [das empresas] e muitas vezes sem dar uma razão

Comitê de Assuntos Judiciários da Câmara dos Estados Unidos
em relatório divulgado na quarta (17) sobre 'ataques à liberdade de expressão' no Brasil no qual critica ações do ministro do STF contra a rede social X

Isso é um ataque aos Estados Unidos. E é por isso que estou muito orgulhoso de estar aqui

Donald Trump
ex-presidente dos EUA, ao se apresentar a um tribunal de Nova York na segunda (15) em julgamento por supostamente comprar o silêncio de uma atriz pornô na campanha eleitoral de 2016

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Correr em abundância / (Fazer) Ser merecedor **2.** Ressonância Magnética Nuclear / Manifestação de desagrado **3.** Colocar (o motorista) uma marcha **4.** Precoce, antecipado **5.** Parte aquosa que fica do leite coalhado / Pisa neles quem age com cautela, com cuidado **6.** Símbolo de hectare / Derivação de uma linha principal de telefone **7.** Resto de cadáver / Ernesto Nazareth (1863-1934), músico **8.** Bacia para lavar louças e apetrechos da cozinha / Hereditário **9.** Fazer aparecer **10.** Prover **11.** O Ferreira, primeiro campeão olímpico do surfe / (Gír.) Tumulto **12.** A indústria do EcoSport / (Água-) Outro nome do animal marinho chora-vinagre **13.** Preposição de lugar / Emparedar.

VERTICAIS
1. (Ingl.) Uma loja do aeroporto / Fatia de carne frita ou assada em grelha **2.** As letras que separam o K e o O / A banda de rock de "Some Might Say" / Gradação, variação **3.** Aplicar óleos consagrados a / Aclamar **4.** Fruto vermelho-escuro quase negro, muito usado em geleias / Substância que se funde e é usada para unir outras peças de metal **5.** Frase ou comportamento errado ou completamente inoportuno / Dedicado, afeiçoado **6.** Distúrbio mental que se caracteriza pela perversão dos sentimentos, afetos, inclinações e impulsos naturais, sem nenhuma alteração notável do intelecto / (Déjà) Sensação de já ter vivido algo **7.** Ave de matas sombrias, com cerca de 42 cm de comprimento, também chamada formigão / Fazer aproximar-se **8.** Utilidade Pública / Borboleta, catraca / (Pop.) Qualquer coisa muito bonita **9.** Golpes no boxe / (Fig.) Orientar, guiar.

HORIZONTAIS: 1. Fluir, Jus, **2.** RMN, Apupo, **3.** Engatar, **4.** Imaturo, **5.** Soro, Ovos, **6.** Ha, Ramal, **7.** Ossada, En, **8.** Pia, Inato, **9.** Suscitar, **10.** Dotar, **11.** Ítalo, Auê, **12.** Ford, Viva, **13.** Em, Amurar. **VERTICAIS: 1.** Freeshop, Bife, **2.** LMN, Oasis, Tom, **3.** Ungir, Saudar, **4.** Amora, Solda, **5.** Rata, Adicto, **6.** Patomania, Vu, **7.** Juruva, Atrair, **8.** Up, Roleta, Uva, **9.** Socos, Nortear.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

2		9	4		1			
	5	3		2	7			
1								
5				4	9		7	
6		4	2		3	9		1
	9		7	1				6
								8
			8	3		5	4	
			1		4	3		2

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	6	9	4	8	1	7	3	5
8	5	3	9	2	7	6	1	4
1	4	7	3	6	5	8	2	9
5	1	8	6	4	9	2	7	3
6	7	4	2	5	3	9	8	1
3	9	2	7	1	8	4	5	6
4	3	9	5	7	2	1	6	8
6	2	1	8	3	9	5	4	7
7	8	5	1	6	4	3	9	2

MARATONAR

Beatriz Izumino
newsletter.folha.com/maratonar

Com o fim do BBB, conheça filmes e séries sobre 'brothers'

SÃO PAULO Quando a temporada de BBB começou, há longínquos três meses, sugeri aqui filmes e séries com outras pessoas trancadas para quem não queria acompanhar as aventuras geograficamente limitadas dos "brothers" e "sisters" da casa.

Agora que estamos livres do reality por alguns meses, trago opções do que ver no streaming sobre irmãos e irmãs para preencher aquele buraco em forma de "brother" no seu coração.

PS.: Não, "Brothers & Sisters" não está no streaming.

*

"Sempre em Frente" (2021)
Quando Joaquin Phoenix se dispõe a ser normal, ganhamos coisas como este filme de Mike Mills. Aqui Mills encerra sua trilogia familiar, depois de "Toda Forma de Amor" (aluguel Claro, Amazon, iTunes e YouTube), inspirado em seu pai, meu amado "Mulheres do Século 20" (aluguel Claro, Amazon e iTunes), sobre sua mãe, e este, sobre ser pai.

No filme, Phoenix interpreta Johnny, um jornalista que precisa cuidar do sobrinho, Jesse (Woody Norman), de nove anos, enquanto sua irmã (Gabby Hoffman) ajuda o marido (Scoot McNairy) a lidar com uma crise de saúde mental. Os dois irmãos estavam afastados, e tio e sobrinho terão que aprender um com o outro.
Max, 108 min.

"Não! Não Olhe!" (2022)
Seis meses após a morte do pai em circunstâncias inesperadas —atingido por uma moeda que caiu do céu— os irmãos Otis Jr. (Daniel Kaluuya) e Emerald (Keke Palmer) descobrem uma estranha criatura em sua fazenda de criação de cavalos e decidem fotografá-la para ganhar dinheiro.
Telecine, 130 min.

"O Lutador" (2010)
Micky Ward (Mark Wahlberg) é um lutador de boxe cuja carreira estagnou na sombra de seu meio-irmão e treinador Dicky Eklund (Christian Bale). Uma derrota acachapante afasta Micky do esporte e de sua família (e suas muitas irmãs), mas um novo amor (Amy Adams) pode trazê-lo de volta ao ringue. Baseado em fatos reais.
Prime Video, 116 min.

"Sete Noivas para Sete Irmãos" (1954)
Se filmes com dois irmãos não bastam para você, que tal sete? Adam Pontipee (Howard Keel) escolhe Milly (Jane Powell) para ser sua noiva, mas não conta para ela que mora com seus seis irmãos brutalhões. A moça então tem que educá-los para que consigam suas próprias noivas.
Looke e Netmovies, 102 min.

"Razão e Sensibilidade" (1995)
Jane Austen criou muitas irmãs, mas confesso que as minhas favoritas são as Dashwoods: a sensata Elinor (Emma Thompson) e a impetuosa Marianne (Kate Winslet).

Com a morte do pai, Elinor, Marianne, a pequena Margaret (Emilie François) e a mãe (Gemma Jones) precisam se mudar da casa confortável em que viviam. Circunstâncias colocam no caminho das duas Edward Ferrars (Hugh Grant), John Willoughby (Greg Wise) e o coronel Brandon (Alan Rickman). Quem vai prevalecer, a cabeça ou o coração?
Netflix, 136 min.

"Belas e Recatadas" (2023)
Ria (Priya Kansara) quer ser dublê de filmes de ação quando se formar na escola. Ao ver sua irmã mais velha —e exemplo de "cool" e inconformismo—, Lena (Ritu Arya), apaixonada e pronta para se casar com Salim (Akshay Khanna), Ria decide que precisa salvá-la de uma conspiração terrível. É escrito e dirigido por Nida Manzoor.
Telecine, 104 min.

Irmãs da série 'Mal de Família', da AppleTV+ AppleTV+

"Mal de Família" (2022-)
A morte de John Paul (Claes Bang) coloca sua esposa, Grace (Anne-Marie Duff), e as quatro irmãs dela —Eva (Sharon Horgan), Bibi (Sarah Greene), Ursula (Eva Birthistle) e Becka (Eve Hewson)— sob suspeita. Até onde iriam as Garveys para proteger Grace do marido violento?

Com dez episódios, a temporada é um pouco longa, com muitos "quases" e um vilão tão insuportável que dá vontade de entrar na televisão e matá-lo você mesmo lá pelo episódio dois.
AppleTV+, dez episódios.

"Gêmeas: Mórbida Semelhança" (2023)
As ginecologistas e obstetrizes gêmeas Beverly e Elliot Mantle (Rachel Weisz) querem revolucionar o campo da reprodução humana com uma nova clínica. A chegada da atriz Genevieve desestabiliza a relação das duas irmãs.
Prime Video, seis episódios.

"The Other Two" (2019-2023)
Brooke Dubek (Heléne Yorke) e Cary Dubek (Drew Tarver) sonhavam com carreiras de sucesso, ela como bailarina, ele como ator. Mesmo após anos de decepções, nenhum dos dois parece inteiramente conformado com o anonimato, até que o irmão adolescente, Chase (Case Walker), viraliza na internet e consegue tudo o que os dois queriam num instante.

Crítica ácida da indústria da fama, da cena gay e dos aspirantes ao sucesso, escrita por dois ex-roteiristas-chefes de "Saturday Night Live". Tipo "Hacks", mas mais veloz e mais certeiro.
Max, três temporadas, 30 episódios.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **21.abr.1924**

Governador de São Paulo viaja para inaugurar estrada e escola

O presidente do estado de São Paulo (governador), Washington Luís, partirá nesta terça-feira (22) para Itapetininga a fim de inaugurar a rodovia que liga a capital paulista àquela cidade.

Ele será acompanhado por secretários do governo, integrantes da sua administração, deputados da região e convidados.

Na quarta-feira (23), Washington viajará a Franca para assistir à inauguração da escola profissional masculina Dr. Júlio Cardoso. Em sinal de júbilo por essa obra, festividades serão realizadas.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A VICTORIA DO MOVIMENTO NACIONALISTA

Pela Sociedade

Noticias de Portugal

FOLHA DE S.PAULO ★★★
DOMINGO, 21 DE ABRIL DE 2024 C1

O gênero demonizado

Em entrevista, Judith Butler diz que movimentos feminista e queer não são apenas preocupação com identidade, mas parte de luta da esquerda progressista por justiça, liberdade e igualdade *C4*

'Pássaro Floral' (2023), obra do coletivo Assume Vivid Astro Focus ou Avaf
Filipe Berndt/Reprodução

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

O diretor e sua equipe criaram vídeo por meio de inteligência artificial que é exibido quando Madonna canta 'Take a Bow' Sasha Kasiuha/Divulgação

Sasha Kasiuha
Madonna apresenta criatividade e dedicação infinitas

[RESUMO] Responsável pelos efeitos visuais e vídeos da Celebration Tour, Sasha Kasiuha fala sobre como é trabalhar com a cantora, diz como usou a inteligência artificial para criar imagens surreais para as apresentações e revela o desejo de incluir rostos de brasileiros na homenagem que a artista faz às vítimas da Aids

Por ***Karina Matias***

O ucraniano radicado nos Estados Unidos Sasha Kasiuha, 29, ainda não sabe se poderá estar no Brasil em 4 de maio, quando Madonna fará o último show da sua mais recente turnê, a Celebration Tour, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Mas uma coisa é certa. Mesmo que a distância, ele vai acompanhar a performance da cantora.

*

Sasha é o responsável por cuidar de todos os efeitos visuais e vídeos da série de apresentações, que comemora os 40 anos de carreira da artista. De Nova York, onde conversou com a coluna por zoom, ele diz que é "angustiante" saber que se trata do derradeiro show. Por outro lado, afirma que tem sido "emocionante" observar como seus amigos brasileiros estão animados com o evento.

*

Espécie de diretor de conteúdo da turnê, Sasha começou a trabalhar no projeto há cerca de um ano. Ele já tinha atuado em outras produções de Madonna, como no documentário "Madame X", ao lado do diretor português Nuno Xico, e que mostra os bastidores da criação do álbum de mesmo nome da artista, lançado em 2019.

*

"Trabalhar ao lado dela é nada menos que inspirador; ela traz uma criatividade e dedicação infinitas para cada projeto", afirma.

*

Na Celebration Tour, Sasha diz que, embora as pessoas não percebam, há muita tecnologia empregada —inclusive novas ferramentas de inteligência artificial. O objetivo, segundo ele, é garantir que o público tenha uma experiência imersiva, única e "memorável".

*

Para o show brasileiro, ele adianta que são preparadas novidades e adaptações. A performance na praia de Copacabana será de fato uma produção maior do que a apresentada em outros locais por onde a turnê passou, o que vai exigir, segundo ele, "ajustes significativos para acomodar os telões adicionais e as especificidades do local".

*

Além de mudanças técnicas, há outras que são planejadas especialmente para o público brasileiro. Um exemplo se refere a um dos pontos emocionantes do show, quando Madonna faz uma homenagem às vítimas da Aids.

*

Enquanto ela canta "Live to Tell", uma mosaico de fotos exibe imagens de homens e mulheres que morreram por causa da doença. Sasha e a equipe da turnê querem que rostos de brasileiros sejam incluídos no tributo. Ele cita como exemplo de um possível homenageado o cantor Cazuza, mas afirma que a ideia é também incluir pessoas anônimas.

*

"Eu sei que a maioria das pessoas realmente presta atenção às figuras famosas que foram levadas pela doença. Mas acho que é realmente importante para nós enfatizar que a epidemia não estava afetando apenas as celebridades, os atores, pintores e músicos, mas também muitas pessoas comuns, amigos dos amigos e famílias."

*

O projeto tem como base o perfil do Instagram @TheAidsMemorial, uma espécie de memorial criado por um escocês que se dedica a relembrar e contar histórias das pessoas vitimadas pela enfermidade.

Sasha Kasiuha atua com Madonna na turnê
Arquivo pessoal

*

Sasha trabalha em conjunto com o fundador da página —que prefere ser identificado apenas como Stuart— na seleção dos brasileiros que poderão ser homenageados, "garantindo que suas trajetórias sejam lembradas e celebradas como parte da narrativa do show".

*

No auge da crise da doença, nos anos 1980 e 1990, Madonna se posicionava ao lado das vítimas, visitando hospitais e contribuindo para minimizar o forte preconceito que rondava os infectados pelo vírus HIV. No show, a primeira foto a aparecer é a do artista Martin Burgoyne, que foi um amigo muito próximo da cantora e que morreu aos 23 anos de complicações da doença, em 1986.

*

Essa parte da apresentação, diz Sasha, foi constantemente atualizada porque muitas pessoas pediam para incluir fotos de parentes ou amigos. Ao todo, segundo ele, são mais de 300 rostos de pessoas reais exibidas durante a performance.

*

Outro destaque do trabalho de Sasha é a aplicação de inteligência artificial (IA) para a criação das imagens que acompanham as apresentações de duas músicas: "La Isla Bonita" e "Take a Bow".

*

Ele e sua equipe foram pioneiros ao empregar a IA generativa na criação de vídeos a partir de um texto. Em linhas gerais, a ferramenta funciona assim: escreve-se o que se deseja —nascer do sol surreal em uma praia, por exemplo— e a tecnologia cria instantaneamente um vídeo.

*

No caso de "La Isla Bonita", música lançada pela cantora nos anos 1980, a primeira tentativa deles foi feita com um programa de computação gráfica tradicional. O resultado, porém, não agradou Madonna nem o grupo. "Não ficamos muito felizes e tentamos adotar uma abordagem mais criativa e diferente e usar IA."

*

A estratégia deu certo. Quem vai ao show, pode até não perceber, mas as imagens abstratas de nuvens sob o efeito do pôr do sol que aparecem ao fundo do telão quando a artista entoa os versos da letra não foram filmadas em um lugar real. Foi a IA que conseguiu criar esse visual abstrato e "quase mágico", na definição de Sasha.

*

Ao contrário do que pode parecer, a tecnologia não facilitou o trabalho dele e do grupo. Pelo contrário. Eles fizeram mais de 700 vídeos até escolherem o ideal. "Mesmo com a IA, ainda há muito trabalho para editar e garantir que as imagens funcionem dentro de toda a estrutura e concepção do show", afirma.

*

Outro desafio, diz ele, é saber quando parar de testar as infinitas possibilidades de vídeos que podem ser gerados pela IA. "Caso contrário, você pode passar dias fazendo isso porque, todas as vezes, terá algo diferente e interessante."

*

Sasha diz ter consciência de que a tecnologia é vista com receio por muitas pessoas que acham que ela pode roubar empregos. "Na minha visão, é apenas uma ferramenta criativa, mais uma dentre outras que já existem. E, para mim pessoalmente, é uma ferramenta que ajuda a explorar e impulsionar a criatividade de diferentes maneiras."

*

Além de "aprimorar a experiência do público com o show", Sasha defende que o emprego da IA nesta turnê pode representar uma "mudança na forma como os artistas aproveitam as capacidades" da nova tecnologia.

*

Todo o conceito desenvolvido por ele para a performance foi também discutido com Madonna, que "deu algumas ideias iniciais do que ela gostaria de ver no show".

*

Para celebrar as quatro décadas de trajetória da cantora, a aposta de Sasha foi incluir nos telões fotos e imagens que ajudam a mostrar esse legado. "Tentamos trazer algumas joias escondidas e retratos icônicos."

*

Há fotos, por exemplo, bem do início da carreira de Madonna, como a que mostra ela recém-chegada a Nova York em um trem, no começo dos anos 1980. E há ainda referências aos videoclipes. Algumas delas, diz ele, que só os fãs mais "fervorosos" conseguem reconhecer.

*

O balanço final que Sasha faz de sua participação em uma "turnê tão monumental" é um misto de sentimentos de emoção e também de se manter humilde. "Sou grato pela oportunidade de poder contribuir para o sucesso dos shows."

Comissão de Anistia julga casos de povos krenak e guarani-kaiowá Gabriela Biló - 2.abr.24/Folhapress

Mais que perdão

[RESUMO] A recente concessão de anistia a comunidades krenak e guarani-kaiowá marca o reconhecimento de crimes da ditadura em relação a indígenas. Reparação é essencial para enfrentar passado de violência contra povos originários

Por ***Cláudia R. Plens***
Professora de arqueologia da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo)

Nos 60 anos do golpe de 1964, o Brasil vive um momento crucial com o julgamento que resultou na recomendação de medidas inéditas de reparação de crimes cometidos contra povos indígenas pela ditadura militar.

No início do mês, a Comissão de Anistia, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, reconheceu a violação de direitos dos povos krenak e guarani-kaiowá pelo regime militar e concedeu anistia a eles. Enea Stutz e Almeida, presidente da comissão, simbolizou esse reconhecimento pedindo, de joelhos, perdão aos líderes indígenas das etnias, em um gesto que destaca o esforço do país de se reconciliar com seu passado de violência militar.

A violência sistemática perpetrada contra populações indígenas durante a ditadura esteve inserida em uma política mais ampla de assimilação e integração compulsória, que visava à eliminação das identidades e culturas desses povos e sua submissão ao Estado. Essa estratégia impôs deslocamentos forçados, restringiu liberdades fundamentais e tentou erradicar práticas culturais ancestrais, em um período de intensa repressão e desumanização dos povos originários.

Essas transgressões continuam a reverberar entre comunidades indígenas, deixando cicatrizes profundas que atravessam gerações e afetam os sobreviventes e seus descendentes e resultam em traumas emocionais e disrupções sociais persistentes.

Em meio a essas questões, a disputa territorial emerge como um dos principais desafios. Apesar de a legislação prever a demarcação de terras de povos originários, sua implementação adequada é frequentemente obstruída por interesses econômicos, especialmente ligados ao agronegócio. Esse contexto contribui para a instabilidade social e perpetua a vulnerabilidade crônica dessas comunidades, exigindo medidas efetivas para proteger seus direitos e garantir sua segurança e autodeterminação.

O advogado Marcelo Uchôa, membro da Comissão de Anistia, aponta que o julgamento dos casos enfrenta obstáculos técnicos, como interpretações legais do passado que põem em dúvida a autoridade do órgão para avaliar pleitos coletivos. Contrariando essas interpretações, as normas vigentes garantem que a anistia pode ser tanto individual quanto coletiva e deve ser concedida sempre que os atos se enquadrem nos critérios legais de excepcionalidade política.

Uchôa também sublinha a necessidade de confrontar argumentos baseados na ideia de que as violações perpetradas contra essas comunidades pelo regime militar não tiveram motivação política.

As decisões do início do mês da Comissão de Anistia têm em seu cerne um conjunto robusto de recomendações formuladas com o objetivo de reconhecer formalmente os danos causados aos povos indígenas e, ao mesmo tempo, implementar ações concretas de reparação que abrangem aspectos da vida social, cultural, ambiental e econômica dessas comunidades.

Para que o Brasil possa transformar o legado de injustiça e violação de direitos humanos dos povos originários, é essencial que políticas de reparação transbordem do plano simbólico e se transmutem em medidas tangíveis, como a demarcação de terras indígenas. Só assim esses povos poderão ter um futuro mais equitativo

Para reparar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro, a comissão recomendou, em relação ao povo krenak, o reconhecimento e a devolução do seu território tradicional, a garantia de acesso à saúde, educação e infraestrutura, incluindo conectividade à internet, com respeito às tradições e às necessidades específicas da comunidade.

O órgão também apontou a urgência de medidas de reparação ambiental no rio Doce —o recente crime ambiental que sofreu é apenas o ápice de um histórico de negligência e poluição que, há décadas, vem afetando severamente o modo de vida do povo krenak.

No caso dos guarani-kaiowá, as recomendações da comissão se concentram na saúde física e mental dos membros da comunidade, prejudicada por longos períodos de exposição a agrotóxicos e pelo trauma passado de deslocamentos forçados.

A assistência médica especializada figura ao lado, nesse caso, do reconhecimento territorial efetivo, do acesso à energia elétrica e à moradia adequada e da destinação de recursos para preservar e fortalecer a cultura e as práticas espirituais. Os guarani-kaiowá enfrentam há anos ataques de grupos armados e, em razão disso, uma intervenção do Estado que preserve a segurança das comunidades é urgente.

As recomendações da Comissão de Anistia apontam, portanto, para uma reparação que transcende o simbolismo do reconhecimento dos erros do passado e alcança a proposição de ações concretas para garantir os direitos, a dignidade e a sustentabilidade cultural e ambiental desses povos. Isso permite vislumbrar o enfrentamento de dívidas históricas que o Brasil tem com suas comunidades indígenas e um futuro em que os direitos humanos e a justiça social possam florescer.

O julgamento dos pedidos dos povos krenak e guarani-kaiowá, lembra Marcelo Uchôa, trouxe à Comissão de Anistia importantes lições sobre a justiça de transição. Esses casos evidenciam que a violência e o extermínio que os indígenas sofreram ao longo de toda a história do país —e ainda mais intensamente durante a ditadura militar— são parte de um problema profundamente enraizado na sociedade brasileira que nunca foi devidamente enfrentado.

Embora extremamente importantes, as medidas de reparação recomendadas pela Comissão de Anistia se deparam com um panorama incerto e não têm garantias nítidas de implementação.

Para que o Brasil possa transformar o legado de injustiça e violação de direitos humanos dos povos originários, é essencial que políticas de reparação transbordem do plano simbólico e se transmutem em medidas tangíveis, como a demarcação de terras indígenas. Só assim esses povos poderão ter um futuro mais equitativo. ←

Detalhe de 'Sereia de Ombreiras' (2023), obra do coletivo Assume Vivid Astro Focus ou Avaf Fotos Filipe Berndt/Reprodução

A libertação pelo gênero

[RESUMO] Em entrevista a respeito de seu novo livro, Judith Butler diz que ataques que sofreu no Brasil em 2017 a inspiraram a estudar o discurso conservador que equipara o gênero a uma ideologia demoníaca. A filósofa americana também critica parcelas da esquerda que descartam os debates sobre identidade sexual, raça e meio ambiente por considerá-los meramente identitários, pois, a seu ver, eles integram a ampla luta por igualdade, liberdade e justiça que beneficia toda a sociedade

Por ***Carolina Moraes***
Jornalista da Folha e produtora do podcast Café da Manhã

ENTREVISTA
JUDITH BUTLER

Judith Butler, uma das principais referências dos estudos de gênero, não entendeu por que grupos pediram sua expulsão do Brasil quando esteve no país em 2017. Seu nome era associado ao demônio, à destruição da família e à pedofilia, mentiras que motivaram ameaças de agressão em São Paulo. "Eu me perguntava o que isso tem a ver com gênero", diz em entrevista por videochamada à **Folha**.

Seu interesse em entender o que organizava esses ataques desembocou em "Quem Tem Medo do Gênero?", seu primeiro livro não acadêmico. Butler, que se consagrou com a ideia de gênero como performance há mais de três décadas, agora tenta descortinar o discurso conservador que vê seu trabalho como uma ameaça.

A pesquisadora define a ideia de gênero por trás desses ataques como um fantasma ancorado em teorias conspiratórias que difundem que um modo de vida corre perigo.

"Quando esses líderes produzem medo sobre gênero, pessoas transexuais, imigrantes, estudos raciais, eles procuram instalar novamente uma ideia sentimental de hierarquia, exclusão e supremacia. Mas ninguém está tirando a identidade sexual de ninguém", afirma. "Queremos que todos sejam livres para encontrar seu modo de vida."

A filósofa defende, diante de ataques à democracia, que a esquerda crie um imaginário convincente para a população. "Temos que apelar às paixões da esquerda feminista, que- er e progressista, não às da esquerda que pensa que feministas, queers e transexuais são somente identitários", diz. "Somos parte de uma luta por justiça, liberdade e igualdade."

Butler diz ainda que o presidente americano, Joe Biden, candidato à reeleição contra Donald Trump, se enfraqueceu ao apoiar Israel na guerra contra o Hamas. "[O apoio de Biden] tem sido chocante para jovens e pessoas de esquerda, incluindo os judeus. Acho que muitas pessoas o veem como cúmplice do genocídio."

*

A pesquisa para "Quem Tem Medo do Gênero?" começou depois da sua vinda ao Brasil. O que desse episódio a levou ao livro? Sabia antes de ir ao Brasil que havia debates sobre gênero no país e que várias comunidades conservadoras, católicas e evangélicas, estavam preocupadas com gênero. Mas me chocou saber que meu nome estava associado a isso e que eu era considerada uma espécie de demônio, uma força maligna.

Também me surpreendi com o fato de as pessoas me acusarem, e quem trabalha com o conceito de gênero, de ser cúmplice de pedofilia ou de prejudicar crianças. Vi que elas achavam ter razão ao pedir que eu fosse agredida e expulsa do país. Isso era novo para mim. Eu me perguntava o que isso tem a ver com gênero.

Queria, então, entender quais eram as paixões envolvidas e como elas foram organizadas pela mídia de direita, pela igreja e por congressos internacionais para construir uma ideia de gênero como se fosse uma ideologia demoníaca.

Essa ideia de gênero é caracterizada no seu livro como um fantasma. Como esse caráter ilusório do que é gênero foi criado? Vejo muitos líderes autoritários, entre eles Jair Bolsonaro, Viktor Orbán e Giorgia Meloni, que foram eleitos democraticamente.

Quando as pessoas votam nessas figuras, geralmente são atraídas pela ideia de restaurar uma ordem anterior. Quando esses líderes produzem medo sobre gênero, pessoas transexuais, imigrantes, estudos raciais, eles procuram instalar novamente uma ideia sentimental de hierarquia, exclusão e supremacia.

Mas ninguém está tirando a identidade sexual de ninguém. Ninguém está dizendo que você não pode ser mãe ou pai ou que você não pode ser heterossexual. Ninguém está tentando doutrinar crianças. Queremos que todos sejam livres para encontrar seu modo de vida.

Precisamos tornar nossos ideais e nossa imaginação mais vívidos, porque a direita é capaz de incutir medos muito fortes. Precisamos imaginar com mais coragem e publicamente tudo o que queremos, para que a nossa visão se mostre mais convincente que a deles.

Por que o gênero, especificamente, se tornou uma peça central para líderes autoritários? Tenho duas respostas para isso. A primeira é que o gênero aborda questões muito íntimas. Sexo, identidade sexual, orientação sexual são fundamentais para várias pessoas. Sentir que isso pode mudar ou que outros não estão vivendo dessa mesma maneira pode parecer desestabilizador.

Se isso está na base da sua ideia de casamento, de família, parece que tudo —a doutrina da igreja, a família, sua sexualidade— está sendo posto em questão. Porém, na verdade, tudo o que está sendo dito é: existem outras formas de pensar. Até mesmo dentro da igreja.

A segunda resposta é que o gênero é hoje usado para desviar a atenção de outros medos que as pessoas sentem. Em vez de nomear essas fontes de destruição, há um desvio, uma projeção.

Seu livro também mostra que esses grupos também atacam estudos raciais. Como gênero e raça se cruzam?
Continua na pág. C5

Judith Butler, 68
Professora titular da Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA), é uma das pesquisadoras mais influentes no campo de estudos de gênero e sexualidade. Teve seus livros traduzidos para mais de 25 línguas. Autora, entre outras obras, de 'Caminhos Divergentes: Judaicidade e Crítica do Sionismo', 'Desfazendo Gênero', 'Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade' e 'Quem Tem Medo do Gênero?'

Obra 'Nuvenzinha, Três Cobrinhas (2023)', do Avaf

Continuação da pág. C4

É uma ideia de nação que está em jogo. Quando Orbán se opõe à miscigenação, ele não quer que os húngaros brancos se misturem com imigrantes do norte da África ou do Oriente Médio. Ele quer manter a suposta pureza da nação, ou seja, a presunção da supremacia branca. Juntamente com Vladimir Putin, ele entende que a ideia de família apoia a segurança e a identidade nacionais.

Quando pensamos no assassinato cruel de Marielle Franco, podemos ver como raça, gênero, sexualidade e socialismo se unem. Ao matá-la, eles estão tentando dizer que o Brasil não será representado por alguém assim. Quem representa a luta pela justiça racial, pelos direitos das pessoas lésbicas e gays, pelas aspirações feministas faz parte de uma esquerda que será erradicada.

Parte da população teve contato com gênero nesse sentido negativo, não do jeito propositivo e libertador que a sra. explica no livro. Isso é resultado de uma falha política da esquerda e de movimentos progressistas? O problema é que a direita não está só descrevendo o gênero de uma forma falsa ou negativa. Ao apelar para um medo profundo, ela indica que há algo destruindo nosso modo de vida —e isso pode se chamar gênero, mas também raça, migração, socialismo.

A direita conseguiu, com sucesso, apelar a temores que as pessoas estão vivendo e fazer uma promessa de que vai aliviá-los se elas se subscreverem a certas agendas autoritárias.

Temos que apelar às paixões da esquerda —da esquerda feminista, queer e progressista, não a da esquerda que pensa que feministas, queers e transexuais são somente identitários. Não. Somos parte de uma luta por justiça, liberdade e igualdade. Não nos preocupamos somente com nossas identidades, estamos lutando por um mundo melhor.

Muitas pessoas temem a liberdade dos outros. Como você convence essas pessoas? Não é apenas apontando os motivos. Precisamos apelar ao desejo de viver em um mundo melhor. Sabemos que a esquerda sempre vai votar contra o autoritarismo. Mas e quem está no meio? Como fazê-las mudar de ideia? Estou interessada nisso.

Críticos do movimento "woke" defendem que a esquerda deveria estar lutando por ideais universais e que focar identidade, raça e gênero afasta quem não se vê nessas ideias. Como a sra. responde a isso? A esquerda deveria estar pensando em outras questões? A identidade é importante, mas críticos dessa esquerda patriarcal tendem a descartar ampla gama de questões como sendo identitárias. O movimento Black Lives Matter não é apenas sobre identidade, mas também sobre justiça.

Não aceito o capitalismo como uma opressão primária e raça, gênero ou desastre ecológico como secundários. Temos que conectar todas essas alianças contra a violência estatal e a ameaça à democracia. Sou socialista, mas não vou classificar as opressões.

Como a sra. apresentaria o que são os estudos de gênero para um público amplo? Se olharmos para quem é pobre, analfabeto, desabrigado ou não tem assistência médica, por exemplo, e fizermos uma análise de gênero sobre isso, estamos tentando descobrir quantas dessas pessoas são mulheres ou não têm conformidade de gênero, o que inclui pessoas transexuais e não binárias.

É uma lente que permite pensar diferenças de poder. Geralmente, e de forma importante, está ligada à análise racial e de classe. Precisamos de um conjunto complexo de lentes trabalhando juntas para entendermos a sociedade. O gênero é uma delas.

Ao mesmo tempo, falamos de gênero como parte da identidade de cada um: como você se identifica? Qual é o seu gênero? Fazemos a distinção entre o sexo que lhe foi atribuído e como você dá sentido a esse sexo, se ele é confortável para você e como você se nomeia. Isso é um ato de liberdade.

A sra. defende que contestar a direita autoritária é importante, mas não suficiente para derrotar o "fantasma de gênero". Trump, que usa esse tipo de discurso, disputa de novo a Presidência. Como vê esse cenário? O que deve ser feito? Infelizmente, acho que Joe Biden se enfraqueceu ao continuar as políticas de Trump na fronteira sul do país e impedir que as pessoas possam solicitar legalmente entrada nos Estados Unidos, detendo-as na fronteira em condições desumanas.

Acredito que seu apoio incondicional a Israel até muito recentemente também tem sido chocante para jovens e pessoas de esquerda, incluindo os judeus de esquerda. Acho que muitas pessoas agora o veem como cúmplice do genocídio.

Também acho que Trump tem capacidade de emocionar as pessoas. Às vezes ele usa gênero, às vezes a questão transexual, às vezes o discurso anti-imigrante, cada vez mais cheio de ódio e violência. Isso entusiasma as pessoas pelos motivos errados.

Precisamos comunicar a Biden que ele precisa se mover para a esquerda vencer. Ele nos considera um voto dado, mas vimos nas primárias do estado de Michigan que a população árabe-americana estava decidida a não votar nele.

O discurso antigênero mobiliza medos —de desigualdades, guerras, crise climática—, e essas crises não estão perto de serem superadas. O que os estudos de gênero podem oferecer a quem quer respostas nesse cenário? É interessante ver como o gênero é organizado em diferentes países e que, como termo, ele não funciona em certos idiomas. Existem outras maneiras de descrever relacionamentos, diferentes formas de organizar o parentesco, a família, de viver um corpo ou mesmo de se entender na sociedade.

Por que não pensamos mais sobre a imposição colonial da família nuclear heterossexual em várias partes do hemisfério Sul, onde outros tipos de arranjos eram possíveis antes?

Talvez possamos aproveitar mais as complicações linguísticas em torno do gênero. Talvez possamos tornar a antropologia mais popular. Acho que muitos de nós na academia precisamos começar a pensar com públicos mais amplos. ←

Quem Tem Medo do Gênero?
Autora: Judith Butler. Editora: Boitempo.
Tradução: Heci Regina Candiani.
R$ 83 (280 págs.); R$ 70 (ebook)

A guerra como suicídio

Extermínio de civis em Gaza é impostura para judeus e ataque a Israel

Bernardo Carvalho
Romancista, autor de 'Nove Noites' e 'Os Substitutos'

Há dez anos, em julho de 2014, o coreógrafo e bailarino israelense Arkadi Zaides apresentou o solo "Arquivo" no programa oficial do festival de Avignon. Assisti ao espetáculo e escrevi sobre ele no mesmo dia em que, em meio à escalada do conflito entre Israel e o Hamas, o Libération publicou uma coluna de opinião do escritor israelense David Grossman, com o título "A direita não venceu apenas a esquerda, ela venceu Israel".

Grossman atribuía ao governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu a traição da própria razão de ser de Israel: "É revoltante a ideia de que a enorme potência militar de Israel não seja capaz de lhe insuflar coragem para vencer seu medo e seu desespero existenciais e dar um passo decisivo na direção da paz. A ideia essencial na origem da criação do Estado de Israel não era que o povo judeu retornaria ao seu lar e que aí não seria mais vítima de ninguém? Que nunca mais ficaríamos paralisados e sujeitos a forças superiores às nossas?".

"Pois vejam o espetáculo que apresentamos: o Estado mais forte da região, uma potência em escala regional, gozando do apoio quase incompreensível dos Estados Unidos e do compromisso da Alemanha, da Inglaterra e da França, ainda se considera, no fundo, uma vítima abandonada por todos. E continua se conduzindo como vítima: de seus medos, reais ou imaginários, dos horrores de sua história, dos erros de seus vizinhos e de seus inimigos."

Voltei a esse texto por curiosidade, querendo saber o que andaria fazendo Arkadi Zaides a propósito da guerra em Gaza. Zaides trabalha com dança documental. "Arquivo" me marcou para sempre. Sozinho em cena, assistindo junto com o público às imagens que, projetadas no fundo do palco, expõem a violência de colonos judeus contra palestinos nos territórios ocupados, o coreógrafo e bailarino de repente começa a imitar o movimento de seus compatriotas.

É um espetáculo perturbador. A princípio, Zaides hesita em emular os gestos da violência dos colonos. Pouco a pouco, entretanto, toma gosto na imitação convulsiva e mecânica. A repetição da violência sem sentido, fora de contexto, é insuportável. Alguns espectadores abandonam a sala revoltados.

Num mundo de inversões morais, onde a condenação da violência não tem outro efeito além de expor a paralisia de quem a condena, só a insistência na falta de sentido desses gestos reduzidos à repetição parece capaz de desestabilizar a normalidade dos ataques.

As imagens fazem parte do arquivo do centro de informação israelense pelos direitos humanos nos territórios ocupados (B'Tselem). A ONG entregou câmeras a palestinos para que gravassem o dia a dia da ocupação na Cisjordânia. Nas imagens, veem-se apenas colonos judeus cuja ofensiva revela a fúria, mas também o desespero e a loucura. Quando Zaides veio a São Paulo, em 2015, o cônsul de Israel fez o diabo para impedir a apresentação do espetáculo. Em vão.

O coreógrafo vive hoje na Europa. Seus projetos mais recentes dizem respeito a outras fronteiras, a imigrantes e refugiados mortos pelo caminho, a fenômenos cuja influência e ameaça escapam ao controle dos homens que os criaram, como a inteligência artificial, a força nuclear e o aquecimento do planeta. Aí também ele parece tocar, ainda que de forma distante e alusiva, a inversão, a tragédia e o suicídio apontados por Grossman, só que agora em escala global.

Mais do que sinal de desespero na tentativa de passar uma imagem de força, o extermínio de civis em Gaza é uma impostura para os judeus porque é também um ataque a Israel. É o gesto mecânico e convulsivo da coreografia de Zaides.

O gesto de um governo que mantinha relações no mínimo ambíguas com o Hamas, além de ser aliado da extrema direita (sempre pronta a destruir a nação em nome de seus interesses, em qualquer tempo ou lugar) e avesso aos esforços de paz, mas incapaz de garantir a defesa de seu território e de seus cidadãos. E talvez seja o constrangimento desse gesto da vergonha que também faz de "Arquivo" um espetáculo insuportável.

É a conclusão de Amos Harel, especialista em questões de defesa, no Haaretz, depois de seis meses da brutalidade mais desenfreada e mais de 32 mil palestinos mortos: "Tínhamos a simpatia do mundo, por causa das atrocidades [do Hamas], e conseguimos perdê-la, pela maneira como conduzimos a guerra".

Será fácil reconquistá-la numa eventual escalada do conflito com o Irã. Mas será uma simpatia tão mais paradoxal quanto mais a sobrevivência desse governo depender do suicídio de Israel.

[...]

Sozinho em cena, assistindo junto com o público às imagens que, projetadas no fundo do palco, expõem a violência de colonos judeus contra palestinos nos territórios ocupados, Arkadi Zaides começa a imitar o movimento de seus compatriotas. É um espetáculo perturbador

A novidade antiquada

Os podcasts são muito modernos na sua radical rejeição da modernidade

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Você é uma pessoa que gosta de coisas novas? Experimente um podcast, um programa em formato digital que pode ouvir no computador ou no celular. Prefere coisas antigas? Experimente um podcast, que é na prática um programa de rádio —meio de comunicação inventado há mais de cem anos.

É possível que o podcast tenha vindo para nos salvar. Sei que vivemos numa época em que tudo nos salva. Uma pesquisa rápida no Google devolve vários resultados: "a música me salvou", "o meu trabalho me salvou", "este filme me salvou", "o humor me salvou" e até "ser demitido me salvou" ou mesmo "ter câncer me salvou".

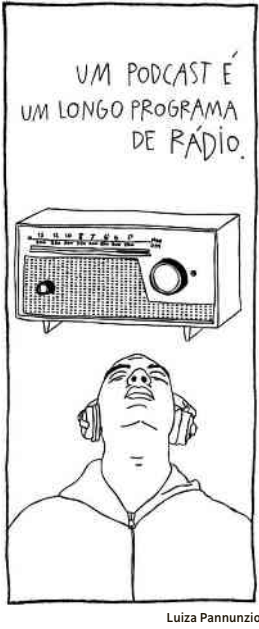
Mais raro é o verbo salvar estar ligado a ocorrências em que a salvação não foi meramente metafórica, como na frase "estava encurralada na varanda de um prédio em chamas e o bombeiro me salvou". Mais depressa somos salvos por uma canção sobre o bombeiro do que pelo bombeiro.

Mas os podcasts podem realmente ser a salvação. Como já vimos, unem os tecnófilos e os luditas. Na verdade, os podcasts são ainda mais novos e antiquados do que parecem. São programas de rádio que já nem a rádio emitiria. Em geral são demasiado longos, demasiado parados e demasiado dedicados a temas que um diretor de estação de rádio diria não interessarem ao grande público. Isso faz deles muito modernos na sua radical rejeição da modernidade.

Além disso, os podcasts são salvadores porque fazem com que as pessoas estejam caladas durante muito tempo. É nessa condição higiênica que o ouvinte típico de podcast se mantém. E, pelo seu lado, o ouvinte também pode impor ao criador do podcast algumas condições que não são possíveis na rádio. Pode obrigá-lo a repetir o que disse, por exemplo. Ou obrigá-lo a falar com o dobro da velocidade. Receio que estas vantagens possam, ao contrário do que venho defendendo, fazer com que o podcast seja um fator de discórdia.

Desde que passei a ser ouvinte de podcasts, é frequente falar com alguém e lamentar que essa pessoa não venha com a funcionalidade de repetir o que acabou de dizer ou o que disse num episódio emitido há meses. Dava-me muito jeito, em discussões familiares.

Também me desagrada o fato de não podermos pôr nossos interlocutores falando duas vezes mais depressa. Fica a sugestão para um outro tipo de ser humano. Novo e antiquado ao mesmo tempo.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com (interina)

Série investiga um bilionário acusado de assassinato em novos episódios

The Jinx: A Vida e Mortes de Robert Durst – Parte 2

Max, 16 anos

Na primeira parte da série, exibida em 2015, um microfone aberto ouvia o bilionário Robert Durst confessar os assassinatos dos quais era acusado. Os cineastas continuaram a investigação, descobriram as ligações de Durst da prisão e testemunhas que não tinham se manifestado, resultando em seis novos episódios que revelam como ele conseguiu escapar impune por tanto tempo.

Atentado ao Hotel Taj Mahal

Netflix, 16 anos

Uma história baseada nos ataques terroristas ao Hotel Taj Mahal em Mumbai, na Índia, em 2008. Entre os sobreviventes, um chef e um garçom escolhem arriscar suas vidas para proteger as vítimas, enquanto um casal de hóspedes tenta salvar a vida de seu filho recém-nascido. Filme protagonizado por Dev Patel.

Viajo porque Preciso, Volto porque te Amo

Canal Brasil, 14h15, 14 anos

Um geólogo é enviado ao sertão nordestino para fazer um levantamento de fontes de água, mas começa a sentir uma sensação de abandono e solidão, como os lugares que atravessa. Um filme de Karim Aïnouz e Marcelo Gomes. Com Irandhir Santos.

Meu Amigo Robô

TV Aparecida, 15h, livre

O garoto Mitya sonha em escrever histórias de super-heróis, mas seus pais, engenheiros de robótica, querem que ele siga a mesma carreira que eles. Até que o garoto faz amizade com o robô de resgate criado pelos pais, o A-112.

Insight

Arte1, 20h, livre

Na nova temporada da série documental sobre arquitetura e design, os sócios Fernando Forte, Lourenço Gimenes e Rodrigo Marcondes Ferraz discutem como abandonar fórmulas para o desenho ser instrumento de inovação.

Canal Livre

Band, 23h30, livre

O jornalista Ricardo Kotscho e o autor do livro "O Girassol que nos Tinge", Oscar Pilagallo, vão estar no programa para falar sobre os 40 anos do movimento das Diretas Já, quando brasileiros foram às ruas pedindo a volta da democracia.

QUADRÃO

Ricardo Coimbra

DISCLAIMER

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, **Angeli**, Laerte

Sesi desiste da Sala Minas Gerais, que é sede da Filarmônica

SÃO PAULO Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a Fiemg, anunciou nesta semana que o Sesi não vai assumir a gestão da Sala Minas Gerais, casa da Filarmônica do estado, uma das mais importantes da América Latina.

No começo do mês, o Sesi Minas havia firmado um contrato para uma gestão compartilhada da Sala Minas Gerais com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, a Codemg. O anúncio levantou preocupações, já que a nova gestão desocuparia a Filarmônica.

Diomar Silveira, do Instituto Filarmônica, havia dito que não foi consultado nas negociações da concessão da sala e demonstrou preocupação.

Netflix deixará de divulgar número de assinantes em 2025

SÃO PAULO A Netflix deixará de divulgar os números de assinantes trimestrais a partir de 2025. A empresa quer agora priorizar outras métricas. Além disso, a empresa disse que não divulgaria mais a receita média por assinante.

O anúncio chega em um momento de aumento no número de assinantes e dos lucros da empresa. No primeiro trimestre, a Netflix ganhou 9,3 milhões de assinantes, chegando a 269,6 milhões de assinaturas no mundo todo e ampliando a liderança em relação aos concorrentes. Além disso, registrou receita de US$ 9,4 bilhões e lucro operacional de US$ 2,6 bilhões.

A Netflix quer priorizar agora dados de engajamento dos espectadores na plataforma.

Sebastião Salgado relembra 50 anos de trabalho em Londres

LONDRES | AFP O fotógrafo Sebastião Salgado, que apresenta em Londres uma retrospectiva de 50 anos de carreira, explicou que é preciso conscientizar as pessoas sobre o desmatamento no planeta.

"A fotografia é o espelho da sociedade", disse em entrevista à AFP, após ser premiado em Londres pela carreira. O fotógrafo dedicou os últimos anos à proteção da natureza.

Salgado apresenta na Somerset House de Londres, até 6 de maio, uma seleção de fotos produzidas em meio século de ofício. A exposição é consequência do prêmio concedido a ele pela World Photography Organisation, com sede em Londres, em reconhecimento ao seu trabalho.

O humorista Fabio Porchat fantasiado em programa de TV Fabio Rocha/Globo

Crise no humor?

[RESUMO] Em contraponto a fala de Fabio Porchat de que há uma crise no humor, autor argumenta que certos valores de nossa época, como concepção moralista e tacanha da arte, impedem que tenhamos uma compreensão mais madura do que nos faz rir

Por ***Felipe Motta Veiga***
Escritor e doutorando em teoria da literatura na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

"Existe uma crise do humor no mundo", afirmou o comediante Fabio Porchat em entrevista recente à **Folha**. Hoje em dia, segundo ele, só haveria espaço para o humor escatológico ou para o humor sem graça feito para agradar ao progressismo tuiteiro. Certos assuntos que antes eram abordados pelos humoristas teriam se convertido em tabus.

Compreendo a queixa de Porchat. Um humorista tem, em tese, o direito de falar sobre o que bem entender. Mas quem o proíbe de fazê-lo?

Poderíamos responder a Porchat que hoje ainda há espaço para todo tipo de humor, embora alguns canais de televisão e serviços de streaming privilegiem as tais piadas escatológicas e façam concessões desavergonhadas aos militantes das redes sociais. É a subserviência a essas empresas de comunicação e a seus espectadores que tolhe a liberdade criativa do humorista.

O humor, portanto, não está em crise. O que está em crise é a consciência de quem quer fazer humor sem desagradar a quase ninguém. E digo "quase" porque, naturalmente, é de bom tom zombar de determinadas figuras cuja estima o mercado audiovisual não parece interessado em conquistar.

Contudo, nesta época em que tanta gente se ofende com facilidade, o humorista se encontra talvez numa encruzilhada. Ou deve evitar temas polêmicos, a fim de não ser cancelado pela turba das redes, ou deve assumir o risco de despertar a ira de diferentes setores da sociedade, incluindo seu próprio público. No primeiro caso, ele se torna um covarde. No segundo, torna-se uma espécie de anti-herói.

Quando diz uma frase polêmica, o humorista não está forçosamente emitindo uma opinião pessoal. Afinal, uma das atribuições básicas desse artista, como de qualquer outro, é captar e exprimir o ruído de seu tempo.

Se hoje circulam por aí ideias preconceituosas de várias estirpes, ele se encarregará de dar voz a esses juízos que, encenados no palco, isto é, num terreno ficcional, têm a virtude de defrontar o espectador com suas próprias mesquinharias.

O humorista, não raro, encarna comportamentos abjetos a fim de mostrar como estes são reprováveis. E se a plateia ri, isso diz mais sobre ela do que sobre ele. Quem ri consente, então?

Não necessariamente. Às vezes, escutar uma piada imoral nos faz gargalhar porque sabemos que se trata de algo "errado", porque o fato de alguém dizê-lo em público é por si só absurdo, e não porque estejamos escarnecendo do objeto da piada.

Porchat mesmo, em programa de auditório, fez nesta quinta-feira (18) uma piada sobre o caso do idoso que supostamente morreu em uma agência bancária, levado por uma mulher para assinar um empréstimo.

Todo o auditório gargalhou, mas logo as patrulhas da internet, brandindo manuais de bons costumes, apressaram-se a condenar o humorista, que segundo elas teria feito uma brincadeira de mau gosto. Nessas circunstâncias, porém, quem ri da piada ri também do disparate da situação real que a motivou, situação que nem por isso deixa de ter um componente trágico.

Podemos admitir que o humor é, em alguns casos, capaz de ofender este ou aquele grupo de pessoas. E não é menos verdade que, com o tempo, a percepção dos princípios morais se modifica e que, devido a essa mudança, deixamos de achar engraçado o que fazia rir as gerações mais velhas. Mas, embora um piadista seja decerto responsável pelo que diz, uma piada é sempre uma expressão do contexto social em que vivemos.

É fácil compreender por que alguns progressistas só aceitam piadas que satirizam o patriarcado, o racismo, a homofobia. Eles acham que os homens que ocupam posições de poder, e que seriam culpados por condutas racistas ou homofóbicas, são os únicos "alvos" aceitáveis do humor.

O que está em crise é a consciência de quem quer fazer humor sem desagradar a quase ninguém. Nesta época em que tanta gente se ofende com facilidade, o humorista se encontra talvez numa encruzilhada

Mas se humoristas fazem piada sobre tudo e todos, inclusive sobre as ditas minorias, é porque entendem que mesmo entre os defensores de causas supostamente legítimas há hordas de estúpidos e aspirantes a tiranetes.

Não se trata de recusar sumariamente as reivindicações políticas dos grupos minoritários. Trata-se de reafirmar o velho ditado: o inferno está cheio de boas intenções. É sempre derrisória a hipocrisia de quem, julgando-se paladino da revolução, age como o mais sórdido reacionário.

Aqui, não seria despropositado trazer à baila uma nota que consta em edição de 1932 do falecido jornal carioca A Noite. Às vésperas do Carnaval, o chefe de polícia expedia um ofício recomendando "mui cuidadosa atenção sobre a letra das canções carnavalescas, no sentido de evitar alusões ofensivas ou ridicularizadoras a corporações públicas e religiosas, ou que possam ofender individualmente a quem quer que seja".

A nota foi publicada há quase um século, mas é certo que muitos de nossos congressistas, magistrados e militantes atuais fariam coro com o chefe de polícia da época. O mesmo espírito puritano continua vivo até hoje. Por todo lado ainda há quem cultive essa seriedade hipersensível, essa sisudez de cristal.

O humor inevitavelmente faz um recorte da realidade e, em parte, digamos, conta uma mentira. Assim são as caricaturas, assim os estereótipos, elementos típicos da comédia. É evidente que, quando olhamos as coisas mais de perto, vamos notar como as figuras cômicas são, em sua maioria, reducionistas, como deliberadamente reforçam certos aspectos da realidade em detrimento de outros.

O problema, contudo, não está nos estereótipos. Está nas pessoas que deixam que eles definam sua opinião sobre um lugar, uma cultura ou um indivíduo, ou naqueles que veem a vida unicamente sob o prisma do humor.

Os estereótipos são distorções e, como tais, nos fazem rir por seus exageros e absurdos. Mas, se por um lado sabemos que o mundo é bem mais complexo que isso, por outro temos de reconhecer que algumas caricaturas alcançam uma precisão arrasadora.

No fundo, o que nos impede de ter um entendimento maduro do humor é uma certa concepção de arte, careta, tacanha e moralista, que faz fortuna em nosso tempo.

Refiro-me à ideia de que toda expressão artística deve se insurgir abertamente contra alguma injustiça, deve buscar corrigir comportamentos imorais.

Conforme esse pressuposto, uma obra de arte funcionaria principalmente como denúncia, mas uma denúncia do tipo mais simples que há: deixando claro quem é o criminoso e quem é a vítima, numa lógica maniqueísta que ofusca as nuances e contradições da alma humana.

Ao revirar modismos de ponta-cabeça e imaginar situações estapafúrdias ou exageradas, o humor opera como um antídoto contra o senso comum e põe em xeque as convicções que sustentam nossa visão de mundo. Em geral, tiradas humorísticas são o melhor meio de fazer uma crítica sem cair em moralismo.

E é por isso que não, não há crise nenhuma no humor. Como o próprio Porchat reconhece, "é o humor que lota os teatros". Compete aos humoristas, portanto, e somente a eles, não permitir que os espetáculos fiquem vazios. ←

Palestinos esperam para receber comida em campo de refugiados no norte da Faixa de Gaza Mohammed Ali - 27.fev.24/Xinhua

Comida como arma

[RESUMO] O cenário atual de fome na Faixa de Gaza é resultado, sustentam autores, de décadas de domínio da alimentação de palestinos por Israel, que vem atacando a capacidade de produção agrícola e limitando o acesso à água na área. Instaurar a insegurança alimentar em Gaza se tornou uma estratégia do Estado israelense nos anos 1980 e foi concretizada por meio de restrições à entrada de produtos e da elaboração de modelos matemáticos para calcular a ingestão calórica de palestinos

Por ***Neve Gordon e Muna Haddad***

Gordon é professor de direito internacional e direitos humanos na Universidade Queen Mary de Londres. Autor, entre outros livros, de 'Israel's Occupation' e 'Human Shields: a History of People in the Line of Fire' (em coautoria com Nicola Perugini). Haddad é advogada com atuação em direitos humanos e doutoranda na Universidade Queen Mary de Londres

Nos dias seguintes ao ataque hediondo do Hamas, autoridades do alto escalão israelense anunciaram que pretendiam privar a população civil de Gaza de suas necessidades mais básicas. À época, mais de 80% dos bens que chegavam à Gaza vinham de Israel, que mantém a área sob rigoroso bloqueio há 17 anos.

Em 9 de outubro, o ministro de Energia e Infraestrutura do país, Israel Katz, anunciou que havia ordenado o corte de água, eletricidade e combustível. O ministro da Defesa, Yoav Gallant, exigiu um cerco total ao enclave: "Não haverá comida, não haverá combustível" (seu argumento se tornou notório: "Estamos lutando contra animais humanos").

Em 17 de outubro, o ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, insistiu que "enquanto o Hamas não libertar os reféns [...], nem um grama de ajuda humanitária" entraria em Gaza —só "centenas de toneladas de explosivos da Força Aérea". No dia seguinte, Binyamin Netanyahu pôs a questão em termos igualmente drásticos: "Não permitiremos assistência humanitária, na forma de alimentos e medicamentos, do nosso território para a Faixa de Gaza".

Essas são todas declarações de uma intenção de privar os palestinos de Gaza "de bens indispensáveis à sua sobrevivência, inclusive impedindo deliberadamente o fornecimento de ajuda" —a definição legal de "usar a fome de civis como método de guerra", um crime contra o direito internacional segundo o Estatuto de Roma.

Enquanto isso, a mídia e as redes sociais israelenses estavam saturadas de apelos para dizimar a população, no todo ou em parte: "apagar" Gaza, transformá-la "em Dresden". No dia em que as autoridades israelenses ordenaram que 1,1 milhão de pessoas do norte de Gaza evacuassem suas casas em 24 horas, o presidente Isaac Herzog disse que "não havia civis inocentes" ali.

Desde então, Israel bombardeou bairros inteiros, matando mais de 32 mil palestinos, dos quais mais de 13 mil são crianças (os números não incluem pessoas soterradas). Mais de 74 mil foram feridos. Setenta por cento da infraestrutura civil foi destruída ou danificada, deixando muitas áreas inabitáveis. Em novembro, mais de 75% da população de Gaza, cerca de 1,7 milhão de pessoas, havia fugido de suas casas.

O Exército atacou sistematicamente dezenas de instalações de saúde, deixando um em cada três hospitais de Gaza funcionando parcialmente e obrigando médicos a operar em condições extremamente inadequadas. Esse patamar de morte e destruição em um período tão curto não tem precedentes no século 21. A relatora especial da ONU Francesca Albanese concluiu que "há motivos razoáveis para acreditar" que Israel ultrapassou o limiar do genocídio.

Enquanto isso, boa parte das remessas de ajuda continuam bloqueadas. A assistência que chega a Gaza é, como agências da ONU alertaram, "uma mera gota no oceano do que é necessário". Até março, Israel permitiu, em média, 112 caminhões por dia, menos de um quarto do que entrava diariamente nos meses anteriores a 7 de outubro.

Em meados de janeiro, depois que surgiram relatos de que militares israelenses estavam obstruindo o envio de ajuda, Netanyahu insistiu que seu governo permitiria apenas a assistência mínima necessária para evitar uma crise humanitária.

Essas restrições diminuíram severamente a capacidade de distribuição de ajuda, bem como ameaçam a segurança de trabalhadores de organizações humanitárias. Desde outubro, pelo menos 171 funcionários da UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina) foram mortos.

Em várias ocasiões, forças israelenses dispararam contra caminhões da ONU que transportavam provisões. Em outras, tropas israelenses mataram palestinos esperando para receber assistência: no que ficou conhecido como o massacre da farinha, mais de cem pessoas foram mortas. No fim de fevereiro, a UNRWA anunciou ter sido forçada a interromper o socorro ao norte.

Israel não se satisfez em impedir a entrada de alimentos em Gaza. Desde o início da guerra, o país também destruiu mais de um terço das terras agrícolas da faixa, mais de um quinto de suas estufas e um terço de sua infraestrutura de irrigação.

A Forensic Architecture, órgão de pesquisa sediado na Universidade de Londres, afirma que "a destruição de terras agrícolas e da infraestrutura em Gaza é um ato deliberado de ecocídio". Grandes extensões de terra foram arrasadas por soldados para expandir a "zona tampão" no lado de Gaza da fronteira, reduzindo a área do enclave em 16%.

As forças navais israelenses também avariaram ou destruíram cerca de 70% dos barcos de pesca de Gaza. Movidos pela fome, alguns pescadores ainda zarpam em pequenas embarcações; alguns, como relata a associação de pescadores de Gaza, foram atacados e mortos.

*

O efeito dessas ações é nítido. Desde dezembro, agências humanitárias alertam que os palestinos de Gaza estão sob o risco de inanição, a forma mais catastrófica de insegurança alimentar. Em um relatório apoiado pela ONU, um comitê de especialistas fez uma previsão sombria em março. "A fome", reportaram, "agora é projetada e iminente" para 70% da população do norte de Gaza —cerca de 210 mil pessoas— e "se espera que se manifeste" até maio.

De acordo com a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a desnutrição está se espalhando rapidamente entre as crianças e atingindo níveis sem precedentes. Em 15 de março, no norte de Gaza, uma em cada três crianças com menos de 2 anos estava sofrendo de desnutrição aguda; pelo menos 27 crianças haviam morrido de fome. Segundo a organização, em fevereiro, "a prevalência de desnutrição aguda entre crianças com menos de 5 anos no norte havia aumentado de 13% para até 25%".

Em Rafah, uma suposta zona segura na fronteira sul onde funcionários conseguiram fornecer um nível de ajuda levemente superior, testes mostraram que o número de crianças com menos de 2 anos com desnutrição aguda dobrou de 5% em janeiro para cerca de 10% no final de fevereiro (apesar de seu status, Rafah foi bombardeada várias vezes). Entre o mesmo grupo, a desnutrição grave quadruplicou no último mês, chegando a mais de 4%.

A desnutrição entre mulheres grávidas e lactantes também cresceu rapidamente. Em fevereiro, 95% enfrentavam grave escassez alimentar.

Todo esse sofrimento tem causas humanas e é resultado direto do bloqueio impiedoso de Israel. Como a maioria dos episódios de fome, esse também é o produto de uma história mais longa. Desde 1967, quando ocupou a Faixa de Gaza pela primeira vez, Israel controla a cesta básica palestina, manipulando a ingestão nutricional de seus habitantes e usando a alimentação como arma para controlar a população.

Há décadas, Israel vem danificando sistematicamente a capacidade de Gaza de produzir seus próprios alimentos, diminuindo seu acesso à água potável e à comida de qualidade. Compreender essas políticas de longo prazo é fundamental para entender a fome que se desenrola hoje em Gaza.

*

A Faixa de Gaza é uma região plana, estreita e árida. Quando Israel a ocupou, havia pelo menos 385 mil palestinos, dos quais cerca de 70% eram refugiados que tinham fugido ou sido expulsos de suas casas durante a Nakba em 1948. Como um de nós, Neve Gordon, escreveu em 2008, Israel imediatamente "passou a controlar todos os principais serviços públicos, como água e eletricidade, e assumiu os sistemas de saúde, de justiça e de educação".

O país também introduziu uma variedade de mecanismos de vigilância para administrar a população recém-ocupada.

Continua na pág. C9

Continuação da pág. C8

As autoridades israelenses contaram televisores, geladeiras, fogões a gás, gado, pomares e tratores; inspecionaram e, muitas vezes, censuraram livros escolares, romances e jornais; realizaram levantamentos detalhados de fábricas de móveis, sabão, tecidos, derivados de oliva e doces; usaram imagens aéreas e de satélite para monitorar a construção de casas, prédios públicos e empresas privadas; e coletaram dados demográficos de toda a região.

Israel examinou as taxas de mortalidade infantil e de crescimento populacional, os níveis de pobreza, a renda per capita e o tamanho e a composição da força de trabalho, bem como prestou grande atenção à escala e ao tipo de indústria no território, à extensão de terra arável, aos tipos de culturas plantadas e à quantidade de aves e gado. Para consolidar seu controle, o país também monitorou a taxa de consumo privado e o valor nutricional da cesta de alimentos palestina.

*

Nos anos que se seguiram à eclosão da primeira Intifada, em dezembro de 1987, limitar o valor nutricional e instaurar a insegurança alimentar entre os palestinos de Gaza se tornaram fundamentais para a estratégia de contrainsurgência de Israel.

As mudanças foram graduais. Em 1989, o país impôs um controle mais rigoroso sobre o fluxo de trabalhadores de Gaza, emitindo cartões magnéticos com informações codificadas sobre o "histórico de segurança" do trabalhador, impostos e contas de água e luz.

Durante a primeira Guerra do Golfo, Israel impôs o que a ONU e organizações de direitos humanos chamam de fechamento hermético da faixa, limitando ainda mais o movimento de pessoas e mercadorias. Em 1994, entre a assinatura dos acordos de Oslo, o governo começou a construir uma cerca de 32 quilômetros e uma via para patrulhar as fronteiras de Gaza.

Desde então, apenas cinco passagens conectam as duas regiões, duas das quais operam apenas de Israel para Gaza. Uma sexta, em Rafah, liga Gaza ao Egito. Durante toda a década de 1990, foram impostas restrições ao número de trabalhadores que podiam entrar em Israel e à quantidade e ao tipo de mercadorias que podiam entrar em Gaza. Na mesma época, a linha verde, a fronteira internacionalmente reconhecida entre Israel e os territórios palestinos ocupados, deixou de ser "normalmente aberta" para se tornar "normalmente fechada".

Depois da segunda Intifada, em 2000, o Exército israelense destruiu fazendas, arrasou mais de 10% das terras agrícolas de Gaza e arrancou mais de 226 mil árvores. Por volta dessa época, também consolidou o controle aéreo e marítimo sobre Gaza, bombardeando um aeroporto construído em 1998 e, em 2002, destruindo um porto marítimo. Israel também restringiu as áreas em que os palestinos podiam pescar a uma faixa muito estreita ao longo da costa.

Essas práticas, combinadas com restrições cada vez mais severas ao movimento de pessoas e mercadorias, levaram a uma insegurança alimentar substancial. Em 2002, um artigo no British Medical Journal relatou que o número de crianças que sofriam de desnutrição em Gaza havia dobrado em dois anos.

*

Enquanto isso, Ariel Sharon reconheceu que não era mais viável enviar centenas de soldados israelenses para proteger os 8.000 colonos judeus no enclave. O primeiro-ministro achava que, ao implementar um "plano de retirada" unilateral, Israel poderia

Israel começou a elaborar listas de produtos cuja importação seria vetada em Gaza, impondo restrições severas. Em 2006, um assessor do primeiro-ministro de Israel explicou a política do governo: 'A ideia é submeter os palestinos a uma dieta, mas não fazê-los morrer de fome'

Bem antes da guerra atual, Israel havia deixado a maioria dos habitantes de Gaza despossuídos e subnutridos. Recém-nascidos tinham sete vezes mais chance de morrer que se tivessem nascido a uma hora de carro de distância, em Berseba ou Tel Aviv

se apresentar como se tivesse desocupado Gaza. Isso, por sua vez, permitiria que o país fortalecesse seus assentamentos na Cisjordânia.

Em 2005, o governo israelense desmantelou os assentamentos ilegais em Gaza e redistribuiu suas tropas para a fronteira. Ao mesmo tempo, intensificou o controle do enclave a distância, construindo bases militares nos arredores, instalando metralhadoras controladas remotamente em torres de vigilância, aumentando o uso de drones e estabelecendo uma zona tampão que consome terras agrícolas e exige que os agricultores se limitem a plantações baixas, presumivelmente para não bloquear a visão dos soldados.

Por volta dessa época, Israel começou a elaborar listas de produtos cuja importação seria vetada em Gaza, impondo restrições severas. Em 2006, um assessor do primeiro-ministro de Israel explicou a política do governo: "A ideia é submeter os palestinos a uma dieta, mas não fazê-los morrer de fome". Apesar de as restrições aumentarem a pobreza e gerarem insegurança alimentar, o governo israelense se isentou de toda a responsabilidade.

Na verdade, o país continuou a exercer suas prerrogativas controlando as fronteiras. Após o Hamas tomar Gaza, em setembro de 2007, Israel impôs formalmente um bloqueio, confinando 1,5 milhão de habitantes. Como parte de suas diretrizes para a implementação do bloqueio, o Gabinete de Segurança de Israel instruiu os militares e outras agências a "reduzir o fornecimento de combustível e eletricidade". Somente bens essenciais para a sobrevivência seriam autorizados.

Israel mal escondeu seus esforços para provocar desnutrição em Gaza. Em texto de dezembro passado, Sara Roy, da Universidade Harvard, cita um telegrama enviado da embaixada dos EUA em Tel Aviv ao secretário de Estado em 2008: "Como parte de seu plano geral de embargo contra Gaza", observa, "as autoridades israelenses confirmaram aos [funcionários da embaixada] em várias ocasiões que pretendem manter a economia de Gaza à beira do colapso, sem levá-la ao limite".

Só tipos básicos de mercadorias foram liberados, principalmente equipamentos médicos, medicamentos e produtos higiênicos e alimentícios essenciais. Os alimentos proibidos incluíam até mesmo algumas frutas, caracterizadas por Israel como "itens de luxo".

Em 2008, uma companhia agrícola de Gaza entrou com uma ação na Suprema Corte israelense contestando essa última restrição. O procurador respondeu que o governo havia calculado que os residentes de Gaza precisavam exatamente de 300 bezerros por semana para satisfazer suas necessidades humanitárias. Seguindo sua longa tradição em questões de direitos humanos dos palestinos, o tribunal se recusou a intervir.

Logo depois, a organização de direitos humanos Gisha —para a qual uma de nós, Muna Haddad, trabalhou como advogada— começou o que se tornou uma batalha jurídica de três anos e meio para desclassificar os registros que mostravam que Israel havia elaborado uma série de fórmulas matemáticas para determinar a quantidade e os tipos de alimentos que permitiria a Gaza.

Em 2012, o grupo conseguiu a liberação de um documento do Ministério da Defesa, baseado em um modelo produzido pelo Ministério da Saúde, que inclui tabelas e gráficos que dividem o consumo diário de alimentos por sexo e idade e calculam a ingestão calórica mínima que garantiria uma "nutrição suficiente para a subsistência sem o desenvolvimento de desnutrição".

O documento partia do princípio que os palestinos em Gaza importariam apenas quantidades limitadas de itens alimentícios básicos como farinha, arroz, óleo, frutas, legumes, carne, peixe, leite em pó e fórmula para bebês, que Israel calculou que poderiam ser entregues em 77 caminhões por dia. Acrescentando remédios, equipamentos médicos e produtos agrícolas e de higiene, o número de caminhões liberados diariamente, em cinco dias por semana, chegava a 106 —mais o equivalente a 70 caminhões semanais de trigo, alcançando 118 remessas diárias.

Esses cálculos pressupunham que os alimentos seriam distribuídos igualmente entre a população, suposição sem precedentes em qualquer cenário histórico ou geográfico. Israel também pressupôs que apenas 10% das necessidades alimentares da população seriam atendidas por frutas e verduras produzidas em Gaza —uma admissão implícita de quão exaustivamente Israel passou a controlar os meios de sobrevivência dos palestinos.

*

Esses cálculos foram baseados em "tempos normais". Porém, em todos os grandes ciclos de violência —houve cinco desde 2008—, Israel reduziu drasticamente o "mínimo", levando a picos de desnutrição.

Mais de duas semanas depois do início da guerra de 2008-2009, a Human Rights Watch relatou que "as padarias não haviam recebido farinha de trigo desde o início da operação terrestre, e apenas 9 das 47 padarias de Gaza estavam funcionando". Em agosto daquele ano, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários documentou que cerca de 75% da população de Gaza estava em situação de insegurança alimentar.

Essa guerra, agravada pelo bloqueio israelense, precipitou "uma mudança gradual" na dieta dos moradores de Gaza, de alimentos ricos em proteínas para alimentos de baixo custo e ricos em carboidratos, "o que pode levar a deficiências de micronutrientes, principalmente entre crianças e mulheres grávidas".

Em 2010, o Mavi Marmara —o navio principal de uma flotilha conduzida por ativistas pró-Palestina que transportava 10 mil toneladas de suprimentos— tentou desafiar o bloqueio e entregar ajuda humanitária a Gaza. Forças israelenses atacaram o navio e mataram dez pessoas a bordo, desencadeando indignação generalizada.

Semanas depois, na esperança de melhorar a imagem do país, o Gabinete de Segurança lançou um plano para afrouxar as restrições de entrada de produtos civis em Gaza. Itens como chocolate e brinquedos infantis foram permitidos, mas foi mantida a proibição de milhares de itens de "uso duplo", que poderiam ser usados tanto para fins civis quanto militares.

A lista de itens de "uso duplo" é ampla e vaga e abarca fertilizantes, embalagens plásticas para plantas e bombas de irrigação, bem como materiais necessários para garantir a qualidade da infraestrutura de água e esgoto, que precisa ser reparada a cada nova rodada de ataques.

Em outubro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU foi alertado que os moradores da faixa praticamente não tinham acesso à água limpa: "97% da água de Gaza está contaminada; uma situação agravada substancialmente por uma crise aguda de eletricidade que sufoca a operação de poços e estações de tratamento de esgoto, levando cerca de 80% do esgoto não tratado de Gaza a ser despejado no mar, enquanto 20% se infiltra na água subterrânea".

Os civis palestinos, prossegue o documento, estão "enjaulados em uma favela tóxica desde o nascimento até a morte [...], forçados a testemunhar o lento envenenamento de seus filhos e entes queridos pela água que bebem e, provavelmente, pelo solo em que plantam".

Em outras palavras, bem antes da guerra atual, Israel havia deixado a maioria dos habitantes de Gaza despossuídos e subnutridos. Recém-nascidos tinham sete vezes mais chance de morrer que se tivessem nascido a uma hora de carro de distância, em Berseba ou Tel Aviv. Em 2021, o PIB per capita de Gaza atingiu cerca de US$ 1.050, em comparação com US$ 52,1 mil em Israel.

Não é de surpreender, portanto, que, em 2022, a UNRWA tenha fornecido alimentos para mais de 1,1 milhão de refugiados em Gaza, 14 vezes mais que em 2000. Em dezembro de 2021, a agência informou que 81% dos refugiados do enclave viviam abaixo da linha nacional de pobreza, 85% das famílias compravam restos de comida e 59% dependiam de auxílio ou tinham que pedir comida a parentes. Mais de três quartos das famílias estavam reduzindo o número de refeições diárias e a quantidade de alimentos em cada refeição.

*

Desde o início da guerra atual, Israel poderia ter se interessado em levar ajuda aos palestinos, nem que fosse para ocultar a violência que seus militares estão cometendo. Em vez disso, com a aceleração da crise alimentar em Gaza, o governo lançou uma campanha orquestrada para liquidar a UNRWA.

Já em janeiro, como o jornalista Amjad Iraqi recentemente relatou, um subcomitê do Legislativo israelense debatia como lidar com a agência. Ele cita a recomendação de uma pesquisadora: "Será impossível vencer a guerra se não destruirmos a UNRWA, e essa destruição deve começar imediatamente".

Acusando 12 funcionários da agência de envolvimento direto nos ataques de 7 de outubro, Israel solicitou que governos estrangeiros cortassem o financiamento à UNRWA imediatamente. Com 13 mil funcionários em Gaza, a organização é o segundo maior empregador do enclave, depois do governo do Hamas. Além de prestar serviços a mais de 1,78 milhão de refugiados registrados, ela "injeta US$ 600 milhões anualmente na economia de US$ 2 bilhões da faixa", segundo o Grupo Internacional de Crises.

Desde outubro, grande parte da população de Gaza vive em escolas, unidades de saúde e outros prédios da UNRWA, dependendo da agência não apenas para se sustentar, mas também para ter comida e abrigo para se manter viva. A União Europeia afirmou recentemente que não havia recebido provas concretas de Israel para sustentar as acusações contra funcionários da UNRWA, mas o atual orçamento dos EUA, mesmo assim, suspendeu recursos para a organização.

Em 24 de março, Philippe Lazzarini, comissário-geral da UNRWA, relatou que as autoridades israelenses informaram a agência que "não aprovarão mais nenhum comboio de alimentos da UNRWA para o norte". Em entrevista à Al Jazeera, o diretor de planejamento da organização enfatizou que a decisão teria implicações dramáticas: "Simplesmente mais pessoas morrerão".

Como se isso não bastasse, nos últimos meses, manifestantes israelenses liderados por colonos da Cisjordânia, visivelmente não satisfeitos com a devastação já causada pelo país, resolveram bloquear a entrega de ajuda na passagem de Kerem Shalom. A cada novo acontecimento, só podemos nos perguntar o que mais Israel pretende fazer para aniquilar a população de Gaza e tornar a recuperação da região impossível. ←

Este texto foi publicado originalmente na revista The New York Review of Books em 30.mar.24

Cravo de rosa em homenagem à Revolução dos Cravos, que derrubou ditadura em Portugal, em celebração no Porto em 2023 Manuel Bayon/Agência Enquadrar

Foi bonita a festa, pá?

[RESUMO] Em 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos, movimento liderado por militares e apoiado pela maioria da população civil, pôs fim ao Estado Novo em Portugal, regime ditatorial que vigorou por 41 anos. João Pereira Coutinho comenta os contextos e o impacto do evento e como os portugueses avaliam os últimos 50 anos

Por ***João Pereira Coutinho***
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa e colunista da **Folha**

Foi bonita a festa, pá? Digo que foi, embora não tenha estado presente. Nasci depois de tudo. Esse tudo, aqui, é o 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos, 50 anos atrás. Mas, às vezes, nas minhas horas de ociosidade, pergunto o que teria sido de mim se a sorte me tivesse jogado duas ou três gerações antes de eu nascer, no mesmo país, sob o regime ditatorial de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Marcello Caetano (1906-1980).

Dizer que a minha vida teria sido diferente seria um eufemismo: como escrever livremente em um país com censura prévia e polícia política? A cadeia ou o exílio teriam sido opções possíveis. Ou o silêncio, já agora: nunca devemos subestimar o papel da boa e velha covardia.

O que é válido para a loucura da arte é válido para a loucura da guerra —em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau— que consumiu as gerações anteriores.

Em princípio, minhas maleitas físicas teriam poupado a carcaça a certos terrores. Mas nunca fiando: entre 1961 e 1974, 200 mil rapazes foram mobilizados para as "províncias ultramarinas", com o fino propósito de defender as populações brancas das guerrilhas independentistas (o que se compreende), e por lá continuaram, contra toda a lógica, defendendo o "império" ou uma noção anacrônica de império (o que não se compreende). É muito?

É muitíssimo. Falamos de 2% da população portuguesa, contas por baixo, um número superior, em termos relativos, às tropas que os Estados Unidos enviaram para o Vietnã. Mais de 8.000 não regressaram. Trinta mil regressaram, mas em péssimo estado. Poderia ter sido um deles? A resposta arrepia de tão óbvia.

Como foi óbvia para os "capitães de Abril" quando disseram basta à guerra e, por inerência, ao regime. Um deles era Fernando José Salgueiro Maia (1944-1992), que na madrugada do 25 de Abril de 1974 falou assim aos seus homens, antes de sair com eles para derrubar o Estado Novo: "Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado: os sociais, os corporativos e o estado a que chegamos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegamos".

Não é qualquer um que inaugura uma revolução com essa mistura de clareza e humor. Mas Salgueiro Maia não era qualquer um: no Movimento das Forças Armadas, ele foi o mais corajoso e, deposto o regime, um dos mais recatados também. Morreu jovem e relativamente esquecido. Mas divago.

Estou grato a esses homens. Estou grato aos que vieram depois: derrubar um regime autoritário não é coisa pouca; mas construir uma democracia liberal é tarefa ciclópica.

Entre 1974 e 1975, Portugal oscilou entre radicalismos de sentido oposto: uma tentativa de golpe da extrema direita em março de 1975, uma tentativa de golpe da extrema esquerda em novembro do mesmo ano.

Mas o que importa, para lá dessas contabilidades macabras que continuam a alimentar ressentimentos vários nas franjas da sociedade portuguesa, é olhar para o povo. Falo do povo que realmente existe, não do "povo" como criação mítica de vanguardas revolucionárias que têm o hábito desagradável de falar em seu nome.

Nas primeiras eleições livres, para a Assembleia Constituinte, em 1975, os portugueses votaram. Para quem acompanhava o curso da revolução nas ruas, nas fábricas, nos campos, nos jornais, na televisão, o caminho para o comunismo parecia inexorável. Pelo menos, para quem achava que os portugueses, depois de experimentarem a mais longa ditadura da Europa, estariam dispostos a ter outra, de inspiração soviética.

Quase 92% dos eleitores acorreram às urnas, números que nunca mais se repetiram. Quando os resultados foram divulgados, 68% escolhiam partidos defensores da democracia liberal e do pluralismo político (o PS, o PPD e o CDS, por ordem decrescente).

O Partido Comunista, que se julgava ungido pela história e proprietário do país, ficava em terceiro lugar, com 12,5%. A "legitimidade revolucionária", como então se dizia, sofreu um golpe fatal. Ainda sobreviveu uns meses, na união perversa entre a ala radical do Movimento das Forças Armadas e a extrema esquerda. Ocuparam-se terras, nacionalizaram-se empresas, cometeram-se abusos e violências contra as forças da "reação", ou seja, contra os democratas. Mas o país tinha falado e nunca mais voltou atrás.

Como diria mais tarde o presidente e primeiro-ministro Mário Soares sobre o "verão quente" de 1975: "As praias e os parques de automóveis estavam literalmente a abarrotar. Como é possível, pensei, com esta classe média tão forte, com toda esta gente nas praias, que se venha dar aqui um golpe comunista? Não era". E não foi.

Quando eu nasci, em 1976, a democracia era um fato, ainda que limitada pela tutela dos militares (até à primeira revisão constitucional de 1982). A entrada na Comunidade Econômica Europeia, em 1986, passou a ser o horizonte de um país que só queria uma vida normal.

Tive direito a uma vida normal: educação pública até a universidade, fronteiras abertas para viajar pela Europa durante toda adolescência e a liberdade para escrever e publicar por minha conta e risco.

Quando fui a tribunal por abuso de liberdade de imprensa, pouco depois dos 18 anos, não foi a Pide/DGS, a polícia política do regime salazarista, que me foi buscar a casa. Caminhei para a sala de audiências pelo meu próprio pé, conhecendo os meus direitos e deveres.

E por falar em pé: foi ele que me salvou quando compareci à inspeção para cumprir o serviço militar obrigatório, só abolido no século 21. Fui dado como "inapto". Nunca estive nas antigas províncias ultramarinas, muito obrigado.

*

Foi bonita a festa, pá? O cientista político Samuel Huntington não tem dúvidas: foi belíssima. Nas primeiras linhas do clássico "The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century" (a terceira onda: democratização no final do século 20), escreve Huntington: "A terceira vaga de democratização no mundo moderno começou, implausível e involuntariamente, 25 minutos depois da meia-noite, quinta-feira, 25 de abril de 1974, em Lisboa, Portugal, quando uma estação de rádio tocou a canção 'Grândola Vila Morena'".

O pedigree internacional da Revolução dos Cravos é reconhecido e aplaudido. Sua influência benigna também

Em 1975, chamados às urnas, os portugueses mostraram mais clarividência que as vanguardas que os desejavam pastorear. Cinquenta anos depois, o gosto pela liberdade é um hábito que não se perde

Explico melhor. Na obra de Huntington, a democracia na era contemporânea é como as ondas do mar, avançando e recuando em momentos históricos particulares. E arrastando consigo outros países, por influência ou exemplo.

A primeira vaga aconteceu entre 1828 e 1926 e tem as suas raízes na Revolução Francesa e no alargamento do direito de voto nos Estados Unidos (aos homens brancos, claro).

A sua contravaga surgiria em 1922, com a infame marcha dos fascistas sobre Roma, contaminando Portugal (em 1926), a Espanha (em 1936), sem falar da Alemanha (em 1933, o caso mais catastrófico de todos).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma segunda vaga se espraiou na Europa, na Ásia, na América Latina, pelo menos até 1962. Da Alemanha à Itália, da Áustria ao Japão, a democracia firmou-se nesses países até então relapsos.

A segunda contravaga terá começado em 1958 e durado até 1962. A América Latina foi a "loca infecta" dessa regressão, com o Brasil (1964), a Argentina (1966), o Equador (1972), o Chile e o Uruguai (1973) a serem tomados pelo autoritarismo.

Aquela manhã fria em Lisboa inaugurou a reversão da reversão. Para ficarmos uma vez na América Latina, a democracia retornou ao Equador (1979), ao Peru (1980), à Bolívia (1982) e ao Brasil (1985).

Por outras palavras: o pedigree internacional da Revolução dos Cravos é reconhecido e aplaudido. Sua influência benigna também. Mas nos momentos de festa há sempre vozes de desânimo que olham para a data e lamentam o que ela significa. Alguns têm razões para isso: falo dos extremos, cada vez mais minoritários, que lamentam o fim da ditadura —ou, em alternativa, o fato de Portugal não ter inaugurado outra.

Mas eu não falo dos casos extremos. Falo até de moderados que persistem em projetar na democracia o que ela não pode comportar. Democracia é igualdade, para uns. É riqueza, para outros. É reconhecimento, justiça, fraternidade. Citando o título do filme, é tudo em todo lugar ao mesmo tempo. Se a perfeição não foi atingida em cada um desses valores, a democracia falhou.

O sociólogo Ralf Dahrendorf, ao confrontar-se com as revoluções de 1990 que libertaram o Leste Europeu do comunismo, já tinha detectado esse problema eterno. Se a revolução é o momento em que o povo faz amor com a história (obrigado, Sartre), há quem não tolere a rotina conjugal que se instala quando a febre passa. As expetativas extravagantes dão lugar ao desencanto quando a utopia teima em não chegar.

Mas a utopia nunca chega, afirmava Dahrendorf. Se a revolução enterra a ditadura e se a democracia enterra a revolução, permitindo a partir daí remover maus governos sem derramamento de sangue, ambas já terão cumprido o seu papel.

Tal como o 25 de Abril cumpriu o dele: o Estado Novo terminou em 1974, praticamente sem resistência, e ninguém suspira por ele, muito menos com a sua restauração. Além disso, se a democracia é o arranjo possível para remover governos através de eleições limpas e livres, convém procurar o que falta ao país noutros lugares, não nas urnas que sempre funcionaram sem engulhos.

Falta muito, admito, mesmo sabendo que o país de 2024 é irreconhecível aos olhos de 1974. Em qualquer indicador relevante —educação, saúde, de bem-estar, proteção social, emancipação feminina etc.—, existe um abismo entre esses dois mundos.

Mas nem tudo é perfeito. O fraco crescimento econômico, os baixos salários, a dívida pública (beirando os 100% do PIB), a taxa elevada de pobreza e de desigualdade em comparação com os nossos parceiros europeus —tudo isso é motivo de desânimo. A fraca participação política e a erosão na confiança das instituições democráticas são a expressão disso.

Desânimo, no entanto, não significa desistência. Significativamente, o Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa realizou um estudo intitulado "50 anos de democracia em Portugal: mudanças e continuidades geracionais". O objetivo dos pesquisadores é permitir que sejam os portugueses a fazer um balanço do regime, sem os habituais mandarins que, repito, gostam de falar em seu nome.

Os resultados não me surpreendem. A esmagadora maioria (69%) tem uma opinião mais positiva que negativa da revolução; 24% ficam em cima do muro; 7% têm uma opinião mais negativa que positiva. Mas é entre os mais jovens, de 16 a 34 anos, que o 25 de Abril é acolhido com entusiasmo: 73% aplaudem a data (só 6% a recusam).

Moral da história?

Em 1975, chamados às urnas, os portugueses mostraram mais clarividência que as vanguardas terceiro-mundistas que os desejavam pastorear. Cinquenta anos depois, nada mudou: o gosto pela liberdade é um hábito que não se perde.

Nestas matérias, convém lembrar o verso da canção "Grândola Vila Morena", que pôs em marcha o fim da ditadura. "O povo é quem mais ordena"?

Precisamente. ←

“É curioso o governo não se posicionar e não responder sobre isso [isenção do Imposto de Importação oferecida nas vendas de até US$ 50] quando se trata de equilíbrio fiscal

Sérgio Zimerman
presidente da rede Petz

“[Se o Congresso dificultar a vida do governo,] infelizmente o crescimento da economia será inevitavelmente menor

Antonio Carlos Pipponzi
presidente do conselho de administração da RaiaDrogasil

“Os desvios negativos da política fiscal, como piora no déficit primário, sempre trazem efeitos para a política monetária e cambial

Marco Antonio Bologna
sócio da empresa de investimentos Galápagos

“Mudar o alvo em curto espaço de tempo gera insegurança e dúvida, dois fatores que inibem investimento, fator essencial para a queda de juro e crescimento sustentável

Laércio Cosentino
presidente do conselho da Totvs

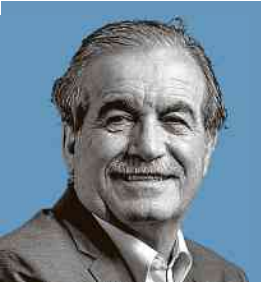
“As políticas econômicas do governo trazem preocupações e poderão reduzir o crescimento do país

Lawrence Pih
empresário e um dos primeiros a apoiar o PT nos anos 1980

“O ministro Fernando Haddad [Fazenda] tem profundo conhecimento de que o fiscal pode atrapalhar o crescimento do PIB e os juros

João Camargo
presidente do conselho do grupo de empresários Esfera Brasil

“Déficit fiscal não é um caminho sustentável para gerar crescimento e prosperidade. Se assim fosse, não haveria por que termos países pobres

Fábio Barbosa
presidente do Grupo Natura&Co

“O ministro [Fernando Haddad] tem bom senso e está fazendo ótimo trabalho

Chaim Zaher
dono do Grupo SEB, de educação

“Ou o presidente Lula abraça de fato a causa fiscal ou correrá o risco de ver uma economia medíocre na segunda metade deste mandato

Ricardo Lacerda
presidente do BR Partners

“O foco deveria ser eficiência do Estado, corte de gastos, superávit fiscal e redução nos juros

Alexandre Ostrowiecki
presidente da Multilaser

Empresários levantam preocupação com ajuste fiscal do governo Lula

Flexibilização das contas públicas afeta perspectivas; meta de 2025 foi revisada para 0% do PIB

Joana Cunha

são paulo A dificuldade do Brasil em cumprir a meta fiscal avançou nas preocupações do empresariado brasileiro, que elevou o grau de alerta para as perspectivas de crescimento da economia e passou a prever percalços na expectativa de queda dos juros.

A **Folha** consultou mais de dez empresários e presidentes de grandes companhias de diferentes setores, que demonstram cautela diante dos sinais de flexibilização da trajetória das contas públicas, com a revisão proposta no começo da semana pela gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de adiar o superávit.

O governo pretende repetir em 2025 a meta fiscal traçada para este ano. Assim, o objetivo é chegar a resultado de 0% do PIB (Produto Interno Bruto) por dois anos. Inicialmente, a previsão era de superávit fiscal de 0,5% no próximo ano.

Rubens Ometto, presidente do conselho de administração da Cosan, vê um consenso de que os obstáculos fiscais podem atrapalhar, mas, em sua avaliação, a situação ainda está sob controle e é preciso administrar bem o ajuste fiscal.

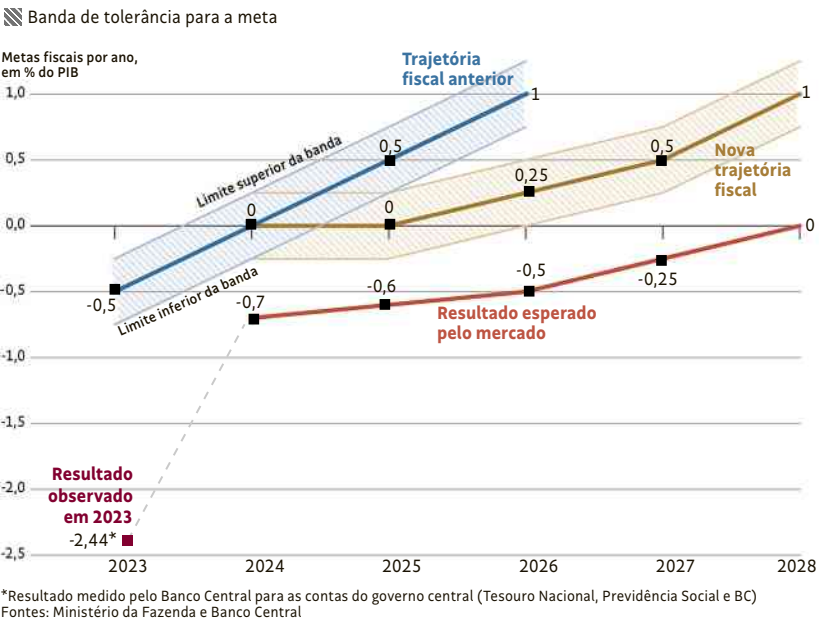
Desde o ano passado, o empresariado em geral avaliava que o arcabouço fiscal ficou muito dependente do aumento de carga tributária, defendendo esforços para o lado das despesas, a despeito da recusa de Lula em rever os gastos e da pressão do Congresso por emendas.

Para Fábio Barbosa, presidente do Grupo Natura&Co, o governo precisa retomar a pauta da reforma administrativa para ser mais prudente e eficiente nos seus gastos, aliviando o peso nos impostos.

“Déficit fiscal não é um caminho sustentável para gerar crescimento e prosperidade. Se assim fosse, não haveria por que termos países pobres”, afirma Barbosa.

Segundo Alexandre Ostrowiecki, presidente da Multilaser, a preocupação é grande.

“Se as contas do governo não fecham, a consequência é uma combinação de aumento da dívida pública, impressão de moeda e inflação. Isso deprime a confiança no país, suga dinheiro de investimentos produtivos para a ciranda financeira, destrói empregos. Vejo com grande preocupação o viés perdulário e descompromissado com as contas públicas de Brasília. Esse quadro é agravado pela forma como o governo tem tentado fechar parte do buraco, via aumento de impostos.

Piora na trajetória fiscal

*Resultado medido pelo Banco Central para as contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e BC)
Fontes: Ministério da Fazenda e Banco Central

O foco deveria ser eficiência do Estado, corte de gastos, superávit fiscal e redução nos juros”, diz Ostrowiecki.

Para Sérgio Zimerman, fundador da rede Petz, o Brasil ainda tem alternativas de arrecadação para abordar suas dificuldades fiscais, mas abre mão delas, como a isenção do Imposto de Importação oferecida nas vendas de até US$ 50 pelos sites asiáticos, que dá vantagem aos estrangeiros e prejudica os competidores brasileiros sujeitos a outros tributos, na sua avaliação.

“Além de ser uma renúncia tributária significativa, ainda está destruindo emprego e a saúde das empresas que investem aqui. É curioso o governo não se posicionar e não responder sobre isso quando se trata de equilíbrio fiscal”, diz Zimerman.

A dinâmica de juros nos Estados Unidos mudou completamente a perspectiva para o cenário brasileiro, afirma o banqueiro Ricardo Lacerda, do BR Partners.

“Se não focarmos um ajuste fiscal consistente, poderemos ver os juros no Brasil com dificuldades de romper a barreira dos dois dígitos. Ou o presidente Lula abraça de fato a causa fiscal ou correrá o risco de ver uma economia medíocre na segunda metade deste mandato”, diz Lacerda.

Para Lawrence Pih, que foi um dos primeiros empresários a apoiar o PT nos anos 1980 e também um dos primeiros a criticar o governo Dilma Rousseff publicamente, a opção de flexibilizar as metas fiscais prejudica a credibilidade do governo, embora houvesse pouca expectativa sobre as projeções de zerar o déficit em 2024 e entregar um superávit de 0,5% em 2025.

“A necessidade política impõe uma política fiscal e monetária frouxa, mas é prejudicial a médio e longo prazo. Além disso, as constantes interferências nas empresas estatais e empresas privadas, como a Vale, afugentam investidores. As políticas econômicas do governo trazem preocupações e poderão reduzir o crescimento do país”, afirma Lawrence Pih .

Pih se refere às recentes pressões do governo federal no processo para a troca de comando da Vale, no qual o nome de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, chegou a ser cogitado.

Laércio Cosentino, presidente do conselho da Totvs, também alerta para o impacto sobre investimentos.

“O Brasil continua precisando pensar em políticas e metas de médio e longo prazo. Mudar o alvo em curto espaço de tempo gera insegurança e dúvida, dois fatores que inibem investimento, fator essencial para a queda de juro e crescimento sustentável. Mais uma vez, o Brasil força os empresários a viver novos desafios”, afirma.

Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho de administração da RaiaDrogasil, ressalva ainda que pode haver dificuldades de cunho político.

“Em um ano de disputa eleitoral, dificilmente o Congresso facilitará a vida do Executivo, o que acabará por inviabilizar o cumprimento das metas fiscais do governo. E, se isso acontecer, infelizmente, o crescimento da economia será inevitavelmente menor do que o esperado”, afirma Pipponzi.

Marco Antonio Bologna, sócio da empresa de investimentos Galápagos, também avalia que o crescimento da economia pode apresentar redução de ritmo.

A avaliação de Bologna está em linha com alertas do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que tem destacado a importância de uma política fiscal consolidada para que a instituição tenha condições estruturadas para conduzir a política monetária.

“Os desvios negativos da política fiscal, como piora no déficit primário, sempre trazem efeitos para a política monetária e cambial. Geram incertezas que se refletem na taxa de câmbio, reduz o ritmo de redução da taxa de juros básica para evitar uma piora inflacionária”, diz Bologna.

Ainda há uma avaliação entre empresários de resistência por parte do Ministério da Fazenda.

“O ministro Fernando Haddad tem profundo conhecimento de que o fiscal pode atrapalhar o crescimento do PIB e os juros”, diz João Camargo, presidente do conselho do grupo de empresários Esfera Brasil.

“O ministro tem bom senso e está fazendo ótimo trabalho”, afirma Chaim Zaher, dono do Grupo SEB, de educação, que diz manter seus planos de investimentos de pé, avaliando que as incertezas estão acentuadas pelo cenário externo.

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Renato Meirelles

Para ganhar baixa renda, Lula precisa abraçar teologia da prosperidade

Renato Meirelles pesquisa a baixa renda há mais de duas décadas. Grandes empresas, nacionais e estrangeiras, recorreram a ele para traçar sua estratégia de crescimento no país. Políticos se elegeram e Lula fez desse grupo sua base de apoio com programas sociais. Mas, para o especialista, isso não é mais suficiente.

Por que o governo sofre para melhorar sua avaliação? O responsável pela baixa popularidade é Luiz Inácio Lula da Silva. O brasileiro quer ver a luz do fim do túnel, o que Lula não está oferecendo. Temos um crescimento sólido, apesar de não ser na velocidade desejada. Fernando Haddad já é mais relevante do que Paulo Guedes [ex-ministro da Economia de Jair Bolsonaro]. Lula precisa parar de criticar adversários e construir um laço direto com a população.

De que forma? Com temas que falam de futuro: entrar na faculdade, geração de renda. O brasileiro quer oportunidades para ir até onde o seu mérito permitir. Não quer saber se o Estado é grande. Quer um Estado que funcione. Quando Lula elegeu os juros como inimigo se colocou a serviço da população e 70% o apoiaram.

Mas esse tema aglutina a direita, não? Bolsonaro está rachando a direita e pegando os homens de baixa renda, ex-eleitores de Lula. A eles se somam os de uma renda maior que tiveram piora na perspectiva financeira. Esse grupo foi perdendo espaço. Na classe C, metade das mulheres já é chefe de família. Na D e E, onde Lula é mais forte, quase 60%. Essas mulheres não querem a polarização.

Raio-X
Presidente do Instituto Locomotiva e titular da cadeira de Ciências do Consumo e Opinião Pública do Ibmec. Foi fundador do Data Favela e, em 2012, integrou a comissão da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) que estudou a nova classe média brasileira

E entre os evangélicos? Há uma relação entre a ida à igreja e a renda das pessoas. Bolsonaro penetrou na baixa renda pelas igrejas evangélicas. Em cada 10 idas a um templo, 6 são feitas por evangélicos, que hoje representam mais de 30% da população. Ou seja: a chance de um pastor influenciar voto é muito maior.

Esse grupo está fechado com Bolsonaro? Toda vez que o debate é a economia, os evangélicos mudam de lado. Lula já teve essa parcela do eleitorado, mas quando dialogava com a teologia da prosperidade. Acolhidas pelas igrejas, essas pessoas foram fidelizadas pela narrativa de costumes. Enquanto Lula não voltar a falar sobre melhora de vida, não vai ganhá-los, nem restabelecerá sua popularidade com a baixa renda.

Uma eventual crise piorará para Lula caso aspire à reeleição? A economia não tem o poder que tinha para ganhar a eleição, mas pode levar um candidato à derrota.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, durante entrevista coletiva Gabriela Biló - 21.dez.23/Folhapress

O diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, durante sabatina no Senado Gabriela Biló - 4.jul.23/Folhapress

Campos Neto reduz reuniões com governo, e Galípolo avança

Número de encontros com presidente e diretor do Banco Central é semelhante

DELTAFOLHA

Júlia Moura e Joana Cunha

SÃO PAULO Desde a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a frequência de reuniões do chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto, com a cúpula do governo federal caiu pela metade. Com o retorno do petista ao poder, parte do relacionamento com o Executivo tem sido praticada pela Diretoria de Política Monetária da autarquia. Quem ocupa o cargo é o economista Gabriel Galípolo, cotado para substituir Campos Neto, cujo mandato acaba em 31 de dezembro deste ano.

Durante a gestão Jair Bolsonaro (PL), Campos Neto se reunia com membros do governo, em média, uma vez a cada cinco dias. No governo Lula, essa frequência caiu para uma reunião a cada 11 dias, segundo levantamento realizado pela **Folha** até o fim de março deste ano com base na agenda dos economistas publicada no site do Banco Central.

A atual agenda do presidente do BC se assemelha à de Galípolo. Desde que deixou a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda e assumiu a Diretoria de Política Monetária, em julho de 2023, Galípolo tem se reunido com a cúpula do governo federal uma vez a cada 12 dias em média.

O acesso de Campos Neto e Galípolo a Lula também é o mesmo. Ambos o encontraram, oficialmente, duas vezes.

O BC não revela detalhes das reuniões, mas interlocutores de Galípolo afirmam que, em parte dos encontros, ele tratou da greve dos servidores do BC e de questões relacionadas ao Pix.

Além disso, a frequência de encontros entre Galípolo e o governo pode ser fruto do ineditismo na formação atual do comando da instituição, já que esta é a primeira vez na história em que o diretor de Política Monetária foi indicado pelo atual governo, enquanto o presidente do BC foi indicado pelo governo anterior. Com isso, Galípolo teria um diálogo mais fluido do que Campos Neto, que tem sido alvo de críticas de Lula pelos juros de dois dígitos.

Galípolo foi presidente do banco de investimentos Fator de 2017 a 2021 e se notabilizou como um dos conselheiros econômicos de Lula quando participou da campanha presidencial do petista.

Seu nome começou a ganhar repercussão no mercado financeiro e no meio político em abril de 2022, quando Gleisi Hoffmann, a presidente do PT, o convidou para a um jantar na casa de João Camargo, do grupo Esfera, na presença de nomes de peso do empresariado, como Abilio Diniz (Península) e Flávio Rocha (Riachuelo).

A partir dali, iria a dezenas de eventos e reuniões com executivos nas quais foi recebido como uma espécie de porta-voz econômico do então candidato à Presidência.

Com a proximidade da eleição, Galípolo assumiu postura mais proativa na campanha, passando, ele próprio, a mediar eventos em defesa da chapa Lula-Alckmin para tentar atrair o voto de setores tradicionalmente mais resistentes ao PT no empresariado e no mercado financeiro.

Ao mesmo tempo, também ganhou a confiança do hoje ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao participar da coordenação de seu plano de governo na disputa pelo estado de São Paulo, da qual o ex-prefeito saiu derrotado.

Após a eleição, ele participou da equipe de transição e chegou a ser cotado para assumir o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que acabou ficando com Aloizio Mercadante.

Mas a aproximação de Galípolo a Lula é anterior. O enlace entre os dois teria acontecido em uma reunião virtual para a qual Lula o convidou, por sugestão de um amigo em comum, ainda na pandemia, em 2021. No mesmo ano, ele marcou presença no Natal dos catadores, ao qual Lula sempre comparece.

No palco do evento, o petista notou o prestígio e retribuiu: "Aqui hoje a gente tem um banqueiro que já não é mais banqueiro e está do nosso lado nessa briga para reconstruir a democracia". Ele, no entanto, não citou o nome de Galípolo, aumentando o mistério sobre a sua identidade, que ainda era tratada com reserva àquela altura.

Antes de cair nas graças do político, Galípolo teve como sócio e mentor o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, amigo de Lula desde os anos 1970 e seu conselheiro econômico histórico. Belluzzo chegou a ser considerado para substituir Henrique Meirelles em 2008 no BC, mas a troca não foi adiante.

Depois de deixar o Ministério da Fazenda, Galípolo ainda frequenta eventos petistas. Embora não tenha ido à celebração dos 44 anos do PT em Brasília, nos últimos meses ele foi aos aniversários do ex-ministro José Dirceu e do ministro Paulo Pimenta (Secom).

Se nomeado à presidência do BC, essa proximidade com o governo pode colocá-lo em situação semelhante à que Campos Neto enfrenta por seus laços com a gestão Jair Bolsonaro.

Em uma série de ataques ao atual chefe da instituição, Gleisi Hoffmann o chamou de bolsonarista e disse que "ele não demonstrou sua autonomia, sua independência política".

A atual agenda do BC com o governo divide opiniões de ex-membros da instituição. Para Alexandre Schwartsman, ex-diretor de Assuntos Internacionais da autarquia de 2003 a 2006, a proximidade do diretor de Política Monetária ao presidente da República pode ser inadequada.

"Na minha época, só o presidente do BC se reunia [com o governo]. Não tinha essa de diretor falar com ministro ou presidente da República. Não é natural, para não dizer inapropriado. Não me parece uma postura adequada para diretor de BC, especialmente nestes tempos de autonomia. Enfraquece a instituição", diz.

Em fevereiro de 2021, entrou em vigor a autonomia do Banco Central com o argumento de blindar a instituição de interferências políticas. A regra determina que a instituição não é vinculada ao governo federal, sem subordinação hierárquica e com autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira.

A lei também estabeleceu que o presidente da autarquia perde o status de ministro e passa a ter um mandato de quatro anos, que se encerra no meio do mandato do presidente da República.

Assim, Campos Neto fica no cargo até o fim do ano, sendo substituído por quem Lula indicar. Antes da autonomia, o presidente da República podia trocar o presidente da instituição quando quisesse, sem necessidade de aval do Senado, como é hoje.

Para Arminio Fraga, que foi presidente do BC de 1999 a 2002, a lei da autonomia é apenas uma das defesas que estabelecem limites ao que pode ser feito na instituição.

"Tem uma lei, e isso, por si só, já é importante. Mas há outras [defesas]. Se alguém chega lá e começa a ter uma atuação politizada, que tipicamente significa afrouxar indevidamente [a política monetária], o mercado vai reagir na hora. Isso vai introduzir prêmios de risco e vai ser um problema. E tem a própria inflação. Se o Banco Central errar e a inflação subir, politicamente, é um suicídio, porque as pessoas gostam da vida sem inflação", diz Fraga.

Para Luiz Fernando Figueiredo, que também foi membro da diretoria do BC de 1999 a 2003, apesar de Galípolo não ser um especialista em política monetária, ele "está aprendendo muito sobre o que é ser um central banker" e tem demonstrado postura técnica.

"Eu não acredito que alguém que vá para essa posição de diretor vai ter uma atitude ideológica e não técnica. Ele acompanhou todas as decisões do Copom. Hoje, ele é um diretor como os outros são", diz.

Desde que assumiu o posto, Galípolo votou pelos cortes efetivamente aplicados na Selic, assim como Campos Neto.

Procurado pela reportagem, o BC disse que os integrantes de sua diretoria colegiada tratam de temas institucionais com representantes da equipe econômica do governo federal. "O relacionamento do BC com o governo é realizado por meio de diferentes níveis gerenciais da instituição, de acordo com o tema a ser tratado e as atribuições regimentais dos interlocutores", disse a sua assessoria de imprensa.

Colaborou Cristiano Martins

> "Tem uma lei, e isso, por si só, já é importante. Mas há outras [defesas]. Se alguém chega lá e começa a ter uma atuação politizada, que tipicamente significa afrouxar indevidamente [a política monetária], o mercado vai reagir na hora. Isso vai introduzir prêmios de risco e vai ser um problema
>
> **Arminio Fraga**
> ex-presidente do BC

> Na minha época, só o presidente do BC se reunia [com o governo]. Não tinha essa de diretor falar com ministro ou presidente da República. Não é natural, para não dizer inapropriado
>
> **Alexandre Schwartsman**
> ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC

+ Agendas com Bolsonaro caem após autonomia

Mesmo após a autonomia do Banco Central, o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, manteve sua agenda de encontros com a gestão Jair Bolsonaro (PL). Antes de a lei complementar entrar em vigor, em fevereiro de 2021, ele se reuniu com a cúpula do governo passado, em média, uma vez a cada quatro dias. Após a autonomia, a frequência diminuiu para uma vez a cada sete dias. Apesar da queda na frequência, ele manteve a proximidade com o bolsonarismo. Roberto Campos Neto vestiu uma camisa amarela para votar no segundo turno de 2022, participava de um grupo de WhatsApp denominado "ministros Bolsonaro" quando já havia perdido o status ministerial e foi a churrasco na casa do ex-ministro Fábio Faria (Comunicações).

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

Terreno Urbano — ID 6258 LOTE 1

São Sebastião/SP

Terreno de 25.625 m², localizado na Praia Guaecá, e a 13 min. do centro de São Sebastião/SP.

Avaliação **R$ 3.902.174,56** | Lances a partir de **R$ 3.381.936,65**

Leilão 25 de Abril - 09:30hs

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

Apartamento com 236 m² — ID 6641

Bairro Cidade Jardim/SP

Imóvel no Ed. Begônias do Parque Cidade Jardim com 236 m², composto por 4 vagas de garagem e 1 depósito. Localizado em região nobre, em frente a Marginal Pinheiros e a 26 min. do Aeroporto de São Paulo/Congonhas.

Avaliação **R$ 8.143.772,31** | Lances a partir de **R$ 5.700.640,62**

1º Leilão 25 de Abril - 14:00hs
2º Leilão 25 de Abril - 15:00hs

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 6605 LOTE 1

Imóvel Residencial
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel com 112 m² de construção e terreno com área de 250 m². Localizado a 5 min. do Golden Square Shopping e a 10 min. da Rodovia Anchieta.

Avaliação **R$ 1.726.372,41** | Lances a partir de **R$ 1.583.083,50**

Leilão **25/04 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 5879

Apartamento com 113 m²
Bairro Butantã/SP

Imóvel no Ed. Iguaçu, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, cozinha, banheiro, sala 2 ambientes, dependência de empregada, área de serviço e vaga de garagem. Localizado a 3 min. da Rod. Raposo Tavares e a 7 min. do Butantã Shopping.

Avaliação **R$ 960.000,00** | Lances a partir de **R$ 480.000,00**

Leilão **25/04 - 09:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Renata Meirelles Pedreno
1ª Vara Cível de Cotia/SP

ID 6258 LOTE 2

Apartamento com 50 m²
Bairro Brooklin/SP

Imóvel no Edifício Barão do Teffé com vaga de garagem. Localizado a 5 min. da Rodovia dos Bandeirantes e a 25 min. do Aeroporto de Congonhas (CGH).

Avaliação **R$ 696.571,49** | Lances a partir de **R$ 557.257,19**

Leilão **25/04 - 09:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6341

Imóvel Residencial
Bairro Butantã/SP

Imóvel com 200 m² de construção e terreno com área de 391 m². Composto por sala 2 ambientes, 4 dorms, sendo 1 suíte, 2 banheiros, cozinha e edícula nos fundos.

Avaliação **R$ 2.066.726,69** | Lances a partir de **R$ 1.240.036,01**

Leilão **25/04 - 09:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Daniela Dejuste de Paula
29ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP

ID 6408

Apartamento com 51 m²
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel no Edifício Amazonas do Cond. Rios, composto por 2 dorms, sala, cozinha, banheiro e vaga de garagem. Localizado a 10 min. da Rod. dos Imigrantes e a 16 min. do São Bernardo Plaza Shopping.

Avaliação **R$ 262.342,54** | Lances a partir de **R$ 170.522,65**

Leilão **25/04 - 10:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Carlo Mazza Britto Melfi
5ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 5476

Apartamento com 54 m²
Jacareí/SP

Imóvel no Cond. Residencial Planalto, composto por 2 dorms, sala 2 ambientes, cozinha, banheiro, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 118.852,37** | Lances a partir de **R$ 101.024,51**

Leilão **25/04 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6292

Apartamento com 61 m²
Guarulhos/SP

Imóvel no Cond. Edifício Residencial Sevilha, composto por 2 dorms, sala, cozinha, lavanderia, banheiro e vaga de garagem coberta. Localizado a 11 min. do Internacional Shopping e a 27 min. do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Avaliação **R$ 312.802,20** | Lances a partir de **R$ 234.601,65**

Leilão **25/04 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 6636

Galpão Comercial
Guarulhos/SP

Imóvel comercial com 500 m² de construção e área de terreno de 250 m². Localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias e a 15 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 1.362.651,75** | Lances a partir de **R$ 817.591,05**

1º Leilão **25/04 - 14:00hs**
2º Leilão **25/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Pablo Rodrigo Palaro de Camargo
Setor das Execuções Fiscais de Guarulhos/SP

ID 6639

Imóvel Residencial
Santana de Parnaíba/SP

Imóvel no Cond. Alphaville Residencial 4, com 255 m² de construção e área de terreno de 310 m². Composto por 4 dorms, sendo 2 suítes, lavabo, 3 salas, cozinha, área de serviço com despensa, dormitório e wc de empregada, piscina e garagem.

Avaliação **R$ 2.006.978,39** | Lances a partir de **R$ 1.003.489,19**

1º Leilão **25/04 - 14:00hs**
2º Leilão **25/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Paes Straforini
1ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 6643

Apartamento com 220 m²
Bairro Vila Andrade/SP

Imóvel no Condomínio Residencial Arte III, composto por 3 dorms com suítes, 3 salas, sacadas, copa/cozinha, lavabo, área de serviço, dormitório e wc de empregada, depósito e 4 vagas de garagem cobertas.

Avaliação **R$ 1.107.124,64** | Lances a partir de **R$ 553.562,32**

1º Leilão **25/04 - 14:00hs**
2º Leilão **25/04 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 6651

Apartamento com 76 m²
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel no Edifício Bruxelas, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, sala 2 ambientes com sacada, banheiro, cozinha, terraço e vaga de garagem dupla.

Avaliação **R$ 411.000,00** | Lances a partir de **R$ 205.500,00**

1º Leilão **25/04 - 14:30hs**
2º Leilão **25/04 - 15:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 6657

Imóvel Residencial
Rio Claro/SP

Imóvel com 155 m² de construção e terreno com área de 300 m². Composto por sala, cozinha, 2 dorms, garagem coberta, edícula e canil.

Avaliação **R$ 405.047,32** | Lances a partir de **R$ 324.037,86**

1º Leilão **25/04 - 14:30hs**
2º Leilão **25/04 - 15:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 5620

Imóvel Residencial
São José dos Campos/SP

Residência assobradada com área construída de 171 m² e terreno com 125 m². Composto por 2 salas, 2 cozinhas, 3 dormitórios, 3 banheiros, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 320.532,45** | Lances a partir de **R$ 208.346,09**

Leilão **07/05 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5754

Fração de Terreno Urbano
Bairro Granja Viana/SP

Fração de 75% de terreno com área de 362 m² no Condomínio São Paulo II. Localizado a 6 min. da Rodovia Raposo Tavares e a 10 min. do centro da Granja Viana.

Avaliação **R$ 320.227,75** | Lances a partir de **R$ 160.113,87**

Leilão **07/05 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Rodrigo Aparecido Bueno de Godoy
2ª Vara Cível de Cotia/SP

ID 6642

Imóvel Residencial
Santana de Parnaíba/SP

Imóvel no Resid. Alphaville 4 com área construída de 446 m² sobre terreno de 723 m². Composto por 4 dorms, sendo 2 suítes, sala 3 ambientes, lavabo, cozinha, área de serviço, terraço, dormitório e wc de empregada, sauna, churrasqueira, 2 banheiros, depósito, solário, piscina, escritório e garagem.

Avaliação **R$ 4.366.750,01** | Lances a partir de **R$ 2.620.050,00**

1º Leilão **07/05 - 11:00hs**
2º Leilão **28/05 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Joao Guilherme Ponzoni Marcondes
5ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 6640

Terreno Urbano
Piracicaba/SP

Terreno urbano com área total de 10.000 m², localizado a 5 min. da Rodovia do Açúcar e a 13 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 4.800.018,82** | Lances a partir de **R$ 2.880.011,29**

1º Leilão **07/05 - 11:00hs**
2º Leilão **28/05 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Daniela Mie Murata
4ª Vara Cível de Piracicaba/SP

ID 6633

Imóvel Residencial e Terreno
Jandira/SP

Imóvel no loteamento denominado Jardim Alvorada, com 40 m² de construção e terreno com área de 300 m². Localizado a 5 min. da Rod. Pres. Castello Branco e a 8 min. do centro de Jandira.

Avaliação **R$ 601.414,02** | Lances a partir de **R$ 300.707,01**

1º Leilão **07/05 - 11:00hs**
2º Leilão **28/05 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. André Luiz Tomasi de Queiróz
1ª Vara Cível de Jandira/SP

ID 6648

Apartamento com 63 m²
Bairro Vila Divina Pastora/SP

Imóvel no Conj. Residencial das Pedras, composto por sala 2 ambientes, terraço, 3 dorms, banheiro, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 322.081,76** | Lances a partir de **R$ 193.249,05**

1º Leilão **07/05 - 11:30hs**
2º Leilão **28/05 - 11:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Melissa Bertolucci
27ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP

ID 6653 LOTE 1

Terreno Urbano
Barueri/SP

Terreno de 3.402 m² e eventuais benfeitorias. Localizado no bairro Jardim California, a 8 min. da Estrada dos Romeiros e a 12 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 2.040.053,99** | Lances a partir de **R$ 1.428.037,79**

1º Leilão **07/05 - 11:30hs**
2º Leilão **28/05 - 11:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 5457

Prédio Residencial
Santa Isabel/SP

Imóvel com 390 m², localizado ao lado do Cine Teatro e a 2 min. da ETEC de Santa Isabel. Próximo a alguns comércios locais, com acesso pela Av. Prefeito João Pires Filho.

Avaliação **R$ 1.570.747,73** | Lances a partir de **R$ 1.256.598,18**

1º Leilão **07/05 - 14:00hs**
2º Leilão **28/05 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

Imóvel Industrial e Sucata de Caldeira — ID 6637

Espírito Santo do Pinhal/SP

Planta fabril/industrial com 4.563 m² de construção, terreno com área de 22.386 m² e sucata de caldeira. Localizados às margens da Rod. Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros e a 11 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 5.898.857,00** | Lances a partir de **R$ 2.949.428,50**

Leilão 25 de Abril - 15:00hs

Juíza: Exma. Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho
1ª Vara Judicial de Espírito Santo do Pinhal/SP

Imóvel Industrial — ID 6024

Bairro Brás/SP

Antiga fábrica de Laticínios União com área total de 9.764,20 m². Localizado a 8 min. da Av. Marginal Tietê e a 21 min. do centro de São Paulo.

Avaliação **R$ 57.850.282,64** | Lances a partir de **R$ 23.140.113,05**

Leilão 07 de Maio - 09:30hs

Juíza: Exma. Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho
1ª Vara Judicial de Espírito Santo do Pinhal/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 — 11 95577 1200 — www.leje.com.br — @lejeoficial — Leilão Judicial Eletrônico

Unidade de biometano da Gás Verde, instalada ao lado do aterro sanitário de Seropédica (RJ) Eduardo Anizelli/Folhapress

Marcel Jorand

As pessoas não acreditavam que gás de lixo dava dinheiro

Para cofundador do grupo Urca e CEO da Gás Verde, demanda para descarbonização da produção supera a oferta do produto

ENTREVISTA

Alexa Salomão

RIO DE JANEIRO O Grupo Urca foi fundado no Rio de Janeiro, em 2018, já focado em energia renovável. De lá para cá, deixou de ser regional para se tornar nacional. O motor da rápida expansão foram aquisições e investimentos na geração de biometano por meio de sua subsidiária Gás Verde.

Foi uma aposta considerada ousada. Agora, o biometano é mais uma estrela na transição energética, mas até bem pouco tempo fazia o empresariado torcer o nariz —no sentido exato da expressão.

Produzido a partir da purificação do biogás extraído de lixo, de restos agropecuários e até de esgoto, o produto tem a mesma composição do gás natural fóssil, com a diferença de ser renovável.

“Quando fechei os primeiros contratos, tinha gente que nem acreditava que saía gás do lixo ou que dava para ganhar dinheiro com aquilo”, diz Marcel Jorand, CEO da Gás Verde e cofundador do grupo, com Maurício Carvalho e Pedro Assumpção.

A empresa é líder no mercado brasileiro de biometano. A unidade em Seropédica, que recebe lixo da cidade do Rio de Janeiro, é a maior produtora desse gás na América Latina.

Tem entre os seus clientes a rede de supermercado Dia, a fabricante global de vidros Saint-Gobain, o grupo de produtos de beleza L'Oréal e a fabricante de bebidas Ambev, que utiliza o produto na unidade de Cachoeira de Macacu (RJ), convertida na primeira cervejaria do Brasil movida 100% a biometano.

“Nós começamos atendendo as indústrias, que eram o mercado mais óbvio. Mas o transporte de caminhão agora entrou forte na jogada.”

*

Em que momento percebeu que o biometano era um bom negócio? Eu trabalho com biometano desde 2012. Vinha atuando como executivo na área e decidi empreender em 2014. Quando fechei os primeiros contratos, tinha gente que nem acreditava que saía gás do lixo ou que dava para ganhar dinheiro. Por isso, valia muito menos que o gás natural fóssil.

A especificação da ANP [agência reguladora de combustíveis] para o produto veio em 2016. Isso estabeleceu a equivalência do biometano como o gás natural —injetar no gasoduto e vender no posto de gasolina.

Foi aí que começaram a perceber que aquele produto podia substituir o gás natural, mas com a grande vantagem de ser renovável.

Hoje, as pessoas entendem que ele faz parte da economia circular e é sustentável. Passou a ser um produto que traz não apenas uma solução de energia limpa para as empresas na transição mas que também valoriza quem cuida dos resíduos de forma adequada, pois eleva a receita de quem investe em aterros sanitários ou tratamento de restos em áreas rurais.

O biometano tem um valor agregado muito maior porque é um combustível. Você pode levar para uma indústria, um carro, um veículo pesado. É cotado em real e não sofre a variação de um barril de petróleo, com guerra e câmbio. Tem previsibilidade.

Qual é o preço do biometano? Tem um prêmio? Hoje custa de 25% a 30% mais que o gás natural, mas eu não chamaria essa diferença de prêmio. Vou tentar ser didático.

As grandes indústrias hoje têm meta no que se refere à pegada de carbono. Umas precisam zerar as emissões em 2030, outras em 2050. O fato é que precisam reduzir, e agressivamente.

Para chegar lá, no prazo em que se comprometeram, devem descarbonizar a produção. No orçamento delas, estão incluídos inúmeros custos adicionais, como compra de crédito de carbono, uso de carro elétrico, adoção de energia renovável.

Com o biometano, podem reduzir a pegada com o custo que já teriam [para a produção]. Então, eu não diria que é um bônus. É mais barato do que todas as soluções que elas haviam considerado. Isso aparece na conta.

O biometano é equivalente ao gás natural, que hoje é o melhor produto para queima em caldeiras e fornos, mas com o atributo ambiental —evita a pegada de carbono e ainda ajuda a bater meta de descarbonização.

É verdade que a demanda hoje por biometano é muito maior que a oferta? É isso mesmo. Nós começamos atendendo as indústrias, que era o mercado mais óbvio. Mas o transporte de caminhão agora entrou forte na jogada.

Governos federal e estaduais, montadoras, transportadores entenderam que ele é mais barato que o diesel, e sem aquela oscilação cambial, e que sua produção gera investimento, emprego e renda aqui no Brasil.

O mais importante nessa questão: as empresas precisam atender o escopo 3 [categoria de emissões para operações comerciais, prevista no protocolo que contabiliza gases de efeito estufa para promover a sua redução]. Basicamente, para simplificar o entendimento, o escopo 3 trata de quanto a empresa emite para fora de sua porta. O transporte é o grande vilão aí, porque todo o transporte pesado usa diesel no Brasil.

Quando você leva o biometano para o frete, passa a ter uma pegada de carbono negativa. Explico. Ao trocar diesel por biometano, há uma redução de 91% nas emissões.

No entanto, como isso também evita a produção de mais combustível fóssil, a pegada fica negativa, o que contribui com uma luta que é global. Afinal, todo o mundo quer ter mais renovável para ter menos fóssil.

Um estudo da Abiogás, nossa associação, mostra que o Brasil tem potencial para produzir 120 milhões de metros cúbicos por dia de biometano, entre agro e aterros. A gente deve ter hoje pouco mais de 500 mil.

O descolamento vem porque a produção ainda é pequena em relação à demanda, que é crescente.

Faltam investimentos ou empreendedores? Não é isso. Tem um gap. Um projeto como o nosso de biometano em aterro demora de um ano e meio a dois anos para ser implementado. Entre fechar o acordo e entregar para o cliente, são dois anos.

Nós estamos neste momento desenvolvendo dez unidades de biometano. Só daqui a um ano e meio vão operar. Vai ter uma escadinha. A cada ano sobe um degrau na oferta.

Essas dez unidades estão focadas em quê? Pergunto porque se fala muito no potencial do agro, mas a gente vê o avanço mais rápido de produção em aterro sanitário. Focamos aterro porque é a fruta mais baixa no pé. Os aterros invariavelmente estão em grandes centros urbanos, ou seja, próximos ao mercado consumidor.

A empresa sente falta de uma rede de gasodutos? A gente não tem preconceito nem com gasoduto, GNL [Gás Natural Liquefeito] ou GNC [Gás Natural Comprimido]. Usamos todas as alternativas disponíveis.

Pergunto porque existe a discussão sobre a necessidade de implementação de uma rede de gasodutos, incluindo para atender pré-sal e gás verde. Obviamente, a rede de gasodutos do Brasil é muito pequena, ainda mais quando comparada à de outros países. Argentina é menor e tem uma rede maior. Nem tem como comparar com a dos Estados Unidos.

Certamente, um país com a vocação do Brasil para a produção de gás precisava de mais. A produção do pré-sal está concentrada na costa, e os gasodutos também. Não há como beneficiar quem está no centro do país.

O agro é nosso principal gerador de receita e de infraestrutura. Fala-se muito em rodovia, ferrovia, que seriam necessárias, sim, mas também precisamos pensar no acesso ao gás natural e ao biometano.

Hoje, para nós, o gasoduto não faz falta. Mas, para o Brasil, como estratégia de crescimento, o que nos afeta, é importante ampliar a rede de gasoduto, chegando ao Centro-Oeste, oeste de São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás, centros de produção de alimentos, produtos industriais, que demandam gás, e também áreas com grande potencial de biometano.

Considero estratégica essa descentralização de produção, que pode ser feita pelo agro, até porque o agro é um grande consumidor de diesel. Seria um grande impulso, para a descarbonização, a economia circular e o autoconsumo. Seria possível, por exemplo, criar corredores de postos de combustíveis de biometano no interior.

Tramita no Congresso o projeto de lei dos combustíveis do futuro, e o biometano é um deles. O sr. tem algum receio em relação à proposta em discussão? Alguns temem uma ação da indústria petrolífera para que o projeto, no fim, não contribua para o avanço do biometano. Energia solar é o que é hoje porque foram feitos leilões públicos para viabilizar a expansão da tecnologia. Eólica idem. No caso do biodiesel há obrigação de mistura.

Não faz sentido o debate para rebater um combustível 100% renovável, atrelado à inflação em real, que é intercambiável com o gás natural, compete de igual para igual com o diesel, pode ser produzido de forma descentralizada, gerando emprego, impostos, e ainda substituir combustível importado. Não posso levar a sério quem achar que o biometano não faz sentido.

O gás natural já é combustível de transição energética. O projeto de lei trata de várias soluções que podem incentivar o Brasil na produção de combustíveis renováveis. Pode contribuir na implementação, ainda que gradual, do biometano como produto para a descarbonização.

Se você pegar um caminhão a diesel e converter para gás natural, reduzirá as emissões. Se injetar um pouco de biometano, reduzirá mais ainda. É um baita ganho para todo o mundo.

Eduardo Anizelli/Folhaopress

Marcel Jorand, 41
Graduado em marketing pela Faculdade Estácio. Atua há mais de 20 anos no mercado de gás, tendo passado por empresas como White Martins e Ecometano. É sócio-fundador do Grupo Urca Energia, onde também atua como CEO da Gás Verde, braço responsável pelas operações de biometano

> **Não faz sentido o debate para rebater um combustível 100% renovável, atrelado à inflação em real, que é intercambiável com o gás natural, compete de igual para igual com o diesel, pode ser produzido de forma descentralizada, gerando emprego, impostos, e ainda substituir combustível importado. Não posso levar a sério quem achar que o biometano não faz sentido**

> **Obviamente, a rede de gasodutos do Brasil é muito pequena, ainda mais quando comparada à de outros países. Argentina é menor e tem uma rede maior. Nem tem como comparar com a dos Estados Unidos**

> **Hoje, as pessoas entendem que ele [biometano] faz parte da economia circular e é sustentável**

Eólicas offshore loteiam costa brasileira em busca de autorização e geram conflito por espaço

O norte do Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo também atraem empresas de energia eólica, que planejam a construção de usinas sobrepostas a cabos de fibra óptica

No Nordeste há pedidos de licenciamento para construção de usinas sobrepostos a poços de petróleo, cabos submarinos, além de locais de vida marítima e passagem de aves

No sul do país, há planos de usinas a 1 km da areia da praia do Cassino, cercando a entrada para o porto de Rio Grande e dentro da área onde o ICMBio pretende criar uma unidade de conservação

Fonte: Ibama, ICMBio, ANP, Ocean Biodiversity Information System e Submarine Cables Map

Eólicas no mar conflitam com petróleo, internet e espécies

Empresas loteiam costa do Brasil, enquanto esperam aval a empreendimentos

João Gabriel e Lucas Marchesini

BRASÍLIA Os pedidos de licenciamento ambiental para exploração de energia eólica em alto-mar conflitam com poços de petróleo, cabos de internet, habitat de baleias e tubarões, rota de aves e abrigos de animais ameaçados.

As usinas offshores, como são chamadas no jargão técnico, lotearam a costa brasileira em uma batalha por espaço. Os empreendimentos também podem cercar portos ou descaracterizar a paisagem de praias turísticas.

A **Folha** cruzou o polígono dos quase cem requerimentos feitos ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) para exploração das eólicas com mapas de outros setores.

Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul concentram a maior parte dos pedidos, que têm sobreposição entre si —mais de 20% das áreas são disputadas por mais de uma empresa.

No Chuí, extremo sul do país, o farol de Albardão marca a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Lá, pelo menos desde 2008, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) tenta criar uma área de preservação ambiental.

O solo marinho da região, rico em vida, é formado por corais rochosos; a praia abriga um concheiro único no país. O local serve de ponto de alimentação e reprodução de animais, reunindo 25 espécies ameaçadas, dentre golfinhos, raias, sapos e peixes.

Agora, uma série de empresas disputa com o ICMBio o uso do polígono de 20 km por 50 km do mar brasileiro. Os empreendimentos somariam cerca de mil turbinas de geração de energia elétrica.

Em toda a costa brasileira, o cruzamento de dados feito pela **Folha** identificou mais de uma centena de locais cobiçados por usinas eólicas e sobrepostos a registros de tubarões e baleias ou de passagem de aves.

A área de três empreendimentos coincide com locais onde há poços de petróleo, e outros 21 requerimentos de construção de usinas se sobrepõem a cabos de fibra óptica para transmissão de internet.

Se todos os pedidos em análise fossem aprovados pelo Ibama, uma série de praias turísticas passaria a ter, no seu horizonte, torres com hélices: Jericoacoara (CE), São Miguel do Gostoso (RN) ou Touros (RN), por exemplo.

O caso mais emblemático é o da praia do Cassino, no Rio Grande do Sul. Lá, um projeto quer instalar 77 torres a cerca de 1 km da areia.

Além da proximidade com a praia, que descaracterizaria o ponto turístico gaúcho, há outro problema. A usina criaria um funil no acesso a um complexo portuário importante, que compreende os portos de Rio Grande, Pelotas e da capital, Porto Alegre.

A Empresa de Pesquisas Energéticas projeta que a costa brasileira possa gerar mais de 700 GW de energia com eólicas offshore. A Petrobras, por sua vez, prevê investir US$ 70 bilhões na tecnologia nos próximos anos.

A análise ambiental dos pedidos aguarda o projeto de lei sobre o tema no Congresso. O andamento travou após a Câmara encher a proposta de jabutis (como são chamadas as matérias estranhas em um texto legislativo). Agora no Senado, o relator do tema será Weverton (PDT-MA), escolha que gerou reclamações de Carlos Portinho (PL-RJ), antigo dono do posto.

Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho cobra uma regulamentação clara, com exigência de estudos rígidos, para impedir o prosseguimento de negócios que causem riscos ambientais.

"O estudo de impacto ambiental serve para isso, nele são levantadas as ocorrências de todas as espécies da localização para, a partir daí, definir se é viável ou não a instalação do empreendimento", diz.

"Nos casos mais graves, como de presença de animais ameaçados de extinção, o projeto pode ser inviabilizado", afirma Agostinho.

Doutor em geografia focado nos impactos socioambientais de parques eólicos, Thomaz Xavier relata casos de comunidades de pescadores que perderam 75% de sua renda após as usinas.

"Quanto menor a distância, maior o potencial da usina de exercer influências negativas em aspectos econômicos, sociais e culturais. A literatura tem indicado uma distância média de 20 km da costa como adequada", afirma.

Ele lista uma série de possíveis impactos: interferência nas rotas migratórias aéreas e aquáticas; colisões de aves com as hélices, sobretudo em época de alimentação ou reprodução; ruídos subaquáticos que podem inviabilizar a vida de baleias ou golfinhos; ou descaracterização do habitat marinho.

Já o campo eletromagnético, afirma Xavier, pode impactar tubarões, espécie que utiliza sinais eletromagnéticos para se locomover e caçar.

O PCC e as ruínas nacionais

Deixamos o crime tomar o país até chegar à política e gestamos mais desastre

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Nos anos 1990, autoridades do governo do estado de São Paulo diziam que o PCC não existia. Era uma fantasia da imprensa. Mas esse unicórnio havia sido fundado em 1993, até com estatuto.

Em 2001, o PCC já dominara presídios paulistas. Em 2002, passou a melhorar a governança. Bandidos mais destemperados perderam o poder ou a cabeça. Avaliou-se que a aliança com o Comando Vermelho não rendia sinergias. Profissionalizou-se a gestão, sob o comando de Marcos Camacho, aliás Marcola.

Com o levante de 2006, o PCC mostrou que era capaz de aterrorizar e paralisar São Paulo com ataques a policiais, rebeliões em presídios, boatos, atentados e crimes em geral.

"A história do levante homicida do PCC começa a se desvanecer. Transforma-se aos poucos em um desses confusos casos judiciais que amarelecem nas gavetas da burocracia e da politicagem. Talvez voltemos a saber de Marcola quando descobrirmos o mensalão do PCC. Isso mesmo, deputados levando dinheiro do lobby oficial do crime" escrevia em 2006 este jornalista, nesta **Folha**, *duas semanas depois da insurreição.*

Não era previsão, apenas desespero amargo. Mas aconteceu. Há indícios gritantes, para ficar no eufemismo, de que vereadores paulistas recebem propina do PCC. O suborno, na verdade, é apenas parte de esquema muito maior de expansão do poder político e dos negócios do crime, já estabelecido em ramos como transporte público, postos de combustíveis, comércio, limpeza e vigilância.

Depois de presídios, o PCC dominou bairros pobres com autoridade quase estatal (poder de polícia, Justiça e "regulação" econômica). Invadiu a Amazônia. Ainda não se sabe qual o ramo de atuação de cada grupo, mas PCC e similares organizam ou financiam extração pirata de madeira e minério, tráfico de pessoas, desmatamento. O crime também se internacionalizou. É parte das cadeias globais de valor de cocaína.

A novidade é que promotores e polícia investigam esse horror de modo sistemático no estado. A leitora dirá que o jornalista é ingênuo, pois coisa pior já acontecera. Os Bolsonaro bancavam parentes da milícia, por exemplo.

Entre a política municipal de São Paulo e Rio e as alturas do poder federal, quanto mais já estará tomado pelo crime? A pergunta também é ingênua. Como mostram tantos cientistas sociais, há mais do que invasão do Estado pelo crime, mas o desenvolvimento de um Estado criminoso. Enquanto isso, o Congresso se ocupa de constitucionalizar a prisão em massa de gente pega com trouxinha de maconha.

Estas linhas nem chegam a ser um resumo superficial do desastre sabido. A ideia é lembrar como deixamos um monstro crescer até ficar fora de controle, se é que já não nos controla. É fácil listar outros desastres em gestação.

A desmoralização e o fracasso das campanhas de vacinação são um convite a epidemias e à morte de crianças.

O avanço parlamentar sobre o Orçamento vai esgotar em breve a capacidade de investimento federal de impacto, picotando o dinheiro em obras de pinguelas, acelerando a ruína da já precaríssima infraestrutura nacional.

Mesmo que tivéssemos crescimento econômico mais veloz, não será possível empregar parte da população, por causa do descaso sempiterno com a educação; falta de escola e envelhecimento vão levantar o assunto da imigração de mão-de-obra.

O crescimento ominoso da dívida pública pode se transformar em crise súbita quando as taxas de juros voltarem a subir, por inflação ou outra crise.

A destruição sem volta de Amazônia e Cerrado, nas nossas fuças, ameaça maior de hecatombe, nos deixaria sem água, eletricidade e agricultura.

Mantemos um monte de panelas de crise no fogo. Um dia, o caldo entorna. Temos visto.

Vinhos encalham, e agricultores deixam ramo

Produção mundial em 2023 foi a mais baixa em 60 anos e, mesmo assim, bebida está sobrando

Uvas ficam estragadas por atraso na colheita na Austrália Peter Hobson - 26.fev.24/Reuters

Keira Wright, Celia Bergin e Ilena Peng

LONDRES, SYDNEY (AUSTRÁLIA) E NOVA YORK | BLOOMBERG O produtor australiano de uvas Tony Townsend destruiu metade de sua vinha de 14 hectares no ano passado. Os campos estavam saudáveis e repletos, mas ele estima que teria perdido cerca de 35 mil dólares australianos (US$ 23 mil ou R$ 115 mil) para colhê-los.

Enquanto uma onda de calor o impede de colher o restante, ele planeja concluir o trabalho assim que o clima esfriar —perdendo todas as videiras de que cuidou durante a última década.

"Eu gostava de estar na indústria do vinho, mas é economicamente inviável continuar assim", disse Townsend em sua fazenda, onde uma pilha de plantas descartadas aguarda para ser queimada.

Ele mora em Riverland, no sul da Austrália, uma região que produz cerca de um terço da produção nacional. Desde 2020, uma convergência de aumentos de custos impulsionados pela pandemia de Covid-19 e tarifas chinesas aumentou a oferta e diminuiu os preços no país.

"Há muitas pessoas que não veem futuro na indústria do vinho", disse Lyndall Rowe, presidente-executivo da Riverland Wine, grupo empresarial que representa produtores e vinicultores.

Embora a produção mundial de 2023 tenha sido a mais baixa em 60 anos, há um excesso de vinho no mercado, sinalizando que

> Eu gostava de estar na indústria do vinho, mas é economicamente inviável continuar assim
>
> **Tony Townsend**
> produtor australiano de vinho

a demanda está caindo ainda mais rapidamente.

Embora os dados da Organização Internacional da Vinha e do Vinho mostrem que o consumo global tem ficado atrás da produção de vinho desde pelo menos 1995, a indústria atingiu um ponto de inflexão à medida que mudam os padrões de consumo e as condições econômicas desanimadoras parecem que vieram para ficar.

"[A Califórnia, nos EUA, enfrenta] um dos piores desequilíbrios entre demanda e oferta que vimos em 30 anos", disse Stuart Spencer, diretor-executivo da Comissão de Vinhos de Lodi no Vale Central.

Enquanto isso, a Austrália produziu a menor quantidade de vinho em 15 anos na temporada 2022-23, mas ainda mantém estoques altos, segundo relatório de novembro da Wine Australia, um grupo de empresários.

Além da Covid, os custos de insumos como combustível e fertilizantes aumentaram por causa da Guerra da Ucrânia e os prêmios de seguro estão aumentando em razão das mudanças climáticas, comentou Richard Halstead, diretor de Operações de Insights do Consumidor na empresa de pesquisa de bebidas alcoólicas IWSR. "Os recentes aumentos nos custos de insumos desestabilizaram o modelo econômico muito delicado do vinho", afirmou.

Ao mesmo tempo, a mudança no consumo está ocorrendo, com o vinho tinto sendo substituído por espumantes, rosés ou brancos com teor alcoólico mais baixo, disse Christophe Chateau, porta-voz do Conselho de Vinhos de Bordeaux, na França.

Na Espanha, há um excesso de vinhos tintos de Rioja, de acordo com José Luis Benítez, diretor-geral da Federação Espanhola de Vinho, enquanto a demanda por vinho branco está em alta.

"[Os agricultores] terão problemas em um ou dois anos porque não se pode transformar tintos em brancos", disse Benítez.

O governo francês originalmente destinou € 200 milhões (US$ 216 milhões ou R$ 1,07 bilhão) para ajudar os agricultores em todo o país a arrancar vinhas e enviar seu vinho para ser convertido em etanol, prometendo a cada agricultor € 75 por hectolitro. Bordeaux, uma importante região produtora de vinho tinto, recebeu financiamento adicional para arrancar 9.500 hectares de terra.

Mas a destruição de suprimentos não está tendo um efeito significativo. A França ultrapassou a Itália e se tornou o maior produtor de vinho do mundo em 2023.

As inscrições para o esquema de etanol foram tão grandes que cada agricultor só pôde descarregar metade do volume desejado, segundo a fabricante Chateau.

Os produtores de Bordeaux participaram dos protestos de agricultores franceses em janeiro, bloqueando estradas em todo o país por causa da remoção dos subsídios aos combustíveis e às políticas verdes da União Europeia.

Os viticultores ganharam mais € 150 milhões (R$ 809,3 milhões) para arrancar videiras e plantar outras culturas. Mas os ajustes são particularmente difíceis para uma indústria como a do vinho. Muitos vinicultores fazem isso por várias gerações e se agarram à tradição.

As marcas também não fizeram o suficiente para acompanhar as mudanças, disse Spiros Malandrakis, gerente da Indústria de Bebidas Alcoólicas na Euromonitor International. Por exemplo, ao focar o desenvolvimento de marcas premium em um momento em que o orçamento dos consumidores está apertado, a indústria mostra que falha em cultivar uma nova geração de apreciadores de vinho.

"Se não houver marcas de vinho baratas, econômicas e confiáveis, você simplesmente deixará o vinho e passará a consumir bebidas prontas, cerveja ou marcas de destilados baratas", analisou Malandrakis.

Isso não deixa muita opção para muitos agricultores senão sair completamente da indústria. Uma pesquisa realizada pela Riverland Wine em 2022 descobriu que cerca de um quarto dos produtores da região planejam sair do ramo nos próximos três anos.

Para Townsend, assim que terminar de remover suas videiras, ele planeja cultivar a terra árida com plantas nativas. "O dinheiro que teria sido perdido com nossas videiras no final agora nos trará alegria em dobro quando pudermos ver os animais e pássaros nativos voltarem para nossa terra", disse o produtor.

Haddad parece certo sobre o câmbio

Modelo sugere que 2/3 da queda do real se deve ao exterior, como diz ministro

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

*Segundo reportagem de Fernanda Perrin publicada nesta **Folha** na quarta-feira (17), "o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atribui 2/3 da alta do dólar ao cenário externo".*

Um modelo de decomposição dos movimentos do real, que rodo com Livio Ribeiro, meu colega do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), sugere que, da desvalorização de 8,1%, entre 29 de dezembro passado (fechamento de R$ 4,86 por US$) e dia 18 de abril (fechamento de R$ 5,25), 65% devem-se a fatores externos, 34%, a fatores domésticos, e 1%, à queda do diferencial de juros. Digamos que o termômetro do ministro está bem ajustado!

A parte internacional é explicada pelo impacto sobre o real do aumento dos juros nos Estados Unidos e do fortalecimento da moeda americana ante as demais, que muito mais do que compensaram o impacto sobre o real, na direção contrária, do aumento dos preços das matérias-primas. O real, como moeda de país exportador de matérias-primas, normalmente se valoriza quando o preço das commodities se eleva.

A componente doméstica deve-se à parcela do aumento da percepção de risco que não é explicada por fatores internacionais. Não é observada diretamente, e fazemos a atribuição a partir do resíduo do modelo estatístico. Minha compreensão é que a piora na percepção do risco fiscal explica a componente doméstica da desvalorização da moeda.

O Executivo tomou a decisão de adotarmos uma trajetória fiscal mais frouxa em 2025 e em 2026. Em particular, reviu a meta de superávit primário de 2025 de 0,5% do PIB para 0%, e a de 2026, de 1% do PIB para 0,25%.

Adicionalmente, há o risco de que proceda a uma revisão muito substantiva da meta de superávit primário do ano corrente. A meta é de superávit de 0% do PIB (Produto Interno Bruto). Minha previsão é que teremos déficit de 0,8% do PIB.

Haver um déficit, mesmo com meta de 0%, não é muito grave, pois o arcabouço fiscal aprovado em 2023 prevê medidas corretivas. São três. No ano corrente, há contingenciamento de até 25% dos gastos discricionários. No ano seguinte, acionam-se gatilhos que limitam aumento de salários e vedam novos concursos, entre outras medidas. E, no ano subsequente ao seguinte, o crescimento do teto, em vez de ser de 70% do crescimento da receita, será de 50%.

O perigo é o Executivo fazer uma revisão da meta tão intensa em 2024 de forma a neutralizar as medidas corretivas. Por exemplo, se o Executivo propuser e o Congresso aprovar revisão da meta de 2024 de 0% do PIB para déficit de 1%, como provavelmente teremos déficit de 0,8%, as medidas autocorretivas não serão acionadas.

A dúvida no mercado financeiro é o comprometimento real do Executivo com o arcabouço. Se sempre que a meta não for atingida o Executivo revir a meta, sinalizará que não há decisão política de conter o desequilíbrio fiscal. Esse é o medo precificado pelo mercado financeiro.

*

Meu colega do FGV Ibre Braulio Borges acaba de publicar texto excelente sobre os "desafios da sustentabilidade fiscal brasileira". O texto foi postado no observatório de política fiscal do FGV Ibre (tinyurl.com/2yttwufn).

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Arena só para mulheres fatura R$ 3 milhões

Espaço em São Paulo também cede campos para equipe de homens trans; fundadora já planeja expandir negócios

TODAS

Alex Sabino

SÃO PAULO Quando explicou seus planos para possíveis investidores, Júlia Vergueiro, 34, ouviu a pergunta que já esperava.

Aquele plano não era definitivo, não é? Se não desse certo, poderia haver uma flexibilização?

"Eu bati o pé que não. O pensamento sempre foi gerar recursos e dar lucro, mas [também]ter um propósito, um ideal como pano de fundo", explica ela.

Júlia é uma das criadoras da Nossa Arena, espaço na Água Branca, zona oeste de São Paulo, em que quatro campos de areia e três de society são alugados apenas para mulheres interessadas em jogar futebol. Oitocentas delas os utilizam por semana.

No fim do ano passado, pela primeira vez foram pagos dividendos aos investidores. O faturamento foi de R$ 3 milhões.

"A gente fez um DRE [demonstração de resultado de exercício] em que 2,8% do empreendimento valia R$ 50 mil. Não fizemos nova avaliação para dizer quanto valem esses 2,8% hoje em dia. Mas quem investiu R$ 50 mil já recebeu seu dinheiro de volta", diz.

A Nossa Arena nasceu da vontade de Júlia de dar às mulheres um espaço seguro para o futebol, sem preocupações em competir com homens pelo uso dos campos, e da visão de que existia um mercado a ser explorado.

Há também, como nas demais quadras de society, área de lazer com churrasqueiras, bares e mesas de sinuca. Servem para o que se convencionou chamar, no mundo do futebol, de "resenha". A diversão pós-jogo.

Júlia diz que, quando há homens e mulheres, surge a tendência de eles acharem um bom momento para passar cantadas nelas. E as meninas querem apenas se divertir, sem nenhuma outra intenção.

Só há um grupo masculino que pode pisar nas quadras da Nossa Arena. O Sport Clube T Mosqueteiros tentou entrar em contato com a Nossa Arena porque estava desesperado por um espaço para jogar. A primeira resposta foi negativa. Isso mudou quando a história da equipe trans chegou a Júlia. Ela cedeu de graça um campo para eles treinarem duas vezes por semana.

"A gente tem entre 20 e 25 meninos. Sabemos o que as meninas sofrem, o que é ser excluído e não ter lugar para praticar. Passamos por um processo que é parecido com o delas. Fomos mulheres, reconhecidos dessa forma. Só que decidimos fazer a transição e sofremos uma exclusão dupla", afirma Bernardo Gonzales, 35, um dos líderes do time.

Por causa deles, o Nossa Arena construiu banheiro não binário. Houve estranheza por parte das mulheres, no início. Depois se acostumaram, diz Gonzales.

"A gente aprende muito com eles. Vemos a necessidade de um local que não seja tóxico também para o coletivo trans", afirma Júlia.

Se fossem pagar, teriam de desembolsar entre R$ 200 e R$ 280 pelo direito de usar um dos campos de society ou um valor entre R$ 700 e R$ 870 pelo plano mensal na Nossa Arena. Não havia nenhuma condição de os jogadores do T Mosqueteiros pagarem essa quantia.

"Os lugares gratuitos são muito disputados. A gente tentou ir a outros locais porque temos equipes de basquete e handebol. Nos espaços públicos são sempre muitos homens e algumas mulheres. Os caras vão tomando o espaço", diz Gonzales.

A Nossa Arena virou a casa de uma equipe que admite ser coletivo político. Não se trata apenas de um time de futebol.

A proposta é dar a chance de diversão para homens trans que são excluídos no dia a dia, sofrem com problemas financeiros por não conseguirem emprego e atravessam dificuldades sociais.

"Society é uma modalidade esportiva cara. A gente não tinha dinheiro, e as pessoas trans passam por processo de vulnerabilidade grande", afirma o líder do T Mosqueteiros.

Patrocinado por Nike, Vivo, Centauro e SporTV, a Nossa Arena também já teve a chancela do Barcelona, e o escudo de um dos clubes mais famosos do planeta ajudou a trazer meninas interessadas em jogar.

Em horários ociosos, entre as manhãs e tardes, a empresa fornece espaço para o projeto social Em Busca de uma Estrela, que tenta encontrar jogadoras com condições para atuar em times profissionais.

O programa tem chancela da Lei de Incentivo ao Esporte. São 120 meninas que passam por período de treinamentos depois de serem aprovadas em peneiras.

"Querendo ou não, quando a gente joga em outros lugares, sempre tem aquelas piadinhas, o cara que fica de olho no corpo da pessoa. A gente não fica tão confortável, e se sentir bem com a roupa que vai jogar é importante. Na Nossa Arena não vai ter ninguém te secando, te deixando desconfortável. Tem muita troca, e a gente cria vínculos. Cria amizades", afirma Jéssika Trindade Nunes, 32, que atua pelo Namasfut, equipe criada por mulheres que jogam nos campos na Água Branca.

Para quem antes não aceitava ter um plano B, o objetivo de Júlia agora é dobrar a aposta. Ela quer abrir uma segunda unidade da Nossa Arena, sem se distanciar do propósito inicial.

"Nossa missão é criar um espaço que seja sempre acolhedor", diz.

Júlia Vergueiro fundou Nossa Arena em 2021, espaço para mulheres jogarem futebol society Danilo Verpa/Folhapress

> **O pensamento sempre foi gerar recursos e dar lucro, mas [também] ter um propósito, um ideal como pano de fundo**
>
> **Júlia Vergueiro**
> criadora da Nossa Arena

Jéssika Nunes faz parte do Namasfut, time de mulheres que jogam na Nossa Arena Karime Xavier/Folhapress

> **Querendo ou não, quando a gente joga em outros lugares, sempre tem aquelas piadinhas, o cara que fica de olho no corpo da pessoa. A gente não fica tão confortável, e se sentir bem com a roupa que vai jogar é importante. Na Nossa Arena não vai ter ninguém te secando, te deixando desconfortável. Tem muita troca, e a gente cria vínculos**
>
> **Jéssika Nunes**
> frequentadora da Nossa Arena

Luciano Salles

A opressão do 'espírito do tempo'

Uma história de dois escritores que se rebelaram contra a 'má caricatura de si mesmos'

Candido Bracher

Administrador de Empresas formado pela FGV. Foi executivo do setor financeiro por 40 anos.

Foi no início da minha adolescência que minha mãe, com sua didática habitual, explicou-me o sentido da expressão "o espírito do tempo". Naquele princípio dos anos 1970, a expressão —que soava ainda mais sedutora na sua forma original alemã, "Zeitgeist"— pareceu-me não apenas fascinante mas também acolhedora e benevolente.

Afinal, aos meus olhos, o ambiente intelectual, cultural e moral da época era dominado pela oposição à ditadura, pelas canções de protesto de Geraldo Vandré e Chico Buarque, pela Tropicália e ainda —algo paradoxalmente— por uma ideia de Brasil destinado à grandeza. Eu era capaz de identificar-me com todas essas manifestações e sentia-me assim perfeitamente integrado ao espírito do meu tempo.

Mais tarde, quando os tempos evoluíram para a anistia, a volta dos exilados, livros como "O que é isso, Companheiro?", de Fernando Gabeira, a abertura democrática e o movimento das Diretas Já, renovei o meu sentimento de conformidade com as ideias contemporâneas.

Acredito que essas "primeiras impressões" cristalizaram em minha mente o conceito, não revisitado, do "espírito do tempo" como algo estruturalmente positivo.

O excelente filme "Ficção Americana", ganhador do Oscar de melhor roteiro adaptado, traz à tona o caráter opressivo de que o espírito do tempo pode se revestir, para aqueles cuja produção intelectual não siga seus ditames.

Parêntese: não considero eventuais spoilers muito prejudiciais neste caso, seja porque não se trata de um thriller com grandes suspenses e surpresas, seja porque o aspecto que abordo, embora central, é apenas o invólucro do multifacetado drama humano, que o filme retrata com grande sensibilidade.

Thelonious Elisson, "Monk", é um escritor negro de meia-idade, cujos livros de tendência acadêmica e erudita encontram pouca receptividade no público. Sua origem privilegiada fica evidente pela espaçosa casa de sua família e por ter estudado em Harvard, como se deduz de uma flâmula na parede de seu quarto.

Em meio às dificuldades para editar seu livro mais recente, depara-se em uma feira literária com o estrondoso êxito de uma escritora iniciante, como ele negra e privilegiada, cujo livro, "Nóis Mora no Gueto", repleto de clichês, denuncia a desigualdade racial.

Furioso com a rejeição ao seu trabalho, escreve, sob pseudônimo e impulsivamente, um romance banal, com o mesmo cunho racial, levando ao paroxismo o uso de lugares-comuns e situações previsíveis.

Nesse ponto do filme tive a sensação clara de que a arte imitava a vida, ao me lembrar do escritor francês Romain Gary.

Gary, judeu nascido no império russo em 1914, emigrou com sua mãe para Nice aos 14 anos de idade e lá, enfrentando todos os preconceitos reservados aos imigrantes, em geral, e aos judeus, em particular, tornou-se aviador e, após a rendição, em 1940, juntou-se à "France Libre" do general De Gaulle. Foi durante a guerra, nos intervalos de suas missões em aviões bombardeiros, que escreveu seu primeiro romance de sucesso: "Educação Europeia", ambientado no movimento de resistência polonês.

Tornando-se diplomata após a guerra, manteve sua produção literária, chegando a ganhar o maior prêmio da literatura francesa, o Goncourt, em 1956, com o livro "Raízes do Céu", considerado por muitos o primeiro romance ecológico da história contemporânea.

Esse êxito, no entanto, não o protegeu da agressividade dos críticos. Quinze anos e vários livros depois —entre os quais o belíssimo "Promessa ao Amanhecer"—, Gary era atacado por todos os lados.

A direita, lembrando sempre sua condição de estrangeiro e judeu, insistia que seu francês era medíocre, chegando mesmo a alimentar o boato de que seus editores haviam contratado secretamente Albert Camus, para corrigir o manuscrito de "Raízes do Céu".

Já a esquerda, que domina a cena cultural da época, o condena por considerá-lo ligado ao poder gaulista. Essa postura ainda se agravaria após as críticas de Gary ao "nouveau roman", estilo dominante na época, em um livro publicado em 1965 ("Pour Sganarelle").

É nesse ponto que as histórias de Monk e Gary se sobrepõem. Assim como o americano, Gary começa a escrever sob o pseudônimo de Emil Ajar, sem, contudo, abandonar a produção sob seu próprio nome.

Uma cena do filme transmite com clareza o dilema de Monk. Ele entra em uma grande livraria e pergunta se há livros de Thelonius Elisson, seu nome verdadeiro. O atendente, após consultar uma lista, leva-o à estante onde estão os seus livros; Monk olha para a placa de designação que diz "estudos afro-americanos". Furioso, tenta carregar seus livros para uma estante que reflita adequadamente seu conteúdo.

A cena deixa claro que o "lugar de fala" de Monk está restrito à sua negritude e aos temas ditados pelo espírito do nosso tempo.

Da mesma forma, Gary, em seu livro póstumo "Vida e Morte de Emil Ajar", no qual revela a identidade do autor, atribui a iniciativa de escrever sob pseudônimo à "má caricatura de si, que lhe haviam feito" ("la gueule qu'on lui avait faite"). A única forma de livrar-se do espectro de "escritor em fim de percurso" seria forjar-se uma nova imagem.

As semelhanças não param aí. A banca de avaliação do Goncourt, ignorando a real identidade de Emil Ajar, concede o prêmio de 1975 ao seu "A Vida pela Frente", tornando Gary o único escritor a ter ganho o prêmio duas vezes, situação vedada pelas regras do concurso.

Do mesmo modo, o livro "Fuck" (isso mesmo!), de Monk, previsivelmente vence um importante concurso literário.

O que diferencia as duas histórias é que, enquanto Monk despreza o livro escrito sob pseudônimo, Gary orgulhava-se por ter elaborado uma escrita mais leve e livre, embora as ideias centrais e mesmo algumas expressões características sejam as mesmas de seus livros autorais.

Quase 40 anos após seu suicídio, em 1980, a obra de Gary foi incluída na "Pléiade" da editora Gallimard, o panteão dos escritores franceses.

Para as obras dos autores aclamados em vida, resta sempre o desafio de resistir à evolução do espírito do tempo. Já para alguns —muito poucos— dos autores que não têm a mesma sorte, é justamente essa evolução que permite o reconhecimento pleno de sua qualidade.

| **DOM.** **Ana Paula Vescovi,** Marcos Lisboa, Candido Bracher

Recuo sobre dividendos da Petrobras foi 'pauta surpresa'

Conselho de administração não esperava discutir tema em encontro na sexta

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O debate sobre a distribuição de dividendos foi incluído de surpresa na reunião do conselho de administração da Petrobras desta sexta-feira (19), com o objetivo apenas de avalizar decisão que já havia sido tomada em Brasília, na opinião de conselheiros ouvidos pela **Folha**.

O tema não estava na pauta da reunião, como havia afirmado no dia anterior o próprio presidente da estatal, Jean Paul Prates. Segundo um conselheiro, o assunto entrou de forma disfarçada na pauta dentro de um item sobre avaliação do planejamento estratégico da companhia.

Essa discussão foi iniciada após o fechamento do pregão na B3, para evitar vazamentos com impactos nas ações. Representantes do governo no conselho já sabiam que o debate levaria à revisão na posição sobre os dividendos, mas conselheiros independentes foram surpreendidos.

A **Folha** apurou que houve um longo debate sobre o texto do comunicado que justificou a mudança de posicionamento menos de dois meses após o governo derrubar a proposta de distribuir 50% dos dividendos extraordinários.

Pedestres em frente à sede da Petrobras, no Rio; governo decidiu retomar pagamento de dividendos Wang Tiancong/Xinhua

Naquela ocasião, os representantes do governo argumentaram que o pagamento fragilizaria as finanças da companhia, contrariando visão da gestão da Petrobras. A decisão pela retenção veio dos ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil, que convenceram o presidente Lula (PT).

Nas semanas seguintes, diante da repercussão negativa e da entrada do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no grupo dos que defendiam a distribuição dos dividendos, passaram a vazar que precisavam de novos números para avaliar melhor a questão.

A direção da Petrobras e conselheiros independentes, porém, sempre defenderam que a proposta de distribuir 50% era adequada à situação financeira da companhia. Haddad convenceu Lula de que o dinheiro era necessário para o equilíbrio fiscal e o martelo foi batido.

No comunicado sobre o recuo, divulgado depois das 23h desta sexta, a Petrobras disse que "considerando cenários dinâmicos, como a evolução do [preço do petróleo] Brent, do câmbio e outros fatores", o conselho agora entende que os dividendos não comprometem a estabilidade financeira da companhia.

A decisão pela distribuição já havia sido tomada por Lula, como a **Folha** antecipou no início da noite. A revisão do posicionamento do conselho apenas avaliza a proposta, que será feita pelo governo em assembleia de acionistas no próximo dia 25.

Conselheiros independentes avaliam que o recuo reforça a tese de que a decisão pela retenção no início de março tinha o objetivo de atingir Prates, que vem tendo conflitos com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, desde o início do governo.

A decisão inicial de reter os valores em uma reserva de lucros custou à Petrobras perda de R$ 55 bilhões em valor de mercado no dia seguinte à publicação de balanço que trouxe o segundo maior lucro da história da companhia.

Nas semanas seguintes, os papéis da empresa operaram com grande volatilidade, diante de notícias sobre o tema e, depois, sobre uma possível demissão de Jean Paul Prates, que passou o período em processo de fritura.

Câmara dos EUA aprova lei para forçar TikTok a ter comando americano

TEC

Tamara Nassif

SÃO PAULO A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou, neste sábado (20), um projeto de lei que pode proibir o TikTok no país se a ByteDance, empresa chinesa que controla o aplicativo, não passar o comando da plataforma a um proprietário americano.

A medida foi aprovada em conjunto com um pacote mais amplo que prevê US$ 95 bilhões em ajuda a Taiwan, Israel e Ucrânia, aliados importantes dos EUA, e ainda precisa passar pelo Senado para virar lei. Na semana passada, o presidente Joe Biden sinalizou que vai assinar a legislação caso ela avance.

Foram 360 deputados favoráveis contra 58, demonstrando uma coalizão bipartidária para pressionar uma mudança no app chinês.

A justificativa é que a relação da China com a ByteDance pode trazer riscos à segurança nacional, uma vez que a companhia seria obrigada a compartilhar dados com o governo chinês, segundo os EUA. A empresa, porém, afirma que nunca compartilhou informações sigilosas dos mais de 170 milhões de usuários americanos.

O projeto de lei dá à ByteDance quase um ano para se desfazer da plataforma, mais do que os seis meses dados na versão anterior da legislação, aprovada em março pela Câmara dos EUA, mas congelada no Senado.

O novo prazo significa que o TikTok não terá que encontrar um novo dono antes das eleições presidenciais, em novembro —para a preocupação de alguns legisladores, que dizem temer que a China use o app para influenciar a política dos EUA.

O pacote também chancela ao presidente dos EUA o poder de classificar outros aplicativos como ameaça à segurança nacional caso também sejam de um país considerado hostil.

A companhia, disseram fontes a par do assunto à agência Bloomberg, pretende esgotar todos os recursos legais antes de considerar a troca de comando, caso o pacote vire lei.

Um porta-voz do TikTok criticou a decisão. "É lamentável que a Câmara dos Representantes se escude em uma importante ajuda externa e humanitária para aprovar mais uma vez um projeto de lei de proibição", declarou.

Segundo a empresa, a proibição "pisotearia os direitos de liberdade de expressão de 170 milhões de americanos, devastaria 7 milhões de negócios e fecharia uma plataforma que contribui com US$ 24 bilhões anuais para a economia dos EUA".

EstúdioFOLHA APRESENTA

Dicas
Confira opções de passeios no bairro
Pág. 4

Parque Ibirapuera

Keiny Andrade/Estúdio Folha

LAZER, CONFORTO E **ACESSIBILIDADE**

Oásis em São Paulo, bairro da Vila Mariana reúne qualidade de vida e mobilidade urbana

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

GASTRONOMIA E **LAZER EM ALTA**

Versátil, bairro da Vila Mariana oferece passeios ao ar livre e em locais fechados como restaurantes e bares

Auditório Ibirapuera

Keiny Andrade/Estúdio Folha

Caminhar ao ar livre, aproveitar diversas opções de gastronomia, ir a um centro cultural ou fazer compras no shopping: não importa a preferência, a Vila Mariana é o bairro ideal para quem gosta de lazer.

Só no parque Ibirapuera é possível praticar esportes ou visitar alguns dos museus mais importantes do país como o MAM, o Museu Afro Brasil e o Museu de Arte Contemporânea. Além de mostras de artes, o parque também abriga o Auditório Ibirapuera, que possui programação variada de shows.

Oásis paulista, o maior parque da América Latina conserva 158 hectares de áreas verdes, lagos, animais e é o destino de 40 mil paulistanos todo fim de semana. Com pistas de ciclismo, corrida, espaços abertos para a prática de yoga ou demais exercícios, o parque é acessível para todas as idades.

A Vila Mariana também abriga outros centros culturais como a Cinemateca Brasileira, o Museu Lasar Segall e a unidade do Sesc na rua Pelotas, todos com programações extensas para crianças, adolescentes, adultos e pessoas da melhor idade.

É também adjacente à avenida Paulista, um dos pólos econômicos mais importantes da capital e sede de cinemas, shoppings, parques e do programa de ruas abertas aos domingos.

Opções não faltam para quem quer curtir um happy hour depois do trabalho, ou sair para um jantar a dois no final de semana. Do tradicional Veloso (com uma das melhores coxinhas da cidade) aos bares mais modernos, como a cervejaria artesanal Esconderijo Juan Caloto, há lazer para todos os gostos.

A Vila Mariana também abriga restaurantes de todas as nacionalidades, como o colombiano Patacón Pisao e o indiano Bawarchi.

Patacón Pisao/Divulgação

Patacón Pisao

Veloso Bar

VELOSO

Para aproveitar o happy hour com cerveja gelada, caipirinhas e uma das coxinhas mais famosas de São Paulo.
R. Conceição Veloso, 54; Tel.: (11) 5572-0254

ESCONDERIJO JUAN CALOTO

Com cervejas artesanais de qualidade e fins de semana com rock, blues e música country.
R. Gandavo, 398; Tel.: (11) 97269-7085

PATACÓN PISAO

Com aperitivos de banana da terra e drinks como mojito e rumba de maracujá, o restaurante serve pratos individuais, sobremesas e entradas para dois.
R. Sena Madureira, 767; Tel.: (11) 97287-8273

BAWARCHI

Ótima opção para comida indiana em São Paulo com pratos como ghost seekh, kabab ou pães naan.
R. Humberto I, 281; Tel.: (11) 5081-4264

EstúdioFOLHA APRESENTA

Emiliano Capozoli/Estúdio Folha

Av. 23 de Maio

MOBILIDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Acessível, bairro da Vila Mariana tem mobilidade ímpar seja por meio de suas avenidas, do transporte público ou de ciclovias

A poucos minutos do centro da cidade, da avenida Paulista e do aeroporto de Congonhas, a Vila Mariana é um pólo de qualidade de vida com uma localização ímpar em São Paulo.

Seja para se deslocar de carro ou transporte público, o bairro conta com mobilidade urbana excelente, sendo próximo a avenidas arteriais da cidade como a 23 de Maio, a Vergueiro e a Sena Madureira.

A aproximadamente 30 minutos das marginais Tietê e Pinheiros e ao lado do Brooklin, da Vila Olímpia e dos Jardins, a Vila Mariana também está a menos de 30 minutos da região do ABC e a 20 minutos da Mooca, estando próxima tanto da zona sul e do centro quanto da zona leste da cidade.

Quem não tem carro também não precisa se preocupar. Com diversas opções de transporte público, o bairro está servido pelas linhas 1-azul, que conecta as zonas sul e norte da cidade; e a 2-verde do metrô, que liga a zona oeste à zona leste da capital.

Dessa forma, quem mora na região tem fácil acesso às estações Ana Rosa, Vila Mariana, Paraíso e Chácara Klabin, que por sua vez se conecta à linha 5-lilás da CPTM com destino ao Capão Redondo.

Com um sem número de faixas e corredores exclusivos de ônibus, a região conta também com linhas que percorrem todos os cantos da cidade.

Para os adeptos do transporte alternativo, a Vila Mariana é servida por diversas ciclovias que circundam a avenida Paulista passando pela rua Domingos de Morais, pela Vergueiro e com destino à avenida Jabaquara.

Para quem curte pedalar também aos finais de semana, a rota Ibirapuera - avenida Paulista é uma boa opção de lazer aos domingos. Há, ainda, outras opções de ciclorrotas seguras, como as ciclovias na rua Madre Cabrini e Coronel Lisboa, na rua França Pinto e na rua Dr. Rafael de Barros.

INÊS249

FOLHA DE S.PAULO

INFORME PUBLICITÁRIO

Direção criativa: Netflix ★ São Paulo, 21 de abril de 1985/2024 ★ Um jornal a serviço do Brasil ★ Ano 65 ★ Nº 20.473 ★ Cr$ 1.400

Ayrton Senna dá show em Portugal

Choro e emoção marcam sua primeira vitória na Fórmula 1

Crédito: Alan Roskyn / Netflix

Senna celebra sua primeira vitória na F1 (acima); Senna domina na chuva e faz a volta mais rápida (abaixo).

Ayrton Senna foi o melhor desde a largada, mantendo a pole position obtida nos treinos de classificação até a bandeirada do Grande Prêmio de Estoril, em Portugal. A habilidade do brasileiro debaixo de um temporal é resultado de uma história que começou lá atrás, quando seu pai o levava ao kartódromo de Interlagos e molhava a pista para que o garoto se destacasse dos outros meninos da época. Nessa condição, aumenta ainda mais o apetite de Senna por acelerar, enquanto os grandes pilotos da atualidade se encolhem com cautela, ficando bem abaixo do brasileiro. Quando a chuva desabou neste domingo, em Estoril, quem conhece a maestria de Senna já sabia que a vitória seria dele.

No ano passado, em Mônaco, pilotando a modesta Toleman, ele já teria alcançado a vitória em um feito extraordinário, não fosse a interrupção da corrida por causa da chuva quando Senna iria ultrapassar Alain Prost.

Há dois anos, fiz a primeira entrevista com ele em sua chegada de volta ao Brasil com o contrato na mala para pilotar um Fórmula 1. Naquela época, pude sentir o foco tremendo de um garoto de 23 anos, exigindo o máximo de si em busca de resultados. Depois passei a ir em sua casa, em São Paulo, e notei, com meu olhar de repórter, uma pessoa dedicada, capaz de passar horas em sua garagem montando e desmontando motores, na companhia de seus cachorros, em um mundo só dele e que ninguém poderia entrar sem a sua permissão.

Senna entendia a importância do treinamento, e já era acompanhado pelo preparador físico, que o transformou em uma máquina, em termos físicos e mentais, não muito diferente dos supercarros que pilotava. Ele observou que o piloto era franzino, e chegava a desmaiar depois de uma curta corrida. Com exercícios cardiovasculares para o corpo e o filósofo Platão para a mente, Senna se tornou um leão, que hoje domina sua respiração como poucos, por meio de uma concentração absoluta. Com os exercícios específicos para não lhe faltar braço e perna nas provas e ter uma cabeça de vencedor, esse garoto consegue empenar as tangentes das curvas, entortando os traçados e surpreendendo seus competidores, o que faz uma enorme diferença nos tempos de cada volta, inventados e reinventados por ele. Ele chegou a me dizer que teve uma visão e sentiu fundir seu corpo com o carro. Corpo e máquina, máquina e corpo, em um só. A genialidade sublime moldando a realidade.

Depois de tudo isso, quem ficaria surpreso com essa primeira vitória de Senna? Ele detonou os adversários na corrida. Colocou uma volta em quase todos, com exceção do segundo colocado, Alboreto, da Ferrari. Senna fez a melhor volta e tudo a que tinha direito.

Pediu o fim da prova por causa da chuva e não foi atendido pelo diretor, o que aumentou ainda mais a angústia para receber a bandeirada. Mas, depois de 67 voltas, Senna cruzou a linha de chegada pela primeira vez na frente. Sua emoção foi tão grande que ele tirou o pé de vez do acelerador para comemorar, e quase que Nigel Mansell acertou o brasileiro em cheio, obrigando o britânico a jogar seu carro na grama. Neste domingo, o cockpit ficou pequeno para a emoção de Senna: ele pulava, gritava e chorava dentro da sua Lotus. A chuva que não deu trégua lavou a alma do brasileiro e da sua equipe, que invadiu a pista em comemoração. O brasileiro que assistia à corrida em casa pôde sentir na pele a emoção da vitória do nosso Senna.

Por sorte, a freguesia portuguesa de Estoril tem um dos mais conhecidos cassinos do mundo. E, se eles tivessem uma modalidade de apostas em corridas de carros de Fórmula 1, eu pegaria meu cacife daqui para frente e apostaria todas as minhas fichas em Ayrton Senna como um futuro campeão mundial.

Quem viver verá!

Luiz Andreoli
jornalista e apresentador | @andreolireal
-
Amigo pessoal de Ayrton Senna, cobriu diversas das suas corridas e também fez a primeira entrevista do piloto na Fórmula 1.

MUNDIAL DE PILOTOS

1º Michele Alboreto	12
2º Ayrton Senna	9
-º Alain Prost	9
4º Elio de Angelis	7
5º Patrick Tambay	6
6º René Arnoux	3

Crédito: Guilherme Leporace / Netflix

Ayrton Senna vence de ponta a ponta o GP de Portugal

Vinte e um de abril de 1985. A data pode marcar o surgimento de um novo ídolo do automobilismo mundial. Se vencer na Fórmula 1 já é especial, o que dizer da primeira vitória de Ayrton Senna?

O brasileiro deu show na pista encharcada pelo temporal que caiu no Autódromo de Estoril. Um fim de semana perfeito com os melhores tempos nos treinos de sexta e sábado, largada na pole position, volta mais rápida da prova e liderança do início ao fim.

Corrida tranquila? Longe disso! O asfalto molhado dificultou a vida dos pilotos, e sete rodaram e abandonaram a prova, entre eles, o até então líder do campeonato, Alain Prost. Os campeões mundiais Niki Lauda e Nelson Piquet também tiveram problemas e não terminaram.

Se para muitos guiar na pista molhada era um pesadelo, para o vencedor do dia foi a glória. Nem a chuva cada vez mais forte foi capaz de pará-lo, e a liderança não foi ameaçada em momento algum.

Atuação tão impressionante que o único piloto a terminar a corrida na mesma volta do vencedor foi Michele Alboreto. O italiano ficou em segundo, um minuto e dois segundos atrás do brasileiro. Patrick Tambay e Elio de Angelis, terceiro e quarto colocados, respectivamente, cruzaram a linha de chegada uma volta atrás. Já Nigel Mansell, o quinto, duas voltas depois.

Foram duas horas e 67 voltas de uma aula de pilotagem na chuva. Carro número 12, preto e dourado da Lotus, capacete amarelo e um talento que já chama atenção de fãs do automobilismo ao redor do mundo.

Senna entrará para o seleto grupo de campeões mundiais? Ainda é cedo para dizer. O certo é que, com ele nas pistas, os domingos do torcedor brasileiro nunca mais serão os mesmos. O grande prêmio de Portugal teve um quê de festival de música: chuva, espetáculo e diversão. Mas no palco só um astro: Ayrton Senna da Silva.

Abel Neto
jornalista e apresentador | @abelnetoreporter
-
Jornalista esportivo, Abel viveu a Era Senna como grande fã e aspirante a jornalista.

Grande Prêmio de Portugal *Autódromo de Estoril* *1985*

CURVA 2
CURVA 3
GANCHO
ESSES
PARABÓLICA INTERIOR
PARABÓLICA AYRTON SENNA
CURVA VIP
CURVA 1

Volta Mais Rápida

	tempo
Ayrton Senna	1:44:121 (volta 15)

Pódio

	tempo
Ayrton Senna	2:00:28
Michele Alboreto	+1:02:978
Patrick Tambay	+1 volta

Clima

Chuva muito forte durante todo o percurso.

Percurso

Um total de 67 voltas, equivalente a 277 km.

MUNDIAL DE MARCAS

1º Lotus Renault	16
2º Ferrari	15
3º McLaren TAG	9
4º Renault	6
5º Williams Honda	2

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA
UMA SÉRIE NETFLIX
SENNA
SÓ NA NETFLIX | EM 2024
ED. COLECIONÁVEL 2
A primeira vitória de Ayrton Senna na Fórmula 1 não foi por acaso. Conheci o preparador físico dele, que sempre puxou a sua orelha no Centro Olímpico, em São Paulo, exigindo cada vez mais do seu pupilo. O profissional inclusive me confidenciou que Senna era um diamante a ser lapidado. Pela sua garra, chegaria ao estrelato. Bingo, Senna virou uma fera!
Luiz Andreoli
Todos os sons de motor utilizados na série Senna, da Netflix, foram captados de carros reais da Fórmula 1, simulando as mais diversas situações de pilotagem.
Gabriel Leone interpreta Ayrton Senna
ESTORIL - PORTUGAL
1985
CURVA 13 - PARABÓLICA AYRTON SENNA
ABRIL
21
A PRIMEIRA VITÓRIA
DO SENNA NA FÓRMULA 1
O GAROTO QUE CORREU NA FRENTE DO SONHO
67 VOLTAS
277 KM
1º
A. SENNA
2º
M. ALBORETO
3º
P. TAMBAY
1:44:121
VOLTA MAIS RÁPIDA